



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGSOL**

THIAGO RODRIGUES DOS PASSOS

**CONSTITUIÇÃO E METAMORFOSES DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-
POPULAR DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

**BRASÍLIA
2023**

THIAGO RODRIGUES DOS PASSOS

**CONSTITUIÇÃO E METAMORFOSES DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-
POPULAR DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Barreira de Faria Tavolaro

BRASÍLIA
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PP289 Passos, Thiago Rodrigues dos
 / Thiago Rodrigues dos Passos; orientador Sergio
Barreira de Faria Tavolaro. -- Brasília, 2023.
 313 p.

 Dissertação (Mestrado em Sociologia) -- Universidade de
Brasília, 2023.

 1. Estratégia; . 2. Capitalismo;. 3. Desenvolvimento;.
4. Estado;. 5. Socialismo; . I. Tavolaro, Sergio Barreira
de Faria , orient. II. Título.

THIAGO RODRIGUES DOS PASSOS

**CONSTITUIÇÃO E METAMORFOSES DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-
POPULAR DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Defendido e aprovado em: ____ de _____ de 2023,

Banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Sergio Barreira de Faria Tavolaro
Orientador (SOL/UnB)

Prof. Dr. Stefan Fornos Klein
(SOL/UnB)

Prof. Dr. Thomas Edson de Jesus Theodoro Amorim
(SOL/UnB)

Prof. Dr. Fernando Corrêa Prado
(UNILA)

Aos que lutam.

AGRADECIMENTOS

Nestes pouco mais de dois anos em que iniciei o mestrado pude me deparar com grandes desafios e aprendizagens. O período foi marcado por altos e baixos, mas jamais deixou de ser intenso. A vida me proporcionou uma rede de pessoas muito especiais a quem agradeço nesta jornada. Assim agradeço:

Ao meu orientador Dr. Sérgio Tavolaro, pela disponibilidade, diálogo de ideias e acompanhamento de toda a pesquisa. Aos componentes da banca Dr. Stefan Klein e Dr. Thomas Amorim, pelo debate de ideias e pelas indicações e apontamentos teóricos desde a qualificação.

Aos meus pais, minha mãe Celice pelo amor e carinho de toda a vida e exemplo de força e perseverança. Ao meu pai Valdir pelo caráter, seriedade e companheirismo. À minha irmã Thaís pelo companheirismo desde a infância.

A Érica meu grande amor que esteve comigo durante todo esse período nos momentos mais difíceis e mais felizes, agradeço pelo amor, pela cumplicidade e pelo apoio incondicional.

Ao Thomas que sempre me estimulou a realizar a pesquisa, pelos nossos debates, nossas longas conversas e nossa amizade.

Aos meus amigos Alessandra, Andrei, Aurélio, Fernanda, João Felipe, Matheus que compartilham comigo não apenas a amizade, mas o sonho de um mundo novo.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela concessão de bolsa durante a pesquisa.

Ao Júnior e ao Scapi referências de militância. Aos camaradas da ASS/Intersindical que buscam a construção da necessária sociedade socialista.

*O comunismo será, entre outras coisas,
uma aspirina do tamanho do sol.*

Roque Dalton.

*Isso de ser exatamente o que se é ainda vai nos
levar além.*

Paulo Leminski.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem por objeto de estudo a conformação e as metamorfoses da estratégia democrático-popular do Partido dos Trabalhadores (PT), do período que vai de 1980 a 2002. Inicialmente, analisa os pressupostos teóricos e os contextos histórico-sociais que propiciaram sua emergência e suas transformações, sendo a conformação inicial da estratégia democrático-popular resultado de balanços teórico-políticos da estratégia democrático nacional do PCB e da reorganização da classe trabalhadora brasileira, a partir das greves operárias do ABC paulista. Sua configuração inicial nos anos 80 defendia o socialismo como objetivo estratégico, rejeitando a formulação etapista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em torno da necessidade de uma etapa de desenvolvimento capitalista no Brasil e de uma aliança entre proletariado e burguesia. Entretanto, a formulação do mesmo ano guardava uma tensão entre uma perspectiva rupturista e outra processual de revolução social. Na década de 90, por sua vez, a perspectiva processual e gradativa de transformação social torna-se dominante, ao ponto de o objetivo inicial socialista se converter em um Projeto Nacional de Desenvolvimento com base em um mercado interno de massas. Para compreender as transformações na estratégia petista, a pesquisa analisa as elaborações do pensamento social brasileiro e do marxismo – e suas possíveis correlações com a estratégia petista – e a apreensão do PT sobre a formação social brasileira, principalmente sua leitura sobre o capitalismo, Estado e sua intervenção prático-política na realidade social. A compreensão acerca de determinadas insuficiências e incompletudes no capitalismo brasileiro se desdobrou em uma estratégia de democratização econômica e política, que busca, de um lado, um modelo econômico de inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho e de consumo; de outro, a ampliação da democracia, abrindo o Estado para a participação política dos trabalhadores. A estratégia democrático-popular, em sua complexa e contraditória trajetória, acabou por produzir uma aliança entre a classe trabalhadora brasileira e a burguesia, em torno de um projeto nacional democrático-popular de desenvolvimento capitalista com distribuição de renda aos trabalhadores, incorporando elementos do etapismo do PCB, da social-democracia e do nacional-desenvolvimentismo, apesar de inicialmente negá-los.

Palavras-chave: Estratégia; Capitalismo; Desenvolvimento; Estado; Democracia; Socialismo.

ABSTRACT

This thesis aims to study the formation and metamorphoses of the Workers' Party's (PT) popular-democratic strategy from 1980 to 2002. Initially, we analyzed the theoretical assumptions and historical-social contexts that led the Party to emergence and several transformations. The initial formation of the popular-democratic strategy was the result of theoretical-political balances of the Brazilian Communist Party (PCB) national-democratic strategy and the reorganization of the Brazilian working class, based on the workers' strikes in the ABC region of São Paulo. Its initial configuration in the 1980s defended socialism as a strategic objective, rejecting the Brazilian Communist Party's (PCB) stagism formulation around the need for the capitalist development in Brazil and an alliance between the proletariat and the bourgeoisie. However, the formulation of the same year had a tension between a rupturist perspective and a social revolution perspective in motion. In the 1990s, on the other hand, the on-going and gradual perspective of social transformation became dominant to the point where the initial socialist objective was converted into a National Development Project based on an internal mass market. To understand the transformations in the PT's strategy, this research analyzes the elaborations of Brazilian social thought and Marxism - and their possible correlations with the party's strategy - and the Worker's Party apprehension of Brazilian social formation, especially its understanding of capitalism, the state and its practical-political intervention in social reality. The theoretical understanding that there were still certain insufficiencies and incompleteness in Brazilian capitalism unfolded into a strategy of economic and political democratization, which sought, on one hand, an economic model for the inclusion of workers in the labor and consumer market and, on the other, the expansion of democracy, opening the State to the political participation of workers. The popular-democratic strategy, in its complex and contradictory trajectory, ended up producing an alliance between the Brazilian working class and the bourgeoisie. This union was formed around a popular-democratic national project for a capitalist development with income distribution for the workers, incorporating elements of the PCB's stagism, social democracy and the national developmentalism, despite initially denying it.

Keywords: Strategy; Capitalism; Development; State; Democracy; Socialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – DO DESFECHO DO DEMOCRÁTICO-NACIONAL AOS GERMES DO DEMOCRÁTICO-POPULAR.....	24
1.1 O golpe de 64 e a crítica à teoria consagrada	24
1.2 Elementos constituintes da formulação democrático-popular	31
1.3 Florestan Fernandes e a Revolução burguesa no Brasil	37
1.4 Dentro da ordem e contra a ordem.....	42
1.5 A democracia como valor universal.....	45
1.6 Renovação democrática como alternativa à “via prussiana”	51
1.7 Guerra de posição contra o golpismo das esquerdas	54
CAPÍTULO 2 – A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR NA DÉCADA DE 1980	58
2.1 Manifesto de Fundação (1980)	66
2.2 Do 1º ao 3º Encontro Nacional (1981, 1982 e 1984)	68
2.3 4º Encontro Nacional (1986)	78
2.4 5º Encontro Nacional (1987)	89
2.5 6º Encontro Nacional (1989)	104
CAPÍTULO 3 – A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR NA DÉCADA DE 1990	118
3.1 7º Encontro Nacional (1990)	119
3.2 1º Congresso Nacional (1991).....	131
3.3 8º Encontro Nacional (1993)	149
3.4 9º Encontro Nacional (1994)	155
3.5 10º Encontro Nacional (1995).....	164
3.6 11º Encontro Nacional (1997)	169
3.7 12º Encontro Nacional (2001)	176
CAPÍTULO 4 – DO SOCIALISMO AO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MERCADO INTERNO DE MASSAS	180
4.1 Ruptura e processualidade	181
4.2 Ruptura e processualidade no Brasil	205
4.3 Hegemonia e acúmulo de forças	223
4.4 Dilemas da burocratização.....	230
4.5 Elementos da social-democracia	238
4.6 Mudanças no mundo do trabalho e a inflexão na CUT	253

4.7 Democracia, Estado e Socialismo	261
4.8 O mercado interno de massas	278
4.9 A hegemonia da pequena burguesia.....	293
CONCLUSÃO.....	300
REFERÊNCIAS	308

INTRODUÇÃO

O objeto da nossa pesquisa é a conformação, o desenvolvimento e as metamorfoses da estratégia democrático-popular do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo em vista os pressupostos teóricos que a informam, bem como suas mudanças no decorrer dos anos 1980 e 1990 até a sua primeira vitória eleitoral para o Governo Federal, através de Lula.

A análise acerca das relações entre a ação política da classe trabalhadora e suas estratégias correspondentes não pode ser entendida nem como um simples conjunto de intencionalidades teórico-políticas de um seletivo grupo de dirigentes políticos, nem a partir de puras determinações objetivas. Os limites destas duas formas de entendimento é que, no primeiro caso, a adaptação à ordem burguesa seria explicada de uma forma subjetivista, por um “desvio” de direção, que levaria a classe trabalhadora à conciliação de classes. Já no segundo caso, fatores objetivos como a reestruturação produtiva do capital, a crise dos países socialistas, as crises capitalistas e os períodos de crescimento econômico, produziram o amoldamento dos trabalhadores à ordem burguesa.

Neste sentido, acreditamos que se faz necessário estabelecer relações de mediação que possam compreender a relação entre fatores subjetivos e objetivos como uma síntese, e não absolutos que se excluem, já que uma estratégia política é fruto da interação entre teoria e prática da classe trabalhadora, que se vincula a um determinado período ou ciclo histórico, não se tratando de uma escolha arbitrária de uma determinada vanguarda ou a inevitabilidade diante de forças econômicas, tendo em vista a fusão da relação entre teoria e prática e a maneira como a classe trabalhadora em determinado período leu a realidade de sua formação social e procurou intervir sobre a mesma na luta contra o capital, na perspectiva de sua emancipação. Entendemos que não se trata de uma perspectiva entre várias outras, mas “de uma estratégia determinante em um certo período histórico”¹. Uma determinada compreensão da realidade social que passa a orientar a ação de uma classe social em um determinado ciclo histórico.

A estratégia democrático-popular do Partido dos Trabalhadores, como um projeto de superação da sociabilidade capitalista, fracassou, constituindo-se como uma derrota histórica da classe trabalhadora. Nosso estudo, pretende entender as razões que levaram essa estratégia à derrota ou sua acomodação à ordem, não a partir de sua chegada a Presidência da República em 2002, mas em seu movimento de constituição e desenvolvimento que

¹ Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. Mauro Iasi, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/.../Democracia-de-Cooptacao-Mauro-Iasi>. Acesso em: 20 jun. 2022.

passou por uma série de transformações e metamorfoses. Neste sentido, a pesquisa objetiva fazer um inventário dos elementos e pressupostos teóricos que fizeram com que a tentativa de emancipação humana por meio de uma estratégia que tinha como objetivo estratégico o socialismo acabou por se amoldar à ordem social que pretendia superar. De acordo com Gramsci (1984, p. 12):

Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, e de maneira concreta, de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. Sempre somos conformistas de algum conformismo, sempre somos homens- massa ou homens-coletivos. [...] Criticar a própria concepção de mundo significa, portanto, torná-la unitária e coerente, elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais elevado. Significa, também, criticar toda filosofia existente até hoje, na medida em que deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que realmente somos, isto é, um «conhece-te a ti mesmo» como produto do processo histórico desenvolvido até hoje, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Tem-se de iniciar, este inventário.

Se para Gramsci, nos inserimos em um mundo com relações sociais determinadas previamente, que inclui uma maneira de pensar e agir, por isso conformados ao mundo, “conformistas de algum conformismo”, para superar essa conformação ou amoldamento, seria necessário fazer a crítica à própria concepção de mundo existente, colocando em dúvida as certezas pré-existentes. Trata-se de construir a consciência da historicidade das relações sociais, elevando-se a uma nova concepção de mundo agora unitária e coerente.

Mas, para superar aquela antiga concepção de mundo, seria necessário criticar um conjunto de concepções e valores, “que deixou em ti uma infinidade de traços”, até então considerados como naturais. A esse procedimento crítico, o referido autor chama de *inventário*, ou seja, um levantamento crítico de “toda a filosofia existente até hoje” que deixou marcas na consciência popular, por isso a necessidade de um “conhece-te a ti mesmo”.

Nos inspiramos nessa perspectiva, porque nossa pesquisa também trata de inventariar um conjunto de concepções teóricas herdadas, que deixaram “uma infinidade de traços” nas concepções estratégicas da esquerda brasileira, e por isso acreditamos ser necessário fazer o levantamento e crítica dessas concepções elaboradas por organizações políticas e intelectuais, principalmente em torno dos elementos políticos e econômicos referentes à formação social brasileira, que estruturaram o debate estratégico que erigiram a formulação democrático-popular.

O problema da nossa pesquisa é precisamente compreender a metamorfose que faz com que a estratégia democrático-popular se adapte a um modelo estratégico que

anteriormente rejeitava e os fundamentos teóricos de tal acomodação. De que maneira uma estratégia que afirmava o socialismo como objetivo estratégico, constituída na tradição crítica do pensamento social e marxista brasileiro, acabou por reafirmar teses que anteriormente rejeitava? Como uma estratégia que negava qualquer possibilidade de aliança/conciliação com a burguesia e a ordem capitalista – suas grandes críticas ao PCB e à socialdemocracia – acabou por realizá-la?

Nossa hipótese é que determinada leitura sobre a formação social brasileira, especialmente a de uma incompletude ou insuficiência no desenvolvimento das relações capitalistas; de insuficiências democráticas sobre o Estado e de um vínculo de contiguidade entre democracia e socialismo, juntamente a intervenção prática derivada dessa leitura, contribuíram para que gradativamente a estratégia democrático-popular se conformasse aos limites da ordem capitalista. Ao buscar um caminho alternativo ou original de socialismo – que rejeitava tanto o socialismo soviético e sua expressão na teoria das etapas do PCB, quanto a socialdemocracia – acabou por reproduzir um conjunto de elementos dos dois modelos. Em vez de um novo caminho para a realização do socialismo, acabou por se conformar aos limites do capitalismo.

Nossa pesquisa se desdobra em alguns objetivos específicos:

1) sob quais pressupostos teóricos as resoluções do PT atribuem à formação social brasileira e ao seu desenvolvimento capitalista brasileiro um caráter desigual ou incompleto. Ou uma modernidade não realizada plenamente;

2) de que modo se relaciona a estratégia democrático-popular com a estratégia democrático-nacional, à luz de suas intenções de ruptura e ao mesmo tempo, possíveis compatibilidades ou continuidades, constituídas às costas das intenções teóricas e políticas de seus formuladores;

3) de que maneira o PT enfrenta em seu interior o tensionamento entre concepções rupturistas e processuais de revolução. Quais fontes teóricas informam essas concepções e quais foram e como se deram a resolução dessa tensão;

4) o golpe de 1964 provoca uma crise política e teórica na esquerda brasileira, propiciando a emergência um conjunto de críticas à estratégia e ao aparato analítico-conceitual do PCB e uma renovação/revisão crítica em relação às análises sobre o desenvolvimento capitalista e o Estado;

5) o rápido, e cada vez maior, crescimento eleitoral do PT, nos anos 1980 e 1990, pode ser considerado um elemento que contribuiu para a moderação programática, o aproximando da trajetória de partidos da socialdemocracia europeia.

A análise documental é um procedimento metodológico central para nossa pesquisa, as resoluções dos encontros e congressos do PT constituem fontes primárias. É a análise desses documentos que nos possibilitará, em parte, apreender a visão teórica ou as visões teóricas sobre a formação social brasileira, o Estado e o caráter do socialismo petista, que condicionaram a direção e o conteúdo de sua estratégia política e suas possíveis transformações, ainda que segundo Iasi (2006, p. 425), “uma resolução é, quase sempre o produto esfrangalhado de uma correlação de forças que tenta expressar os pontos de unidade dentro de certas diferenças”.

As resoluções incluem análises de conjuntura, alianças, caracterização das classes sociais, estado, capitalismo e socialismo. Esse fato expressa a luta entre distintas posições das correntes no interior do partido, dessa maneira as resoluções são produzidas mediante embates, concessões e acomodações com vistas à manutenção da unidade do partido, buscando satisfazer, ainda que parcialmente, posições radicais e moderadas.

Devido a extensão das resoluções e a necessidade de delimitar nossa pesquisa, trabalharemos com uma amostragem dessas resoluções, que possam revelar os elementos mais significativos da estratégia democrático-popular. Dessa forma, dividimos as resoluções dos encontros em dois momentos temporais: o primeiro, corresponde aos Encontros Nacionais da década de 1980, que vai do Manifesto de Fundação, em 1980, ao 6º Encontro, de 1989. Agrupamos em um mesmo bloco os três primeiros encontros nacionais, 1981, 1982 e 1984, que apresenta um conjunto de reivindicações políticas e econômicas, versam sobre as origens do PT e afirmam o vínculo entre democracia e socialismo. A análise sobre a sociedade brasileira ainda possui pouca densidade, o próprio partido se vê como não dirigente, mas como expressão dos interesses políticos e econômicos dos movimentos sociais. Aborda, também, o fim da Ditadura Militar, as primeiras experiências eleitorais do PT, as Diretas Já! e certo refluxo dos movimentos sociais.

Já o 4º Encontro Nacional apresentará uma análise mais densa acerca da formação social brasileira, apontando certa incompletude do desenvolvimento capitalista brasileiro, caracterização das classes sociais, e as alianças daí derivadas em um bloco de forças sociais das “classes trabalhadoras”, além de elementos iniciais da compreensão do socialismo sob as “condições brasileiras”.

O 5º Encontro marca uma profunda inflexão no PT, que se colocará claramente como um partido *dirigente* da classe trabalhadora e afirmará o socialismo como objetivo estratégico. Apresenta uma análise mais detida sobre a sociedade brasileira, reafirmando os aspectos já apresentados no encontro anterior. É no 5º Encontro Nacional que se coloca a

essência da estratégia democrático-popular, suas tarefas e seu objetivo estratégico; a aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia (pequenos proprietários que vivem de seu próprio trabalho e pequenos empresários que exploram força de trabalho assalariada); a tensão entre concepções rupturistas e processualistas de revolução, assim como, entre a noção restrita e a noção ampliada de Estado; influência de noções gramscianas.

Já o 6º Encontro é marcado pela primeira eleição presidencial desde 1960, e temos a reafirmação de aspectos do 5º Encontro, porém de forma moderada. Apresenta-se também a tradução da formulação estratégica para um plano de governo para a campanha de Lula, ademais a queda do muro de Berlim e crise no leste europeu.

O segundo momento, corresponde às resoluções da década de 1990, acrescidas do encontro de 2001, que vai do 7º Encontro Nacional, de 1990, ao 12º Encontro, de 2001. O 7º Encontro e o I Congresso de 1991 são impactados pela queda do muro de Berlim e pela crise do socialismo no Leste europeu, que apresentaram importantes mudanças em relação às resoluções anteriores, principalmente no que se refere à compreensão sobre o Estado, além da relação de contiguidade entre democracia e socialismo, a afirmação de um socialismo democrático e pluralista em que há a permanência de relações capitalistas.

O 8º Encontro, de 1993, tem como centro a ideia da Revolução Democrática, que dá ênfase ao combate ao neoliberalismo e o foco na geração de empregos, distribuição de renda e edificação de um mercado interno de massas, combinando perspectivas nacional-desenvolvimentistas e socialdemocratas.

Já o 9º Encontro, de 1994, e o programa de governo “Uma revolução democrática no Brasil – bases do programa de governo do Partido dos Trabalhadores”, do mesmo ano, reafirmam a necessidade de um novo modelo econômico baseado no mercado interno.

Por sua vez, o 10º Encontro, de 1995, e o 11º Encontro, de 1997, apontam para a necessidade de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. O 12º Encontro, de 2001, é o último a ser analisado, e neste encontro o PT aprova uma aliança entre trabalhadores e a burguesia industrial brasileira, que mais tarde, em 2002, se consolidará na chapa Lula-José de Alencar.

Já existe uma ampla bibliografia a respeito do Partido dos Trabalhadores, e a produções teóricas abordam distintos aspectos da trajetória do PT em seus diferentes momentos, tais como sua formação, seu desenvolvimento, participação eleitoral, burocratização, programa partidário, participação no parlamento, administrações no âmbito municipal, estadual e federal. Apresentaremos uma breve e sintética análise bibliográfica, sem o compromisso de dar conta de sua totalidade, mas dela se aproximar, explorando suas

possibilidades. As leituras das obras contribuiram para o enriquecimento da pesquisa sobre a trajetória do partido e dos componentes que embasam a estratégia democrático-popular, além de nos proporcionar o desdobramento de nossa pesquisa para outras temáticas e enquadramentos analíticos.

A trajetória do PT é indissolúvel da estratégia democrático-popular, já que o partido é seu principal portador. Por meio da análise dos estudos sobre o PT podemos perspectivar um conjunto de elementos que comporiam o ideário democrático-popular. De acordo com Pomar (2016, p. 38):

A maioria das obras sobre a formação do PT foi escrita nos anos 1980, sendo fortemente marcada pelos preconceitos (positivos e negativos) da “novidade”. No período mais recente, predominam obras fortemente críticas acerca da elaboração programática e estratégica do Partido e/ou do governo Lula. Até o momento não há obras de síntese historiográfica.

Ao que outro autor parece confirmar:

Os estudos acadêmicos produzidos nos primeiros anos de vida do PT sobre os aspectos positivos da especificidade petista foram sucedidos, sobretudo a partir do final dos anos 1980, por uma segunda onda temática: a avaliação dos primeiros governos petistas, com todos os desafios e dilemas que crescem à medida que o partido conquistava maior relevância eleitoral e institucional².

Os primeiros estudos sobre o PT, realizados por Meneghello (1989), Keck (2010), Gadotti (1989) e César (2002), foram fortemente influenciados pela imagem que o partido tinha sobre si mesmo. Dessa forma, uma corroboração acrítica, por parte destes autores, a respeito das virtualidades que o partido se auto atribuía enquanto “novidade histórica”, principalmente em relação à política concebida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além da política da socialdemocracia. Porém, a perspectiva destes autores se conecta a um universo intelectual mais amplo, que expressa balanços e percepções críticas do período político que vai dos anos 1930 até o golpe de 1964, muitas vezes denominado por *populismo ou período populista*.

O conceito de populismo ganhou notoriedade nas obras de Weffort (2003) e de Ianni (1975). Nessas produções sobre a formação do PT, o partido aparece como a superação do populismo, e logo das tradições comunistas e trabalhistas, que não seriam “autênticas” representações da classe trabalhadora, dado sua política cupulista, estatista e de conciliação de classes. Segundo Montenegro:

² Paulo Roberto Figueira Leal. O PT e o dilema da representação política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 15.

[...] a teoria do *populismo*, através de muitos dos que a adotaram, mas especialmente, de Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e Francisco de Oliveira, foi extremamente importante para a construção da *identidade política* petista, na medida em que o partido se apresentou, no processo de disputa da hegemonia política sobre os movimentos de trabalhadores, como uma novidade radical, que rompia com um passado de formações partidárias ilegítimas. O PT, nas suas origens, pretendeu fazer *tábula rasa* de toda uma história de experiências de luta e organização política dos trabalhadores brasileiros³.

Já as obras de Guimarães (1990), Azevedo (1995), Ciccone (1995) e Ozaí (1996) nos trazem importantes perspectivas a respeito da trajetória do PT. Juárez Guimarães apresenta a comparação das trajetórias de integração à ordem do PSI (Partido Socialista Italiano) e do SPD (Partido Socialdemocrata Alemão), relacionando essas formas de adaptação às pressões semelhantes que passava o PT, além de aspectos sobre a burocratização do partido, apesar de encontrar similitudes com a socialdemocracia. E a possibilidade de acomodação à ordem ainda seria uma equação em aberto. Por outro lado, Ozaí (1996) revisitando clássicos do marxismo desde Marx e Engels, passando pelos teóricos da socialdemocracia alemã Karl Kautsky (1979) e Eduard Bernstein (1976), e analisando as resoluções partidárias principalmente dos anos 1990, conclui que o PT se constituiria como um partido de tipo social-democrata.

Ciccone (1995) analisa as resoluções do PT de um ponto de vista gramsciano e alerta sobre tendências de acomodação à ordem, porém considera ser um processo aberto, existindo tanto a possibilidade de uma integração *passiva* quanto o seu antídoto, a construção de uma hegemonia popular. Por fim, Azevedo (1995) aborda as ambiguidades do pensamento petista, qual seja a influência de concepções leninistas e socialdemocratas no interior do partido. As obras também abordam o processo de oligarquização e burocratização, além das similitudes e aproximações com a trajetória da socialdemocracia europeia.

Sobre as possíveis relações ou elementos da socialdemocracia no PT e em sua estratégia, acreditamos ser importante uma aproximação com as obras de Robert Mitchells (1982) e Adam Przeworski (1991). As análises do primeiro sobre a socialdemocracia alemã e a oligarquização/burocratização do SPD fornece subsídios para compreender a burocratização de partido de massas oriundos do proletariado e suas alianças políticas. Já o segundo é uma referência para os estudos sobre o fenômeno da social-democracia. O “dilema de participar” das eleições por parte de partidos social-democratas é o fio condutor do autor, que impulsiona outros dilemas na social-democracia. Um conjunto de similitudes da

³ Darlan Montengro. O avesso do príncipe: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009, p. 20, grifos próprios.

trajetória e dos dilemas da social-democracia se aproximam da trajetória do Partido dos Trabalhadores⁴, suas transformações programáticas sob os impactos da via eleitoral, as bases geradoras de consenso no capitalismo e, por fim, a relação entre direção política e base social, ou vanguarda e classe social, que se modelam reciprocamente.

Algumas obras mais recentes voltam-se especificamente para a compreensão da estratégia política do PT: Iasi (2006, 2012 e 2013), Pomar (2016), Figueiredo (2018), Martins (2016), Motta (2016), Neves (2016), Morena (2015), Brito (2017) e Coelho (2005), inclusive uma importante coletânea de artigos organizada por alguns destes autores, intitulada “A estratégia democrático-popular: um inventário crítico” (Iasi; Figueiredo; Neves, 2019).

Pomar analisa o programa e a estratégia petista de 1980 a 2016, a pressão externa da burguesia e a interna por setores do partido (além das mudanças na composição de classe do partido) teriam levado o partido à acomodação à ordem burguesa. O autor também polemiza com as formulações sobre o lulismo de André Singer e também com as formulações de Mauro Iasi acerca do encerramento do ciclo petista como proposta para o socialismo. Coelho (2005) busca analisar as transformações do PT e sua conversão à ordem a partir da trajetória de seus grupos dirigentes, apresenta comparações entre os grupos Articulação e PRC (Partido Revolucionário Comunista) e privilegia a noção de transformismo como eixo explicativo da conversão.

Iasi (2006, 2012 e 2013), Figueiredo (2018), Martins (2016), Motta (2016), Neves (2016), Morena (2015) e Brito (2017) não compreendem a estratégia como um mero programa partidário, mas como a expressão mais elevada da consciência de classe do proletariado de um determinado período, que envolve as lutas e a correlação entre classes; o seu nível de organização política, assim como a produção teórica e intelectual que se funde a esse processo ou que se dá por meio dele. Também apresentam reflexões em torno do desenvolvimento capitalista e do Estado, seja por intermédio de clássicos do marxismo, seja de autores do pensamento social brasileiro e latino-americano, relacionando categorias da teoria social com o estudo da estratégia política ou destacando conceitos e categorias chaves da estratégia e examinando-as à luz da teoria social.

Em que pese a importância dos demais autores, que nos forneceram importantes subsídios, nossa pesquisa se restringiu às elaborações de Iasi e Figueiredo, com maior ênfase

⁴ Ainda que participar das eleições nunca tenham sido um dilema para o Partido dos Trabalhadores, salvo a “forma de participar” e seus fins.

para o primeiro. Assim como vários autores anteriormente elencados que contribuíram para o desdobrar da pesquisa não serão diretamente citados na dissertação.

A estratégia democrático-popular é resultado tanto da ação prática do movimento da classe trabalhadora – em especial os operários do ABC paulista – quanto de um conjunto de movimentos sociais que se colocaram em movimento ao fim dos anos 1970 e início dos 1980. Além disso, é resultado do balanço crítico e da tentativa de superação da concepção estratégica do PCB, denominada como “democrático-nacional” ou de “libertação nacional”, que teria um conteúdo democrático-burguês e implicaria uma aliança entre burguesia e proletariado.

A estratégia democrático-popular tem como seu objetivo estratégico o socialismo. Porém, seus formuladores consideram que não haveria condições de uma revolução socialista imediata. Dessa maneira, seria necessário um momento prévio de acúmulo de forças, que se daria em duas frentes, a primeira extra institucional, encampada pelos movimentos sociais e sindicatos, exercendo uma pressão pacífica de massas de baixo para cima sobre a institucionalidade. A segunda seria a institucional, participando do parlamento e buscando ocupar espaços no interior do Estado, sendo caixa de ressonância das demandas dos trabalhadores, bem como buscando a formalização de direitos a partir de suas reivindicações. O apoio de massas poderia conduzir a direção das políticas de governo, possíveis conquistas de executivos também seriam pontos de apoio no acúmulo de forças. A estratégia para o socialismo exigiria a conquista da democracia e a socialização da política como momento prévio e propiciador de condições para o objetivo estratégico socialista.

A análise petista sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro considera que apesar do país ter passado por uma acelerada expansão, ainda restariam tarefas democráticas em atraso não efetivadas pela burguesia – seriam tarefas anti-imperialistas, antimonopolistas e anti-latifundiárias. Porém, a burguesia dado seu caráter dependente, fruto das condições históricas em que surgiu, não realizaria essas tarefas, cabendo a um governo hegemônico pelo proletariado em aliança com as camadas médias e camponeses executar as tarefas, que agora se tornam tarefas democráticas e populares. A realização dessas tarefas se chocaria com as forças capitalistas e com o Estado, até o momento de uma ruptura revolucionária.

Ainda que o PT rejeite a perspectiva de uma etapa anterior ao socialismo, a ideia de tarefas em atraso ou não efetivadas pela burguesia, concebida pelos petistas, se aproximam bastante das formulações etapistas ou democrático-nacionais do PCB, que consideram a necessidade de uma aliança prévia com a burguesia para o desenvolvimento de um

capitalismo autônomo, que para sua consecução implicaria, também, em medidas anti-latifundiárias e anti-imperialistas.

A estratégia democrático-popular, durante os anos 1980, afirma o socialismo como objetivo estratégico e a necessidade de uma sociedade sem explorados e exploradores. Neste período de amplas lutas sociais, a estratégia vive uma tensão entre uma perspectiva rupturista e outra processual, refletindo diferentes compreensões entre reforma e revolução, não só no confronto de correntes de esquerda com a corrente majoritária, mas no interior dela.

Por sua vez, nos anos 1990, a estratégia passa por uma “inflexão moderada”, adotando um caminho processual, progressivo e pacífico centrado na ideia da democracia como estruturante do socialismo, próximo a determinadas leituras gramscianas e dos teóricos eurocomunistas. Além disso, a perspectiva da construção de um mercado interno de massas e da distribuição de renda ganham centralidade em meados dos anos 1990, retomando velhas teses no nacional-desenvolvimentismo e do keynesianismo, aproximando novamente o PT das elaborações pretéritas do PCB e das concepções clássicas do pensamento social brasileiro, além da socialdemocracia.

A compreensão da conformação da estratégia democrático-popular nos remete a um período em que surgem novas análises e concepções a respeito dos caminhos para a revolução brasileira e da formação social brasileira. Esse período tem como marco temporal o golpe de 1964, que tornará fértil no campo da esquerda um conjunto de questionamentos da estratégia pecebista e do modelo da Terceira Internacional. Um quadro de renovação de ideias e de análises passa a se instalar, não se restringindo apenas ao diagnóstico dos “erros do PCB”, mas apontando novas interpretações e novas formulações estratégicas que informarão, ainda que não diretamente – mas assentando algumas importantes balizas teóricas –, a nova estratégia que surgirá nos anos 1980.

Dessa maneira, o capítulo 1 da dissertação analisará o interregno que combina a crise e derrocada da estratégia democrático-nacional do PCB e a emergência de novas formulações teórico-estratégicas que produziram elementos constituintes da estratégia democrático-popular, que refletem não só a discussão de um caminho para o socialismo e a emancipação humana, mas as formas teóricas de compreensão da realidade social sobre o Brasil. Serão objeto de estudo as formulações de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho.

O capítulo 2 tratará brevemente do surgimento e fundação do PT e fará a análise das resoluções dos Encontros Nacionais da década de 1980, do 1º Encontro Nacional, em 1981, até o 6º Encontro, de 1989, procurando expor os elementos que compõem a tensão entre

ruptura e processualidade como formas de revolução/transformação na realidade brasileira. É apresentado tanto a forma de apreensão da formação social brasileira pelo partido, em sua dimensão econômica e política, quanto as tarefas e as alianças que daí derivam. Analisa a relação entre democracia e socialismo, e o conteúdo do próprio socialismo na estratégia democrático-popular do Partido dos Trabalhadores.

No capítulo 3 são examinadas as resoluções da década de 1990 e o 12º Encontro Nacional de 2001. O início da década de 1990 representa a inflexão moderada da estratégia petista e o desenlace para um caminho processual de revolução e/ou uma inequívoca via democrática para o socialismo. A moderação se fortalece à medida que sua ênfase passa a recair em um Projeto Nacional de Desenvolvimento ancorado em um mercado interno de consumo de massas. No início dos anos 2000, o partido formaliza uma aliança entre a classe trabalhadora e a burguesia, “empresários de qualquer porte”.

O capítulo 4 busca compreender o complexo movimento de metamorfose da estratégia democrático-popular que inicialmente afirmava o socialismo como objetivo estratégico e acabou por se converter em um Projeto Nacional de Desenvolvimento baseado no mercado interno de massas. Assim como as bases e pressupostos teóricos que informavam a tensão entre ruptura e processualidade na estratégia dos anos 1980. Para isso analisamos algumas formulações de Marx e Gramsci, sob a denominação de fórmula da revolução permanente e fórmula da hegemonia. É feito um balanço da fórmula da hegemonia, privilegiando a análise crítica de Perry Anderson. A maneira como essas duas formulações foi apreendida pelos formuladores democrático-populares, acabou por considerar o modelo da revolução permanente como de ruptura e o modelo da hegemonia como processual. A análise do debate entre intelectuais e militantes do PT, busca explorar os elementos que embasam essa compreensão. São apresentados alguns fatores que contribuíram para a moderação estratégica dos anos 1990, tais como: o crescimento eleitoral, a priorização da luta institucional e da conquista do Governo Federal, a burocratização partidária e sindical, a reestruturação produtiva. Neste sentido, busca-se expor as possíveis aproximações e similitudes entre a social-democracia europeia e o PT. A moderação se aprofunda à medida que incorpora combinando-as, velhas teses do nacional-desenvolvimentismo, da social-democracia, e ainda que não se admita, do próprio PCB.

CAPÍTULO 1 – DO DESFECHO DO DEMOCRÁTICO-NACIONAL AOS GERMES DO DEMOCRÁTICO-POPULAR

Para uma melhor compreensão da constituição da estratégia democrático-popular, nos parece importante a apreensão do balanço e crítica da estratégia do PCB (ou estratégia democrático-nacional), bem como a renovação teórica do debate estratégico a partir do Golpe de 1964. Dessa forma, analisaremos a produção teórica sobre estratégia e formação social brasileira de autores como Prado Jr. (2014), Fernandes (2020, 2009, 2011), Coutinho (1984), que muito se aproximam, embora não se estabeleça necessariamente uma relação direta, com a nova estratégia que surgirá nos anos 1980, porém comporão o influxo teórico de uma certa renovação do marxismo e do debate estratégico no interregno dos anos 1960 e 1980, tendo como marco temporal inicial o golpe de 1964 e a avaliação crítica - iniciada por Prado Jr em “A Revolução Brasileira” - do fracasso da estratégia pecebista e de seu referencial teórico. Os autores clássicos antecipariam dilemas de um novo ciclo estratégico no interior da esquerda, uma posição em comum entre eles é que o capitalismo no Brasil já estaria desenvolvido e determinadas reformas poderiam produzir mudanças estruturais, posição baseada na concepção da impossibilidade de uma revolução socialista imediata, sendo necessário um momento prévio de acúmulo de forças e reformas democráticas e estruturais.

1.1 O golpe de 64 e a crítica à teoria consagrada

O golpe de 1964 desencadeará uma crise na esquerda brasileira a respeito da estratégia e do paradigma analítico-conceitual que a hegemonizava, principalmente em relação ao PCB, principal organização da esquerda e da classe trabalhadora naquele período, e personificação da estratégia democrático-nacional. Porém, essa formulação estratégica não estava restrita apenas ao PCB, era um universo programático compartilhado por outros grupos e organizações, e se constituiu na forma predominante de conceber a revolução brasileira, aquilo que Prado Jr. denominava como “teoria consagrada” ou verdades consagradas.

Essa teoria consagrada estava baseada em certa leitura da formação social brasileira, e o caminho para sua transformação indicava que as relações capitalistas no Brasil ainda não estavam plenamente desenvolvidas, sendo necessário o combate aos elementos “feudais” supostamente presentes na sociedade brasileira. Para isso seria necessária uma aliança entre

a burguesia e o proletariado, contra o latifúndio e o imperialismo, setores estes que travavam o desenvolvimento capitalista no Brasil.

A aliança proposta pelo PCB objetivava o desenvolvimento de um capitalismo nacional. Este, por sua vez, promoveria melhores condições para a luta dos trabalhadores, já que desenvolvendo o capitalismo, além de uma melhora material e liberdades políticas, a sociedade evoluiria para um conflito entre capital e trabalho, produzindo a possibilidade de luta pelo socialismo como etapa posterior ao desenvolvimento do capitalismo.

Então, a leitura que informa a compreensão da estratégia democrático-nacional arvora-se na percepção de uma sociedade ainda marcada por diversos elementos pré-capitalistas em seu plano interno, e a dependência e a submissão ao imperialismo no plano externo. Uma dupla ruptura seria necessária para um salto de qualidade: primeiro, a necessidade de uma revolução democrático-burguesa, para posteriormente, a revolução socialista. Necessário aludir que o arsenal teórico-conceitual é baseado nas leituras da Terceira Internacional, que classifica o Brasil no estágio de desenvolvimento a que nós já nos referimos.

A crítica de Caio Prado Júnior a essa formulação, a partir da sua obra de 1966, “A Revolução Brasileira”, será uma das mais importantes e contundentes do período, por se basear na crítica da leitura da realidade social brasileira importada das formulações da Terceira Internacional e aplicadas, de forma a priori, sem verificação investigativa, fazendo atribuições mecânicas de conceitos referentes a determinadas relações e períodos históricos que sequer existiram no Brasil, como é o caso do Feudalismo.

Assim sendo, cria-se uma formulação estratégica que não corresponde as relações sociais reais do Brasil, já que não possui semelhante história e nem passou pelas mesmas relações que a Europa ou a Rússia. Segundo Prado Jr.⁵, a origem do esquema interpretativo em que se baseava a “teoria consagrada” da revolução brasileira nas nossas esquerdas, está inscrito no Programa da Internacional Comunista elaborado pelo VI Congresso Mundial em Moscou em 1928:

Países coloniais e semicoloniais (China, Índia etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) que possuem um embrião de indústria, às vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente, na maioria dos casos para a edificação independente do socialismo; países onde predominam relações sociais da Idade Média feudal ou o “modo asiático de produção” tanto na vida econômica, como na sua superestrutura política; países enfim onde as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, as maiores

⁵ VI Congresso da IC *apud* PRADO Jr., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014, p. 65-66.

propriedades, as maiores plantações etc. se acham nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. A luta contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de exploração e a revolução agrária promovida com espírito de continuidade, de um lado; a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional, doutro lado, têm aqui uma importância primordial. A passagem à ditadura do proletariado não é possível nesses países, em regra geral, senão através de uma série de etapas preparatórias, por todo um período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista; o sucesso da edificação socialista é, na maioria dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária.

Apesar de considerar válida a caracterização para os países asiáticos, Prado Jr. aponta que não poderia ser válida para a realidade brasileira, considerando absurda a generalização feita para países com históricos tão distintos. De acordo com o autor, o Brasil já surge e se constitui em meio a um contexto capitalista, fruto da expansão mercantil europeia. A marca impressa na nossa formação social é constituída pelo sentido da colonização, que se expressa na dependência econômica e política em relação às metrópoles. Na divisão internacional do trabalho, cumpriria o papel de exportador de bens primários e importador/consumidor de bens manufaturados e industriais dos países capitalistas centrais, não havendo na nossa história qualquer momento que se possa classificar como feudalismo.

A assimilação do documento da Terceira Internacional pelos comunistas brasileiros também condicionará o papel atribuído ao imperialismo e à conseqüente luta anti-imperialista, visto como forma de dominação e exploração marcado pela “ligação entre o capital e as empresas imperialistas de um lado, e doutro as formas feudais e semif feudais presentes na estrutura agrária de países como o nosso”⁶. Na Declaração de Março de 1958 do PCB, temos uma síntese precisa de sua concepção estratégica:

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antif feudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira.⁷

Visão que encontraremos em importantes dirigentes do PCB, como Prestes, no Informe Político ao Comitê Central, em 1949, e no Informe Político ao IV Congresso do PCB, em 1954:

⁶ *Ibidem*, p. 66.

⁷ Declaração sobre a política do PCB (março de 1958). In: O PCB, vol. 3. Edgar Carone, 1982, p. 184.

A luta do nosso povo contra a miséria, o atraso e a ignorância, a luta contra a exploração e a opressão crescentes, pelo progresso e pela democracia é, antes de tudo, a luta pela independência nacional, contra o jugo colonizador do imperialismo norte-americano. Mas é igualmente a luta contra os restos feudais, contra as formas pré-capitalistas de exploração, em que se baseia o imperialismo, adaptando-as aos seus interesses...⁸

Estão nos imperialistas norte-americanos e nos restos feudais os principais inimigos do progresso do Brasil, da vida e segurança da grande maioria da nação brasileira. É indispensável, por isso, libertar o Brasil do jugo dos imperialistas norte-americanos e realizar no país transformações democráticas radicais que ponham fim à opressão causada pelos restos feudais e pelo latifúndio. Estas duas tarefas andam juntas. Enquanto os imperialistas norte-americanos constituem o principal sustentáculo dos latifúndios e grandes capitalistas, não poderá o domínio dos monopólios norte-americanos ser liquidado no Brasil⁹.

A análise de Prado Jr. sobre a realidade brasileira tida como capitalista desde a colonização, é sua base teórica de crítica contrária a tese do feudalismo brasileiro que hegemonizava a esquerda brasileira, sendo o PCB a principal organização política do período. Não cabendo, assim, “uma série de etapas preparatórias” que consolidem uma revolução burguesa para posteriormente uma revolução socialista. A teoria consagrada que conforma a estratégia democrático nacional em um ciclo histórico de meados dos anos 1940 até o golpe de 1964 pôde ser expressa por importantes intelectuais e militantes do PCB, como Nelson Werneck Sodré:

A caracterização como democrática e nacional do tipo a que pertence a Revolução Brasileira significa que se trata de enfrentar o imperialismo, para a libertação económica e política, de enfrentar o latifúndio, para liberar as forças produtivas e possibilitar a ampliação da área democrática. E significa, pois, que se trata, não de introduzir alterações socialistas, mas de ampliar relações capitalistas onde elas são ainda desconhecidas ou repelidas. A equiparação desse tipo ao primeiro é que leva à suposição de que essa ampliação de relações capitalistas terá, como coroamento fatal, admitido a-priori, o reforçamento da burguesia, conferindo-lhe, na correlação das forças de classe, aquele primado que lhe permitiu auferir a maioria das vantagens de sua revolução clássica [...] A constatação de que o caráter da Revolução Brasileira é democrático e nacional tem, pois, interesse. Não se trata de simples questão formal. Porque, como consequência, permite concluir que se trata do acabamento da revolução burguesa, em nosso País, de processo em que a burguesia tem papel a desempenhar. É claro que, no referido caráter, interessa mais à burguesia o conteúdo nacional, enquanto às outras forças interessa mais o conteúdo democrático; eles são, porém, tão estreitamente vinculados que parece impossível separá-los [...] Constata-se, presentemente, e de algum tempo a esta parte, que a burguesia, no Brasil, que é o caso que nos interessa, divide-se em duas frações: a que se associa ao imperialismo e a que resiste ao imperialismo; é evidente que a primeira não pretende nenhuma participação na Revolução Brasileira; à segunda se convencionou conhecer como *burguesia nacional*. A existência desta é que é negada por alguns estudiosos, geralmente radicais, desejosos de queimar etapas e apaixonados por reformas socialistas que exigiriam, se possíveis, naturalmente, a exclusão da burguesia de qualquer papel no processo da Revolução Brasileira. É raciocínio falso mas coerente: se a transformação é de conteúdo socialista, não há que englobar a burguesia entre as forças nela

⁸ Prestes, 1949 *apud* Prado Jr., 2014, p. 67.

⁹ Prestes, 1954 *apud* Prado Jr., 2014, p. 67.

interessadas; é mais simples suprimi-la, negar-lhe a existência. Não são argumentos, nem pesquisas, nem dados colhidos na realidade; são desejos. Cada um é livre de ter os desejos que pode; falso é erigir esses desejos em ciência. As resistências da burguesia ao imperialismo, seu interesse no desenvolvimento, como seu contorno real são dados da realidade, *daí a aceitação da categoria burguesia nacional*; [...] A presença ativa da burguesia, entretanto, está assinalada em sua resistência ao imperialismo [...] Mas é evidente que ela não ignora a existência da contradição de classe e sua luta; sua resistência ao imperialismo é sempre efetivada com vigilância para não estimular reformas de conteúdo socialista, em que não está de forma alguma interessada. Se o imperialismo lhe permitisse folga, certamente seria mais fácil acomodar-se com ele: sua resistência não chega ao rompimento senão no extremo limite. Mas esse extremo limite está chegando agora: ou resiste ou perece; e o imperialismo não lhe concede folga porque já não lhe é possível subsistir permitindo a existência e muito menos o desenvolvimento de burguesias nos países dependentes, isto é, de classes nativas que se desenvolvem à base dos lucros crescentes da exploração dos recursos naturais desses países e de sua comercialização. Pois o imperialismo necessita, como o organismo necessita de oxigênio, de explorar ele próprio esses recursos e comercializá-los, adjudicando-se o lucro máximo. Já não pode repartir lucros. O imperialismo é um monstro que devora os seus aliados¹⁰.

As ideias apresentadas por Prestes e Sodré, bem como as inspiradas pelas teses da Terceira Internacional, sobre a formação social brasileira, expressam a tese da etapa “democrática e nacional” da Revolução Brasileira. Nessa chave de leitura existiria uma suposta burguesia nacional (ao contrário de uma outra fração associada ao imperialismo) que devido às suas “demandas” estaria interessada no desenvolvimento de um capitalismo brasileiro autônomo, que dessa forma ela entraria em choque com o imperialismo e seus aliados internos – as oligarquias agrárias tradicionais. A etapa premente teria caráter antifeudal e anti-imperialista, a revolução agrária e o anti-imperialismo combateriam os chamados “restos feudais” presentes na formação brasileira e permitiriam um desenvolvimento capitalista autônomo em relação as potências estrangeiras. Este seria o duplo movimento contra as forças externas e internas que estariam travando o desenvolvimento capitalista no Brasil e, por conseguinte, o desenvolvimento da democracia.

Para o PCB, a aliança da classe trabalhadora com a burguesia, poderia permitir à primeira, através do desenvolvimento de um capitalismo autônomo, um conjunto de conquistas materiais tais como salários, desenvolvimento do mercado interno, direitos sociais e políticos, que elevariam suas condições de vida, tanto do ponto de vista econômico quanto político. No que se refere à liberdade de organização, na democracia, os trabalhadores e suas organizações se beneficiando de liberdades políticas se encontrariam em melhores condições para lutar pelo socialismo.

¹⁰ Nelson Werneck Sodré. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 246-249.

Acontece que essa visão sobre a formação social brasileira e a estratégia daí derivada, é que levará, segundo Prado Jr., ao desastre de “1º de abril”, sem contar com praticamente nenhuma reação da esquerda brasileira. Para o autor, essa tese não seria derivada da realidade brasileira, pois os conceitos seriam impostos aos fatos e não o seu contrário.

A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um desses mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista”, o apoio das forças populares e de esquerda. O anti-imperialismo tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer de seus setores”¹¹.

O golpe militar de 1964, demonstraria na prática, o equívoco do aparato analítico-conceitual do PCB, já que a ação contou com a aliança da burguesia “nacional”, com as oligarquias tradicionais e com o imperialismo. Dessa forma, as classes sociais não se comportaram da maneira esperada pela formulação vigente, que ao se impor aprioristicamente às relações sociais, não pôde capturar o movimento do real.

Como pudemos ver, Prado Jr. critica a existência de uma burguesia nacional e seu suposto papel anti-imperialista e antifeudal, para o autor, não haveria contradição entre a burguesia nacional e o imperialismo. A situação de dependência e de “subordinação orgânica e funcional da economia brasileira”¹² em relação ao sistema internacional, basicamente exportadora de produtos primários, é que tornará a economia tão suscetível à penetração do capital financeiro. Os capitais e iniciativas imperialistas não encontrarão no Brasil – ao contrário dos países asiáticos – um prévio sistema econômico que devesse ser remodelado para inserir suas relações posteriormente. Na verdade, encontrariam no Brasil ótimas condições de entendimento entre a burguesia brasileira e os imperialistas.

O imperialismo, longe de “travar” o desenvolvimento capitalista ou fazer concorrência aos empreendimentos econômicos nacionais, teria ampliado os horizontes da burguesia nativa. O investimento estrangeiro trouxera muitos benefícios à burguesia, as bases da economia nacional até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, teriam sido erigidas graças ao capital estrangeiro, desde grandes lavouras, especificamente o café, até as ferrovias, modernos portos, eletricidade, empreendimentos industriais. O imperialismo também traz um conjunto de valores ligados à iniciativa capitalista, bem como técnicas

¹¹ Prado Jr., 2014, p. 120.

¹² *Ibidem*, p. 116.

modernas, que ganharam excelente acolhida na burguesia brasileira. O conjunto de vantagens auferidas à burguesia não lhe permitiria uma consciência anti-imperialista:

Ela recusa aliás considerar “imperialista” as inversões de capital estrangeiro em empreendimentos no Brasil, e considerar essas inversões simples transações comerciais estritamente limitadas ao plano de negócios privados, sem nenhuma caracterização de conjunto e sem implicações econômicas gerais e muito menos políticas. Essa posição da burguesia brasileira em face do imperialismo, de fato ignorando-o, evidencia que, realmente, não o sente e percebe, limitando-se a considerar o fato concreto e imediato da afluência e presença no país de empreendimentos estrangeiros¹³.

Ainda que Prado Jr. considere o imperialismo como grande impulsionador da economia brasileira em seus mais diversos aspectos, não deixa de observar que a economia brasileira, enquadrada no sistema do imperialismo, tem suas possibilidades limitadas quanto ao desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção. Para o autor, as críticas ao capital estrangeiro em geral são apresentadas por uns e outros indivíduos que se sentem prejudicados em seus negócios, mas não se manifesta como classe social. Inclusive, embora possa existir determinados atritos em determinados pontos, “os interesses da burguesia brasileira, em conjunto, se podem perfeitamente ajustar dentro do sistema do imperialismo”¹⁴.

É a partir dessa compreensão que Prado Jr. embasa sua crítica a um dos elementos centrais da formulação democrático nacional:

Não há, pois, que esperar, como afirmam as teses clássicas e consagradas da revolução brasileira, a configuração de um setor burguês anti-imperialista capaz, em conjunto e como categoria social caracterizada, de fazer frente ao imperialismo e constituir uma força revolucionária. Neste assunto estamos bem distanciados do que ocorreu e ainda vem ocorrendo nas colônias ou ex-colônias e dependências do imperialismo na Ásia e na África¹⁵.

Após a apresentação do balanço crítico à teoria consagrada, que informava a estratégia democrático-nacional do PCB, passaremos a examinar a propositura estratégica de Prado Jr., que segundo Iasi conteria os “germes”¹⁶ da estratégia democrático-popular. No mesmo tópico, contaremos também com a análise das formulações de Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho.

¹³ *Ibidem*, p. 119.

¹⁴ *Ibidem*, p. 120.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Iasi, 2012, p. 9.

1.2 Elementos constituintes da formulação democrático-popular

Como examinado, Prado Jr. fez contundentes críticas sobre as possibilidades de um capitalismo progressista e sua consequência política, que seria a aliança entre a classe trabalhadora e a burguesia “nacional”. Para além do diagnóstico e da perspectiva crítica dos pressupostos da formulação democrático-nacional, o historiador paulista propõe uma perspectiva nova para o programa da revolução brasileira que possa se contrapor à perspectiva democrático-nacional.

Agora, examinaremos a perspectiva estratégica de Prado Jr., expressa em “A Revolução Brasileira”. Para o autor, a respeito da revolução brasileira, não se tratava de saber se ela seria socialista, popular ou democrático-burguesa, pior ainda fazendo uso de *a priori* para chegar à determinadas conclusões. Não importaria o “caráter” ou a “natureza” da revolução, mas sim de *dar uma direção* às potenciais transformações econômicas que levassem o Brasil à superação de determinado estágio econômico ainda marcado pelas vicissitudes de sua formação colonial, principalmente os baixos padrões econômicos e culturais da massa da população.

O socialismo seria considerado irrealizável, “a eliminação da iniciativa privada somente é possível com a implantação do socialismo, o que na situação presente é desde logo irrealizável no Brasil”¹⁷, pois faltariam “condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política, e mesmo simplesmente administrativa, suficientes para transformação daquele vulto e alcance”¹⁸.

A respeito do itinerário crítico do autor, que vai tecendo sua perspectiva estratégica, Iasi observa que:

Após desconstruir a lógica etapista e a transposição de modelos como apriores abstratos a serem impostos à realidade, depois de criticar impiedosamente a alternativa democrática e nacional e sua aliança com uma suposta burguesia nacional que levasse ao mito de um “capitalismo progressista”, o autor cai em um aparente paradoxo: a revolução democrática nacional tal como apresentada pelo PCB leva à conciliação de classes e a conseqüente derrota dos trabalhadores (confirmada em 1964), mas a revolução socialista, entendida classicamente como socialização dos meios de produção e formação de um Estado do Proletariado e seus aliados, é irrealizável pelos motivos apontados¹⁹.

Prado Jr. considera que a herança colonial e os laços de dependência estabelecidos no passado continuam a se reproduzir no presente, mantendo o estatuto colonial. A economia

¹⁷ Prado Jr. 2014, p. 163.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Iasi, 2012, p. 9.

brasileira tem sua produção voltada para fora do país, permanecendo exportadora de bens primários. Em uma economia assim, produção e consumo se encontram desarticulados, e não se integram num “conjunto orgânico”. O sistema não está baseado em uma produção e distribuição voltados para a subsistência da população, antes se constitui como empresa comercial propulsionada por essa mesma população, porém se direciona para manter o funcionamento e benefícios de “objetivos estranhos”, no caso externos ao país e sua população.

Observamos que mesmo o processo de industrialização, que deveria contar como principal fator na superação do estatuto colonial, realizando-se pela forma que está ocorrendo, isto é, ligado fundamentalmente ao imperialismo e na dependência de empreendimentos e iniciativas que nele se compreendem, encontra-se de antemão estritamente limitado, e (o que é sobretudo importante) não guarda relação essencial com a conjuntura econômica interna do país, e se subordina antes a circunstâncias e contingências estranhas a ele²⁰.

A economia brasileira, orientada para fora, teria como suas maiores consequências os baixos padrões de vida da população. Por sua vez, os baixos padrões de vida não estimulam atividades produtivas que possam absorver como mão de obra essas camadas populacionais marginalizadas, conformando um “mercado consumidor restrito”. Em suma, “não temos produção porque não temos consumo, e não temos consumo porque não dispomos de um nível adequado de atividades produtivas”²¹.

Ainda para o autor, o “lucro capitalista” nos países europeus ocupou importante papel, pois ele se articulava com o desenvolvimento econômico geral, *a produção* estava ligada ao *mercado*, este cresceria em função da produção, criando-se um ciclo virtuoso em que um impulsionaria o crescimento do outro. Porém, o Brasil, devido a seus vícios orgânicos, não reproduziria essa mesma lógica, uma vez que aqui não haveria uma “demanda suficiente” capaz de constantemente estimular a produção reproduzindo aquele ciclo virtuoso, e o que teríamos seria a reprodução crescente da pobreza. A livre-iniciativa só se concentra em atender camadas muito restritas da população, esses setores não ofereceriam perspectivas muito animadoras, já que crescem em ritmo muito lento e irregular. Neste sentido Prado Jr. aponta que:

Há de essencialmente se atacar a reforma do sistema a fim de impulsionar o seu funcionamento no sentido de um desenvolvimento *geral e sustentado*. É do

²⁰ Prado Jr., 2014, p. 155.

²¹ *Ibidem*, p. 156.

aumento da demanda solvável, e sua articulação com as necessidades gerais e fundamentais do país e de sua população, que se há de partir para o incentivo às atividades produtivas que em seguida incentivarão a demanda. Não é possível, repetindo o ocorrido no desenvolvimento capitalista originário, ir no sentido contrário, isto é, da produção para o consumo e a demanda²².

Se na Europa o desenvolvimento econômico ocorreu a partir da produção, no Brasil ele deveria seguir o primado da *distribuição*. O papel que o lucro capitalista cumpriu no desenvolvimento capitalista originário não teria condições de se repetir no Brasil, pois a “iniciativa privada, que tem no lucro e somente nele sua razão de ser, não é suficiente assim para assegurar um desenvolvimento adequado”²³. Em sua proposta, as atividades econômicas deveriam ser “nas condições do Brasil, controladas por fatores além e acima da iniciativa privada”²⁴, esse controle deveria orientar a iniciativa privada na solução do problema social e econômico central, que era a grande miserabilidade da massa da população brasileira, produto da natureza da formação histórica do país. Neste sentido:

Não se pretende com isso eliminar a iniciativa privada, e sim unicamente a *livre* iniciativa privada que, esta sim, não se harmoniza com os interesses gerais e fundamentais do país e da grande maioria de sua população, por não lhe assegurar suficiente perspectiva de progresso e melhoria de condições de vida. Mas em si, a iniciativa privada, uma vez devidamente orientada, constitui não somente, nas circunstâncias atuais do Brasil, um elemento necessário, mas ainda, no seu conjunto e totalidade, ela é insubstituível, e não poderia ser abolida sem dano para o funcionamento normal da economia²⁵.

Não se trata de suprimir a propriedade privada, mas de dirigir a “livre” iniciativa privada. Ou seja, mudar a função social dela. Não se poderia confiar as atividades econômicas ao livre jogo do mercado, a preocupação com o “crescimento econômico” restrito à elevação da renda nacional, proferido pela ortodoxia conservadora, não poderia beneficiar amplas camadas da sociedade devido à base econômica marcada por características coloniais que só beneficiam o mercado externo e o consumo de uma pequena parte da população brasileira. A preocupação deveria orbitar em torno da distribuição e da repartição da renda, viabilizada pela planificação e pela direção das atividades econômicas.

Mas de que forma ocorreria a viabilização dessas proposituras? Segundo a formulação, mediante ação do poder público, sustentada por uma aliança entre trabalhadores da cidade e do campo, a fim de promover uma distribuição mais equitativa da renda e dos

²² *Ibidem*, p. 164, grifos próprios.

²³ *Ibidem*, p. 162.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*, p. 162-163.

recursos financeiros, sobretudo pela defesa dos interesses dos trabalhadores e a valorização do trabalho, em especial do trabalhador rural, que sendo a maior parte da população brasileira, é o que mais sofre com as péssimas condições de vida.

O atendimento das reivindicações dos trabalhadores rurais, fração social que se encontra em piores condições de vida, poderá produzir de forma progressiva a integração dessa parcela social na vida política e social do país em que esteve historicamente marginalizada. Essa integração cumpre papel decisivo para o desencadeamento do processo de transformação revolucionária na estrutura social e econômica do Brasil.

O poder público, levado por aquele imperativo e pressionado pelo novo equilíbrio de forças resultante da ascensão política do trabalhador rural, se orientará então no sentido de promover e dirigir as atividades produtivas, e, pois, de forçar as inversões e o encaminhamento dos recursos relativamente limitados de que o país dispõe (e que por isso precisam ser poupados e bem dosados) de acordo com uma escala de prioridade em que já não se tratará mais, em primeiro e principal, senão único lugar, como hoje ocorre, de promover simples “negócios” e proporcionar “lucro”, e sim cuidará – embora sem eliminar aqueles estímulos do interesse privado, mas antes utilizando-os na medida do possível para o mesmo fim – de estruturar a economia em função do atendimento das necessidades mais prementes da massa da população²⁶.

O novo equilíbrio, baseado em uma correlação de forças constituída por setores populares no controle do Estado, objetivará “a organização das atividades produtivas de maneira que a produção para o *mercado interno, no nível do consumo final, passe em primeiro lugar* e seja prioritariamente de bens e serviços básicos e essenciais, assim como acessíveis à massa da população”²⁷, diferentemente da orientação ligada à especulação e às demandas do mercado do externo ou da reduzida camada interna com excepcional e alto padrão de consumo. A nova orientação da atividade produtiva “sustentada e segura” deverá operar a partir da ampliação dos mercados consumidores e a produção baseada em bens básicos deve ser capaz de “alimentar, abrigar, vestir”, assim como ofertar saúde e educação, padrões mínimos de conforto à massa da população brasileira.

A solvabilidade e a sustentação do novo sistema devem ser asseguradas pela progressiva ampliação de oportunidades de trabalho e ocupação, resultando em aumento de renda e poder aquisitivo. A articulação entre atividade produtiva e mercado consumidor é o mecanismo fundamental do desenvolvimento econômico, e que faltou entre nós no nível do consumo de massas, devido à herança colonial.

²⁶ *Ibidem*, p. 166-167, grifo próprio.

²⁷ *Ibidem*, p. 167.

A *reorientação* econômica para o mercado interno fará com que a “própria produção” crie seu mercado, produção e consumo em interação recíproca – retroalimentadora – terá capacidade autopropulsora. O processo confluiria para:

Haverá então condições no Brasil para o estabelecimento de um sistema econômico englobando num *todo coeso e orgânico* o conjunto de sua população, e que se desenvolverá por isso sobre a base e em função dele próprio. Romper-se-á com isso o círculo vicioso a que nos referimos acima e que tão gravemente tem embaraçado e comprometido o nosso desenvolvimento. E aos sucessivos ciclos, que sempre caracterizam a evolução histórica brasileira, se poderá afinal *substituir um progresso sustentado e seguro*. O Brasil terá finalmente *superado em definitivo o seu passado e a sua herança colonial*²⁸.

De forma sucinta, podemos afirmar que a formulação de Prado Jr. nega a estratégia democrático-nacional, seu diagnóstico sobre a caracterização social da formação brasileira, rejeitando o papel anti-imperialista de uma suposta burguesia nacional e a via de uma revolução agrária que poria termo aos “restos feudais”. Em contraposição, defende uma aliança entre trabalhadores do campo e da cidade e setores populares, que por meio de uma nova correlação de forças possa controlar o Estado, que por sua vez orientará uma forma de desenvolvimento “geral e sustentada” – não socialista – que leve em consideração as demandas populares das massas empobrecidas, porém rejeitando o desenvolvimento de um capitalismo autônomo via burguesia nacional e progressista, assim como a lógica do lucro e da livre iniciativa privada.

Defende um desenvolvimento orientado pelo poder público que atenda as demandas populares a partir da reorientação da atividade econômica, propiciando geração de empregos, aumento da renda, consumo de massas e o alargamento do mercado interno. Neste sentido, o estabelecimento de um ciclo virtuoso que supere o estatuto colonial e conflua para uma sociedade nacional. Segundo Iasi, a respeito da formulação de Prado Jr.:

Eis que surgem os germes de uma formulação que seria determinante no ciclo que se abriria com a crise da Ditadura Militar e empresarial inaugurada em 1964. Uma transformação social que tenha que se contrapor a um bloco conservador formado pelo latifúndio, pela burguesia imperialista/monopolista e pela burguesia brasileira que a ela se associa subordinadamente, que se sustente numa ampla aliança dos trabalhadores assalariados da cidade e do campo (lembremos que para ele a luta pela terra não se propunha de forma generalizada e “menos ainda em termos revolucionários”, junto aos aliados formados pelas massas urbanas que lutam por suas condições de vida, ou seja, um chamado campo “popular”.²⁹

²⁸ Prado Jr., 2014, p. 168, grifos próprios.

²⁹ Iasi, 2012, p. 13-14.

A formulação de Prado Jr. se dá em um contexto em que a produção ainda é submetida pelo mercado e pela propriedade privada, e não se trata de uma transição socialista. A solução estratégica, como já assinalamos anteriormente, passa pela direção do Estado sob controle das forças populares, “ a resposta do autor é que a única maneira de essas demandas se apresentarem com força política para serem levadas em conta é fazer com que o Estado as apresente como expressão de uma vontade política majoritária e legítima”³⁰, porém, a temática do Estado carecerá de uma análise mais profunda em “A Revolução Brasileira”, tanto em seus condicionamentos quanto seu desenvolvimento histórico.

Dessa forma, podemos perceber que a formulação de Prado Jr., ainda que supere a visão consagrada da revolução brasileira, sendo o PCB seu maior expoente, a sua crítica nos parece permanecer na necessidade do desenvolvimento capitalista, porém, este seria dirigido pelo Estado sob controle de forças populares e não por uma burguesia progressista. Ainda que sob diagnósticos bastante distintos sobre a formação social brasileira, o resultado final a que se pretende chegar tanto na proposta do PCB quanto na de Prado Jr, é o desenvolvimento capitalista. As duas perspectivas compartilham que este desenvolvimento trará melhoras em relação aos padrões materiais de vida à massa da população mais pauperizada.

Excluído o caso da iniciativa e intervenção dos empreendimentos internacionais, isto é, cujos centros propulsores e diretores se encontram no exterior – pois esses são por natureza inassimiláveis dentro da economia nacional, e sua eliminação constitui um primeiro e preliminar passo indispensável de qualquer programa de renovação de nossa economia -, é perfeitamente possível e acreditamos mesmo indispensável para o funcionamento regular da vida econômica brasileira assegurar nela a participação da iniciativa privada. *É preciso não esquecer que a situação da economia brasileira, a pobreza e os baixos padrões da população trabalhadora derivam menos, frequentemente, da exploração do trabalhador pela iniciativa privada que da falta dessa iniciativa com que se restringem as oportunidades de trabalho e ocupação*³¹.

Sendo assim, podemos entender que as bases do anti-imperialismo no Brasil, se colocam à medida que os empreendimentos internacionais não podem ser controlados no interior da economia nacional. Mas, o principal aspecto que nos interessa demonstrar é que para o autor existe a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo, promotor de uma série de virtualidades aos trabalhadores, desde que a iniciativa privada seja dirigida por aquelas forças populares por meio do Estado. Do nosso ponto de vista, Prado Jr. acaba

³⁰ *Ibidem.*

³¹ Prado Jr., 2014, p. 163, grifos próprios.

por reproduzir, ainda que sob outro diagnóstico e pressupostos, a proposta do PCB acerca da necessidade do desenvolvimento capitalista.

1.3 Florestan Fernandes e a Revolução burguesa no Brasil

Florestan Fernandes fará algumas apreciações críticas sobre as elaborações de Prado Jr., bem como a temática do Estado ganhará relevo em sua obra. Em artigo de 1968, a respeito de “A Revolução Brasileira”, Fernandes observa que:

Não estou de acordo com todos os pontos de vista nem com todas as condições expostas naquele livro. Entretanto, compartilho com Caio Prado Júnior algumas convicções fundamentais. Primeiro, *era de fato preciso pôr a nu os fatores intelectuais do terrível divórcio que se estabeleceu entre a ação política e o socialismo em certos setores da esquerda brasileira*. Segundo, isso também tinha de ser feito o mais depressa possível, ainda que sob o risco de conceder-se aos círculos conservadores o sabor de uma vitória moral. Enganam-se os que pensam que o momento seria errado. Batidas pela reação e derrotadas sem luta eficiente pela contrarrevolução, as forças de esquerda têm diante de si um árduo caminho a percorrer. *O começo desse caminho está na crítica severa dos erros cometidos e de suas causas, o único meio apropriado para vencer o descrédito*, conquistar um ressurgimento rápido e adquirir vitalidade para enfrentar os futuros confrontos que nos esperam³².

Florestan compartilha com Prado Jr. a necessidade do balanço crítico a respeito da ação política da esquerda e dos socialistas, além da crítica à arquitetura teórico-conceitual que a orientava, apesar de não haver uma grande troca intelectual entre os dois autores. O que nos interessa é que estavam lidando com as consequências do Golpe de 1964, e suas respostas, muito mais que os diagnósticos que levaram à Ditadura de 1964, nos interessa seus prognósticos e suas formulações políticas. Dito isso, Fernandes aludi:

Somente em um ponto estou em desacordo com as opiniões de Caio Prado Jr. Trata-se do delineamento do programa político, que é apresentado aos leitores. Não descobri nele uma irrefutável substância socialista. Existe uma intenção socialista, sem dúvida, mas o programa proposto seria perfeitamente exequível por uma burguesia nacional bastante autônoma, inteligente e criadora para combinar, em bases puramente capitalistas, alguma sorte de *welfare state* com crescimento econômico acelerado³³.

Para Fernandes, a “revolução brasileira” de Prado Jr. ainda seria uma revolução democrático-burguesa. Mesmo que hipoteticamente se rompesse com os bloqueios advindos da dominação imperialista e do subdesenvolvimento, ela resultaria em uma ordem social

³² Florestan Fernandes. Brasil: em compasso de espera. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, p.128.

³³ *Ibidem*, p. 129.

competitiva mais aperfeiçoada, podendo contar com uma maior diferenciação e integração, sob padrões característicos do capitalismo mais avançado.

Uma proposta socialista para “a revolução brasileira” não poderia se encerrar nesses termos³⁴, ainda que determinadas conquistas nos marcos do capitalismo fossem benéficas aos trabalhadores e, com isso, deveriam perspectivar os meios políticos do socialismo na revolução brasileira.

É pena que Caio Prado Júnior não pretendesse ir tão longe, mantendo seu programa no plano em que as atividades da esquerda são balizadas por interesses nacionais de origem capitalista e de significação burguesa, como se no futuro voltasse a imperar o velho esquema da “união consagrada”. O que o golpe de Estado de 1964 deixou patente é que esse esquema – que nunca funcionou no passado, por causa do caráter obscurantista das elites no poder – não possui nenhuma viabilidade atualmente. [...] Nesse sentido, o primeiro passo a ser dado está na formulação de um programa socialista que não se atenha apenas ao plano dos interesses econômicos, sociais e políticos comuns e que leve em conta, substancial e prioritariamente, os fins, as medidas e os meios políticos que possam conduzir a “revolução brasileira” no sentido do socialismo³⁵.

A respeito da formação social brasileira, Florestan Fernandes de forma pertinente questiona se “existe ou não uma ‘Revolução Burguesa’ no Brasil?”. A sua resposta:

Há uma tendência, bastante forte e generalizada, no sentido de negá-la, como se admiti-la implicasse pensar a história brasileira segundo esquemas repetitivos da história de outros povos, em particular da Europa moderna. A questão estaria mal colocada, de fato, se se pretendesse que a história do Brasil teria de ser uma repetição deformada e anacrônica da história daqueles povos (EUA e Europa). Mas não se trata disso. Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas?³⁶

Para o autor, toda a tentativa de transplantar o conjunto de fases e sucessões do desenvolvimento capitalista europeu no Brasil será uma análise deformada da realidade, mera reprodução abstrata de esquemas interpretativos. Diferentemente da Europa, não tivemos o feudalismo e nem o burgo, as relações sociais existentes não propiciaram que a exploração feudal fosse substituída pela exploração capitalista, os cercamentos constituindo força de trabalho livre e arrendatários capitalistas ou o processo que transforma as corporações de ofício em manufaturas e daí na grande indústria moderna.

³⁴ *Ibidem*, p. 129. “Ele precisa projetar a ‘revolução brasileira’ segundo os ideais, os valores e os meios políticos do socialismo. Essa é uma condição *sine qua non* para que a esquerda supere o atual estado de debilidade orgânica, que a converte num aliado útil, mas incômodo das elites, na fase burguesa daquela revolução.”

³⁵ *Ibidem*, p. 132.

³⁶ Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2020, p. 33-34.

O senhor de engenho não seria o antecessor da figura do burguês, apesar de inserido no processo de mercantilização, este processo só aparecia dessa forma para os agentes que controlavam a economia colonial. O senhor de engenho se resumia à forma dada pela apropriação colonial, ocupando papel marginal que se atrelava a uma produção de tipo colonial, que era estruturalmente heteronômica. Apesar de seus privilégios, estava vulnerável a expropriação fiscal da Coroa, o excedente econômico de que se apropriava, não teria nada a ver com o lucro. Dessa forma “não seria em elementos exóticos e anacrônicos da paisagem que se deveriam procurar as condições eventuais para o aparecimento e o desenvolvimento da ‘burguesia’”³⁷.

Porém, não seria possível negar a existência do burguês ou da burguesia no Brasil, eles apenas aparecem aqui tardiamente sob forma distinta do processo europeu, mas cumprindo funções e ações análogos, seja em relação ao “tipo de personalidade”, seja a natureza da formação social. O burguês já surgiria no Brasil como uma figura especializada, seja como agente artesanal envolvido no processo de mercantilização da economia interna, seja na figura do comerciante. A revolução burguesa no Brasil só pode ser entendida como um processo distinto do europeu não repetindo suas fases sucessivas.

Não tivemos todo o passado da Europa mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-colonial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil³⁸.

A formação da burguesia brasileira se dará por intermédio de uma “*congérie* social”, ajuntamento de distintos grupos sociais que absorveram como seus os valores burgueses e convergiram em sua ação social. Teriam, assim, adquirido um tipo de atitude voltada ao lucro, à acumulação de riquezas, ao empresariamento e à organização de empreendimentos econômicos de grande porte.

Somado a isso, setores da oligarquia, também incorporariam valores burgueses por meio de laços com a vida urbana e a necessidade de seus serviços como o crédito bancário e acesso ao grande comércio, progressivamente absorvendo um padrão civilizacional burguês. O resultado dessa forma distinta da gênese burguesa é que ela não precisou se enfrentar com a velha ordem tradicional, em aliança com “os de baixo”, como no caso francês. Pelo contrário, sua gênese não significou exatamente uma ruptura, mas produziu uma transição,

³⁷ *Ibidem*, p. 31.

³⁸ *Ibidem*, p. 34.

que ainda seria hegemônica pela oligarquia que manteve seu poder, e durante o processo soube se adaptar e se modernizar dentro das novas condições.

A aliança de setores que assumiram o “espírito burguês” com a velha oligarquia buscaria frear a revolução vinda das camadas exploradas – trabalhadores rurais e urbanos – contra a ordem oligárquica. Tendo como resultado uma revolução “dentro da ordem”, contrária aos setores populares, excluindo do seu conteúdo burguês os elementos nacionais e democráticos. Uma economia colonial em relação de dependência externa, em meio ao mercado mundial, incluiria o imperialismo no bloco de alianças, e é este arranjo que consolidaria a ordem burguesa no Brasil. A condição de dependência seja sob dominação colonial ou sob a dominação imperialista teria três elementos em comum:

a) concentração de riqueza, poder e prestígio nos estratos sociais mais próximos dos núcleos de dominação externa; b) a coexistência do “atraso” com o “moderno” em relações de funcionalidade (não dicotômicas), na medida em que eles financiam tanto a dominação externa quanto a concentração interna de riqueza, poder e prestígio social; c) exclusão de amplas massas da população da participação dos resultados da modernização econômica, política e cultural³⁹.

Esses elementos formataram as estruturas de poder na sociedade brasileira, especificamente o seu Estado, expressando as características advindas do capitalismo dependente que aqui se formou, *o divórcio de conteúdos nacionais e democráticos da revolução burguesa que aqui se processou* ocasionará uma forma política particular de Estado, que Fernandes denominava de “autocracia”,

Um poder que se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva⁴⁰.

A união entre a aristocracia fundiária e a burguesia, e seu setor mais próximo ao imperialismo, bem como alguns segmentos médios, perfilariam uma forma mais orgânica de domínio social e político, materializado no controle do Estado. A caracterização de autocrático refere-se ao diminuto e circunscrito círculo⁴¹ em que se arvora essa forma de dominação. O desenvolvimento e a consolidação da autocracia burguesa se dão no curso próprio da revolução burguesa, passando por diversas fases, desde o Império e sua crise à

³⁹ Florestan Fernandes. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 20.

⁴⁰ Fernandes, 2020, p. 294.

⁴¹ *Ibidem*, p. 215. “Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos e que a democracia burguesa, nessa situação, seja, de fato, uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa”.

República em seus vários momentos. Porém, seu ponto alto se dá com o golpe civil-militar em 1964:

[...] os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução autodefensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente. O processo culminou na conquista de uma nova posição de força e de barganha, que garantiu, de um golpe, a continuidade do status quo ante e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava. A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis (em vista da situação interna): 1) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”); 3) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político⁴².

Dessa forma, em nome de um desenvolvimento acelerado, a dependência se aprofunda devido a uma agora maior incorporação da economia nacional e do Estado à economia internacional e a estrutura internacional de poder. Encerra-se, assim, um período na história econômica do Brasil e o ideal de uma revolução democrático-burguesa. Outro momento se abre na história do país, aceitando a ideia de uma revolução de cima para baixo, “o sentido da dominação burguesa se desmascara, deixando a nu sua natureza coercivelmente autocrática, ‘contra quem’ ela se faz”⁴³. A maturidade da burguesia é alcançada em pleno capital monopolista, sendo inevitável o fortalecimento da dominação externa, do subdesenvolvimento e da desigualdade social, tornando cada vez mais explosiva a sociedade brasileira. Dessa forma:

Em consequência, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se (processo que, sem dúvida, continuará, mesmo que encontre formas eficientes de dissimulação, como sucedeu com a dominação senhorial no Império). Não só porque ainda não existe outra força social, politicamente organizada, capaz de limitá-la ou de detê-la. Mas, também, porque ela não tem como conciliar o modelo neo-imperialista de desenvolvimento capitalista, que se impôs de fora para dentro, com os velhos ideais de Revolução Burguesa nacional-democrática⁴⁴.

O contexto histórico em que se desenrola a revolução burguesa é marcada por uma apropriação do excedente econômico, que em grande parte é canalizada para fora, ficando o país sem uma base para a expansão da ordem social competitiva ou de conformar uma sociedade moderna. Nesse caso, o ritmo da revolução burguesa se torna refém dos *impulsos*

⁴² *Ibidem*, p. 220.

⁴³ *Ibidem*, p. 222.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 223.

vindos de fora, ou seja, das nações imperialistas e do mercado mundial. Uma das principais consequências é a transferência do centro de decisões vitais para os países imperialistas, pois a burguesia local encontra-se impotente para a partir de dentro impulsionar as grandes transformações econômicas e políticas.

A autocracia teria um caráter inflexível⁴⁵ ou impermeável diante das demandas dos “de baixo”, é a relação de dependência e adequação ao padrão de desenvolvimento do capital monopolista que torna o controle autocrático do Estado uma “necessidade histórica”, um pressuposto do seu desenvolvimento econômico. Dessa maneira, se compararmos a perspectiva sobre o Estado, apontada por Fernandes, daquela por Prado Jr., encontraremos diferenças e interrogações.

De acordo com Iasi (2017, p. 295), “como um Estado assim caracterizado poderia servir como instrumento para que os setores majoritários da população apresentassem suas demandas como vontade geral a ser levada em conta pelo mercado e os produtores privados, como esperava Caio Prado?”.

1.4 Dentro da ordem e contra a ordem

Para Fernandes, a revolução burguesa contém em seu interior dois processos antagônicos, duas revoluções antagônicas, “uma que vem do passado e chega a termo sem maiores perspectivas; outra, que lança suas raízes diretamente sobre ‘a construção do futuro no presente’”⁴⁶. Na ausência de uma alternativa socialista e de uma classe trabalhadora organizada, as lutas “dentro da ordem” para os socialistas só teriam razão de ser se servissem ao processo de organização da classe trabalhadora e, posteriormente, se dirigisse para “fora da ordem” constituindo uma revolução socialista.

Sem uma perspectiva socialista, a crise da autocracia encontraria sua resolução no interior da ordem. O desenlace, do problema de legitimidade da burguesia, poderia produzir dois cenários. O primeiro, é que devido as características estruturais que condicionam a autocracia burguesa, a burguesia poderia mudar a forma de dominação política ditatorial para uma forma alternativa, mas mantendo seu conteúdo autocrático e autoritário; o segundo, diz respeito a uma “democracia de cooptação”, em que a burguesia teria pouco a oferecer

⁴⁵ Iasi, 2017, p. 295. “A autocracia teria a particular característica de ser “inflexível”, fato do qual deriva sua tendência a se utilizar dos meios repressivos institucionais contra as demandas dos de baixo, não por ser débil, mas, ao contrário, muito forte. Seu caráter de força política a favor da contrarrevolução preventiva faz do Estado burguês no Brasil uma expressão política de fins políticos particularistas em defesa de interesses materiais privados”.

⁴⁶ Fernandes, 2020, p. 293.

aos trabalhadores, para que legitimem sua dominação. Mas, mesmo esse “pouco” seria muito para a burguesia, este segundo cenário é descartado por Fernandes.

Até onde pudemos chegar, por via analítica e interpretativa, não padece dúvida de que as contradições entre a aceleração do desenvolvimento econômico e a contra-revolução preventiva só podem ser resolvidas, “dentro da ordem”, não pela atenuação, mas pelo recrudescimento do despotismo burguês⁴⁷.

O prognóstico do autor é o cenário de recrudescimento da autocracia, porém, essa análise está alicerçada em um momento em que ainda não se conta com um movimento de massas em ação, atuando como força opositora. As greves do ABC, a partir de 1978, que se alastrariam para o país inteiro, dinamizando a ação de diversos movimentos sociais, recolocou a conjuntura e suas possibilidades de alteração em perspectiva. Neste momento, existiria uma força social dos de baixo, que lutaria pela ampliação da democracia e conquistas econômicas.

A dinâmica da revolução brasileira, a partir do ascenso da classe trabalhadora na cena histórica do país, agora poderia fazer com que a revolução que vem do passado, com suas demandas no interior da ordem, pudesse passar para uma revolução contra a ordem, uma revolução socialista que parte do presente para o futuro.

É preciso operar dentro da ordem e com objetivos circunscritos. Fazer o que as classes possuidoras não fizeram, porque nunca tiveram de dividir o espaço político com as classes trabalhadoras forçarão a reativação da revolução nacional e imprimirão à revolução democrática um novo padrão histórico. Em suma, começarão por liberar a revolução nacional (contida e esmagada pelo desenvolvimento com segurança para fora) e enterrarão de vez a democracia restrita, construída sob o escravismo e imposta sobre o trabalho livre por uma burguesia incapaz de alimentar a revolução nacional, ligando entre si desenvolvimento com democracia⁴⁸.

Para o movimento de massas ascendente, ao final dos anos 1970, interessa a superação da democracia restrita por uma “democracia de participação ampliada” que permitiria um conjunto de direitos e participação política da classe trabalhadora. Ou seja, a luta dentro da ordem pela consolidação da democracia burguesa é um primeiro passo para que a classe trabalhadora se constitua como classe em si. Para Fernandes ([1980] 1982, p. 88), “as classes trabalhadoras herdaram os problemas que a burguesia não quis ou não logrou resolver”, pois, a resolução desses problemas “inviabilizaria o sistema capitalista de poder montado para satisfazer os interesses, as conveniências e as necessidades dos vários ramos

⁴⁷ *Ibidem*, p. 357.

⁴⁸ Fernandes, 2011, p. 279.

da burguesia, estrangeiros e nacionais, associados na exploração de muitos milhões de trabalhadores livres e semilivres”.

Porém, como a luta dentro da ordem se converteria em uma revolução fora da ordem? Bem, a resposta se encontra na própria caracterização do Estado burguês e da burguesia feita por Fernandes. O desenvolvimento do capitalismo dependente produziu uma burguesia hostil e intransigente, que se materializa em um Estado de caráter autocrático e impermeável em relação às demandas da classe trabalhadora. A burguesia não teria levado a cabo as tarefas da revolução democrática, porque estas a inviabilizariam como classe em sua condição autocrática e dependente, tendo como consequência a limitação de seu poder econômico e político ao ter que conviver com as pressões e reivindicações das classes trabalhadoras.

É neste sentido que as classes trabalhadoras devem incorporar como suas as tarefas da revolução democrática que a burguesia brasileira não encampou. Um forte movimento de massas, junto ao operariado, apresentando suas demandas ainda nos limites da ordem burguesa, se chocariam com o Estado autocrático e a inflexibilidade da burguesia, levando à necessidade de uma ruptura, de uma revolução “fora da ordem”.

Movimento que guarda semelhanças com a perspectiva da revolução permanente elaboradas por Marx e retomada por Trotski. Neste ponto é que a formulação de Florestan Fernandes vai além da propositura, de Prado Jr., uma vez que a crítica do historiador paulista à estratégia democrático-nacional passa por uma correlação de forças populares que apresentam suas reivindicações por meio do Estado, mas se encerra nos limites de um desenvolvimento sustentado com conteúdo nacional. Enquanto Fernandes propõe um programa democrático que ao entrar em choque com a impermeabilidade da autocracia burguesa leva à possibilidade do socialismo.

A necessidade de os trabalhadores assumirem as tarefas não realizadas pela burguesia, inclusive usando-as contra a última, será um dos elementos centrais da estratégia democrático-popular. Outro elemento a ser destacado é que a formulação de Fernandes está baseada em um diagnóstico, em que *não é possível uma revolução socialista imediata no Brasil*.

Faz-se necessário lembrar que a formulação se dá ainda em um contexto ditatorial. Sendo assim, primeiramente, deve-se conquistar a democracia, estabelecer lutas que constituam os trabalhadores como classe, criando as condições para a luta que se desdobrará em uma ruptura revolucionária. A “eclosão democrática” deve se fortalecer e dar “origem a uma sólida democracia de participação ampliada e ajude a liberar o aparecimento de um

espaço político no qual o conflito das classes trabalhadoras se converta em fator histórico criador”⁴⁹.

As condições exigem “considerar várias etapas: a luta por um espaço político dentro da ordem, a tomada do Estado e a organização da dominação de classe e do poder da maioria, os momentos específicos de transição para o socialismo, a implantação do comunismo”⁵⁰. As condições objetivas do Brasil, marcada pela concentração de poder autocrático, não permitiria começar pelo fim (o socialismo), o que “apenas facilitaria o controle e a posterior supressão das forças reivindicativas revolucionárias, bem como a sua deslegitimação perante o conjunto da população”⁵¹.

As novas condições propiciadas pela crise da autocracia burguesa e a emergência do movimento de massas que luta por conquistas econômicas e ampliação democracia, em fins dos 1970, abre novas possibilidades e formulações, tendo na relação entre Estado, democracia e socialismo um ponto central, sendo elemento fundamental para a nova estratégia em germe.

1.5 A democracia como valor universal

Neste aspecto, a formulação de Carlos Nelson Coutinho, disposta no texto de 1979 “A democracia como valor universal”, tem fundamental relevância. O autor está envolvido no debate interno do PCB, compondo um agrupamento de intelectuais tido como “renovadores do PCB” – muito influenciados ao mesmo tempo que disseminadores de determinada leitura de Gramsci e das teses eurocomunistas do marxismo italiano –, que se contrapunham ao grupo de Prestes, ou a perspectiva estratégica do assim chamado “marxismo-leninismo”, referenciado nas concepções da Terceira Internacional. O texto de Coutinho não está restrito apenas ao debate do PCB, tem como alvo uma parte considerável da esquerda brasileira referenciada no marxismo. O mesmo texto se debruça e tem como centralidade o caráter estratégico da democracia, suas elaborações são uma contraposição crítica às concepções que entendem a democracia como mero preceito tático para a luta pelo socialismo.

Atualmente, há correntes e personalidades que revelam ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática; segundo tal visão, a democracia política – embora útil à luta das massas populares por sua organização e em defesa dos seus

⁴⁹ A concepção reacionária do radicalismo [1978]. *In*: Fernandes, 2014, p. 181-182.

⁵⁰ Florestan Fernandes. Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 68.

⁵¹ Aristeu Portela Júnior. A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, p. 117.

interesses econômico-corporativos – não seria, em última instância e por sua própria natureza, senão uma nova forma de dominação da burguesia, ou, mais concretamente, no caso brasileiro, dos monopólios nacionais e internacionais⁵².

A visão estreita seria advinda de uma concepção equivocada sobre a “teoria marxista do Estado”, que defende uma *falsa identificação entre democracia política e dominação burguesa*. Este equívoco levaria a uma errônea concepção das tarefas a serem incorporadas pelas forças populares. Dito isso, “essas tarefas não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo” e sim para a criação das condições e pressupostos que tornem possível o socialismo no país.

Para melhor ilustrar seu posicionamento em relação à democracia, Coutinho cita trecho do discurso, do teórico eurocomunista e dirigente do Partido Comunista Italiano, Enrico Berlinguer, no 60º Aniversário da Revolução Soviética, em 1917: “a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”⁵³. Para o autor, o que haveria de novo na formulação teórica e na prática política do eurocomunismo é a maneira nova e dialética de considerar a relação entre democracia e socialismo, “não uma novidade metafisicamente concebida como ruptura absoluta”⁵⁴. O modo novo implica em uma relação de continuidade e contiguidade entre democracia e socialismo, em que a primeira permanece no segundo, e o modo estreito ou metafísico diz respeito a uma relação de ruptura entre democracia e socialismo.

A visão estreita ou metafísica teria como base uma “errada” concepção da teoria marxista sobre o Estado, isto é, a identificação entre democracia política e dominação burguesa. O autor afirma que haveria em Marx, Engels e Lênin uma concepção restrita do Estado, como expressa pelo Manifesto Comunista, na consideração do Estado como “mero comitê executivo da burguesia”, e baseado na coerção, o que levaria a uma concepção explosiva, insurrecional de revolução, à perspectiva da “guerra de movimento”, que leva a uma concepção revolucionária de ruptura.

Em contraposição, haveria uma noção ampliada de Estado, em que se conviveria uma unidade entre coerção e consentimento, uma unidade dialética com a sociedade civil. Dessa forma, a estratégia passaria não mais pela insurreição, mas pela guerra de posição, a conquista gradual de posições na sociedade civil e no Estado, estabelecendo a hegemonia

⁵² Carlos Nelson Coutinho. *A Democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Salamandra, 1984, p. 20.

⁵³ *Ibidem*, p. 18-19.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 19.

por meio do consenso. Para o caso brasileiro, esta visão equivocada levaria a uma compreensão errônea a respeito das tarefas a serem empreendidas pelas forças populares para a conjuntura da época. Tais tarefas não poderiam ser relacionadas à luta imediata pelo socialismo, antes seria necessária a luta, em um processo “árduo” e “longo”, pela “criação dos pressupostos políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso País”⁵⁵. A relação entre socialismo e democracia faz parte do patrimônio categorial do marxismo, e para o autor é vital para o caso brasileiro:

[...] a renovação democrática do conjunto da vida nacional – enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo – não pode ser encarada como um objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira⁵⁶.

Para Coutinho, não basta que se observe o valor da democracia para as forças do “progresso” no capitalismo, na constatação de que a conservação e a ampliação dos institutos democráticos foram assegurados e ampliados na maioria das vezes contra a vontade da burguesia. Na transição socialista, e mesmo no socialismo, “continuarão a ocorrer situações que só a democracia será capaz de resolver no sentido mais favorável à explicitação do gênero humano”⁵⁷. Mesmo com a extinção das classes sociais e a sociedade tendendo à unidade, essa unidade não significaria homogeneização, já que a unidade tendencial é unidade na diversidade e seus possíveis interesses divergentes necessitam encontrar no socialismo uma adequada forma de representação política⁵⁸.

Portanto, para os que lutam pelo socialismo em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, na convicção de que somente o socialismo é capaz de promover a libertação de toda a humanidade, a democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade⁵⁹.

A concepção de Marx acerca da necessidade de destruição do Estado, para que se possa fundar uma nova sociedade, não deveria ser tomada em sentido literal, ao contrário,

⁵⁵ *Ibidem*, p. 20.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 24.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 24-25. “A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa e dos organismos da sociedade civil em relação ao Estado, a liberdade de organização a legitimação da hegemonia através da obtenção permanente do consenso majoritário: todas essas conquistas democráticas, tanto as que nasceram com a sociedade burguesa quanto as que resultam das lutas populares no interior do capitalismo, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista”.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 25.

como metáfora, apesar de manter seu valor de princípio. Essa concepção assumiria uma nova conotação, a democracia socialista pressuporia a “criação de novos institutos políticos” que ainda não existiriam ou apenas embrionariamente na democracia liberal.

De outro modo, implicaria a mudança de função de alguns dos velhos institutos liberais. Seria um erro considerar que essa nova democracia, ou democracia de massas, só pudesse emergir após a tomada do poder pelos trabalhadores. O autor articula uma dimensão econômica e política concomitantemente, acredita que da mesma maneira que as forças produtivas, necessárias para a criação de uma nova sociedade, já se desenvolvem na sociedade capitalista. No âmbito da dominação burguesa no Estado existe a necessidade de eliminá-la, para que os institutos democráticos⁶⁰ possam se desenvolver e se colocar a serviço da libertação humana.

Assim, ainda sob a articulação da economia e da política, se a socialização da produção é base fundamental para a socialização dos meios de produção, a reprodução capitalista (principalmente a partir do advento do capitalismo monopolista de Estado) faz com que um número cada vez maior de pessoas se agrupe, unificando seus interesses e impondo uma *socialização da política*, ou seja, um número crescente de pessoas e grupos na defesa de seus interesses específicos.

Ao mesmo tempo, estes interesses e necessidades são possibilitados pela própria dinâmica do capitalismo. Por exemplo, o aumento da produtividade foi o que proporcionou a redução da jornada de trabalho, que beneficia e amplia a organização popular, já que agora dispõe de tempo mais livre para a política. De outro lado, a redução também só foi possível devido a auto-organização dos trabalhadores que pressionaram nesse sentido. Temos, assim, uma interação dialética entre a socialização das forças produtivas e a socialização da política.

Dessa maneira, a socialização da política implica uma transição da democracia liberal para uma democracia de massas, diferentemente da situação típica de indivíduos atomizados, sob o Estado liberal. Surge agora uma rede complexa de organizações e sujeitos políticos coletivos, em que o pluralismo deixa de ser de indivíduos atomizados e passa a ser de um pluralismo composto por *grupos de massas*.

A cada vez mais crescente *socialização da política* marca a transição da democracia liberal para a democracia de massas. Nesta perspectiva, o socialismo não está restrito apenas

⁶⁰ *Ibidem*, p. 26-25. “Os novos institutos democráticos seriam “mecanismos de representação direta das massas populares (partido de massa, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro etc.) mecanismos através dos quais essas massas populares – e em particular a classe operária – se organizam de baixo para cima, constituindo o que poderíamos chamar de sujeitos políticos coletivos”.

à socialização dos meios de produção, mas também aos meios de governar. Ele não abole somente a apropriação privada do que é produzido pelo trabalho, mas de forma concomitante a *apropriação privada dos meios de direção e dominação política* da sociedade. Com isso, trata-se de superar a alienação econômica e a alienação política.

A superação da alienação política passa pela reabsorção do Estado pela sociedade, só sendo possível por meio de uma articulação entre organismos de base e os organismos tradicionais, como os Parlamentos. A ação dessa articulação fará com que os Parlamentos, ou organismos tradicionais, mudem a sua função à medida que se tornam local de síntese política dos sujeitos coletivos. Esta síntese é imprescindível para impedir que os sujeitos coletivos se fragmentem e permaneçam nos limites de interesses corporativos. Seguindo a propositura do eurocomunista Pietro Ingrao, que por sua vez pretendia dar concretude à democracia progressiva de Togliatti, afirma que:

Os organismos de democracia de base [...] devem ser entendidos e construídos como verdadeiros momentos institucionalizados de intervenção e de decisão, que se ligam e articulam com a vida das grandes assembleias eletivas, de modo a assegurar uma presença difusa e organizada das massas, desferindo um golpe contra a separação e o cupulismo das assembleias e dos próprios partidos políticos. Portanto: uma articulação organizada entre democracia representativa e democracia de base, que favoreça a projeção permanente do movimento popular no Estado, transformando-o. Esse ponto parece essencial [...] para dar corpo a uma democracia progressiva⁶¹.

Podemos perceber um aspecto importante. O Estado para os eurocomunistas e para Coutinho pode alterar o seu caráter a depender da forma que as classes trabalhadoras atuem diante dele, no caso aqui disposto, a partir da gradativa ocupação de posições em seu interior é possível que este mude sua função. Para Ingrao, o partido político, principalmente o da classe operária, tem papel central como promotor de uma síntese geral nessa articulação.

A síntese seria importante, porque Ingrao acredita que em uma sociedade complexa e de massas a corporativização dos interesses dos sujeitos coletivos é a principal estratégia capitalista. A democracia de massas servirá como superestrutura para a transição a uma sociedade socialista, que deve emergir da articulação dos organismos democráticos tradicionais e de democracia direta. A síntese, resultante dessa articulação, será a portadora da *hegemonia dos trabalhadores*, que será exercida já antes da conquista do poder de Estado pelos trabalhadores.

⁶¹ *Ibidem*, p. 31.

A teoria socialista “deve colocar claramente a questão da hegemonia como questão central de todo poder de Estado”⁶². Sendo assim, se a burguesia oculta “ideologicamente sua dominação [...] as classes trabalhadoras devem pôr abertamente sua candidatura à hegemonia, ao mesmo tempo em que lutam para superar a dominação de uma restrita oligarquia monopolista sobre o conjunto da sociedade”⁶³.

Na formulação do autor, se o socialismo significa socialização e apropriação coletiva dos instrumentos de poder, a hegemonia dos trabalhadores não pode ser conduzida por meio de uma nova burocracia, governando de cima para baixo. Retomando Marx, a libertação do proletariado seria obra do próprio proletariado, sendo levada a efeito por meio da democracia de massas, que inverteria a tendência à burocratização e a alienação do poder. Na democracia de massas, o pluralismo, por meio dos sujeitos políticos coletivos, propicia o que Gramsci teria denominado de “vontade coletiva”, de baixo para cima por meio da conquista hegemônica do consenso majoritário⁶⁴.

A especificidade da democracia de massas em relação à democracia liberal é que a segunda, apesar de reconhecer o pluralismo – mas apenas enquanto atomização dos indivíduos livres –, mistifica a hegemonia (dominação de uma classe sobre outra) como um totalitarismo que reprime o pluralismo. Por outro lado, a democracia de massas está fundamentada na articulação entre pluralismo e hegemonia, na busca da unidade dentro da diversidade dos vários sujeitos políticos coletivos. A síntese do autor sobre a relação entre democracia liberal e democracia socialista é: “uma relação de superação dialética (*Aufhebung*): a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda”⁶⁵.

A seguir, veremos como se dá essa consideração entre democracia e socialismo e como sua análise da realidade histórica se expressa enquanto formulação política para o Brasil.

⁶² *Ibidem*, p. 33-34.

⁶³ *Ibidem*, p. 34.

⁶⁴ *Ibidem*. “E essa unidade democraticamente conquistada será o veículo de expressão da dominação dos trabalhadores, a manifestação concreta de uma nova direção política do conjunto da sociedade. A democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia *organizada*, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores, representados através da pluralidade de seus organismos de massa (partidos, sindicatos, comitês de empresas, comunidades de base etc.”.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 35.

1.6 Renovação democrática como alternativa à “via prussiana”

Segundo Coutinho, a tarefa prioritária das correntes de esquerda brasileiras é a derrota da ditadura militar implantada em 1964, para em seguida construir um regime de liberdades fundamentais. A categoria “via prussiana” é basilar no argumento de Coutinho, ela conformaria a forma particular como se viabilizou o desenvolvimento econômico e social e as transformações políticas no Brasil, mediante acordos entre as classes dominantes, de cima para baixo, conservando relações atrasadas de produção, como no latifúndio, e reproduzindo a dependência em relação ao “capitalismo internacional”, tendo como uma das suas principais consequências a marginalização das camadas populares em relação às suas condições econômicas, além da exclusão da participação política na tomada de grandes decisões políticas nacionais.

Uma série de eventos confirmaria os constantes arranjos e rearranjos “pelo alto” e conciliação entre as classes dominantes, porém, é no regime de 1964 que esse tipo de via prussiana ou “revolução-restauração” atingiu seu patamar mais alto na implantação de uma forma dependente de capitalismo monopolista de Estado, em conciliação com o latifúndio e “radicalizando a velha tendência a excluir tanto dos frutos do progresso quanto das decisões políticas as grandes massas da população nacional”⁶⁶. A via prussiana sempre configurou superestruturas funcionais à dominação “de uma restrita oligarquia” sobre a maioria da população.

A luta das forças populares passaria pela inversão dessa tendência de caráter elitista ou “prussiana” a “luta pela eliminação do prussianismo confunde-se com uma profunda *renovação democrática* do conjunto da vida brasileira”⁶⁷. A renovação democrática apresenta-se com a alternativa à via prussiana, mas também como forma de realizar sob novas condições “as tarefas que a ausência de uma efetiva revolução democrático-burguesa deixou abertas em nosso País, mas também – e precisamente por isso – como o processo de criação dos pressupostos necessários para um avanço do Brasil no rumo do socialismo”⁶⁸.

Novamente, podemos ver ressurgir a existência de tarefas “democrático-burguesas”, que se para Florestan Fernandes não foram efetivadas pela burguesia, ou estariam em atraso, no caso de Coutinho, dito de outra forma, teriam ficado “em aberto” pela ausência de uma “efetiva” revolução democrático-burguesa. Para os dois autores, em uma compreensão

⁶⁶ *Ibidem*, p. 37.

⁶⁷ *Ibidem*, grifo próprio.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 39.

comum, essas tarefas deveriam ser levadas a cabo pelos trabalhadores em um processo anterior ou prévio a um desfecho socialista, conquanto a forma do desfecho em relação ao socialismo seja diferente para esses dois autores – no que veremos mais adiante no desdobrar da análise de Coutinho, para um culmina com uma ruptura, para outro uma mudança progressiva.

O que nos chama a atenção é essa recorrente reapresentação de tarefas não realizadas, que sob a perspectiva da estratégia do PCB se justificativa pela leitura da realidade, baseada na necessidade de superação do feudalismo no Brasil. No caso dos autores, ela se reapresenta, mas agora baseada em novas condições, a partir de uma leitura que considera o Brasil já um país capitalista. Essa maneira de apreender a realidade será uma marca fundamental na estratégia que será personificada pelo Partido dos Trabalhadores nos anos 1980.

Retomando a formulação de Coutinho, o autor indica que uma consequência fundamental da via prussiana é ter gerado uma “grande debilidade histórica” na democracia do Brasil, repercutindo na “própria estrutura do relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, já que ao caráter extremamente forte e autoritário do primeiro correspondeu a natureza amorfa e atomizada da segunda”. Esse fator histórico-estrutural, articulado ao regime autoritário em curso a época, coloca para o processo de renovação democrática a tarefa de primeiro conquistar um regime de liberdades formais. Porém, analisando a correlação de forças da época, o autor considera que o novo regime não ultrapassaria os limites formais e continuaria sob o domínio dos monopólios. Mas, essa conquista seria de grande valor para as forças populares, inicialmente porque representaria a superação da via prussiana, ou seja, de um regime autoritário, segundo, a conquista da democracia política seria um pressuposto a ser repostado em cada momento da luta pelos objetivos finais das correntes socialistas. A democracia política não é um momento tático ou etapa que deverá ser abandonada posteriormente por um novo regime socialista. Significa a criação de um nível mínimo a ser aprofundado, mas também conservado durante todo o processo, para o caso do Brasil, “a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõem construir conserva e eleva a nível superior as conquistas puramente liberais”⁶⁹.

Essa *elevação a nível superior* inclui medidas – no que poderemos qualificar como uma espécie de programa ou diretrizes mais gerais de uma estratégia – que se articulam de duas formas, em seu aspecto econômico e em sua intervenção política. Quanto ao aspecto

⁶⁹ *Ibidem*.

econômico, trata-se de progressivamente eliminar as bases da dominação socioeconômica que erigiram e possibilitam a manutenção da via prussiana. Sua proposta pretende uma democratização da economia nacional, revertendo a riqueza produzida pelo “povo brasileiro” para a maioria da população. A extinção do “capitalismo selvagem” seria um pressuposto para a integração na “sociedade nacional” de amplas camadas da população em condições subumanas de vida, haveria a necessidade de resolver uma “urgente questão nacional”, que é a necessidade de integração de milhões de pessoas na modernização econômica e social do país. Neste sentido, coloca-se a necessidade da reforma agrária, que produziria melhoria de vida para amplas camadas, assim como o abastecimento das cidades e também a ampliação do mercado interno. O autor considera que a reforma agrária poderia conquistar consenso da maioria da população, inclusive de “setores importantes do capital monopolista”⁷⁰.

Porém, a democratização da economia demandaria a execução de medidas antimonopolistas, questionando, inicialmente, os modelos de desenvolvimento e “padrões de consumo antinacionais” impostos via imperialismo, chegando até a propositura da nacionalização de empresas monopolistas. Essas propostas interessariam a várias classes sociais, como a classe operária, os setores médios assalariados, os pequenos e médio burgueses. Porém, tal programa não poderia estar restrito a tecnocratas e encerrado em gabinetes, deve ser resultado do conjunto de forças interessadas como sindicatos, associação e partidos. Apenas assim poderia conseguir o consenso majoritário à sua execução ao mesmo tempo que contribui com o processo mais amplo de renovação democrática.

Ao nível político, a “elevação a nível superior” consiste na mesma forma que no aspecto econômico, incorporar grandes massas populares à vida política expressando uma socialização da política, sendo alternativa e arma contra a via prussiana. O texto considera que o regime de 1964, ainda que tenha oprimido diversos setores da sociedade civil, esta complexificou-se “impulsionada indiretamente pelo processo de modernização conservadora e de diferenciação social e cultural favorecido pela nossa última ‘revolução pelo alto’”.

Surgiram novos organismos de democracia, sujeitos políticos coletivos, como comunidades religiosas, associações de moradores, comissões de empresas. Os sindicatos passaram a ganhar mais autonomia em relação ao Estado, como também os aparelhos privados de hegemonia, por exemplo, OAB, ABI e CNBB, além de diversos movimentos

⁷⁰ *Ibidem*, p. 40.

sociais. O robustecimento cada vez maior da sociedade civil abre as possibilidades para que por meio de uma democracia de massas o centro de decisões políticas se desloque para baixo, e não mais se encerre exclusivamente pelo alto.

Em sua formulação estratégica, Coutinho aborda a necessidade da organização desses diversos sujeitos políticos coletivos, mantidas sua autonomia, deveriam constituir um “poderoso bloco democrático nacional-popular” que não teria apenas o papel de extinguir o regime de exceção, mas avançar na criação dos pressupostos e generalização da renovação democrática e no “êxito do programa anti-latifundiário e antimonopolista de democratização da economia, abrindo assim caminho para a transição ao socialismo”⁷¹. O bloco seria unitário e teria importante papel na pressão e no controle do parlamento, cabendo aos partidos de massa, em especial da classe operária, um papel decisivo, seus programas só se tornariam hegemônicos se incorporarem as reivindicações de setores específicos elevando-os a um nível global sua resolução política.

1.7 Guerra de posição contra o golpismo das esquerdas

O processo de renovação democrática, tal como pensado por Coutinho, está fortemente ancorado no consenso, em sua ampliação e no caminho progressivo. A incorporação de novos sujeitos colocaria para esquerda brasileira a escolha da “guerra de posição” como método condutor da estratégia.

A progressiva obtenção de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos⁷².

A inserção na sociedade civil, ao mesmo tempo que seria base para a “conquista democrática do poder”, serviria como antídoto às possíveis precipitações, que levariam a

⁷¹ *Ibidem*, p. 42.

⁷² *Ibidem*, p. 43. Obs: A guerra de posição é tratada por Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere* em contraposição à guerra de movimento atribuída à Marx e Engels nas suas elaborações sobre a “revolução permanente”. A primeira seria a forma moderna da guerra baseada em uma longa luta de trincheiras, diferente da guerra de movimento própria de formas anteriores da guerra em que os combates se davam de forma mais imediata e buscando uma rápida resolução. Gramsci adapta os elementos da guerra para a estratégia política, a guerra de posição seria típica da fórmula da hegemonia que seria adequada aos países com elevado desenvolvimento capitalista e de complexificação do Estado, por outro lado a guerra de movimento vinculada à “revolução permanente” seria própria de países ainda em transição para o capitalismo ou de baixo desenvolvimento capitalista. Coutinho adapta a elaboração de Gramsci para o Brasil, entendendo a guerra de posição como uma paciente ocupação de posições na sociedade civil com vistas à conquista democrática (eleitoral) do Estado, em contraposição a uma tomada revolucionária ou rupturista do poder de Estado (baseada na guerra de movimento atribuída à fórmula da revolução permanente), que seria típica de países orientais ou de baixo desenvolvimento capitalista.

recuos. Essas possíveis precipitações, a que se refere Coutinho, é o que ele denomina de golpismo. Haveria uma tradição de golpismo na esquerda brasileira, procedimento que seria similar à via prussiana. O movimento nacional-libertador de 1935 e eventos que antecederam o golpe de 1964 seriam exemplos do suposto golpismo. Tendo isso em vista, o golpismo da esquerda seria uma resposta equivocada à via prussiana levada a cabo pelas classes dominantes no país. Um dos prejuízos dessa concepção seria a crítica ao Parlamento e a supervalorização do Executivo, ainda que na experiência política, entre 1945 e 1964, o parlamento tivesse uma composição majoritariamente conservadora e refratária sobre as reformas progressivas, este momento concreto teria sido falsamente generalizado.

Mas o reconhecimento desse fato levou a dois grandes equívocos: 1) uma posição de princípio: o Parlamento seria em si uma instituição conservadora, incapaz de refletir a correlação de forças real e sua dinâmica; 2) a desvalorização do Parlamento se articulava com a defesa aberta ou velada de posições “golpistas”: as forças progressistas deveriam se apossar do Executivo e encaminhar de cima para baixo, sem consideração pelo Parlamento e pela sociedade civil. As reformas necessárias ao progresso social⁷³.

A supervalorização do Executivo pela esquerda da época levaria, além da reprodução da via prussiana, à subestimação da organização independente dos trabalhadores, único instrumento que poderia pressionar a ação do Executivo e alterar a composição do Parlamento. O fortalecimento do Executivo não teria levado a melhorias, mas reforçou o poder dos monopólios. Diante disso, a própria materialidade do processo social faz com que o fortalecimento do Congresso Nacional seja uma importante tarefa na construção da democracia no país, uma Assembleia Constituinte coroaria o processo que leva à democracia, eliminando qualquer posição “golpista” ou soluções de cima para baixo.

A reavaliação e a ressignificação do papel do Parlamento não dizem respeito apenas a sua mudança de configuração em relação ao pré-64, é resultado “da concepção da democracia como elemento estratégico da luta pela renovação social do conjunto da Nação”⁷⁴. A conformação de uma sociedade civil mais complexa e pluralista, baseada no surgimento dos sujeitos políticos coletivos, deverá se articular com o Congresso Nacional e as câmaras legislativas e municipais, de modo a conseguir que estas expressem o dinamismo e o pluralismo da sociedade, e não a atomização de meros eleitores.

Para Coutinho, o Parlamento teria um papel de instrumento da correlação de forças sociais da sociedade civil, tendo um papel insubstituível, qual seja, o de local de síntese

⁷³ Coutinho, 1984, p. 44-45.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 45.

política do conjunto de organismos coletivos, impedindo que se restrinjam a interesses puramente corporativos. Conforme o processo de construção da democracia de massas for avançando, o Parlamento, já renovado e com poderes ampliados, poderá corporificar – mantendo a pluralidade e a alternância de poder – “a progressiva hegemonia das classes trabalhadoras na vida política brasileira”. Dessa maneira, concretizaria um exemplo de como “a democracia de massas, além de criar organismos de intervenção política de tipo novo, pode também alterar a função de institutos herdados da tradição liberal”⁷⁵. Ou seja, o parlamento é um exemplo de elemento da democracia liberal que pode ser conservado e elevado a um outro nível, e ao passar por isso, ter uma nova função.

A renovação democrática baseada na “guerra de posição”, além de combater visões “golpistas” e “militaristas”, concebe a “unidade” como um valor estratégico, como forma de evitar o corporativismo. A democracia de massas tem como pressuposto a conquista da hegemonia por meio do consenso majoritário em relação a correntes políticas, classes e segmentos sociais. Coutinho observa que a tarefa da renovação democrática não é exclusiva de um único partido, corrente ou classe social. Ela envolve uma pluralidade de sujeitos, uma unidade na diversidade que não se encerra apenas no objetivo imediato de derrotar o regime, mas estrategicamente eleva a nível superior a democracia.

Resumidamente, a tarefa da renovação democrática se daria em um duplo movimento. Primeiramente, a conquista de um regime com liberdades fundamentais e o estabelecimento das “regras do jogo” democrático, por meio de uma Assembleia Constituinte, todas as forças interessadas poderiam conformar alianças em um bloco, sem distinção de classes sociais. O segundo movimento compreende as alianças necessárias para o aprofundamento da democracia de massas, objetivando o consenso necessário que viabilize as medidas de caráter anti-latifundiário e antimonopolista, passando para uma etapa posterior à construção de uma sociedade socialista no Brasil, baseada em uma democracia política.

A dialética deste duplo movimento de alianças corresponde, precisamente, à articulação da democracia de massas porque lutamos: *uma democracia que, ao mesmo tempo, conserva e eleva a nível superior as conquistas da democracia puramente liberal ou formal*⁷⁶.

Se para Fernandes as reformas da revolução burguesa em atraso sob a direção da classe trabalhadora (revolução dentro da ordem) levaria a conquista de um espaço político

⁷⁵ *Ibidem*, p. 46

⁷⁶ *Ibidem*, p. 48, grifos próprios.

para os trabalhadores, e em seguida a uma revolução fora da ordem devido a intransigência burguesa e a impermeabilidade do Estado, para Coutinho é a suplantação dessa contradição, por meio do fortalecimento da sociedade civil, conquistando cada vez mais posições no interior do Estado e permitindo a implementação de um conjunto de reformas burguesas⁷⁷ – as tarefas anti-latifundiárias e antimonopolistas – “em aberto”, que levaria gradualmente à superação do capitalismo.

A influência de Coutinho sobre o Partido dos Trabalhadores e a estratégia que personificará, não é direta e nem pessoal, se coloca mais no sentido do contexto político e cultural de abertura democrática e dos balanços políticos sobre as estratégias das esquerdas e a expectativa de novas formulações estratégicas. Neste sentido, a formulação de Coutinho traz elementos importantes na constituição do que viria a se denominar de estratégia Democrático-Popular. De acordo com Iasi (2017, p. 305), seus pontos principais seriam:

a) a centralidade da questão democrática; b) a convicção segundo a qual o processo de democratização aberto pela crise da ditadura alterou a correlação de forças e permitiu a consolidação de uma sociedade civil forte; c) uma concepção “ampliada” de Estado na qual esta correlação de forças poderia imprimir uma direção política ao Estado que não poderia mais ser visto como o “comitê executivo dos interesses burgueses”, mas como síntese da luta entre as classes; d) a possibilidade de reformas radicais produzirem “gradualmente” mudanças estruturais que levariam a superação do capitalismo.

O nosso inventário das formulações dos três autores indica que: 1) diferentemente da caracterização do PCB, expresso na estratégia democrático-nacional, o Brasil é um país capitalista; 2) sua burguesia não realizou e pela sua própria constituição não tem interesses em realizar as tarefas democráticas burguesas; 3) o socialismo não é uma possibilidade imediata; e 4) necessita de um momento prévio de ampliação da democracia e da realização de tarefas democráticas não realizadas pela burguesia.

Estes seriam os aspectos basilares e gerais que informaram o debate estratégico e as possibilidades de uma nova orientação estratégica, no interregno da crise do golpe de 1964 à abertura democrática em fins dos 1970 e nos 1980.

⁷⁷ Coutinho, 1984, p. 48. “Não há reformas radicais na ordem econômica e social sem uma concomitante reforma radical da máquina do Estado. Em outras palavras: só numa democracia de massas, onde o protagonismo político passa cada vez mais para um Estado controlado pela sociedade civil e seus atores, é possível fazer com que uma política consequente de reformas de estrutura conduza gradualmente à superação do capitalismo. É nesta exata medida que a luta pela democracia e a luta pelo socialismo são duas faces solidárias da mesma moeda”.

CAPÍTULO 2 – A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR NA DÉCADA DE 1980

O Partido dos Trabalhadores, será fundado em 1980, tendo nas intensas greves operárias, iniciadas em fins dos anos 1970, e no ascenso do sindicalismo do ABC paulista, seu elemento central. Desde 1974, após a “distensão democrática” promovida por Geisel, uma série de direitos e liberdades vão sendo recuperados progressivamente. Em 1974, o MDB obtém grande vitória nas eleições, surpreendendo a Ditadura Militar e expressando o descontentamento popular com o regime político instaurado após o Golpe de 1964.

O assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e a comoção gerada pelo fato, somada à reemergência do movimento estudantil e à ação de entidades como a OAB e CNBB, adensaram a luta contra a ditadura. Porém, as greves do ABC expressando a contradição capital/trabalho é que darão um salto de qualidade na luta do período. Por sua vez, Lula já despontava como principal líder dos operários e se tornará o principal símbolo do partido.

O final dos anos 1970 e o início dos 1980 é marcado pela confluência de um conjunto de movimentos sociais que encontram na reemergência da luta sindical – precisamente no centro da produção de valor da moderna indústria brasileira – seu ponto de unificação. Concomitante à crise do regime ditatorial, também temos o fim do “milagre econômico”. A luta econômica por melhores condições de vida, contra o arrocho salarial, questiona o modelo econômico implantado em 1964, e o vigor das lutas e a posterior intervenção violenta do Estado sobre o movimento paredista produz o salto político, que não estava inscrito necessariamente e nem fazia parte das intenções dos sindicalistas do ABC. Neste momento, o movimento operário não reivindicava apenas salários, mas também seu direito à livre organização sindical, sem o controle estatal, além de outras liberdades políticas. Longe de um caráter restrito, o PT surgiu expressando a multiplicidade de lutas do período, sintetizando em sua constituição diversas experiências, gerações e tradições:

A literatura é praticamente unânime em apontar os grupos que confluíram para a formação do PT: 32 militantes do chamado —novo sindicalismo, principalmente os grupos denominados —autênticos! (dentre os quais os diretores do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, do qual fazia parte Lula) e algumas oposições sindicais; militantes de organizações clandestinas de esquerda que questionavam a política de aliança de classes dos partidos comunistas; 33 militantes dos movimentos populares, muitos dos quais, sobretudo nos movimentos de bairro e rural, organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica;

intelectuais de esquerda (organizados em grupos, como o *Autonomia* em São Paulo, ou não); parlamentares do MDB e depois do PMDB⁷⁸.

Esses diferentes grupos, somados às organizações de esquerda já preexistentes, tinham diferentes concepções de partido, assim como de revolução, táticas e estratégias para a superação do capitalismo e formas de conceber o PT, alguns como partido estratégico, outros como tático, como uma frente ou partido, tático ou estratégico. De acordo com Gadotti (1995, p. 26-27), no momento um grupo de intelectuais fundamentalmente de São Paulo “da chamada esquerda independente – tentou formar um partido socialista de tipo europeu”. Teriam participado desse movimento:

[...] entre outros sociólogos, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Francisco de Oliveira, os economistas José Serra e Paul Singer, o então candidato ao Senado pelo extinto MDB, Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Mário Covas e Luís Carlos Bresser Pereira. As reuniões eram realizadas no CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), em frente a PUC de São Paulo⁷⁹.

A pretensão destes intelectuais era unir o novo sindicalismo do ABC com o “grupo autêntico” do MDB, composto por alguns parlamentares. A proposta de um Partido Socialista não se concretizou sobretudo por divergências ideológicas com os sindicalistas. Duas tendências se apresentavam, uma com ênfase na atuação parlamentar, outra no movimento social, sindical e popular, um grupo permaneceu no MDB, que mais tarde formariam o PSDB, e os demais participariam na fundação do PT. Entre outras propostas, estava a de Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão”, símbolo do sindicalismo pelego e interventor da Ditadura nos sindicatos. Ele “defendia a criação de um partido semelhante ao Partido Social-Democrata Alemão, que não excluísse ex-integrantes da ARENA e do MDB e que ‘garantissem a propriedade privada dos meios de produção’”⁸⁰.

O partido que estava surgindo foi saudado por alguns acadêmicos como uma novidade histórica, basicamente porque este representaria autenticamente a classe trabalhadora, uma nova organização política que rompia com aqueles “padrões de organização partidária existente no Brasil”, não estando sob as amarras das elites, como no chamado “populismo”. Por outro lado, também não estava baseada na ação de vanguarda políticas, como era especialmente o caso do PCB e demais grupos socialistas e comunistas.

Com uma história predominantemente marcada pela manipulação dos políticos populistas, pareceu-nos que a iniciativa de uma organização autônoma pelas classes trabalhadoras e a idéia de inserção no mercado político moldavam certa

⁷⁸ Coelho, 2005, p. 51.

⁷⁹ Gadotti, 1995, p. 26-27.

⁸⁰ *Ibidem*.

novidade, conferindo cores mais legítimas ao processo de reestruturação dos interesses da nação. Assim, para nós, o que explica essa novidade é, sobretudo, a ruptura com os padrões de organização partidária existentes no país⁸¹.

Esta também é a posição de Margareth Keck:

Afirmar que o Partido dos Trabalhadores constituiu um fato novo entre as instituições políticas brasileiras por diversas razões: primeira, porque ele se propôs a ser um partido que expressava os interesses dos trabalhadores e dos pobres na esfera política; segunda, porque procurou ser um partido internamente democrático; e, por fim, porque queria representar todos os seus membros e responsabilizar-se perante eles por seus atos. Todos esses conceitos evoluíram muito desde sua fundação, mas permaneceram elementos centrais na identidade do partido e são justamente o que faz dele uma inovação⁸².

As greves no fim dos anos 1970 e o surgimento do PT, foram vistos por parte importante dessa intelectualidade progressista, para além de um momento importante para a democratização do país, como um acerto de contas com a história pretérita das organizações de esquerda, em especial do PCB, e do sindicalismo brasileiro. Os estudos e as interpretações sobre o partido ganharam predominância nas obras de Keck, Meneguello, César e Azevedo. De acordo com Montenegros (2009), estes autores se vinculariam a determinada tradição intelectual que seria absorvida pelo PT, constituindo-se em forma ativa na conformação de uma “cultura política petista”, acabando por influenciar as pesquisas sobre o PT. Acerca dessa tradição intelectual:

Trata-se da vertente do pensamento acadêmico paulista que se constituiu em torno de uma interpretação da sociedade brasileira de caráter acentuadamente *anti-estatista*, crítico ao que considerava uma hipertrofia do Estado em comparação com as dimensões supostamente raquíticas da *sociedade civil*. O elemento-chave da interpretação proposta por essa tradição acerca dos aspectos políticos da sociedade brasileira, nas décadas que se sucederam à Revolução de 1930 e antecederam o Golpe de 1964, é o conceito de *populismo*⁸³.

O conceito de populismo ganhou notoriedade na obra de Octavio Ianni (1975) e Francisco Weffort (1980), autores vinculados ao tripé USP-CEBRAP-CEDEC. Resumidamente, o conceito analisa o período de 1930 a 1964, tendo como ideia central a de que o movimento sindical se encontrava em uma situação de heteronomia em relação ao Estado. Dessa forma, os interesses dos trabalhadores estariam sob efeito de manipulação e distorção por parte do Estado, sob o signo da conciliação de classes. Segundo Weffort, “na adesão das massas ao populismo tende necessariamente a obscurecer-se a divisão real da

⁸¹ Meneguello, 1989, p. 15.

⁸² Keck, 1991, p. 22.

⁸³ Montenegro, 2009, p. 18.

sociedade em classes com interesses sociais conflitivos e a estabelecer-se a ideia do povo (ou da Nação) entendido como uma comunidade de interesses solidários”⁸⁴.

O PCB e PTB seriam organizações ilegítimas por não atuarem a partir dos interesses da base operária, possuindo uma lógica estatizante e cupulista. Neste sentido, tal paradigma crítico contribuiu para a autoimagem de um partido democrático e autenticamente construído por trabalhadores, convergia com a visão e com a elaboração de determinados intelectuais, mas também com a do núcleo histórico dos sindicalistas que fundaram o PT, que também se viam como uma “novidade histórica”, uma convergência que de certa forma – inclusive inserida numa disputa entre petistas e pecebistas – apagava e desqualificava um período anterior de lutas dos trabalhadores.

Analisando o “espírito do Sion”⁸⁵, forma como denomina o momento de fundação do PT, Singer (2012) afirma que “a crítica ao populismo e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) passou a ser comum na intelectualidade de esquerda e acabou levada aos foros de fundação do PT (1980), quando a abertura trouxe de volta algo da efervescência universitária reprimida em 1968”⁸⁶, nesse sentido, conclui que “não por acaso, Weffort tornou-se, por muitos anos, secretário-geral do PT, o segundo homem, após Lula, na hierarquia do partido recém-fundado”⁸⁷. Outro exemplo de crítica, que seria elucidativo sobre o perfil do PT e parcelas expressivas de sua direção e base militante – ainda que sob ótica distinta dos teóricos do populismo – é do histórico militante e intelectual vinculado ao trotskismo Mário Pedrosa, em seu discurso, no momento de assinatura do Manifesto de Fundação do PT, no Colégio Sion, em 1980, disse que:

[...] Diferentemente de todos os partidos por aí, com sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. É único de estruturas, é único de tendências, é único de finalidade. [...] Partido de massa não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem dogmas e pela autocrítica refaz seu erro. Por isso, ao nos inscrevermos no PT, deixamos à sua porta os preconceitos, os pendores, as tendências extras que possivelmente nos moviam até lá, para só deixar atuando em nós uma integral solidariedade ao Partido dos Trabalhadores⁸⁸.

A crítica aos modelos anteriores de teoria e de organização, ligados à determinada tradição marxista, vinculada aos paradigmas da Terceira Internacional, são uma constante na discussão interna do novo partido, que não adotará “oficialmente” uma posição teórica,

⁸⁴ O populismo na política brasileira. Weffort, p. 159.

⁸⁵ Referência ao Colégio Sion, local em que ocorreu a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980.

⁸⁶ Os sentidos do lulismo, Singer, 2012, p. 89.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ Discurso de Mário Pedrosa, 1980. Resoluções de Encontros e Congressos. *In*: Almeida, 1998, contracapa.

diferentemente dos PC's e de outras organizações comunistas e socialistas, que adotavam o marxismo, ou o marxismo-leninismo, como seu referencial teórico. Assim como se contraporía a um modelo partidário de quadros, com centralismo democrático, em relação à forma de organização dos PC's, e afirmaria que seria um partido de massas, democrático e socialista.

Grupos oriundos da esquerda marxista estiveram presentes durante a formação do Partido dos Trabalhadores, praticamente todas as organizações ingressaram no PT, a exceção seria o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Conformou-se um conjunto de tendências ao longo da trajetória do PT, houve fusões, diluições e cisões em relação a essas tendências. Para nossos fins de pesquisa destacaremos através de um breve resumo algumas correntes mais importantes, são elas: Articulação (ART), Democracia Socialista (DS), Convergência Socialista (CS), O Trabalho (OT), Partido Revolucionário Comunista (PRC), Articulação de Esquerda (AE). A Articulação, inicialmente chamada de Articulação dos 113, é fundada em 1983, e se constituiria como a tendência majoritária e dirigente do partido ao longo de sua história. Ela congregaria nomes de destaque como José Dirceu, Olívio Dutra, Luís Gushiken, Aloizio Mercadante, Jair Menegueli, Plínio de Arruda Sampaio e Luís Inácio da Silva, o Lula. De acordo com Keck:

A formação de uma coalizão dominante, a Articulação, foi uma tentativa, por parte de sua liderança de consolidar a identidade do partido de modo a garantir a sua sobrevivência. O desejo de traçar para o partido uma rota a meio caminho entre a esquerda revolucionária e os que procuravam uma definição mais solidamente ancorada no plano institucional e eleitoral levou a preservação de uma dose substancial de ambiguidade; os membros da Articulação estavam decididos a preservar a ideia do partido como movimento, mesmo enquanto promoviam dentro dele um maior grau de institucionalização formal.⁸⁹

A Articulação seria formada pelos sindicalistas autênticos, setores da Igreja Católica e militantes e intelectuais oriundos da tradição marxista como Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, José Dirceu e Wladimir Pomar, ente outros. Essa conformação plural propicia as ambiguidades da tendência e do próprio partido. A tendência representaria o lado pragmático do partido em que se articulam militantes com vasta experiência na negociação e conciliação como os sindicalistas e aqueles que buscam a disputa institucional com o objetivo de trazer melhoras aos trabalhadores. Teria um caráter centrista em que se combinam posições pragmáticas e reformistas com elaborações vinculadas ao marxismo, predominando sempre

⁸⁹ Margarete Keck., op. cit., p.192.

seu caráter pragmático. Essa tendência representa a identidade petista, tinha como objetivo a solidificação do PT como partido, ao contrário de uma frente de trabalhadores em disputa para um partido revolucionário como pensava outras tendências à esquerda, também buscou delimitar o PT como partido de massas, democrático e socialista e não um partido de quadros de tipo leninista. Sua prática política e suas teses dão a direção ao partido.

A Democracia Socialista (DS), surge no fim dos anos 1970, tem caráter trotskista, é vinculada ao Secretariado Unificado da IV Internacional, conhecida pela formulação da “estratégia da pinça”,⁹⁰ em que se combina a resolução de cinco tópicos fundamentais para o socialismo “a construção do partido revolucionário, a formação do bloco antimonopolista, a criação dos organismos de poder popular, a ocupação de posições na institucionalidade e, por fim, o enfrentamento do problema militar”.⁹¹ A democracia é um instrumento para o socialismo, deve-se reunir forças entre os trabalhadores na luta social e institucional que conflua para uma “dualidade de poderes” e finalmente o enfrentamento do exército profissional burguês que se desdobra na revolução socialista. Gradativamente passa a defender a “socialização da política” momento em que seus militantes passam a ocupar cargos importantes em prefeituras (Porto Alegre e Belo Horizonte) e governos estaduais (Rio Grande do Sul), assumindo novas propositura como economia solidária e orçamento participativo.

A Convergência Socialista (CS) é constituída por militantes brasileiros exilados na Argentina, vinculados as orientações do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Argentina. Possui caráter trotskista e se constitui como organização da IV Internacional. Ao apoiar a construção do PT, suas críticas à direção petista vinculavam-se à linha política que estaria levando o partido à conciliação com a burguesia, e por conseguinte à construção de um partido eleitoral.

Para a Convergência Socialista, o PT teria uma proposta pequeno-burguesa, pois em lugar de ter como base as organizações operárias de massas, assumia uma proposta de aliança da burocracia sindical com os grupos pequeno-burgueses de esquerda baseada na formação de núcleos, o que não superaria o chamado nacionalismo burguês. Esta tendência distinguiu-se de todas as outras por não ter contribuído sistematicamente para a construção do PT, direcionando suas críticas ao setor majoritário. Posicionava-se mais próxima às lutas sindicais e às lutas organizadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), do que ao PT. Defendia

⁹⁰ (...) estabelece um traço de diferenciação nítido entre a experiência brasileira e a experiência bolchevique, onde as possibilidades de acumulação de forças no plano institucional eram bastante reduzidas. Estabelece também um marco distinto dos modelos de guerra popular prolongada, em que a acumulação de forças se faz através da confrontação armada com a institucionalidade que se quer destruir. GUIMARÃES, Juarez. A estratégia da pinça. *Revista Teoria e Debate*, n.12, 1990, p. 32.

⁹¹ Silva, 2012, p. 62.

a formação de frações sindicais que deveriam possuir autonomia de atuação independentemente da vinculação partidária.⁹²

O Trabalho (OT) é uma tendência trotskista impulsionada pela Organização Socialista Internacionalista (OSI) componente da IV Internacional. Teve entre seus quadros, militantes da Libelu (Liberdade e Luta) importante grupo estudantil que eram vinculados ao jornal “O Trabalho”. Sua análise sobre a estrutura sindical oficial afirmava ser incompatível a luta dentro dessas entidades com o princípio da autonomia sindical, constatava também que o “PT não era um partido revolucionário”. Uma resolução da OSI aponta que:

O PT é uma resposta ao movimento do operariado no sentido de sua organização independente. É uma resposta que atende aos interesses de auto-preservação da pelegada ‘autêntica’, bem entendido. Porém, para os trabalhadores o importante é conhecer as intenções ocultas dos pelegos; o importante é que o PMDB é inaceitável como partido, como também é inaceitável a limitação de suas lutas no plano sindical.⁹³

A tendência era contrária à ideia de um partido de trabalhadores e de “toda a sociedade”, o último termo abriria o partido para outras classes sociais e alianças com a burguesia.

O Partido Revolucionário Comunista (PRC), foi constituído por militantes egressos do PC do B, entre suas principais lideranças fizeram parte Tarso Genro e José Genoíno. A organização considerava o PT como local em que se aglutinaria forças embrionárias para uma frente de massas operário-popular. Viviam a contradição entre a manutenção do seu caráter de organização leninista sob o princípio do centralismo democrático e sua atuação dentro do PT, refratário ao modelo de organização do PRC. O PT era considerado como estratégico para a construção do partido revolucionário. Ao longo dos anos 1980, passou por diversas discussões internas que levaram à sua dissolução.

Esta relação dúbia do PRC em relação ao PT trouxe sérios problemas à organização que, em 1989 passou por um processo de autocritica e acabou por mudar suas concepções originárias. Em 1992, os seus principais líderes formaram a “Democracia Radical”, sob influência das teses de Antonio Gramsci, Jurgen Habermas, Hannah Arendt e Noberto Bobbio.⁹⁴

A Articulação de Esquerda (AE), é uma cisão da Articulação, fundada em 1993 a nova tendência agrupou militantes sob o manifesto a “Hora da Verdade”. Entre seus

⁹² Idem, 2012, p. 67.

⁹³ Antonio Ozaí da Silva. *História das tendências no Brasil*. Origens, cisões e propostas. São Paulo: Dag Editorial, 1987, p. 180.

⁹⁴ Silva, 2012, p. 68.

principais nomes Wladimir Pomar, Valter Pomar, Rui Falcão e Arlindo Chinaglia, os dois últimos romperiam com a esquerda petista posteriormente. A tendência em uma aliança com a DS, conseguiu eleger a chapa vitoriosa no 8º Encontro Nacional, de 1993. Esta aliança conduziria o PT nas eleições de 1994 — ainda que concorresse com centros paralelos que disputavam a direção da campanha eleitoral — evitando alianças com o PDT e o PSDB, possibilidade que existiu antes da implementação do Plano Real.

A tendência através de seu manifesto alertava para os riscos do PT, de um partido de origem operária e popular se converter em um partido da ordem. A burocratização, a baixa participação da militância e a centralidade da disputa institucional, seriam elementos que poderiam converter o partido à ordem burguesa, devendo-se retomar a radicalidade das origens do PT. A AE defendia a necessidade de reafirmar o socialismo como objetivo estratégico, dessa maneira o governo democrático-popular seria um movimento tático. A tendência também fazia considerações sobre os limites de uma via eleitoral para a realização das tarefas democrático-populares, enfatizando a derrota de governos que objetivavam o socialismo como Allende no Chile, e Léon Blum na França.

Entretanto enquanto prevalecerem condições minimamente democráticas, cabe à esquerda disputar eleições, como um momento de propagandear e submeter ao veredicto popular as reformas estruturais que almejamos realizar, disputando projetos e construindo nossa hegemonia. E, caso vencemos as eleições, cabe implementar as reformas [...]. Mas com consciência dos limites deste caminho.⁹⁵

Não se tratava de negar o caminho eleitoral, mas compreender que “a vitória da esquerda numa disputa presidencial não resolve o problema do poder e, portanto, não elimina a necessidade da ruptura revolucionária”.⁹⁶

Existiram outras tendências no interior do PT, no entanto abordamos algumas das principais para ilustrar a tensão ruptura/processualidade. A Articulação teria um caráter centrista, combinando leninismo e socialdemocracia, predominando uma visão processualista de transformação social, enquanto as demais tendências examinadas, ainda que tenham grandes diferenças entre si, defendem um caminho revolucionário, de ruptura, para o socialismo.

⁹⁵ Pomar, 2014, p. 43.

⁹⁶ Idem, ibidem.

2.1 Manifesto de Fundação (1980)

No mesmo ano em que se fundava o PT, Lula, em entrevista, dava uma amostra da evolução que passara as lutas da classe trabalhadora, por melhorias econômicas e através de sindicatos, para uma concepção da necessidade de um partido político que fosse portador de um novo projeto societário.

Até o ano passado fui a pessoa mais apolítica que existe nesse país. Veja que ninguém mais do que eu contestou a corrupção, o modo de fazer política no Brasil. Entretanto, eu acho que estou pagando e vou pagar um preço pelo puritanismo com que eu defendia minha categoria. Até um determinado momento eu achava que nós não deveríamos participar em nada que viesse tirar os trabalhadores desse puritanismo; mas, depois de fazer um dos mais belos movimentos da classe trabalhadora que já se fez nesse país, a gente percebeu que a classe política não estava sensível aos nossos problemas, que os partidos políticos não tinham tomado uma posição em relação à greve (de 1979). Nem tinham se manifestado em relação a nenhum grande problema nacional que nós enfrentamos durante os anos de arbítrio. Então cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto, oferecendo, às vezes, favores. Daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente [...]⁹⁷.

De acordo com Iasi (2006, p. 375), no filme *Linha de Montagem*, de Renato Tapajós, a respeito da greve de 1980, Lula afirmara que “eu descobri que sindicato a gente faz para melhorar a relação entre capital e trabalho, e um partido político a gente faz para mudar a sociedade”. Aqui, também podemos perceber o salto qualitativo da classe trabalhadora, expresso pela principal liderança metalúrgica do período, entre uma luta econômica, inicialmente restrita a uma categoria, para uma concepção política, que pretende intervir em um nível geral na sociedade.

O Manifesto de Fundação do PT afirma o surgimento do partido como produto das lutas sociais e sindicais em um quadro amplo de democratização e luta contra a Ditadura Militar. Além disso, afirma seu caráter anticapitalista, “o PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados”⁹⁸. Em seguida, assevera seu conteúdo baseado na autonomia e na independência de classe, e coloca-se como *partido de massas*, construído pelos próprios trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os

⁹⁷ Lula, 1980 *apud* Meneguello, 1989, p. 51.

⁹⁸ Manifesto de Fundação. Almeida; Cancelli; Vieira, 1998, p. 65.

trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade⁹⁹.

O compromisso com a democracia é outro importante elemento do Manifesto. Apresenta-se tanto em relação à luta contra a ditadura quanto à democracia em seu aspecto organizativo, qual seja o caráter *de massas* do partido, “amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com seu programa”¹⁰⁰. É apontada a necessidade de construção de uma estrutura interna democrática, baseada em decisões coletivas, sua direção e programa devem ser decididas pelas bases.

A participação eleitoral seria a outra forma de compromisso com a democracia:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas¹⁰¹.

O Manifesto defende que a riqueza produzida e os recursos naturais sirvam ao bem-estar da coletividade e não ao grande capital, devem servir aos interesses populares, porém, “estes interesses não prevalecerão *enquanto o poder político não expressar uma real representação popular*”¹⁰². O que podemos depreender da parte final do Manifesto é uma certa visão sobre o Estado e o seu dever-ser como um *espelhamento dos interesses* dos trabalhadores e dos setores populares, pois sendo um Estado democrático deveria refletir os anseios das maiorias. O uso das noções de Nação e de povo nos parecem auxiliar nessa compreensão:

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que *o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade*, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, *o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores*, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa

⁹⁹ *Ibidem*, p. 66.

¹⁰⁰ *Ibidem*

¹⁰¹ *Ibidem*

¹⁰² *Ibidem*, grifo próprio.

construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo¹⁰³.

A meta socialista não aparece diretamente no Manifesto de Fundação, mas na forma de uma “sociedade sem explorados e exploradores”, também afirma a necessidade de chegar ao governo e à direção do Estado e implantar uma política sob o ponto de vista dos trabalhadores. Somente no 1º Encontro Nacional a questão do socialismo será retomada. É a partir do discurso de Lula, no referido Encontro Nacional do PT, que iniciaremos a análise das resoluções do partido. O discurso expressa de forma significativa o perfil político do partido e sua concepção sobre o socialismo.

2.2 Do 1º ao 3º Encontro Nacional (1981, 1982 e 1984)

Em agosto de 1981, o PT realizou seu primeiro encontro nacional. O discurso de Lula foi um de seus momentos mais importantes, nele encontraremos um conjunto de elementos marcantes na caracterização do Partido dos Trabalhadores. Após apontar um conjunto de críticas aos obstáculos e às restrições impostos pela legislação eleitoral, Lula retomou temas polêmicos, entre eles a questão da luta sindical e da luta política, rebatendo as críticas sobre o abandono da primeira.

Companheiros: em nosso país, o sindicato, controlado pelo governo, não é suficiente para mudar a sociedade. O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. Em nossa luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra¹⁰⁴.

A afirmação aponta os limites da luta sindical, a intenção do novo partido não é apenas melhorar as condições de vida dos trabalhadores, por meio da melhoria da relação entre capital e trabalho, mas sim uma nova sociedade em que os trabalhadores sejam “donos dos meios de produção”, é nesta passagem que se faz emergir a temática da meta socialista. Em outro trecho do discurso, Lula alude a alguns questionamentos feitos ao PT: “qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura?”¹⁰⁵, e outras questões que

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ 1º Encontro Nacional. Almeida *et al.*, 1998, p. 107.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 113.

seriam feitas internamente pelos militantes do partido, por exemplo, se o PT não seria “apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido socialdemocrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo?”¹⁰⁶.

As últimas perguntas viriam daqueles que considerariam o PT apenas como uma frente ou um partido tático, expressando, segundo Lula, apenas sua desconfiança em relação à capacidade política dos trabalhadores de “definirem seu próprio caminho”. Seriam questões dos que apresentariam uma receita já pronta da sociedade futura, questões desligadas das lutas concretas do dia a dia, “de quem não aprendeu a conviver com o povo”. Segundo Lula:

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a idéia da necessidade do Partido. E, por isso, sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?¹⁰⁷

Nesta passagem, Lula busca se contrapor a determinadas tradições marxistas, que apontam os limites da espontaneidade ou da luta sindical, que se encerrariam em seus próprios termos econômicos, sem o questionamento da ordem vigente. Ele acredita que a própria criação do PT teria demonstrado a passagem da luta sindical/econômica para a luta política. O excerto afirma que pelo fato de os trabalhadores sofrerem “na própria carne” a exploração, ou serem os mais explorados da sociedade, eles desejariam uma nova sociedade que só poderia ser a sociedade socialista.

Mas, “qual socialismo” seria? A pergunta percorrerá parte significativa da história do PT, além de refletir os debates internos e externos ao partido naquele período. No discurso, questiona: “estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país?”¹⁰⁸. O partido recusaria teorias pré-estabelecidas, bem como a importação de modelos de países socialistas, uma vez que a independência do partido não seria apenas *de classe*, mas também em relação aos países e aos partidos políticos

¹⁰⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 114.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

do próprio campo do socialismo: “vamos continuar, com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira”¹⁰⁹. Sobre o “tipo” de socialismo:

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo¹¹⁰.

O socialismo é definido pela negação de outras propostas, qual seja, da socialdemocracia, que busca gerenciar a crise capitalista, e do socialismo soviético, que privilegia a burocracia em detrimento dos trabalhadores. O partido expressa a vontade de construir um caminho “original” ao socialismo, embalado pela própria autoimagem partidária de “novidade histórica”, pretende se diferenciar da socialdemocracia e do socialismo soviético, os principais paradigmas até então. Mas, se a socialdemocracia e o socialismo soviético são o “tipo de socialismo que não nos convém”, qual seria o tipo de socialismo “que nos convém”?

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores¹¹¹.

Como podemos perceber, o socialismo petista não possui um conteúdo definido. A definição seria dada pelas exigências das lutas populares, não “nascerá de decretos” como nos partidos comunistas, ou da mente de intelectuais. O socialismo petista se definirá progressivamente nas “lutas do dia-a-dia”. Tal afirmação levará críticos do PT, principalmente aqueles à esquerda do partido, vinculados a determinadas concepções marxistas, a considerarem o partido como “obreirista”, “basista” ou “espontaneísta”.

O que presenciamos são embates que informam uma resistência a modelos já estabelecidos e à ação de grupos referenciados em determinadas tradições marxistas,

¹⁰⁹ *Ibidem.*

¹¹⁰ *Ibidem.*

¹¹¹ *Ibidem.*

buscando uma maior definição acerca do socialismo e da sua estratégia. Segundo Iasi (2006, p. 389)?

No intervalo de um pouco mais de cinco anos, uma classe passa de vigorosas lutas sindicais, cria um partido político de corte classista, afirma uma meta socialista baseada numa clara radicalidade anticapitalista, mas alguns não aceitam nada menos que a materialização de Lenin e do partido bolchevique à sua frente, paradigma em relação ao qual qualquer manifestação não passa de uma precária falsa consciência marcada pelo reformismo ou pelo economicismo.

De acordo com Iasi, a relação do PT com o socialismo seria uma postura próxima ao que Lenin teria chamado de tática-processo, ou seja, “um procedimento segundo o qual o partido só formula aquilo que o movimento real da classe já realizou”¹¹². Isso seria enganoso, pois se é fato que o partido surgiu representando um conjunto de lutas sociais, ele significou um salto qualitativo em relação as lutas que lhe deram origem, visto que agora se propõe a ser uma organização política com ação nacional e defensora de uma meta socialista a elaborar uma estratégia. Esse salto de qualidade pode ser verificado quando comparado o discurso de Lula, de 1981, com aquele da posse no sindicato em 1975. Vejamos:

O momento da história que estamos vivendo apresenta-se, apesar dos desmentidos em contrário, como dos mais negros para os destinos individuais e coletivos do ser humano. De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais mezinhos ideais de liberdade, limitado em sua capacidade de pensar e se manifestar. E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico, explorado por outros homens, privados da dignidade que o trabalho proporciona, tangidos pela febre de lucro, jungidos ao ritmo da produção, condicionados por leis bonitas mas inaplicáveis, equiparados às máquinas e ferramentas¹¹³.

Se em 1975 temos a crítica a um “Estado e uma ideologia marxista” e a um poder econômico movido pelo lucro e pelo ritmo da produção, no discurso de 1981 temos a contraposição a um socialismo burocrático e à socialdemocracia. Em vez da “dignidade do trabalho”, temos a crítica à exploração capitalista e a convicção que o socialismo será obra dos próprios trabalhadores. Dessa maneira, a liderança está expressando não apenas seu avanço de consciência individual, mas o salto qualitativo pelo qual passou a classe trabalhadora em seus embates com o capital e o Estado, na passagem dos anos 1970 aos 1980.

Não estaria a forma do discurso captado exatamente o impasse prático e teórico da cultura revolucionária de uma certa época, ou seja, o impasse entre o amoldamento

¹¹² *Ibidem*, p. 388.

¹¹³ Discurso de posse de Lula, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. In: RAINHO, Luis Flavio; BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo* (1977/1979). São Bernardo do Campo: Editora FG, 1983, v. 1, p. 187.

socialdemocrata, sem superar a ordem do capital, e a superação revolucionária que conduziu à deformação burocrática?¹¹⁴

A ausência de uma definição clara sobre “qual socialismo”, na fala de Lula, prosseguirá por toda a década de 1980 e início dos 1990, nas resoluções do partido, ela expressará os dilemas do contexto cultural e intelectual do período em que o partido está se formando. De um lado a burocratização do processo revolucionário erigido na Rússia, em 1917, de outro, a naturalização do capitalismo pela social-democracia. A pretensão do PT de estar criando uma alternativa totalmente original também apresentará suas contradições futuramente.

O 2º Encontro Nacional, realizado em 1982, ocorrerá em um ano eleitoral. O partido apresentará sua plataforma eleitoral, buscando adaptar para um plano eleitoral os princípios já expressos no 1º Encontro. A resolução intitulada Plataforma Eleitoral Nacional, tendo como lema “Trabalho Terra e Liberdade”, assinala que pretende colocar “a economia a serviço do trabalhador”¹¹⁵, devendo o Estado assumir as operações financeiras e direcionar a poupança popular aos interesses da maioria da população, e não dos agiotas. Defende-se a estatização do sistema financeiro, e que seja colocado sob controle dos trabalhadores. O combate aos monopólios e seu controle sobre a economia em detrimento da população, também são alvos das resoluções, além da possibilidade de suspensão da dívida externa e da nacionalização do comércio exterior.

Segundo as resoluções, “colocar a economia e administração pública a serviço do povo” não poderia se dar simplesmente mediante a estatização, mas deveria se viabilizar pela mobilização dos trabalhadores, que abririam as condições para que os temas de interesse público passassem ao controle popular, desde escolas controladas por professores, alunos e pais até as empresas fiscalizadas em sua contabilidade pelos trabalhadores, sindicatos teriam voz no planejamento nacional. Novamente, os monopólios financeiros são alvos da crítica ao mesmo tempo que o PT afirma as bases do que seria o poder:

Lutamos para que os trabalhadores derrubem a Ditadura Militar e coloquem por terra não só suas leis e sua falsa justiça, mas também a base econômica que a sustenta. Não haverá mudanças decisivas para o povo brasileiro enquanto os monopólios financeiros (que, em plena crise, apresentam lucros de 700% ao ano!) continuarem mandando na economia do País, os monopólios comerciais controlarem a circulação de mercadorias e os monopólios industriais a produção nacional. Reafirmamos nosso compromisso com a construção de um *novo poder, baseado na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho, para construirmos uma sociedade sem explorados e sem exploradores.*

¹¹⁴ Iasi, 2006, p. 390.

¹¹⁵ 2º Encontro *In: Almeida et al.*, 1998, p. 124.

Essa é a sociedade que os trabalhadores sonham e que, desde hoje, nossa luta prepara¹¹⁶.

A luta antimonopolista será uma das tarefas centrais na estratégia petista. Em relação ao socialismo, as resoluções apontam que:

Desde sua fundação, o PT afirmou o compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados. Isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista. E isto porque, tendo nascido da luta dos trabalhadores, o PT, desde o início, percebeu que os meios de produção deveriam ser de propriedade social, servindo não aos interesses individuais de um ou outro proprietário. Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações¹¹⁷.

As resoluções afirmam o socialismo, inclusive indicando elementos clássicos, como o fim da propriedade privada, socialização dos meios de produção e da exploração entre os homens. As medidas ainda não seriam suficientes para atingir um “estágio superior de civilização”, porém já seriam um importante passo para o “socialismo que queremos”. Na sequência do documento, o PT reafirmará seus laços internacionais e sua crítica à importação de uma fórmula pronta do socialismo, reforçando os princípios do 1º Encontro.

As relações de amizade que o Brasil deve ter com os povos que lutam pela democracia e pelo socialismo não significam, entretanto, que possamos importar de qualquer um desses países uma fórmula pronta de socialismo. Nosso socialismo será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos, nem de ninguém. Irá se definindo nas lutas do dia-a-dia e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos.
*Nossa vez, nossa voz: quem decide somos nós!*¹¹⁸.

As eleições são mediadas pelo objetivo final, o de “construir uma sociedade socialista”. De acordo com as resoluções, as eleições devem ser continuidade das lutas sociais, e os possíveis mandatos que possam ser conquistados estariam a serviço da luta dos trabalhadores. Naquele ano, o PT afirmou que “não fará coligação”, ainda que não considere um princípio, mas uma posição de acordo com o momento. O partido afirmará a autonomia e a independência de classe como elementos centrais na sua tática eleitoral, e as resoluções indicam que o partido possui candidatos *do* PT e não *no* PT, como forma de combater carreirismos e vanguardismos, além de mostrar que o indivíduo está submetido ao coletivo partidário.

¹¹⁶ *Ibidem*, p.125, grifos próprios.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 126.

¹¹⁸ *Ibidem*.

Já o 3º Encontro Nacional, ocorrido em 1984, terá como preocupação principal a necessidade de transformar o imenso crescimento do partido em força orgânica. Para isso, tratou de tarefas organizativas, além de elaborar um Regimento Interno. Ademais, retornou à questão da meta socialista, agora a partir da diferenciação entre “governo” e “poder”.

A resolução observa que o PT “não seria um partido se não almejasse o poder”¹¹⁹, mas também não seria “um partido político se limitasse suas atividades apenas ao plano da denúncia, da crítica e da reivindicação, recusando-se a pensar *na sua possibilidade de ser governo* e, ainda mais, em conquistar o poder”¹²⁰. Mais do que uma diferenciação entre dois conceitos e duas possibilidades colocadas para um partido político, a resolução indica uma diferença de método:

Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói. O PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados – como, por exemplo, a criação de conselhos populares – e desenvolver esse poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular. A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular. Essa participação deve conduzir a uma sociedade sem explorados nem exploradores, e sem a divisão entre governados e governantes. A nossa luta é pela construção do socialismo¹²¹.

A passagem indica que a tomada do poder não seria suficiente para transformar a sociedade e que o poder também é construído nas lutas da sociedade, o projeto futuro de sociedade estaria em aberto. Isso indica um determinado ritmo a ser dado às lutas imediatas e às lutas estratégicas. A primeira diz respeito às necessidades e reivindicações cotidianas dos trabalhadores e a segunda à tomada do poder político propriamente. Porém, baseada em um diagnóstico de que “a oportunidade da tomada do poder ainda não está colocada de forma imediata e consciente para *a totalidade dos trabalhadores*”¹²², seria necessária uma “acumulação de forças” que fortaleça a atuação dos trabalhadores e busque “alterar a correlação de forças”.

Para o momento e dadas as condições, deve-se “formular a nossa alternativa de governo para o País”. Neste momento, a política do acúmulo de forças ainda faz parte de uma “política de crescimento”, porém ganhará centralidade na estratégia democrático-popular, configurando um caráter gradualista na estratégia. Basicamente, o diagnóstico da

¹¹⁹ 3º Encontro Nacional [1984]. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 153.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*, p. 153.

¹²² *Ibidem*, grifo próprio.

ausência de condições para a tomada do poder leva a necessidade de um acúmulo de forças baseado nas lutas imediatas dos trabalhadores e não naquelas ligadas à luta pelo poder. Dessa forma, devem ser traduzidas para um plano de governo, que servirá como ponto de apoio dos trabalhadores.

A separação entre luta imediata e luta pelo poder, assim como a compreensão da *impossibilidade da luta pelo poder imediato*, serão basilares na formulação democrático-popular – anteriormente, já havíamos observado essa separação e diagnóstico no pensamento de Coutinho – e o motivo de intensa disputa entre a corrente majoritária e as correntes à sua esquerda. Essa separação e a reafirmação do diagnóstico se repetirão no 4º e 5º Encontro do partido. Ao final do tópico da resolução:

Já não basta, por exemplo, a denúncia do desemprego; devemos dizer aos trabalhadores quais as nossas propostas para resolver o problema e criar empregos. Embora também seja indispensável, não basta, apenas, a apresentação de reivindicações aos governos que aí estão estabelecidos; precisamos nos preparar para o dia em que sejamos capazes de, como governo, atender nossas reivindicações como trabalhadores. Já não basta falar dos problemas vividos pelos trabalhadores, como se a solução só devesse vir num futuro muito remoto. Precisamos nos preparar para mostrar que existem coisas que se pode fazer imediatamente em benefício do povo e que só não são feitas quando os governos não representam, de fato, os interesses dos trabalhadores¹²³.

Sair do denunciamento e propor medidas mais concretas, que inclusive poderiam ser realizadas no presente, ganharão cada vez mais força no decorrer das participações eleitorais, também será alvo de polêmicas na luta política interna, caracterizando aqueles que seriam portadores de uma visão mais concreta e realista sobre as necessidades dos trabalhadores; daqueles que estariam descolados da realidade, envolvidos em concepções teoricistas, vanguardistas e distantes dos trabalhadores.

Por fim, em 1985, ainda será realizado um Encontro Nacional Extraordinário, tendo como pontos principais um balanço da campanha pelas Diretas Já! e a posição em relação ao Colégio Eleitoral. O tópico “Contra o continuísmo e o pacto social” aponta, diante da situação econômica e social e das forças políticas operantes, o objetivo do PT de propor um “plano de ação e uma plataforma de lutas *por uma alternativa democrática e popular*, que se contraponha ao regime, à transição conservadora e ao pacto social”¹²⁴.

O PT afirma sua oposição ao governo que sucederá a Figueiredo, escolhido no Colégio Eleitoral. Sobre a campanha pelas eleições diretas, o maior saldo teria sido “a ampla

¹²³ 3º Encontro. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 153.

¹²⁴ Encontro Nacional Extraordinário de 1985. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 179

mobilização de setores populares e dos trabalhadores [...] a campanha, ao assumir um caráter de massas, contribuiu para desagregar o PDS e aprofundar a crise do regime”¹²⁵.

A campanha teria representado a volta das classes populares à luta institucional, questionando a forma de sucessão presidencial estabelecida. Porém, apesar da mobilização e da intervenção do movimento sindical, este teria se diluído nos comícios “os setores liberais e conservadores do Comitê Nacional Pró-Diretas acabaram impondo à campanha controles e limites, que conduziram à conciliação”¹²⁶. O PT teria se colocado de forma independente na campanha, criando um polo alternativo, para onde confluíram movimentos populares, se fortalecendo até mesmo para após a derrota da campanha, mas teria sido inviabilizado pela não composição de setores progressistas do PMDB, além do PCB, PC do B e MR-8, que teriam preferido se submeter à “hegemonia liberal-burguesa”.

Ademais, devido ao peso excessivo das ações unitárias, o partido não teria levado em conta a tempo que o PMDB já se encaminhava para o Colégio Eleitoral: “é preciso ter claro, ao concluir este balanço, que a Aliança Democrática utilizou a mobilização popular para impor ao regime a aceitação de seu candidato”¹²⁷. A derrota da emenda, Dante de Oliveira teria sido o sinal para a desmobilização e a retomada do controle por parte dos setores conservadores. A vitória de Maluf, na convenção do PDS, propiciou as condições para a união entre os dissidentes do PDS com o PMDB, formalizando a Aliança Democrática e o lançamento da candidatura de Tancredo Neves, que viria a ser vitoriosa no pleito indireto.

O PT será o único partido a não participar do Colégio Eleitoral, a Aliança Democrática se comprometeria a eleger um congresso de centro-direita em 1986, manter os compromissos com o FMI e a intocabilidade da propriedade fundiária. O PT, em contraposição e buscando coerência com a “construção de uma alternativa democrática e popular capaz de se opor ao pacto das elites”, propõe, considerando as frentes parlamentares como táticas e a pressão de massas como central, a seguinte linha política:

Frente à conjuntura que analisamos nos itens anteriores, o PT deve concentrar sua atuação política no *combate ao pacto social e à transição conservadora*. Isso significa que *devemos privilegiar o movimento popular e sindical as formas de luta de massas. Só com este acúmulo de forças no plano não institucional será possível obter mudanças democráticas no País*. Neste sentido, o PT deve retomar sua política de apoiar e incentivar as lutas sociais, principalmente aquelas que ganham caráter nacional e de massas, como a luta dos mutuários, dos sem-terra, dos professores e, especialmente, a luta sindical, com a CUT à frente, que hoje encaminha as campanhas de reajuste trimestral, [jornada semanal de] 40 horas, salário-desemprego e reforma agrária.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ *Ibidem*, p.180.

As formas de luta próprias do movimento popular e sindical devem ser impulsionadas através de campanhas, protestos, invasões e ocupações. As jornadas de luta e protesto, cuja organização começou a se esboçar durante a campanha das Diretas, com a participação de entidades da sociedade civil e do movimento popular, devem ser retomadas com base em objetivos precisos. E a greve geral, que depende de um maior acúmulo de forças do movimento sindical, é o instrumento mais consequente para quebrar o pacto social. Por isso, é fundamental que todos os petistas, no movimento sindical e na CUT, se empenhem na sua organização, preparação e definição de objetivos. Papel importante jogará, neste sentido, o Encontro Sindical do PT. No plano institucional, propomos a imediata convocação de eleições diretas, inclusive para prefeitos das capitais e áreas ditas de segurança nacional, em 1985, e não como quer a Aliança Democrática, que defende o mandato de Tancredo por quatro ou seis anos. Exigimos também a revogação da legislação eleitoral e sobre os partidos políticos, bem como os critérios vigentes de representação popular. Exigimos a livre organização partidária, o voto para os analfabetos, cabos e soldados e o igual acesso dos partidos aos meios de comunicação e ao fundo partidário¹²⁸.

O balanço sobre a posição a respeito do Colégio Eleitoral expressou a primeira divergência na história do partido, entre a bancada parlamentar e a posição da direção nacional, já que alguns parlamentares demonstravam o desejo de participar da eleição indireta. Critica-se “a recusa de parlamentares do Partido em acatarem deliberações tiradas em convenção partidária”¹²⁹ e os danos que poderiam causar ao desenvolvimento futuro do partido. A não participação no Colégio Eleitoral e a recusa ao pacto social em torno da candidatura de Tancredo Neves expressaria o caráter de independência do PT, mas este só pode “firmar-se como partido de massas dotado de sólidos mecanismos de democracia interna”¹³⁰ se rejeitasse tanto concepções parlamentaristas como vanguardistas. Segundo as resoluções:

Os partidos da burguesia fazem uma clara distinção entre um reduzido número de dirigentes, quase sem exceção detentores de mandatos parlamentares ou de altos postos de administração no governo, possuidores, com exclusividade, das prerrogativas de decisão política. E a massa de filiados, chamada a cada dois anos para homologar a recondução dos primeiros aos organismos dirigentes. Em alguns casos, inclusive, o poder de decisão passa ao largo destes órgãos e se concentra nas bancadas parlamentares, servindo o partido apenas como instrumento de condução ao Parlamento.

Muitos partidos de origem popular e mesmo operária, na medida em que abdicaram da luta por transformação de fundo da sociedade capitalista, tornaram-se pouco mais do que simples apêndices de suas bancadas no Parlamento¹³¹.

O trecho faz a crítica ao funcionamento dos partidos burgueses, ao mesmo tempo que recupera a trajetória de partidos socialdemocratas, antecipa dilemas que o partido enfrentará à medida que fortalece seu braço institucional a cada eleição, as conquistas institucionais

¹²⁸ Encontro Nacional Extraordinário de 1985. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 187-188, grifos próprios.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 191.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ *Ibidem*

não se darão sem consequências. De qualquer forma, a passagem demonstra a independência e a identidade classista do partido, e que o coletivo partidário ainda submetia sua bancada, já que os mandatos são conquistados por meio do partido, retomando o 2º Encontro, são candidatos *do* PT e não *no* PT.

2.3 4º Encontro Nacional (1986)

No seu 4º Encontro Nacional, realizado em 1986, o PT busca elaborar uma melhor definição programática delineando sua concepção sobre o socialismo e relacionando objetivos estratégicos e necessidades imediatas dos trabalhadores. Para isso seriam necessário estudos sistemáticos sobre a formação social brasileira e também estudos sobre as experiências socialistas e lutas sociais em diversas partes do mundo, fazendo um balanço político e comparando com as experiências de luta no Brasil, no objetivo de construir uma alternativa brasileira. No tópico “Plano de ação política e organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/1987/1988” apresentará sua caracterização da formação social brasileira. O encontro indica o aprofundamento programático, relacionando questões imediatas com objetivos estratégicos e expressa o delineamento de um desenho estratégico.

O capitalismo encontra-se num alto nível de desenvolvimento no Brasil, neste final do século XX. Todavia, o capitalismo expandiu-se aqui de forma regionalmente muito desigual. No centro-sul e no sul do País há um capitalismo relativamente concentrado, que, principalmente em São Paulo, alcançou um razoável grau de centralização. Mas no resto do Brasil o capitalismo está disperso por pequenas empresas, com algumas poucas exceções, e aproveita-se, em medida considerável, de formas atrasadas de produção. Em muitas regiões chega a predominar a economia mercantil simples e não a economia mercantil capitalista. Mesmo nas áreas desenvolvidas é bastante disseminada a existência de cerca de 2,5 milhões de pequenas empresas familiares, industriais e comerciais, além de uma agricultura de pequenos produtores, que contrasta com as agropecuárias capitalistas e os latifúndios.

Esse tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil expandiu, do ponto de vista social, uma diversificada camada de assalariados urbanos e rurais na indústria, no comércio, nos serviços em geral e na agricultura, incluindo aí uma pequena burguesia de extensão razoável. Além disso, apesar do processo de expropriação a que foram e continuam sendo submetidos os camponeses e os pequenos e médios proprietários urbanos, essas camadas cresceram em termos absolutos, acompanhando o aumento da população. A pequena burguesia proprietária, incluindo donos de pequenas empresas industriais, comerciais e de serviços (familiares e com alguns assalariados), autônomos e camponeses, abrange uma considerável massa da população brasileira.

O capitalismo brasileiro desenvolveu-se de forma subordinada e dependente do capitalismo internacional, tanto com a penetração do capital estrangeiro no País, quanto com a quase completa dependência científica e tecnológica. A penetração capitalista estrangeira, sob a forma de investimentos diretos e empréstimos, colocou, por um lado, os setores fundamentais da economia brasileira nas mãos

das multinacionais e, por outro, transformou o País no maior devedor do mundo, deixando-o à mercê dos interesses do capital financeiro internacional¹³².

As resoluções, apesar de caracterizarem o capitalismo brasileiro como de alto nível de desenvolvimento, o considera como desigual pelo fato de se concentrar em São Paulo e na região Sul e estar esparso no restante do país, desta feita conviveriam formas modernas e atrasadas de produção, a primeira se aproveitando da segunda.

A referência a uma ampla camada de pequenos proprietários no campo e na cidade, nos sugere que o grau de centralização e de concentração do capital ainda não teriam chegado a um grau ótimo. O tipo de desenvolvimento capitalista teria produzido uma camada de assalariados diversificada e heterogênea no campo e na cidade, e novamente seria reafirmada a existência de uma pequena burguesia “de extensão razoável”, que *passou e ainda continuaria passando pelo processo de expropriação*.

É possível perceber, mesmo que as resoluções apontem um alto nível de desenvolvimento, um conjunto de elementos nas resoluções que sugerem uma incompletude no capitalismo brasileiro, e é o caso do seu: a) desenvolvimento desigual pelas regiões; b) do tamanho das camadas médias indicando insuficiências na concentração/centralização do capital; c) da continuidade do processo de expropriação dos pequenos proprietários, e seu contínuo crescimento nos parecem indicar que ainda é um processo inconcluso, uma acumulação primitiva em curso, e da mesma forma o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

No terceiro ponto, a referência negativa ao desenvolvimento subordinado e dependente, nos parece apontar para uma criticidade não ao capitalismo, mas à forma como ele se desenvolveu, baseado em um capital estrangeiro e não brasileiro. Além da dependência tecnológica, da subordinação da economia nacional às multinacionais e do endividamento, nos sugere uma visão que considera artificial a forma de desenvolvimento, que ainda não estaria plenamente realizado, já que não se coloca sob bases nacionais e estando “à mercê dos interesses do capital financeiro internacional”.

O caráter dependente e desigual do capitalismo orientará toda a leitura da realidade do PT, e essa forma desigual de capitalismo produtor de heteronomias e heterogeneidades, evitado de insuficiências, também se refletirá na apreciação das classes sociais “que tendem, cada vez mais, a confirmar a estrutura de classes de uma sociedade capitalista”¹³³, seria uma tendência progressiva, mas não seria ainda um diagnóstico conclusivo como se poderia aferir

¹³² 4º Encontro Nacional [1986]. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 246-247.

¹³³ *Ibidem*, p. 247.

nos países centrais do capitalismo. A burguesia brasileira teria se tornado uma poderosa classe integrada em seus diversos setores, “integrando setores mercantis e comerciais, o setor industrial (1930), o setor latifundiário e financeiro (1950), o setor de serviços e de comunicação, bem como o setor de monopolização e internacionalização do capital (1964)”¹³⁴. Apesar disso, alguns de seus setores passariam por conflitos conjunturais, mas teriam forte poder de unificação ideológica em momentos de crise, como a Revolução de 30, a Redemocratização de 1945 e a Ditadura Militar, em 1964.

Esse já não seria o caso das classes trabalhadoras que ainda não teriam conseguido “*integrar e unificar de uma forma satisfatória os seus diversos setores, de origem e história diferenciados, e que têm tido papéis sociais e políticos distintos, em grande parte como resultado do desigual desenvolvimento do capitalismo*”¹³⁵. A classe trabalhadora se constituiria pela classe média (urbana e rural) e assalariados do campo e urbanos, destacando-se no interior dos urbanos a classe operária.

Por sua vez, as classes médias seriam marcadas por imensa heterogeneidade, compostas desde os pequenos produtores agrícolas ao pequeno empresário comercial e industrial, passando pelo funcionalismo público, por uma série de profissionais de nível superior ligados a iniciativa privada, por trabalhadores intelectuais vinculados aos serviços e a comunicação, até o clero e as forças armadas.

Apesar da heterogeneidade, as resoluções afirmam que este setor social apresentaria uma condição comum com os assalariados urbanos, a de que sofreria por parte da burguesia “exploração econômica e opressão política e ideológica, embora em graus diferenciados, e de forma às vezes distinta do nível de exploração e opressão a que são submetidos os demais trabalhadores assalariados da cidade e do campo”¹³⁶. Porém, apesar de identidade em comum, ela não teria sido suficiente para que a classe média concebesse um “projeto histórico e ideológico único”, pelo contrário, seus milhões de componentes costumam ser cooptados pelos projetos burgueses, se colocando muito mais nessa posição do que junto aos assalariados. Sua distribuição é desigual sendo mais atuante no centro-sul e nas capitais e com menor presença e desorganizadas no interior e nas regiões Norte e Nordeste.

Os assalariados urbanos são constituídos por imigrantes ou seus descendentes, assim como de segmentos das classes médias que passam pela proletarização, além de trabalhadores rurais migrantes para as cidades. Seu crescimento se adensa na medida em que

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ *Ibidem*, grifo próprio.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 248.

se desenvolve a sociedade capitalista, materializada na expansão do setor industrial, setor de serviços e comunicação, rede escolar, bancos, meios de transportes etc.

A classe operária, como fração estratégica desse setor e de todo o conjunto das classes trabalhadoras – pelo seu papel na produção e na reprodução para a acumulação de mais-valia, sustentáculo de todo o sistema capitalista – também vem se expandindo, no sentido de que, hoje em dia, está presente, embora em graus diferenciados, em praticamente todo o território nacional¹³⁷.

Os assalariados do campo se distanciariam dos urbanos não só pelo seu “tamanho”, tido como consideravelmente menor, mas pelo papel na produção e suas condições de trabalho notadamente inferiores. Destaca-se que, a depender da região e do período, esta camada poderia ter melhores condições de vida do que pequenos proprietários que temporariamente vendem sua força de trabalho para os médios e grandes produtores.

As resoluções também fazem menção a uma camada de trabalhadores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, trabalhando com bicos, ou aderindo ao banditismo, à prostituição, ao tráfico de drogas e à violência, sendo os assalariados e camadas baixas da classe média suas principais vítimas.¹³⁸

Como conclusão desta análise, é possível dizer que o capitalismo no Brasil [se] desenvolve de maneira desigual e subordinada ao imperialismo, com uma burguesia e um Estado burguês modernos, organizados e aparelhados em luta contra uma classe trabalhadora em diferentes graus de organização: a classe média, de contornos ambíguos e híbridos, semi-organizada, e o proletariado urbano e rural em crescente organização, embora ainda frágil. Apesar do seu grau de desenvolvimento e modernidade, a burguesia e o Estado não têm conseguido resolver as contradições fundamentais do desenvolvimento do conjunto da sociedade e, por isso, apelam para a força repressiva em situações de crise, que procuram evitar com medidas superficiais e paliativas destinadas a acalmar ou cooptar setores sociais mais reivindicativos¹³⁹.

Sob a égide do capitalismo dependente se desenvolve um capitalismo desigual e subordinado, dando origem a um Estado burguês contrário aos trabalhadores e às classes médias, marcado pela heterogeneidade e um nível ainda insuficiente de organização. O que nos chama a atenção é a afirmação dos formuladores sobre o nível de desenvolvimento ou de modernidade alcançado pela burguesia e pelo Estado, estes ainda não conseguiriam “resolver as principais contradições fundamentais do desenvolvimento da sociedade”. Quais contradições seriam essas que ainda não foram resolvidas? Haveria questões pendentes no desenvolvimento. A não resolução dessas contradições pendentes tem como consequência o

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 249

¹³⁹ *Ibidem*, p. 251.

apelo a força repressiva ou a reformas paliativas, porém, sua solução permanece adiada, tanto o populismo quanto a autocracia burguesa seriam a expressão dessa não resolução. No entanto, os formuladores não se restringem apenas a um diagnóstico, mas também a um prognóstico diante da realidade analisada:

Mas a superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária, que, por meio da socialização dos principais meios de produção, vise a abundância material para atender às necessidades materiais, sociais e culturais de todos e de cada um de seus membros, ou seja, a construção do socialismo. E, embora ainda não esteja colocada para o conjunto da classe trabalhadora a consciência dessa necessidade, é possível afirmar que o estágio do desenvolvimento do capitalismo, da formação das classes e do grau de luta entre as classes, no Brasil, já apresentam as condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem os avanços e as conquistas populares e, ainda mais, criem as brechas, os caminhos e as pontes capazes de conduzir às transformações indispensáveis na direção da construção de uma sociedade socialista¹⁴⁰.

O encadeamento lógico da estratégia aparece de forma clara, aponta os limites das reformas paliativas oferecidas pela burguesia, afirma a necessidade de uma ruptura radical contra a burguesia e a construção do socialismo. Apesar da afirmação da necessidade do socialismo, o que o grau de desenvolvimento do capitalismo e da formação das classes – que ainda não possuem consciência da necessidade do socialismo – permite, são lutas na perspectiva de um acúmulo de forças que levem a ampliação da democracia, possibilitando conquistas populares.

A partir de agora, ficará claro que parte daquelas contradições não resolvidas do desenvolvimento teria a ver com a ausência ou a restrição da democracia, sendo necessárias, no primeiro momento, lutas que ampliem o espaço democrático e propiciem conquistas populares que seriam antessala e ponte para a construção do socialismo.

As resoluções indicam que o delineamento e a projeção da perspectiva de transformação socialista no Brasil deveria se dar a partir de três vertentes: estudo sistemático da realidade brasileira nas suas dimensões históricas (social, política, econômica, cultural e institucional), compreensão teórica da prática dos movimentos sociais do país, principalmente o sindical e os político-partidários, balanço crítico dos que teorizaram o socialismo, comparando as experiências concretas levadas a cabo em vários países nos últimos cem anos.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 251, grifos próprios.

Os elementos assinalados reforçam a necessidade de conhecer a realidade para transformá-la, mas também é um balanço crítico sobre o conhecimento acumulado até então e as tentativas práticas de sua realização. Como fruto desse esforço, se espera um socialismo que não seja importado, retórico, livresco, imposto ou de cúpula, sendo mais uma vez uma crítica às perspectivas da Terceira Internacional e à importação de um “modelo” de revolução advindo da experiência soviética. O esforço deve levar a um socialismo “nascido da realidade brasileira, pensado e construído a partir da vontade e das ações das classes trabalhadoras, nas condições de necessidade e de possibilidade que essas mesmas classes irão modificando com sua ação concreta”.¹⁴¹

A reflexão sobre o caminho para o socialismo no tópico “II – Perspectivas de transformações na direção do socialismo”, com base nas caracterizações da primeira parte do documento, inicia reforçando que “a classe trabalhadora tem ainda pela frente um longo e dificultoso processo de acumulação de forças e fortalecimento de sua organização”¹⁴². O acúmulo de forças da classe trabalhadora passaria pela unificação com vários setores em um projeto comum que levasse em conta os objetivos finais, no caso o socialismo, e as peculiaridades que ainda manteriam separados setores da classe.

O objetivo desse processo é conquistar para esse projeto as camadas da pequena burguesia rural e urbana, numa perspectiva radical de transformação, assegurando-lhes “condições reais do progresso social sem *ameaças a seus limitados meios de produção*”¹⁴³. As alianças e os acordos entre os setores heterogêneos seriam indispensáveis, e cada setor à sua maneira representaria interesses e valores legítimos. Porém, haveria um limite no leque de alianças, sendo “impossível supor alianças estratégicas com a burguesia”, ainda que isso não queira dizer que não se possa fazer acordos restritos e definidos em volta de determinados pontos objetivos com forças que “não lutam pelo socialismo”. Na verdade, o que deveria ser abandonado era a ilusão sobre uma aliança dos trabalhadores com a burguesia, em que os primeiros poderiam “enganar” momentaneamente os grupos contrários ao socialismo, pois são estes que acabam sendo logrados no final, essa aliança só favoreceria a burguesia impedindo ou atrasando o caminho para o socialismo. Apesar da afirmação, e para não haver quaisquer dúvidas a respeito de qualquer sectarismo, a resolução afirma que a luta pelo socialismo não é monopólio de uma única classe:

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 252.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 253.

Isso não quer dizer, porém, que a tarefa de construção do socialismo esteja reservada a um só setor, a uma só fração de classe ou a um só partido. Na ampliação do espaço democrático e na criação de condições políticas para avançar no caminho do socialismo, bem como na defesa de conquistas imediatas das classes trabalhadoras, são necessários e possíveis, sim, acordos *itemizados* e delimitados com forças sociais e político-partidárias, mesmo que essas forças não se proponham o socialismo como objetivo final¹⁴⁴.

Ou seja, como a condição para se chegar ao socialismo passa por um momento prévio, fundamentalmente pela ampliação do espaço democrático, nas lutas que cabem a essa ampliação é possível determinadas alianças táticas com setores burgueses, desde que favoreçam o alargamento de espaços democráticos para a classe trabalhadora. As lutas pelas Diretas Já! nos parece ser um exemplo importante dessa perspectiva de aliança tática, ainda que esses setores fossem criticados pelo partido devido a sua conciliação com o regime de instauração “pelo alto” da Nova República.

A respeito da sociedade socialista, agora, reafirma-se com mais ênfase o grau elevado de *incompletude* do capitalismo brasileiro e suas repercussões acerca de um socialismo a partir das “condições brasileiras”:

22. A análise feita na 1ª Parte deste Plano de Ação também mostra que os elementos do desenvolvimento capitalista brasileiro, mesmo estando muito longe de serem completos, indicam que no processo de construção socialista não se podem seguir mecanicamente os preceitos de substituição imediata, por meios administrativos ou executivos, da propriedade privada dos meios de produção e circulação pela propriedade social; nem substituir prontamente a economia mercantil por formas sociais de distribuição, circulação e consumo; nem implantar uma completa organização planejada da economia. As leis econômicas em ação numa determinada sociedade não podem ser extintas ou modificadas por decretos, mesmo quando esses decretos tenham um considerável respaldo político de massas, como demonstrou a experiência de construção dos países socialistas.

23. No Brasil, ainda não foram esgotadas, pelo desenvolvimento capitalista, as formas econômicas pequeno-burguesas nem a economia mercantil simples. A própria expansão diferenciada do capitalismo e seu grau médio de desenvolvimento não permitiram que a economia mercantil capitalista alcançasse um patamar elevado. Nessas condições, se no Brasil existem numerosas empresas capitalistas que deverão ser transformadas em propriedade social, por outro lado existem milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários cujos meios de produção não é possível estatizar ou mesmo coletivizar imediatamente.

24. A estatização e a coletivização administrativa da pequena produção e da propriedade dos meios de produção, tanto urbana quanto rural, podem ser prejudiciais, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Economicamente porque exigem, para seu controle, a formação de uma pesada máquina burocrática, cuja eficiência é muito discutível, entorpecendo a iniciativa dos pequenos produtores estatizados ou coletivizados e impedindo o aproveitamento de todas as potencialidades para desenvolver mais rapidamente as forças produtivas materiais. A médio prazo, levam a economia à estagnação, criando desequilíbrio entre a produção e o consumo e entre os diversos ramos produtivos.

25. Assim, levando em conta as experiências e as condições do desenvolvimento capitalista brasileiro, provavelmente será necessário e possível, nos primeiros momentos de uma sociedade socialista no Brasil, utilizar diversas e múltiplas

¹⁴⁴ *Ibidem*.

formas de propriedade social dos meios de produção – através da estatização e da coletivização por formas cooperativas ou outras – de acordo com o tamanho da empresa, a sua natureza e o setor de produção em que se encaixa e o papel estratégico que desempenha no processo global de produção. Mas continuarão existindo o pequeno produtor individual ou a pequena propriedade familiar, que deverão receber estímulo e amparo, no sentido de evoluir para formas cooperativas de produção¹⁴⁵.

As resoluções que até então afirmavam certa incompletude sobre o capitalismo brasileiro, passam agora, nas resoluções a respeito do socialismo, a imprimir uma ênfase mais profunda quanto aos elementos de seu desenvolvimento, tidos como muito longe de estarem “completos”. Essa incompletude capitalista *inviabilizaria uma socialização dos meios de produção imediata*, por meios administrativos, aqui podemos perceber tanto uma crítica implícita à experiência soviética, quanto a compreensão de um capitalismo ainda inconcluso.

A forma “diferenciada”, ou seja, *não clássica*, de expansão capitalista no Brasil, alcançou apenas um patamar médio das relações capitalistas, não chegando a um nível elevado. Expressão desse nível médio seriam os milhões de pequenos proprietários existentes, imersos em relações mercantis simples e não capitalistas, que por sua vez não seriam passíveis de estatização, sob o risco de desfazer a aliança entre trabalhadores assalariados e pequenos burgueses.

É possível notar que são atribuídas virtualidades ao mercado que proporcionaria um dinamismo maior, enquanto a pequena propriedade teria um papel de desenvolvimento de forças produtivas. Ao contrário, a estatização constituiria uma máquina pesada que dificultaria o desenvolvimento das forças produtivas, causando estagnação econômica no médio prazo. Dessa forma, dada a imaturidade do capitalismo brasileiro, na sociedade socialista no Brasil deverá combinar-se múltiplas formas de propriedade social, de acordo com seu tamanho e papel na produção global com a pequena propriedade individual ou familiar, que deve ser estimulada a se desenvolver até o ponto de alcançar formas cooperativas de produção.

Os formuladores acreditam que surgirão forma mistas de propriedade dos meios de produção que possam aperfeiçoar o processo na direção de uma completa socialização. Essas formas de propriedade seriam também resultado “de uma expansão não plenamente desenvolvida”¹⁴⁶, que por sua vez exigiria novas formas de organização do trabalho.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 253-254.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 255.

Muitos confundem as formas de propriedade com as formas de organização do trabalho, o que cria embaraços ao pleno desenvolvimento das potencialidades do trabalho. É plenamente possível que uma empresa estatizada, portanto de propriedade social, tenha um alto grau de autonomia na elaboração de seu plano de produção e na organização interna do trabalho. Assim, controle de propriedade pelo Estado, planejamento estatal, autogestão democrática, distribuição conforme a produção, produção conforme as necessidades estabelecidas pelo Estado e também detectadas no mercado, tudo isso demanda uma combinação global e flexível no sentido de desenvolver as formas produtivas, aprofundar o processo de socialização dos meios de produção, acelerar a produtividade do trabalho e a economicidade da produção e atender às crescentes necessidades materiais e culturais do povo¹⁴⁷.

Se em trechos anteriores foram afirmadas as virtudes do mercado no desenvolvimento das forças produtivas, agora, a interação entre formas distintas de propriedade, somando-se suas potencialidades juntamente com a mediação do Estado, produziria um ciclo virtuoso no sentido de “aprofundar o processo de socialização dos meios de produção, acelerar a produtividade do trabalho”. A junção entre elementos socialistas e capitalistas parecem produzir uma promissora síntese, esta elaboração estaria assentada em bases materialistas e objetivas, longe de arroubos imediatistas e voluntaristas de parcelas da esquerda do PT, que proporião uma socialização imediata e também do autoritarismo da experiência soviética, que por meios coercivos – por isso artificiais e antidemocráticos – tentou impor a socialização.

As resoluções prosseguem afirmando a necessidade e a justificativa do mercado no socialismo:

Nesse sentido, é preciso combater a imagem de que o mercado desaparecerá no dia seguinte em que os trabalhadores estiverem no poder. Enquanto a produção social for limitada, enquanto essa limitação obrigar que continue vigorando o ganho segundo o trabalho e não conforme as necessidades, isso significará que os trabalhadores continuarão tendo que trabalhar como uma obrigação de sobrevivência e significará que a sociedade ainda não pode se ver livre do mercado. Evidentemente, no socialismo poderão desaparecer os excessos do consumismo burguês, mas isso não significa que as massas deixarão de consumir ou deixarão de desejar possuir todos os bens que melhorem as suas condições de vida. O socialismo não pretende nivelar o padrão de vida da população por baixo, mas sim por cima, favorecendo o bem-estar e o conforto de todos, e não apenas de minorias privilegiadas¹⁴⁸.

O último tópico recupera elementos da transição socialista, que se verdadeiros em determinados aspectos – principalmente quanto à limitação da produção e por consequência a continuidade do trabalho como meio de sobrevivência –, por outro lado, o ganho de acordo com o trabalho, não autoriza a afirmação da necessidade da permanência do mercado. Em

¹⁴⁷ *Ibidem.*

¹⁴⁸ *Ibidem.*

sua “Crítica do programa de Gotha”, dirigida ao programa da socialdemocracia alemã, Marx afirma que na fase inferior do comunismo, um momento transitório, a nova sociedade recém-saída do capitalismo ainda carregaria características da velha sociedade:

No interior da sociedade cooperativa, fundada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam seus produtos; do mesmo modo, o trabalho transformado em produtos não aparece aqui como valor desses produtos, como uma qualidade material que eles possuem, pois agora, em oposição à sociedade capitalista, os trabalhos individuais existem não mais como um desvio, mas imediatamente como parte integrante do trabalho total. [...]

Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu¹⁴⁹.

Esta sociedade recém-saída do capitalismo, algumas vezes denominada como socialista, ou como sinônimo de fase inferior do comunismo. As marcas da velha sociedade permanecem, porque mesmo em um cenário pós-revolucionário, em que fosse abolida a propriedade privada e a forma assalariada baseada na compra e na venda da força de trabalho, a distribuição e o consumo ainda se dão por meio de uma troca de equivalentes, a quantidade de trabalho que o indivíduo contribui para a sociedade é convertido na quantidade de produtos que ele pode retirar da produção.

Ele recebe da sociedade um certificado de que forneceu um tanto de trabalho (depois da dedução de seu trabalho para os fundos coletivos) e, com esse certificado, pode retirar dos estoques sociais de meios de consumo uma quantidade equivalente a seu trabalho. A mesma quantidade de trabalho que ele deu à sociedade em uma forma, agora ele a obtém de volta em outra forma.

Aqui impera, é evidente, o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, na medida em que esta é troca de equivalentes. Conteúdo e forma são alterados, porque, sob as novas condições, ninguém pode dar nada além de seu trabalho e, por outro lado, nada pode ser apropriado pelos indivíduos fora dos meios individuais de consumo. No entanto, no que diz respeito à distribuição desses meios entre os produtores individuais, vale o mesmo princípio que rege a troca entre mercadorias equivalentes, segundo o qual uma quantidade igual de trabalho em uma forma é trocada por uma quantidade igual de trabalho em outra forma¹⁵⁰.

A sociedade ainda padeceria dos limites do direito burguês e sua igualdade correspondente, que trata desiguais como iguais, sendo a medida da igualdade o trabalho. Porém, um trabalhador pode produzir mais que o outro, com o mesmo tempo de trabalho, ou pode trabalhar por mais tempo, há diferenças de habilidades, e dessa forma, esse “igual direito é direito desigual para trabalho desigual”.¹⁵¹ Ao tratar todos como iguais, sem

¹⁴⁹ MARX, Karl. Crítica do programa de Gotha. Boitempo Editorial, 2012, p. 29.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 30.

¹⁵¹ *Ibidem*.

distinção de classe, cada indivíduo somente como trabalhador acaba por reconhecer as desigualdades de habilidades como se fossem privilégios naturais, que se refletem na capacidade desigual dos trabalhadores.

Inclusive, para explicitar melhor o argumento, existiriam trabalhadores casados ou solteiros, com filhos ou sem filhos, em que pelo mesmo trabalho receberia do fundo social a mesma quantidade de produtos. Ou seja, um trabalhador casado com três filhos pequenos receberia a mesma quantidade que um trabalhador sem filhos, “um recebe mais que o outro, um é mais rico que o outro”¹⁵². A fim de evitar esse problema, segundo Marx, o direito deveria ser desigual em vez de igual.

Essas contradições seriam inevitáveis nesse momento de transição, o direito não poderia ir além do condicionamento da forma econômica estabelecida. É neste sentido que podemos entender que meros meios administrativos e jurídicos não são suficientes para determinar mudanças, dado que antes necessitam de transformações sociais, já que são as mudanças sociais que transformam o jurídico ou mesmo o extinguem. Para superar os estreitos limites do direito burguês, que permanecem na transição para o comunismo, um conjunto de elementos ainda precisariam ser superados, para além da propriedade privada e das classes sociais:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!”¹⁵³.

Como podemos observar, a discussão faz referência aos limites formais da troca de equivalentes que ainda perduram em uma transição socialista, o que não quer dizer que o mercado se manteria no socialismo, já que essa contradição não repousa mais na relação entre compradores e vendedores da força de trabalho que vão “livremente” ao mercado.

No caso das resoluções petistas, o mercado sobrevive não porque ele não possa ser suprimido por “meios administrativos”, ou o trabalho ainda ser um meio de vida, ou pelo motivo de a economia estagnar e produzir um desequilíbrio entre produção e consumo, mas

¹⁵² *Ibidem*, p. 31.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 31-32.

porque os meios de produção ainda não teriam sido plenamente socializados, tornados meios comuns de produção¹⁵⁴.

A conformação de um bloco de forças sociais que inclui os “proprietários”, ainda que pequenos e que vivam de seu trabalho, leva a que o projeto societário formulado encontre um lugar para estes setores. Por isso as formas mistas de propriedade que inclui um setor socialista da economia e a manutenção da propriedade privada. Assim, a sociedade ainda não pode se livrar do mercado porque continua a ser uma sociedade produtora de mercadorias.

Segundo Iasi (2006, p. 411, grifo próprio), “estamos diante do primeiro elemento que formará um dos exemplos mais nítidos de algo que o novo partido queria superar mas acabou por reproduzir: *a teoria da etapa nacional e democrática no rumo de uma revolução socialista*”.

2.4 5° Encontro Nacional (1987)

O 5° Encontro Nacional, ocorrido em 1987, se deu em um ano em que apesar de grandes mobilizações sociais é marcado por um descenso das lutas dos trabalhadores, houve um fracasso na tentativa de organização de uma greve geral e o sindicalismo passa a uma posição de defensiva. Simultaneamente o processo de reestruturação produtiva ganhava maior solidez e junto à política de recursos humanos enfraquecia a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, na própria base da produção, setor fundamental do partido. No mesmo momento a conquista de aparelhos sindicais promovia a saída de vários militantes do local de trabalho para o sindicato. Também houve lutas contra a prorrogação do mandato de Sarney para 5 anos. Assim como contra a política do Fundo Monetário Internacional (FMI) contra o pagamento da dívida externa. Apesar dessas lutas e da expressão política da classe estar ganhando maturidade em vários aspectos, ao mesmo tempo sua base social entrava em crise e passava a uma posição de recuo.

O referido encontro é considerado um dos principais encontros do Partido dos Trabalhadores, pois nele se aprofundarão análises teóricas e definições acerca da estratégia petista. Também encontraremos a essência da estratégia democrático-popular junto a um aprofundamento acerca do caráter do partido, que passa a ter agora um caráter dirigente e não apenas reflexo ou expressão dos movimentos sociais. Busca afirmar suas diferenças para

¹⁵⁴ Iasi, 2006, p. 411. “Não é porque não se tínhamos passado do socialismo ao comunismo, como parece indicar a resolução, mas porque ainda não tínhamos superado a propriedade privada e a sociedade produtora de mercadorias”.

além das forças externas, naquele momento também afirmará suas diferenças com as forças internas do partido, basicamente com as correntes identificadas com a tradição marxista. Nele o PT definirá o socialismo como seu objetivo estratégico.

No tópico intitulado “Objetivo estratégico do PT: Socialismo”, a conquista do socialismo e a construção da sociedade socialista são definidos como os principais objetivos estratégicos do PT, concebidos como um consenso pela militância, fruto da pressão da base militante em torno da definição de qual “tipo de socialismo” o PT encamparia, assim como o estabelecimento da relação entre as lutas imediatas do dia a dia e a luta pelo socialismo.

As resoluções apresentam uma distinção de tarefas na luta pelo socialismo, no primeiro momento a tomada do poder político, no segundo a construção do socialismo sob as condições herdadas do capitalismo. Sobre a conquista do socialismo, as resoluções assinalam que:

28. Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço¹⁵⁵.

A construção da sociedade socialista não seria considerada como algo “totalmente novo e diferente” das formas de luta e auto-organização da classe no seu dia a dia. Haveria já “formas embrionárias de poder proletário” que são “escolas de auto-organização e participação política dos trabalhadores, que apontam no sentido da construção de um socialismo efetivamente democrático”¹⁵⁶, essas formas embrionárias seriam os conselhos populares, as compras comunitárias, as pequenas cooperativas, as comunidades locais.

Porém, essas formas de luta não seriam suficientes para a superação do capitalismo, pois quanto mais se desenvolverem, mais encontrarão a resistência por parte da burguesia, utilizando-se de diversos artifícios contra a sua ampliação. Essas atividades em seu enfrentamento cotidiano contra a repressão e a cooptação burguesa devem retirar os trabalhadores sobre área de influência da burguesia. Nesse sentido, deve-se *distinguir as atividades* que levam, aos trabalhadores, a “*consciência da necessidade de conquista do poder das atividades que se destinam à conquista imediata do próprio poder*”¹⁵⁷.

¹⁵⁵ 5º Encontro. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 312.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 312.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 313, grifo próprio.

As distinções entre as atividades que levariam a necessidade de tomada do poder daquelas que dizem respeito à tomada do poder propriamente dita, é enfatizada, porque expressa divergências no interior do partido a respeito dessa concepção, principalmente entre a corrente majoritária, a Articulação, e correntes à esquerda. Assim vejamos:

Muitos companheiros não fazem essa distinção, não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas¹⁵⁸.

As resoluções fazem um conjunto de observações críticas às correntes de esquerda no interior do partido, estas levantavam desconfianças sobre a política de “acúmulo de forças” da corrente majoritária, atribuindo-lhes a ausência da percepção da necessidade da mediação entre lutas imediatas e pelo poder, da mesma forma que ignorariam o momento atual em que as massas da população ainda não teriam consciência da necessidade de tomar o poder político.

Nesse sentido, os setores ditos vanguardistas, que “consideram inevitável a adoção de uma via revolucionária para a conquista do poder contrapõe essa escolha à tática dos movimentos sociais que lutam por reformas”¹⁵⁹. As caracterizações críticas remontam às discussões sobre tática e estratégia, a melhor forma de resolver a interação entre as duas, objetivos imediatos e final, de como articular lutas imediatas ou as formas embrionárias de poder proletário e o objetivo socialista. Sendo assim:

Reforma e revolução são consideradas por eles como termos e práticas antagônicas. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, através da própria experiência de luta, quando ela serve para demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta¹⁶⁰.

Os grupos vanguardistas não compreenderiam a dialética entre reforma e revolução, absolutizando a via revolucionária. A resolução trata de esclarecer a relação entre os pares

¹⁵⁸ *Ibidem.*

¹⁵⁹ *Ibidem.*

¹⁶⁰ *Ibidem.*

conceituais e a importância da luta por reformas na perspectiva das transformações sociais. Apesar das divergências, há medidas para aplacar discordâncias e manter a unidade do partido.

As resoluções alertam que para definir uma estratégia socialista não bastam apenas definir uma via principal e táticas para a conquista do poder, seria necessário esclarecer e definir o inimigo, as alianças de classe e o programa a ser implantado, e para que isso seja delineado é necessário o conhecimento da estrutura social brasileira. É neste ponto que se tornará mais claro os motivos das divergências internas, ainda que estas mantenham o entendimento do objetivo estratégico socialista. A divergência que até então apareceria sob a aparência de um conflito em torno de tática e estratégia, linha revolucionária ou reformista, revelará seu cerne que é a caracterização da burguesia no Brasil. Vejamos:

37. Existe um certo consenso, entre os militantes e filiados do PT, de que a burguesia é a inimiga principal das mudanças sociais e dos trabalhadores. É uma certeza intuitiva, que resulta da experiência concreta de enfrentamento com a burguesia. O problema, porém, não é esse. O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.

Novamente, assim como no 4º Encontro, é reforçada a importância das camadas médias ou da pequena burguesia, e sua caracterização como pertencente às “classes trabalhadoras”, diferentemente dos “vanguardistas” que a caracterizariam como uma fração da burguesia. Ademais das forças internas em conflito consensuarem que a burguesia é o inimigo principal, temos uma caracterização divergente sobre quais setores compõem a burguesia, o que impacta diretamente os sentidos das próprias alianças e mesmo o conteúdo do que seria a proposta socialista do PT.

O segundo momento, a que nos referimos anteriormente, diz respeito à construção do socialismo. Mais uma vez é reafirmado o caráter desigual e desequilibrado do capitalismo no Brasil, o qual colocaria uma série de questões à construção socialista na sequência da tomada do poder político, que se refletiria no programa e nas alianças estratégicas do PT. “O desenvolvimento intenso do capitalismo nos últimos 30 anos colocou bases firmes para o estabelecimento de um sólido setor socialista na economia”¹⁶¹, e grandes empresas e bancos conformariam um setor da economia que pelo seu avançado grau de desenvolvimento

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 315.

capitalista poderia ser imediatamente socializado, porém haveria vastos setores de pequenos proprietários, subordinados ao capital, que absorvem mão de obra tendo em vista atender uma série de serviços, inclusive de baixa rentabilidade. Este setor seria composto por “milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos, que desempenha um papel econômico de grande importância no atual sistema capitalista brasileiro, o que obriga a um processo permanente de destruição e recriação desse setor”¹⁶², e o setor deveria continuar desempenhando esse papel “mesmo *depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil*”¹⁶³.

Um dos pontos-chaves da construção socialista, para além do seu setor socialista ou estatal, seria “conhecer a capacidade do Estado em atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente, de forma integral, aquela capacidade para isso”¹⁶⁴. É enfatizado que o “único caminho, até hoje” consistiria em “permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em uma certa escala, e que seu próprio desenvolvimento natural e contraditório conduza à concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos”.¹⁶⁵

Ou seja, a pequena propriedade deveria seguir um “desenvolvimento natural” até que se chegasse o momento em que poderia ser socializada. A pequena produção serviria para que a sociedade pudesse desenvolver suas forças produtivas, evitar a escassez de bens e serviços e permitisse a incorporação ao trabalho do conjunto da população economicamente ativa, sem que com isso prejudicasse “a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho”.¹⁶⁶ Assim, os formuladores assinalam a importância da pequena burguesia, ademais de sua aliança com os trabalhadores assalariados ser uma questão estratégica, a importância dessa classe também indicaria mais uma particularidade do nosso desenvolvimento capitalista que se refletiria na construção socialista:

Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo.

43. Evidentemente, essa é uma contradição própria do desenvolvimento das classes no Brasil, do mesmo modo que é impossível, dadas as atuais condições, que o socialismo possa extinguir todas as classes de imediato. O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a exigência de

¹⁶² *Ibidem.*

¹⁶³ *Ibidem.*

¹⁶⁴ *Ibidem.*

¹⁶⁵ *Ibidem.*

¹⁶⁶ *Ibidem.*

diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social da construção socialista geram diferentes contradições no terreno da política. Isso nos remete, basicamente, para a relação do socialismo com a democracia¹⁶⁷.

O desenvolvimento desigual do capitalismo não permitiria que se extinguisse as classes sociais de imediato no Brasil, perdurando as desigualdades sociais herdadas do capitalismo, de forma alguma dever-se-ia interferir administrativamente em relação às desigualdades sociais, mas evitar que se tornassem antagônicas ao socialismo. Dada a permanência de diferentes classes sociais durante a construção socialista, coloca-se a necessidade de “reconhecer a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista”¹⁶⁸. Esta convivência entre classes é o que concebe o socialismo proposto como “democrático”.

Ainda supondo que não haja interferências externas sobre a convivência entre os partidos, as diferenças de propostas e a luta política poderiam se agudizar e polarizar, podendo “ter consequências graves, se não forem tratadas como merecem, ou seja, disputas que, na sua maior parte, estão dentro de um mesmo campo socialista, e não disputas entre inimigos”¹⁶⁹. A Nicarágua seria um bom exemplo de construção socialista, pois, apesar da pressão imperialista e da resistência militar “dos contras”, não foi extinta a liberdade sindical, partidária, de comissões de empresas, milícias, sendo realizadas inclusive eleições democráticas, o que reforçaria a relação entre socialismo e democracia. Longe de ser uma concessão, a democracia seria “parte componente de uma revolução viva e fator de combate contra a burocratização”¹⁷⁰.

Constantemente, as resoluções reafirmam a democracia em contraposição a sua ausência no socialismo soviético. As teses buscam delinear o entendimento do partido sobre o Estado e a sociedade civil, assim como a relação entre os dois.

47. Além disso, é preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil, que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E de que o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (Forças Armadas, Serviços de Informação etc.) e de concessões e participação (Legislativos, assistência social, centros comunitários etc.) não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Ao contrário, a própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 315-316.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 316.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

funcionários do Estado. E se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes.

48. Na sociedade civil ocorre algo idêntico. A burguesia construiu organizações sólidas (Fiesp, CNA, CNI etc.), que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras quanto para manter o domínio do aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações de sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder. Em grande medida, o movimento contraditório dessas diversas organizações da sociedade civil (e também dentro delas) em relação ao Estado e a disputa no interior do próprio Estado causa os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração¹⁷¹.

As resoluções indicam certo desenvolvimento de organizações da sociedade civil que já jogariam determinado peso sobre o Estado, demonstrando, se pensarmos em termos gramscianos, que o país já não seria mais um “país oriental” (baixo desenvolvimento capitalista, Estado forte e sociedade civil amorfa), e sim mais próximo às características de um país ocidental (alto desenvolvimento capitalista, maior equilíbrio entre sociedade civil e Estado). O Estado contaria com instrumentos não só de coerção, mas de consenso (ou concessões e participação), não podendo se fechar completamente para os subalternos, teríamos um “estado ampliado” e não exatamente uma autocracia, ainda que os elementos autocráticos se mantivessem. Na sociedade civil, a burguesia também teria construído sólidos aparelhos de hegemonia ao mesmo tempo que os assalariados e as camadas médias também criaram seus instrumentos na sociedade civil, a luta por hegemonia e pelo poder do Estado determinaria *a ampliação ou retração da democracia*.

O arcabouço gramsciano é utilizado para se contrapor a “antigas visões da esquerda” sobre a democracia e o caráter restrito do Estado, seja em relação a antigas formulações do PCB, seja em relação às correntes internas do PT. As noções de hegemonia e sociedade civil buscam apontar uma outra estratégia política, que fosse adequada a uma sociedade moderna, diferente daquela que implementou o socialismo soviético, em um país atrasado economicamente e autocrático politicamente. Sendo assim:

O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a idéia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução serão necessariamente partidos que representarão interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora.

Seria ingenuidade supor que, conquistado o poder pelos trabalhadores, essa situação estaria resolvida. *Embora a liquidação da burguesia, como classe, compreenda também a liquidação de suas organizações civis e de seu Estado, grande parte das organizações da sociedade civil hoje existentes continuarão presentes na nova sociedade e não podem (nem devem) ser abolidas por decreto.*

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 316-317.

Isso significa que no processo de construção do socialismo deverão existir não só diversos partidos e diversas organizações da sociedade civil, como também que as relações de organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição¹⁷².

O documento rechaça a noção de partido único, que é atribuída ao socialismo soviético, bem como reafirma o pluripartidarismo como expressão de diferentes classes sociais, incluída agora a própria burguesia, que mesmo destituída do poder permaneceria atuando por meio de suas organizações na sociedade civil, não podendo ser abolidas por decreto. Dessa forma, a construção do socialismo no Brasil comportaria diversos partidos e organizações de classes distintas, mantendo uma relação não só de colaboração, como de oposição.

O Estado socialista deverá “*estabelecer uma legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos, como manter e/ou criar mecanismos de participação e consulta popular nos mais diferentes níveis e nas relações entre tais níveis*”.¹⁷³ A participação de operários na gestão de fábricas, fazendas e bairros é de suma importância para que se funcione “uma extensa democracia de base”, apesar que as questões-chaves a respeito da democracia no socialismo se daria em torno das “relações entre os mecanismos democráticos de participação e consulta na base com os mecanismos de participação e consulta nos níveis intermediários e superiores do poder”¹⁷⁴.

O projeto socialista também deveria incorporar um conjunto de pautas relativas ao feminismo, aos negros, aos homossexuais, à questão ambiental. Adverte-se que sem a consideração correta dessas questões e a manutenção de canais abertos de participação dos trabalhadores no poder de Estado, não seria possível transformar as “as liberdades políticas e a democracia formais, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo”¹⁷⁵. O caráter democrático do socialismo aqui se acentua mais, além de uma nova legalidade “para todos”, o socialismo parece ser resultado da elevação e da generalização de certas conquistas do capitalismo, liberdade e democracia, destituídas da coercitividade do capital, encontrando no socialismo um solo fértil para frutificarem-se.

A respeito do tópico “As táticas do PT”, as resoluções observam que no Brasil o capitalismo teria passado por uma “acelerada expansão, nas últimas décadas”,

¹⁷² *Ibidem*, p. 317, grifos próprios.

¹⁷³ *Ibidem*. grifos próprios.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 318.

desenvolvendo “um parque industrial moderno”, expandindo a rede de serviços, além de criar as condições de penetração do capital financeiro e da economia mercantil no campo. Porém, os formuladores observam que esse crescimento “contudo, deu-se por meio da ampliação da dependência do País em relação ao capitalismo internacional, bem como da superexploração do trabalho e da prevalência do capital monopolista nos segmentos econômicos mais importantes”¹⁷⁶.

Esse crescimento teria acentuado as desigualdades históricas do país ao concentrar-se nas regiões Sul e Centro-Sul o seu parque industrial e setor mais dinâmico, enquanto nas outras regiões a indústria se encontraria dispersa e formada por pequenas e médias empresas. O documento indica que:

[...] a centralização da produção capitalista, aliás, não se realizou de maneira plena, nem mesmo nas regiões mais desenvolvidas, onde sobrevive um grande número de pequenas empresas voltadas para a produção de serviços e de bens industriais. Isto vale, igualmente, para o campo no qual o latifúndio capitalista e a agroindústria convivem com milhões de pequenos produtores rurais¹⁷⁷.

Mesmo considerando o desenvolvimento capitalista e seu grande crescimento, aponta para um capitalismo ainda não plenamente realizado, um processo incompleto. Neste sentido:

*Ao contrário de outros países, entre nós o capitalismo tem-se desenvolvido respeitando o monopólio da propriedade da terra, recorrendo constantemente à força repressiva do Estado para mediar as relações entre o trabalho e o capital e integrando-se de modo subordinado ao mercado e ao sistema financeiro do imperialismo. A incapacidade do capitalismo brasileiro incorporar, ainda que minimamente, milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento limita a possibilidade da burguesia exercer a hegemonia política na sociedade, o que está na raiz das freqüentes intervenções militares na vida do País*¹⁷⁸.

Aqui está muito bem sintetizado a particularidade do capitalismo brasileiro e suas consequências, ou seja, teria se desenvolvido mantendo o latifúndio, além de subordinado ao mercado e ao imperialismo, também não consegue incorporar milhões nos frutos do desenvolvimento, limitando a capacidade da burguesia de exercer sua hegemonia, sendo essa a base coercitiva/repressiva empregada pelas classes dominantes na vida política do país historicamente.

Todavia, da mesma maneira que a burguesia tem dificuldades em implantar sua hegemonia política historicamente, assim como para legitimar a Nova República, as “classes

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 319.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 320, grifos próprios.

trabalhadoras” ainda não haviam conseguido construir um projeto alternativo a essa dominação burguesa, seria essa a principal tarefa do PT, de forma direta, “a disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático-popular, capaz de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios das cidades e do campo”¹⁷⁹. Devendo assim, não se limitar a uma mera alternativa à Nova República, mas a “uma alternativa estratégica à dominação burguesa neste País, com o objetivo de realizar as transformações econômicas, sociais e políticas exigidas pelos trabalhadores e demais camadas sociais exploradas pelos monopólios”¹⁸⁰.

A luta por uma alternativa democrático-popular tem como exigência uma política de acúmulo de forças, além do diagnóstico de que:

[...] não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. Essa política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais:

a) sua organização como força política socialista, independente e de massas; b) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente; c) a ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos¹⁸¹.

A política de “acúmulo de forças” representa o próprio diagnóstico da ausência de condições da luta pelo poder e pela construção do socialismo. Apesar disso, o PT deve se construir e se apresentar para a sociedade como um partido socialista, generalizando uma consciência socialista entre os trabalhadores, sempre introduzindo o componente anticapitalista nas atividades de massa do partido. Como também, o PT deve se apresentar como “*uma opção real de governo*, [...] com propostas de real democratização do País, que se expressarão na luta por uma Constituição progressista, nas lutas por autonomia e liberdade sindical, por Diretas-Já”¹⁸², sendo necessárias táticas que possibilitem seu fortalecimento eleitoral em 1988, dado as expectativas da população sobre o partido e o desgaste do Governo Sarney, as vitórias eleitorais do PT “são componentes importantes do processo de acumulação de forças”¹⁸³.

Mas no que consistiria e qual seria o conteúdo da “alternativa democrática e popular”? Aqui chegamos ao ponto central de conformação da estratégia democrático-

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 321.

¹⁸¹ *Ibidem*.

¹⁸² *Ibidem*, grifo próprio.

¹⁸³ *Ibidem*

popular. Até agora pudemos constatar que apesar de considerar o Brasil um país capitalista, o seu desenvolvimento se deu ampliando a dependência, este ainda seria considerado incompleto, havendo uma desigualdade entre as regiões do país.

Por outro lado, no plano político, a sociedade civil teria se fortalecido e as disputas no seu interior, entre os aparelhos da burguesia e dos trabalhadores, bem como na disputa no interior do Estado, conformaria a luta por hegemonia, os avanços ou retrocessos nessa disputa indicariam o recuo ou a ampliação da democracia. Mesmo após uma acelerada expansão capitalista, a manutenção do latifúndio e do imperialismo tornaria o capitalismo dependente incapaz de “incorporar milhões” aos frutos do seu desenvolvimento, e este seria o fator que inviabiliza a constituição da hegemonia burguesa, sendo as constantes intervenções militares resultante dessa incapacidade de a burguesia completar sua hegemonia.

Isso significa que ainda haveria uma “trava” ao desenvolvimento capitalista no Brasil, impedindo a plena hegemonia burguesa. Considerando a análise econômica e política da situação brasileira, e seu caráter de incompletude, levando em conta que nem a luta pelo poder e nem a luta pelo socialismo estão na ordem do dia:

Portanto na ordem do dia, estaria disposto um conjunto de medidas que visariam superar os entraves que impediriam um desenvolvimento e que dessem conta exatamente dessas tarefas: superar as desigualdades regionais, incluir milhões nos frutos do desenvolvimento, superar o caráter coercitivo do Estado por um Estado “moderno” democrático, buscar uma inserção não subordinada na ordem econômica internacional, romper o círculo perverso do endividamento financeiro e a subjugação aos ditames do FMI, fazer uma reforma agrária. Para se contrapor à hegemonia burguesa, que segundo as formulações tinha dificuldade de se efetivar, e realizar estas tarefas seria necessária uma “aliança de classes dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo”¹⁸⁴.

Como podemos constatar, não se trata de medidas socialistas, mas de medidas que fazem parte de um acúmulo de forças e luta pela hegemonia. A perspectiva da “alternativa democrática e popular” seria instaurar uma contraposição à impossibilidade de uma hegemonia burguesa ou de um projeto burguês de sociedade para toda a população, unificando assalariados e todos os setores “explorados pelos monopólios”, contra a “impossível hegemonia burguesa uma possível hegemonia popular”¹⁸⁵.

As resoluções afirmam que a alternativa democrática e popular é uma contraposição à dominação burguesa expressa na Nova República, e que além disso ela está articulada com a luta pelo socialismo, que é o objetivo estratégico do partido. O governo e o programa

¹⁸⁴ Iasi, 2006, p. 428.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 429.

democrático e popular são os dois componentes da alternativa, sendo o reconhecimento de que somente a aliança de classes entre trabalhadores assalariados e camadas médias, além do campo, poderiam se contrapor a dominação burguesa no Brasil.

É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo¹⁸⁶.

Aqui o partido busca se diferenciar da estratégia democrática e nacional do PCB, que de fato propunha uma aliança com a burguesia. A diferenciação se daria pela aliança de classes, com a exclusão da aliança com a burguesia, e não exatamente pelo socialismo, já que este também era o objetivo do PCB, ainda que se devesse passar por uma etapa democrático-burguesa ou democrático-nacional. As resoluções prosseguem:

73. As propostas que proclamam a necessidade e a possibilidade imediata de um governo dos trabalhadores evitam a discussão sobre qual a tática, qual a política para alcançar esse objetivo. Na prática, separam a luta reivindicatória da luta política, por não compreenderem a necessidade da acumulação de forças. A retórica aparentemente esquerdista recobre a ausência de perspectivas políticas e uma concepção limitada, atrasada, das lutas reivindicatórias.

74. Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e antiimperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas¹⁸⁷.

As resoluções que inicialmente criticam a concepção estratégica do PCB, agora se voltam para as correntes à esquerda da corrente majoritária, a Articulação Unidade na Luta. Critica-se como inviável no imediato um “governo dos trabalhadores”, que significaria a exclusão da aliança com “todos os setores explorados pelos monopólios” e a implementação de medidas prévias ao socialismo. Essas correntes não compreenderiam a importância do “acúmulo de forças”, separando as lutas reivindicatórias da luta pelo poder político.

As concepções vanguardistas, supostamente mais avançadas que a política do acúmulo de forças, demonstrariam sua concepção limitada sobre a dialética entre reforma e revolução, e encobririam sua “ausência de perspectivas políticas”. A conquista de um governo sob a direção de um programa democrático e popular e anti-imperialista prepararia as condições para o socialismo. A passagem a seguir consta a essência da estratégia democrático-popular:

¹⁸⁶ Almeida *et al.*, 1998, p. 322.

¹⁸⁷ *Ibidem.*

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular¹⁸⁸.

O governo democrático e popular encamparia um conjunto de tarefas não efetivadas pela burguesia, sendo elas: as tarefas anti-imperialistas, anti-atifundiárias e antimonopolistas. A nova formulação estratégica seria “democrática” porque pretende realizar as tarefas democráticas não realizadas pela burguesia, além de estar alicerçada em um bloco de forças sociais constituída pela aliança estratégica entre trabalhadores e a pequena burguesia. Além disso, as tarefas democráticas burguesas, por serem dirigidas por um bloco de forças sociais, ganhariam novo conteúdo, assumindo um caráter popular – em vez de “nacional” ou burguês –. de transformação social.

Se no 4º Encontro Nacional do PT o termo “classes trabalhadoras” incluía pequenos proprietários, mas restrito aos que viviam de seu próprio trabalho, no 5º Encontro essa compreensão se ampliaria para uma parcela de empresários, que exploram força de trabalho assalariada, ainda que sejam pequenos e microempresários. A noção de “classes trabalhadoras” estaria se mostrando por demais limitada, sendo substituída pela noção geral de “povo”. Dessa forma, as tarefas anti-imperialistas, anti-latifundiárias e antimonopolistas ganham um caráter “popular”.

O pano de fundo de toda esta engenharia é, ainda, uma certa visão de que estamos diante de uma revolução “dentro da ordem” que só se completa “contra e fora da ordem”. Não seria a reedição da Estratégia Democrática Nacional do PCB dos anos 50 e 60 porque não se trataria de uma aliança com a burguesia nacional para desenvolver o capitalismo, mas para realizar as “tarefas em atraso”, abandonadas pela burguesia, já no contexto de um governo hegemonizado pelos trabalhadores que iniciaria uma transição para o socialismo¹⁸⁹.

A estratégia democrática e nacional do PCB, ancorada nas teses da Terceira Internacional, apresenta a necessidade de uma etapa “democrática e nacional”, anterior ao socialismo. As burguesias dos países periféricos estariam pressionadas pelo imperialismo e pelas relações atrasadas e tradicionais que têm no latifúndio e na monocultura seu

¹⁸⁸ *Ibidem*.

¹⁸⁹ Iasi, 2006, p. 431.

fundamento. Isto posto, os trabalhadores deveriam se aliar a estas débeis burguesias, forçando-as a completar o seu ciclo burguês, para só posteriormente introduzir o ciclo socialista. Tal compreensão está baseada no entendimento de um baixo ou mesmo um não desenvolvimento de forças produtivas tipicamente capitalistas, que levaria a existência de uma estrutura híbrida de classes sociais, em que determinadas camadas estariam ligadas a relações pré-capitalistas, feudais ou tradicionais, em que a burguesia se vincularia de forma associada e dependente ao imperialismo. Dessa forma, teríamos como consequência um Estado autoritário e patrimonialista, que ainda não teria se tornado um “moderno Estado burguês”.

O poder político exercido ainda possuiria seu fundamento nas oligarquias tradicionais e não em uma hegemonia burguesa. O capitalismo no Brasil estaria submetido ou bloqueado pelo imperialismo. Para superar as travas do desenvolvimento seria necessário atacar estes obstáculos, qual seja, o imperialismo, o latifúndio, por intermédio de uma luta de independência ou libertação nacional, reforma agrária, democratização do Estado e implementação de um desenvolvimento autônomo do capitalismo.

A estratégia democrático-popular do PT apresenta uma compreensão distinta da estratégia outrora dominante na esquerda brasileira, considera que na formação social brasileira o capitalismo é o modo de produção dominante, que inclusive submete formas atrasadas de produção em seu benefício. O Estado é considerado como burguês e moderno, sendo expressão do domínio político e econômico da burguesia, bem como dos aparelhos privados de hegemonia que se encontram na sociedade civil e interagem com o Estado. Não obstante, longe de qualquer consideração sobre o “feudalismo”, compreende que o latifúndio está plenamente integrado ao capitalismo, seja sob a forma do latifúndio tradicional, seja sob a forma do agronegócio, se associando com a burguesia e com o imperialismo sem impeditivos.

O golpe militar de 1964 e a Ditadura que se seguiu teriam resolvido determinadas interrogações acerca do papel da burguesia e do latifúndio nas suas relações com o imperialismo. A burguesia aderiu aos monopólios e ao imperialismo, tendo um papel menor na divisão internacional do trabalho, mas que não deixou de ser lucrativo. Já o latifúndio não se mostrou uma trava ao desenvolvimento capitalista, mas foi funcional, ao mesmo tempo que produzia uma ampla massa de expropriados para a cidade – uma superpopulação relativa e um exército industrial de reserva, que possibilita o rebaixamento de salários e a superexploração –, também se modernizava com a mecanização da produção e o aumento da produtividade. Por sua vez, o imperialismo também não teria sido entrave para o

“capitalismo nacional”, mas antes “condição principal do desenvolvimento do capitalismo em toda a parte do globo”¹⁹⁰.

Mesmo diante dessa nova realidade, o PT reapresenta as tarefas democráticas não efetivadas pela burguesia, de caráter anti-imperialista, anti-latifundiário e antimonopolista, como preparatórias das condições para o socialismo. Apesar de considerar o país como capitalista, este ainda teria um desenvolvimento incompleto, não plenamente realizado, guardando ainda a necessidade de realizar as tarefas democráticas burguesas, que curiosamente seriam usadas para enfrentarem a própria burguesia sob a direção de uma frente democrática e popular no Governo Federal, que adquiriria outro conteúdo ampliando a democracia e permitindo uma melhor organização e acúmulo de forças dos trabalhadores e setores populares até uma possível ruptura. No momento anterior à construção do socialismo, o Estado cumpriria uma função de redirecionamento da economia, realizando o que a burguesia não conseguiu. Isto é, incorporar milhões de brasileiros ao desenvolvimento econômico, tornando viável uma hegemonia popular ainda no capitalismo, como um momento prévio e preparatório para o socialismo.

Apesar das diferenças relevantes entre as estratégias do PCB e do PT, e mesmo a superação, que consideramos parcial e não total por parte da formulação democrático-popular em relação à “democrático-nacional” na compreensão sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, nos parece que a nova formulação ainda permanece presa aos dilemas enfrentados no passado. Acreditamos que o PCB reproduziu em sua formulação estratégica um *dever-ser*, o qual deveria se repetir no Brasil, a forma de desenvolvimento capitalista e de revolução burguesa ocorridos na Europa, tidos como “desenvolvimento clássico”, neste sentido defendendo uma etapa que corresponderia a um desenvolvimento anterior baseado nas revoluções inglesa e francesa.

Por outro lado, o PT produziu um etapismo sui gêneris, em que ainda restariam “aquelas tarefas” não efetivadas, que sob a direção das classes trabalhadoras poderiam produzir um “outro modelo de desenvolvimento” ainda dentro do capitalismo que beneficiasse os trabalhadores, superando a forma dependente do capitalismo e preparando as condições para o socialismo por meio de um governo democrático-popular.

Significativamente as formulações do PT acabaram presas na fronteira entre o rompimento e a reprodução desta armadilha. Rompe com a formulação de etapas do PCB para reapresenta-la novamente de forma tragicamente caricatural. Na versão original a aliança de classes era com a burguesia e a tarefa era desenvolver o capitalismo. Na reencenação do drama a aliança é com a pequena burguesia para

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 440.

construir o “socialismo”. Para que fosse idêntica a formulação deveria assumir um caráter nacional e supor alianças com a burguesia propriamente dita [...] nem um nem outro destes fatores, lamentavelmente, faltarão na sequência dos acontecimentos”¹⁹¹.

A “novidade histórica”, surgida sob o impulso das greves do ABC e das lutas dos fins dos anos 1970, se defrontava com os dilemas estratégicos que a classe trabalhadora vivenciou em nível mundial, em diversos momentos e lugares de sua história, se rerepresentaram velhas questões sobre tática, estratégia, reforma ou revolução, velhos dilemas em busca de uma solução.

Enfim, o 5º Encontro do PT finalmente expressaria uma estratégia com contornos mais nítidos, ainda que permanecessem indefinições quanto ao “caráter do socialismo petista”, tensionada por concepções rupturistas e processualistas de transformação social. Ainda que o sentido geral das resoluções do 5º Encontro apontasse mais para uma via processualista, o PT marcado pela luta interna e até aquele momento pela necessidade de manter a unidade partidária, ainda adiará a definição do conteúdo do seu “socialismo” para os próximos encontros nacionais.

2.5 6º Encontro Nacional (1989)

O 6º Encontro Nacional, realizado em 1989, ocorre em um importante ano eleitoral, seria a primeira eleição direta para a presidência da República desde 1960 e a interrupção desse processo pelo Golpe de 1964. José Sarney, presidente da República à época, assumiu a presidência após o falecimento de Tancredo Neves, que fora eleito de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, em 1985, na sequência da derrota do Movimento das Diretas Já! A crise econômica e de legitimidade do Governo Sarney, expresso no fracasso do Plano Cruzado e pelas grandes mobilizações grevistas no período, trouxeram um cenário favorável ao Partido dos Trabalhadores. O crescimento do PT aparecia tanto na sua inserção no movimento de massas, em particular o crescimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), quanto na ocupação de espaços institucionais. Nas eleições de 1988, o partido se elegeu em 36 prefeituras, entre elas a de São Paulo, a cidade de maior poder econômico do país, além de outras importantes capitais.

A disputa presidencial, de acordo com as pesquisas, era liderada, até então, por Brizola e Lula. A crise do PMDB e a dispersão no bloco dominante, em que contava com as tentativas de impulsionar políticos como Afif Domingues, Aureliano Chaves, Quércia,

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 441.

Ronaldo Caiado e Ulisses Guimarães, parecia dar uma razão aparente para aquelas formulações do PT sobre a dificuldade de a burguesia exercer sua “hegemonia”. Coube a Fernando Collor ser a figura que expressando os interesses das classes dominantes melhor se contraporía à candidatura Lula.

O tópico principal do 6º Encontro foi o Plano de Ação de Governo (PAG) e suas Diretrizes, elaborados por militantes, dirigentes, intelectuais e especialistas. O PAG buscava traduzir para um plano de governo o programa estratégico do partido, em um momento em que se colocava uma possibilidade real de conquistar o Governo Federal. Para o partido, essa conquista poderia representar o fim da “transição conservadora” da Nova República, mudança na correlação de forças, e colocar na ordem do dia as mudanças propugnadas pelo Programa Democrático e Popular.

A candidatura de Lula personificaria o conteúdo socialista do PT da seguinte forma:

O conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa, para hoje, são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apóia o candidato, e sustentará o governo, é e será dos trabalhadores¹⁹².

Ou seja, o conteúdo e o caráter socialista da candidatura e do futuro Governo Lula recebe essa caracterização por estar apoiada em um sujeito concreto, a classe trabalhadora, e em suas reivindicações, logo não se está falando de uma outra ordem econômica ou de novas relações de produção. O partido aponta a “questão da ruptura que um Governo Lula provocará no sistema político e das reações que ele irá desencadear”¹⁹³. Trata-se das possíveis ações desestabilizadoras que a burguesia utilizará contra o novo governo, sejam elas legais ou extralegais.

As classes exploradas também entrariam em ação cobrando mudanças no curto prazo, “sem ter planejado o poder”¹⁹⁴, o PT sofrerá resistências e boicote no próprio Executivo (burocracia, Forças Armadas), além do Legislativo, Judiciário, empresários e potências estrangeiras. Porém, o realismo sobre o cenário não deveria levar o partido a sucumbir aos ditames da governabilidade, ao contrário, anunciar claramente suas intenções e que o governo do PT “não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e

¹⁹² 6º Encontro. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 384.

¹⁹³ *Ibidem.*

¹⁹⁴ *Ibidem.*

realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política do País”¹⁹⁵, mas impulsionar as transformações sociais reclamadas pelas maiorias.

A concepção de democracia do PT não significa se conformar com o Estado de direito vigente. As pressões da maioria devem se converter em mudanças institucionais, sendo importantes para isso a reforma institucional e constitucional. Além disso, as resoluções indicam que somente “os que como nós, têm compromisso com as grandes maiorias podem *desprivatizar* o Estado brasileiro, acabar com a corrupção, eliminar os privilégios, quebrar a inércia burocrática e a ineficiência da máquina estatal”¹⁹⁶. Em determinado trecho das resoluções, registra-se uma das marcas da proposta do Governo Lula e da Estratégia Democrático-Popular:

Tentamos esgotar, nesta primeira fase da campanha, a parte principal dos insistentes pedidos de empresários para debater com Lula suas propostas de governo. Em todos esses debates, a linha seguida pelo nosso candidato foi de reafirmar as posições do Partido e deixar claro para esses setores da sociedade que no Governo Lula terão que desempenhar um novo papel, subordinando-se à prioridade de redistribuição de renda¹⁹⁷.

A afirmação acima nos soa familiar à proposta de Prado Jr., já analisada anteriormente, sobre aquele “poder público” orientado pelas demandas dos setores populares. A necessidade não do fim da iniciativa privada, mas da *livre* iniciativa privada, que deveria se subordinar a políticas que objetivassem a elevação do padrão de vida da imensa massa pauperizada de trabalhadores. O trecho da resolução nos parece seguir nesta linha, porém essa perspectiva da subordinação do empresariado à distribuição de renda, faz parte do cenário já expresso pelo 5º Encontro, daquele “governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa”, ainda que no 6º Encontro a proposta ganhe tons mais moderados.

As “Diretrizes” iniciam destacando números alarmantes sobre as condições em que viviam grandes parcelas da população¹⁹⁸, ressaltando que mais de 40 milhões de pessoas viviam em estado absoluto de pobreza. As resoluções indicam que:

¹⁹⁵ *Ibidem.*

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 384-385

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 388-389.

¹⁹⁸ “A crise econômica agrava a crise social, herança do crescimento capitalista no Brasil, excludente, concentrador e predatório. Assim, convivem no País uma burguesia próspera, concentradora de propriedades e riquezas, desfrutando de um elevadíssimo padrão de vida, ao lado de milhões de brasileiros que sequer têm atendidas suas necessidades básicas de sobrevivência. Em 1960, um terço da população consumia menos de 2.240 calorias por dia, o padrão alimentar mínimo para que um indivíduo não seja considerado desnutrido pela FAO, organismo da ONU. Em 1988, dois entre três brasileiros comiam menos que o necessário. Na área de educação, 8,5 milhões de crianças em idade escolar obrigatória se encontram fora da escola, em um País em que um quarto da população adulta é analfabeta. Metade dos domicílios não têm luz elétrica e 13 milhões

Embora poderosa e dinâmica para implantar no País um parque industrial altamente diversificado e para desenvolver uma economia que se situa entre as maiores do mundo capitalista, a burguesia não tem conseguido, nos últimos anos, *solucionar os problemas de desenvolvimento do capitalismo*. Suas sucessivas políticas têm naufragado, fazendo aprofundarem-se as desigualdades sociais e as disparidades regionais¹⁹⁹.

Além de assinalar que a burguesia não teria solucionado os “problemas de desenvolvimento do capitalismo”, indica que esta teria fracassado em sua estratégia política de condução da transição conservadora, do momento que vai da Ditadura Militar a um governo civil autoritário, todas as tentativas de imprimir a hegemonia burguesa por meio do PMDB e da Nova República, as classes dominantes teriam fracassado.

As razões desse fracasso teriam se dado principalmente pela oposição do PT e da CUT contra a política de cooptação promovida pelo PMDB e o fracasso do Pacto Social do Governo Sarney. As lutas na constituinte e as lutas sindicais e populares produziram uma alternativa à Nova República, concretizada pela candidatura de Lula e abrindo a possibilidade de, pela primeira vez na história do Brasil, as classes dominantes perderem a eleição para a presidência. O cenário descrito marca o otimismo do partido, não sem razão de ser, graças ao seu crescimento e penetração social, juntamente à crença naquela “incapacidade” de os setores burgueses conseguirem exercer sua hegemonia.

As resoluções observam que existe uma crise na transição, mas não da dominação burguesa, apesar do desgaste dos políticos e da unificação das lutas populares, o papel do Estado e a preservação do poder das próprias Forças Armadas confirmariam o diagnóstico. Da mesma forma que a ordem política não estava em xeque, a ordem econômica também não, reproduzindo as análises dos encontros anteriores sobre a “ausência da consciência da necessidade” de uma sociedade socialista.

Ao mesmo tempo em que se processou um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas na economia capitalista no Brasil, *ainda não se desenvolveu na maioria da população uma consciência anticapitalista*, de negação deste sistema. O próprio capitalismo no Brasil, mesmo em crise, atingiu um alto grau de desenvolvimento e complexidade, *a despeito de sua dependência e integração aos países capitalistas mais ricos*²⁰⁰.

Além da ausência de uma consciência anticapitalista “da maioria” da população, a resolução assinala, assim como no 4º e 5º Encontro, que o capitalismo no Brasil se

de pessoas sofrem do mal de Chagas. As estatísticas oficiais revelam que 35% das famílias têm uma renda per capita inferior a meio salário-mínimo, sendo que mais de 40 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta”. 6º Encontro. *In: Almeida et al.*, 1998, p. 394.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 394-395, grifo próprio.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 396, grifos próprios.

desenvolveu “a despeito” da dependência, reproduzindo mais uma vez a visão de que o imperialismo seria um fator de travamento do desenvolvimento e não o seu propiciador. O partido continuava preso àquelas perspectivas interpretativas da esquerda que dizia combater. Ainda sob o cenário de otimismo em que se passava o ano de 1989, as resoluções afirmam que “podemos e devemos conquistar o executivo”, apesar do longo acúmulo de forças não ter se contemplado. Afirma-se que:

Embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República, inaugurando um novo período no qual, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia se dará em outro patamar. Estará colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais. Tudo isso criará condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas²⁰¹.

A disputa de hegemonia ganharia um salto qualitativo e as possibilidades estariam abertas para as reformas dirigidas pelas forças democráticas e populares, criando as condições para a hegemonia e as transformações socialistas. Um Governo Democrático e Popular do PT seria assim definido:

O objetivo permanente de um governo democrático e popular é a construção de um poder alternativo, fundado no compromisso de promover a igualdade social e orientado pela busca radical de liberdade. Um poder que faça da democracia não um compromisso discursivo e legitimador de práticas formais e alienantes de uma pseudo-participação política, mas que estimule a criação de novas esferas públicas de participação política e afirmação da cidadania, que respeite e resguarde os direitos das posições minoritárias, que assuma a noção de pluralidade de sujeitos políticos, que impulse a diversidade; um poder, enfim, que se coloque o desafio de dirigir a sociedade e romper com todas as formas de dominação. Isto exige ampliar e consolidar as conquistas democráticas, eliminar a tutela militar, aperfeiçoar o sistema de representação política e os mecanismos eleitorais, consolidar a liberdade sindical e os direitos dos trabalhadores, democratizar o Judiciário, pôr fim aos monopólios da comunicação, resgatar e redefinir o conceito de cidadania, apostando na elevação do nível de consciência dos trabalhadores e no amadurecimento político-ideológico dos movimentos sociais, impulsionando as formas de auto-organização dos trabalhadores e preparando as condições políticas e acumulando forças para a revolução socialista²⁰².

O trecho assinala a importância da democracia para o partido, a importância do pluralismo dos sujeitos políticos, das liberdades políticas, além de apostar na “elevação do nível de consciência dos trabalhadores” e preparando as condições para a revolução socialista. Se politicamente o partido nos parece querer elevar as conquistas da democracia liberal a outro nível, aperfeiçoando os institutos democráticos conservados e preparando as

²⁰¹ *Ibidem*, p. 397, grifos próprios.

²⁰² *Idem*, p. 397-398.

condições para o socialismo, economicamente, o governo popular a serviço dos trabalhadores e pequenos proprietário e produtores terá que ser “um governo que que redistribua a renda; que lute pela erradicação da pobreza, pela eliminação das desigualdades sociais e regionais; que redefina o papel do Estado, hoje sob controle de interesses privados”²⁰³, e que “promova o crescimento econômico, condição indispensável para assegurar emprego, casa, comida, acesso à educação e possibilidade de expressão cultural para todo o povo”²⁰⁴.

Trata-se de mudar “o papel do Estado” e enfraquecer os setores dominantes, o monopólio da terra e o domínio exercido pelas frações financeira, industrial e monopolista na economia. As resoluções alertam que qualquer perspectiva de transformação neste sentido encontrará como adversário estas frações do capital e não será possível executar reformas, como a reforma agrária, sem se chocar contra o latifúndio ou suspender o pagamento da dívida externa sem lhe dar com os credores internacionais.

Desta forma, “[...] o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo”²⁰⁵. O trecho indica que se está abordando uma “transição para outra transição”, a passagem “transição *ao* socialismo” indica um momento anterior no próprio capitalismo e não uma transição socialista. Os embates com as classes dominantes e a polarização entre as classes, constituiriam o conteúdo socialista do futuro governo. Levando em conta as tensões que permeariam o Governo Lula, as resoluções não antecipam a forma de desenlace desse conflito – evitando evocar velhos fantasmas de uma possível intervenção autoritária –, esta estaria condicionada pela correlação de forças e luta de classes, as respostas só poderiam surgir no contexto concreto do novo governo. Assinala-se que:

O Governo Lula representará uma experiência sem precedentes em nossa história e com poucos paralelos em nível internacional, o que exige uma grande capacidade de inovar em todo o direcionamento desse processo político original. Na ausência de paralelos que permitam comparações, a rica experiência vivida pelo Chile no Governo Allende (1970-1973) apresenta-se como marco histórico a ser estudado, para aproveitar as lições que podem dali ser extraídas e, principalmente, para evitar a repetição de qualquer desfecho semelhante²⁰⁶.

Obviamente o exemplo histórico não foi retomado ao acaso. A experiência chilena, derrotada em 1973, foi marcada pela coalizão de um bloco de forças constituída sob a

²⁰³ *Ibidem*, p. 398.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 401.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 399.

liderança da Unidade Popular, que chegou ao governo pelo voto, possuía um objetivo estratégico socialista e um conjunto de reformas a serem implementadas, que se chocariam com os interesses das classes dominantes. Como é sabido, o desfecho foi a derrubada violenta do governo Allende pelas Forças Armadas chilenas e pelo boicote dos empresários, seguida por uma ditadura liderada por Pinochet.

As resoluções petistas consideram que apesar da reação das classes dominantes, e de não se confundir “poder” com “governo”, e dos limites da legalidade (proibição da reforma agrária, absolutização da propriedade privada), o Executivo reuniria tantos recursos institucionais que seria possível desencadear mudanças que alterassem a conjuntura, iniciando o processo de realização do Programa Democrático e Popular no rumo de transformações socialistas.

Na raiz de todas essas dificuldades – e nisso não se permitem ilusões – estará o interesse de classes das elites, que não admitem qualquer restrição ao crescimento de seus privilégios e que tentarão paralisar ou desestabilizar o novo governo, utilizando a força do capital, os meios de comunicação de massa, a manipulação das idéias conservadoras de setores da população e lançando apelos reacionários à intervenção das Forças Armadas²⁰⁷.

A forma de se contrapor às possibilidades de intervenção das forças armadas seria mediante à mais ampla mobilização social, o Governo Lula só teria êxito se baseado “em escala gigantesca” de mobilização dos trabalhadores. A implementação do Programa de Governo dependeria de vários fatores, mas, principalmente, da possibilidade de realizar alterações legais e no grau de organização e de mobilização dos trabalhadores. Diante de possíveis ameaças e dificuldades em relação ao futuro governo, bem como as relações entre socialismo e democracia:

Eis por que nossa tática para concorrer à Presidência da República com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. Qualquer separação nessa linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada do poder, ou levar ao rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou de administrá-lo. No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único²⁰⁸.

É diante dos riscos e dos obstáculos já referidos que o partido enfrentaria, que se baseia a política de acúmulo de forças e disputa de hegemonia, mais adequadas a um

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 400.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 400-401.

momento em que não se coloca a “tomada do poder”. Esta última seria uma perspectiva aventureira e autoritária de partido único, que reproduziria a mesma violência das classes dominantes ao atacar a democracia, tendo como resultado um socialismo burocrático e autoritário. O socialismo do PT seria democrático, mantendo as liberdades políticas e um conjunto de sujeitos políticos.

Se referindo ao crescimento da CUT, a resolução reafirma a importância e sentido da hegemonia, “daí se vê que a ocupação de espaços institucionais e a construção de um projeto socialista igualmente dizem respeito à disputa de hegemonia e contribuem para o acúmulo e a mudança na correlação de forças”²⁰⁹. Da mesma forma, a importância das alianças e o combate à visão do partido único que monopolizaria a representação da classe trabalhadora, e a afirmação da pluralidade de sujeitos envolvidos, para lembrar que a luta pelo socialismo não é monopólio de uma única classe²¹⁰.

O governo do PT e da Frente Brasil Popular deve realizar as tarefas democráticas e populares de cunho anti-imperialista, anti-latifundiário e antimonopolista. Mesmo que tais medidas não possuam caráter diretamente socialista, se chocariam com a estrutura capitalista do país e com as classes dominantes. Assim como no 5º Encontro, as resoluções afirmam que o “PT não acredita na possibilidade de uma etapa de *capitalismo popular*”²¹¹. Pelo contrário, seria um processo “simultâneo de acúmulo de forças” em que, ao mesmo tempo que traz conquistas aos trabalhadores, cria-se as condições para se iniciar as transformações socialistas.

É neste sentido, como já assinalamos, que o “governo democrático e popular e o início da transição ao socialismo são elos do mesmo processo”, porém, a passagem entre um e outro não seria automática já que “a implementação da globalidade de um programa democrático-popular só pode ocorrer com a revolução socialista”²¹². Essa transição não poderia ocorrer com base na “força e negação da democracia”. Sendo assim, as resoluções afirmam que:

Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder por meio de um golpe de mão, de um putsch da vanguarda. Queremos o poder e a construção do

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 401.

²¹⁰ “Nossa política de alianças e de pluralidade democrática reconhece que a sociedade brasileira – principalmente os trabalhadores – se expressa por intermédio de agentes políticos e que suas condições objetivas, históricas e culturais exigem uma unidade das forças partidárias de esquerda e uma ligação com os setores médios da sociedade”. *Ibidem*.

²¹¹ *Ibidem*.

²¹² *Ibidem*, p. 402.

socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação. Com este objetivo estamos preparando o Partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto²¹³.

As resoluções caracterizam a “tomada de poder” como um violento golpe de Estado elaborado por uma restrita vanguarda conspirativa, sem penetração nas massas e baseado em concepções clássicas ou “explosivas” de revolução, que já não caberiam naquele momento histórico, se é que já foi cabível no passado. Em contraposição, a conquista do poder passa pela *vontade*. Não se trata então de uma imposição, é fruto de mobilização por interesses concretos e não abstratos e descolados da realidade; é luta da maioria e não de grupos de assalto vanguardistas. Nota-se que se reduz a ideia de “tomada do poder” no contexto de uma revolução, ao seu momento insurrecional ou de uso da violência, e não das possíveis contradições que poderiam levar a este desenlace. Toma-se o seu desfecho como princípio ou absolutiza-se o resultado sem considerar seu processo. Segundo Iasi (2006, p. 451), sobre a afirmação de um caminho democrático ao socialismo:

Não se trata de um recurso tático de não revelar as verdadeiras intenções ou não tocar em temas polêmicos às vésperas de uma eleição, mas de uma forte convicção afirmada e reafirmada desde a origem do partido. Os formuladores e aqueles que buscavam representar por meio de suas formulações realmente acreditavam que a defesa ardorosa de manter a disputa no campo dialogicamente habermasiano da política faria com que o inimigo de classe fizesse o mesmo.

Os formuladores afirmam o PT como um partido democrático de massas e socialista não acreditam “num partido socialista sem trabalhadores”²¹⁴, o socialismo ou será obra dos trabalhadores ou “não será socialismo”. Por isso “estamos dispostos a disputar todos os campos da hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das maiorias”²¹⁵. A defesa do vínculo entre socialismo e democracia, bem como o pluralismo que seria inerente ao socialismo, aparece da seguinte forma:

As experiências de construção do socialismo – em particular onde as burocracias se apoderam do poder político em nome dos trabalhadores e os alijam do seu exercício – demonstram que não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia.

O pluralismo partidário, as liberdades de imprensa e sindical, de credo, a existência de condições efetivas para sua prática, o respeito integral aos direitos humanos são importantes conquistas da humanidade, que devem ser ferreamente defendidas pelos trabalhadores no processo de construção do socialismo.

²¹³ *Ibidem*, p. 401.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 402.

²¹⁵ *Ibidem*.

[...] Não encaramos a democracia como uma concessão das classes dominantes, dos de cima, nem como uma formalidade passageira, como a burguesia o tem feito em nosso país, ao golpeá-la sucessivamente cada vez que os trabalhadores ampliam seus direitos. A democracia é uma conquista dos trabalhadores, arrancada na luta política contra as classes dominantes. No Brasil, queremos transformar as liberdades políticas formais da Nova República em valores democráticos reais, permanentes, apropriados pelos trabalhadores e por toda a sociedade²¹⁶.

Diferentemente das correntes políticas que se inspiram no socialismo soviético ou em concepções “clássicas” do marxismo, a democracia não é expressão da dominação política da burguesia no capitalismo. Pelo contrário, durante a história do Brasil esta teria sido sucessivamente golpeada pelas classes dominantes. Outrossim, a democracia seria uma conquista dos trabalhadores *contra* a burguesia.

Ao fim do ano de 1989, Lula será derrotado por Collor nas eleições presidenciais. O resultado eleitoral não era o esperado pela Frente Brasil Popular, o apoio conseguido para o segundo turno das eleições – reunindo importantes políticos como Brizolla, Covas, Miguel Arraes, setores da esquerda do PMDB, Partido Comunista Brasileiro, além dos partidos que já compunham a Frente Brasil Popular –, junto à massivos comícios em algumas capitais, empolgaram a militância na reta final da campanha.

Ao avaliar a sua derrota, em entrevista a André Singer (1991), Lula além de elencar diversas debilidades organizativas, registra principalmente a incapacidade do PT em dialogar com os setores mais empobrecidos da sociedade²¹⁷.

Eu acho que, muitas vezes, nós pecamos por excesso de otimismo. Certas coisas, nós discutíamos a partir da nossa cabeça, a partir da cabeça do pessoal politizado. Quando disseram que a gente ia acabar com as religiões não católicas, nós fizemos um único programa especial sobre o tema, quando deveríamos ter realizado várias inserções. Precisávamos ter insistido nestas questões, porque é exatamente na faixa menos politizada que essas coisas pegam, neste setor não funciona a estória que, para bom entendedor, meia palavra basta: para este segmento não se deixar levar por estes boatos, não basta meia palavra, é preciso, quem sabe, um livro inteiro. *Eu acho que agente não conseguiu ter uma linguagem para este setor mais vulnerável da sociedade, a gente não conseguiu penetrar nesta camada do jeito que deveríamos.*

ANDRÉ – Você acha que este setor tem medo do Lula?

LULA – *Esta camada é manipulada com mais facilidade pelos meios de comunicação, que vendem uma imagem distorcida do Lula, do PT. Pois bem. A minha briga é sempre esta: atingir o segmento da sociedade que ganha salário-mínimo. Tem uma parcela da sociedade que é ideologicamente contra nós, e não há por que perder tempo com ela: não adianta tentar convencer um empresário que é contra o Lula a ficar do lado do trabalhador. Nós temos de ir para a periferia, onde estão milhões de pessoas que se deixam seduzir pela promessa fácil de casa e comida.*

ANDRÉ – Você acha esta batalha prioritária?

²¹⁶ *Ibidem.*

²¹⁷ Novamente a referência à massa de trabalhadores pobres já referida por Prado Jr. e Coutinho, fora dos frutos do desenvolvimento e da participação política.

LULA – Acho. Nós temos amplos setores da classe média com a gente – uma parcela muito grande do funcionalismo público, dos intelectuais, dos estudantes, do pessoal organizado em sindicatos, do chamado setor médio da classe trabalhadora. *O que nós precisamos agora é ir diretamente a esse pessoal menos favorecido.*

CÍCERO – Não foi a classe média que derrotou sua candidatura?

LULA – A verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade²¹⁸.

A derrota eleitoral promovida por parte dos “40 milhões” em estado de pobreza absoluta, já referidos pelo 6º Encontro do PT, não seria o único problema enfrentado pela campanha de Lula, a queda do Muro de Berlim, poucos dias antes das eleições, provocou forte impacto para a perspectiva socialista. No debate presidencial, Collor tentaria colar a pecha de “marxista” a Lula e ao PT, com o significado de autoritarismo, “luta armada” e “invasão de terras”. Por sua vez, Lula, segurando a Constituição de 1988 e falando da participação dele na luta pela Constituição, busca refutar o adversário e nos aponta importantes elementos de sua proposta política em relação ao empresariado:

O meu adversário tentou utilizar o povo como massa de manobra, tentou colocar inverdades como agora no início de sua fala dizendo que o PT é um partido marxista, quando não existe nenhum documento do PT oficial que coloque o PT numa linha marxista. Mas nós vamos brigar para que seja cumprida essa Constituição, e, para defendê-la, nós usaremos todos os instrumentos que o Estado dispõe para que a gente permita que a sociedade brasileira alcance o que foi aprovado aqui e promulgado no dia 5 de outubro de 1988. [...]

E obviamente que nós temos clareza que, para recuperar o poder aquisitivo da classe trabalhadora, é preciso que a gente aumente o crescimento do PIB desse país; conseqüentemente, é preciso que se aumente o investimento nesse país, mas, sobretudo, é preciso que se mude a cabeça do nosso empresariado. *Eu disse já aqui, você já ouviu, que o empresariado brasileiro, uma parte dele, ainda não chegou na Revolução Francesa, aquela que já completou 200 anos.* É preciso que os empresários compreendam que cada capital, cada cruzado aplicado não será recuperado no mesmo dia e tem uma recuperação a médio e longo prazo, e que *é preciso de uma parte do lucro ser reinvestido em salário para que o trabalhador possa comprar aquilo que ele próprio produz.* É por isso que eu digo sempre: é preciso que o rico ganhe menos para que o trabalhador possa ganhar mais²¹⁹.

O candidato petista busca se desvincular do vínculo ao marxismo, em contraposição questiona o caráter atrasado do empresariado brasileiro que não teria chegado na “Revolução Francesa”. De acordo com Figueiredo (2018, p. 117), “Lula tenta deslocar sua resposta para *incapacidade do empresariado em aceitar um projeto burguês que incluisse a maior parte da população na economia*”. Aqui retomamos a perspectiva da estratégia democrático-popular da necessidade de resolver os “problemas do desenvolvimento” que a burguesia não

²¹⁸ Uma eleição..., 1990, p. 241-251 *apud* Figueiredo, 2018, p.112, grifos da autora.

²¹⁹ Luiz Inácio Lula da Silva, transcrição feita por Figueiredo, 2018, p. 117.

resolveu, incluindo milhões aos frutos do desenvolvimento, a partir de uma política de crescimento juntos às tarefas não efetivadas pela burguesia, que agora cabem aos setores populares liderarem.

De volta a entrevista a Singer, perguntado se a questão do socialismo “atrapalhou”, Lula responde afirmativamente:

ANDRÉ – A questão do socialismo atrapalhou? Durante a campanha caiu o Muro de Berlim, foi um fato importante, até o Afif usou isso contra o PT

[...]

LULA – Atrapalhou. É engraçado, nós tínhamos um filé-mignon para trabalhar a questão do socialismo: em 1980, quando nós discutíamos o Manifesto do PT, a gente já questionava a burocracia, o partido único, a falta de liberdade e autonomia sindical. E nós permitimos que os representantes da burguesia trabalhassem contra o socialismo. A derrubada do Muro de Berlim é algo muito simbólico para a humanidade, e foi um erro o PT deixar que a burguesia tirasse proveito disso, quando nós é que tínhamos moral para falar.

ANDRÉ – O PT nunca definiu exatamente o tipo de socialismo pelo qual está lutando. Você não acha que isto é um problema para o partido?

LULA – *O que nós deveríamos ter trabalhado corretamente é a ideia de que o que se está questionando na Alemanha Oriental ou na Polônia não é o socialismo, mas a forma burocrática e a falta de democracia, que se opõem ao socialismo.* Nós deveríamos ter feito este discurso. Você veja uma coisa: todos os meios de comunicação passaram quatro meses cobrindo o Leste europeu, todos favoráveis, sem exceção, à queda dos governos dirigidos pelos partidos comunistas. Mas nenhum jornal, nenhuma televisão conseguiu mostrar miséria lá. Não mostraram criança na rua passando fome, velhinho deitado na calçada, gente pedindo esmola. *Embora não se tenha resolvido a questão da democracia, do pluripartidarismo, do sindicalismo livre, acabou-se com a fome, as pessoas são tratadas mais humanamente.*

BRENO – Na Itália e na França, ninguém dorme de barriga vazia e há liberdade. Isto não prova que, ao menos nos países desenvolvidos, o capitalismo se mostra um regime superior ao socialismo?

LULA – *Não é a evolução do capitalismo que garantiu estas conquistas, mas a evolução da democracia.* Para o pessoal, na Itália, chegar aonde chegou, precisou lutar a Segunda Guerra Mundial, precisou ter um movimento sindical dos mais organizados. Assim também na Alemanha, na Suécia. Não é verdade que o padrão de vida dos europeus seja resultado do avanço do capitalismo: o empresário de lá, quando vem para o Brasil, paga uma décima parte ao trabalhador brasileiro do que paga ao da sua terra²²⁰.

Lula lamenta o fato de a burguesia ter hegemonizado a crítica que se instalou no bloco socialista. O próprio PT já teria um forte acúmulo crítico em relação às experiências socialistas, para ele o problema não estaria no socialismo, mas na falta de democracia e de pluripartidarismo. Também, elogia a erradicação da fome nesses países, mas no referente à ausência de fome em determinados países capitalistas desenvolvidos, afirma que o processo teria se dado pela evolução da democracia, fruto da luta dos trabalhadores e não pela evolução do capitalismo.

²²⁰ Uma eleição..., 1990, p. 247 *apud* Figueiredo, 2018, p.112, grifos da autora.

Por fim, nos anos 1980, em sua configuração inicial, a estratégia democrático-popular guarda várias tensões em seu interior, marcada pelas disputas internas, predomina a visão da corrente majoritária, ainda que haja concessões às correntes mais à esquerda. Os debates em torno da estratégia ganhariam contornos mais nítidos, em 1987, no 5º Encontro Nacional, sendo um dos encontros mais importantes na história do partido.

Porém, diversas tensões permaneceriam na estratégia na década de 1980, entre elas o conflito entre concepções rupturistas ou revolucionárias e processuais de transformação social, inclusive no interior da própria corrente majoritária. Apesar da tensão, as resoluções se desdobram no que nos parece se aproximar mais de um caminho processual ou progressivo, ainda que formalmente não se descarte uma ruptura revolucionária, esta última estaria em um futuro distante, frente ao “longo acúmulo de forças” que se faria necessário previamente. A análise da formação social brasileira é que embasará a nova estratégia que será predominante na esquerda brasileira pelas décadas seguintes.

Sinteticamente, os principais elementos da formulação democrático-popular seriam a caracterização do desenvolvimento capitalista para o Brasil, como incompleto, marcado pela dependência, desigualdades regionais, ausência de um robusto mercado interno e marginalização econômica e política de amplas camadas da população. O Estado brasileiro ao longo da história seria fundamentalmente restrito e coercitivo, como demonstra as várias intervenções e golpes. Entretanto, na década de 80, com o processo de abertura, abre-se oportunidades para a “ampliação” do Estado e sua ocupação pelos setores populares. Outro elemento é o diagnóstico da impossibilidade imediata de uma revolução socialista o que leva à necessidade da política do “acúmulo de forças”. A política do acúmulo de forças se constituiria pelas demandas populares a partir das tarefas anti-imperialistas, anti-latifundiárias e antimonopolistas, tarefas não efetivadas pela burguesia, mas agora assumidas pelos setores populares contra burguesia, que se chocaria contra o Estado burguês levando a uma ruptura que junto ao fortalecimento da sociedade civil imprimiria gradualmente reformas que levariam à superação do capitalismo. A arena desta luta seria a democracia, sua ampliação, sob a disputa da hegemonia, conquista de posições no Estado, participação nas eleições, poderiam levar a uma correlação de forças que pudesse viabilizar as reformas estruturais.

A estratégia democrático-popular, sob os impactos da derrota eleitoral e da queda do muro de Berlim, passará na década de 1990 por uma “inflexão moderada”. As pressões para uma moderação programática e ampliação das alianças políticas ganharão mais força e a estratégia adquirirá cada vez mais um caráter processual e gradualista de transformação

social. A tensão entre uma perspectiva rupturista e processual terá seu desenlace em favor da segunda. É esse processo de metamorfose que pretendemos analisar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR NA DÉCADA DE 1990

O início da década de 90 será marcada por uma inflexão moderada na estratégia democrático-popular, o tensionamento interno entre uma perspectiva rupturista e outra processual se desloca cada vez mais para a segunda perspectiva. Após dez anos de existência, o partido que ingressa nos 1990 já terá passado por intensas lutas políticas internas e externas, realizado greves gerais, eleito vários prefeitos e parlamentares, e quase ter conquistado a presidência da República em 1989. A novidade histórica enfrentará o agravamento de seus tensionamentos internos e encaminhará soluções no plano político e teórico em uma direção cada vez mais processual, ainda que não abandone a perspectiva socialista, porém a própria natureza do que se denominará como “socialismo petista” expressará elementos de maior integração à ordem burguesa, haja visto o conteúdo desse socialismo que examinaremos mais à frente.

A partir de 1990, alguns fatores da conjuntura contribuíram para inflexão moderada na estratégia do PT, entre estes fatores pelo menos três se destacam: a queda do muro de Berlim ou desmonte do bloco socialista, a derrota eleitoral para Fernando Collor e o refluxo dos movimentos populares e sindical. O desmonte do bloco socialista colocou o partido em uma defensiva, no que diz respeito ao seu objetivo histórico de transformação socialista, gerando questionamentos sobre o marxismo e sua capacidade de leitura da realidade social e referência de direção para a ação da classe trabalhadora, e até mesmo da revolução como meio de se chegar a uma transformação social.

A derrota eleitoral para Collor fez com que florescesse discussões e reflexões sobre a política de alianças restrita ao campo popular, que baseada na radicalidade do programa, impediria que o partido pudesse ir além dos limites já alcançados, o que indica a vontade de certos setores do partido em ampliar o arco de alianças e suavizar o seu programa.

O descenso dos movimentos sociais, principalmente o sindical, ocorreu em um contexto de reestruturação produtiva e ofensiva neoliberal, em que se busca desregular e “flexibilizar” um conjunto de direitos trabalhistas, mas que também ao promover demissões e alterar formas produtivas, seus ritmos e tempos acabam por suprimir formas de solidariedade entre trabalhadores, que era uma das bases da ação coletiva de classe. Outro aspecto a se destacar para o enfraquecimento dos movimentos sociais é que ele se dava não exatamente pela ausência de lutas sociais, mas pela dificuldade de renovação de lideranças

que pudessem substituir quadros políticos que eram absorvidos pelo partido e/ou pelos espaços institucionais que o partido foi ocupando, principalmente mandatos parlamentares e administrações municipais. Acrescenta-se a este contexto os impasses gerados pelo fato de os movimentos sociais terem, naquele momento e pela primeira vez, que direcionar suas lutas contra os governos que eles elegeram, causando fortes impactos e crises no interior da militância partidária.

O crescimento acelerado do partido nos últimos dez anos, apesar de ser saudado como positivo, trouxe vários elementos negativos. Os espaços internos de disputa se acirraram, levando a práticas instrumentais de cooptação de filiados para votar nos encontros a favor de determinadas teses, reproduzindo antigas práticas eleitorais que o partido condenava e deformando seus espaços democráticos. Se anteriormente as correntes se organizavam em torno de posições e projetos políticos, agora se adequavam e se reuniam em torno de interesses eleitorais e aparatistas. O poder de atração dos espaços institucionais conquistados pelo PT não passaria incólume em relação a sua direção e seus militantes, que se ocupariam cada vez mais de conduzir sua ação buscando esses espaços, já que agora contaria com as possibilidades de liberação e profissionalização de militantes. As correntes intensificam suas disputas por cargos e liberações, estreitando o espaço de participação para militantes que não eram vinculados a qualquer corrente interna, a vida partidária se converte em uma arena para iniciados e pouco espaço para iniciantes. Desta maneira, enquanto o peso da institucionalidade crescia e buscava ser remediada por medidas administrativas, perdia-se de vista o afastamento crescente entre direções e base partidária, entre o partido e os movimentos sociais.

3.1 7º Encontro Nacional (1990)

É neste contexto, permeado por diversas contradições, que se realizará o 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 1990. O seu documento de maior importância intitula-se “O socialismo petista”, nele o partido busca se posicionar diante da crise dos países socialistas, reafirmando pressupostos e ajustando sua visão estratégica sobre o socialismo. A resolução inicia afirmando o caráter anticapitalista do PT e o seu compromisso com a causa socialista, porém podemos perceber que a afirmação da democracia como contraposição ao capitalismo ganha proeminência em detrimento do socialismo, que era considerado o objetivo central da estratégia.

Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque *a democracia tem, para o PT, um valor estratégico*. Para nós, ela é, a um só tempo, *meio e fim*, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. Aprendemos na própria carne que a burguesia não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. A relação das elites dominantes com a democracia é puramente tática, elas se socorrem da via democrática quando, pragmaticamente, lhes convém. Na verdade, a democracia interessa sobretudo aos trabalhadores e às massas populares. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos²²¹.

Nota-se que é a democracia que agora possui “valor estratégico”, como meio ela é importante para as conquistas materiais e políticas dos trabalhadores, além de se confrontar com o caráter tático que a burguesia lhe atribuiu historicamente. Ao mesmo tempo, a democracia é fim já que é sua instituição em nível superior que pode assegurar que os trabalhadores de fato governarão em uma sociedade socialista. Dessa forma, democracia passa a ter um caráter substantivo e não mais adjetivo, como anteriormente sendo qualificadora do socialismo. A vocação democrática do PT não se restringe às suas tarefas políticas, mas encontra-se na sua própria organização interna “que busca fazer do próprio PT uma sociedade livre e participativa”. A organização democrática interna do partido prefiguraria a democracia a ser construída no país. Avesso aos verticalismos de partidos tradicionais da esquerda, a relação do partido com os movimentos sociais e a sociedade civil é marcado pela democracia evitando o sufocamento e perda de autonomia destes, não deixando de propor-lhes uma direção política se recusa a transformá-los em correia de transmissão.

O pluralismo ideológico-cultural seria outra marca do PT, além dos diversos sujeitos sociais que contribuíram para a formação do partido. Estes expressam várias escolas de pensamento como o cristianismo social, os marxismos, os socialismos não marxistas, os democratismos-radicais, as doutrinas laicas de revolução comportamental. Este pluralismo expressaria a recusa ao que os formuladores chamam de uma “filosofia oficial”, se referindo ao marxismo ou “marxismo-leninismo”, que seria típica das organizações mais tradicionais da esquerda.

A união dessas distintas vertentes se daria mais pelo projeto comum de uma nova sociedade do que por uma aproximação na forma teórica de apreensão da realidade, a convergência de desejos em detrimento da teoria. Se a pluralidade ideológica tem

²²¹ Almeida *et al.*, 1998, p. 429.

proeminência sobre uma suposta filosofia oficial, outro elemento que caracteriza repetidamente as análises do PT é a primazia do empírico sobre a reflexão teórica.

Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática. Um dos estímulos mais poderosos à nossa organização, como partido político dotado de um projeto alternativo de governo e de poder, foi a descoberta (para a maioria dos petistas, antes empírica que teórica) da perversidade estrutural do capitalismo. Fomos, e seguimos sendo, resposta indignada ao sofrimento desnecessário de milhões, consequência lógica da barbárie capitalista. A experiência histórica concreta – por outras palavras, a pedagogia negativa do milagre brasileiro e de tantas outras situações tragicamente exemplares da vida nacional e internacional – nos ensinou que o capitalismo, seja qual for a sua pujança material, é vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza *àquela partilha fraterna da riqueza social que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia*²²².

Mais uma vez, o trecho demonstra a centralidade da democracia, de como é a luta pela democracia que transformou os petistas em anticapitalistas, qualificando, assim, a luta democrática. A primazia do empírico e da experiência concreta anterior à teoria é que conformou o projeto alternativo do partido. Dessa forma, os formuladores querem demonstrar o caráter autêntico e inequívoco do partido fruto da experiência prática que antecede a teoria, assim nega-se supostos a priori típicos de organizações não democráticas e vanguardistas e constrói suas formulações “realmente” baseados na realidade.

Ao serem ensinados pela realidade que o capitalismo é excludente e injusto, os formuladores nos parecem recorrer ao expediente que criticam em outras organizações, qual seja, o uso de a priori quando falam sobre “*àquela partilha fraterna da riqueza social*”²²³ tida como “o pressuposto de qualquer autêntica democracia”²²⁴. O documento relembra que em seu Manifesto e Programa de Fundação, o PT já reivindicava a necessidade da “*superação do capitalismo como indispensável para a democratização da vida brasileira*”²²⁵. Os 10 anos de luta democrática só aumentaram sua opção socialista, até mesmo para se diferenciar e criticar a socialdemocracia, a resolução apela para a primazia do empírico, já que “*semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez críticos das propostas socialdemocratas*”²²⁶.

De acordo com o documento, “*as correntes socialdemocratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo*”²²⁷, entre seus equívocos

²²² *Ibidem*, p. 430, grifo próprio.

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ *Ibidem*, p. 431.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ *Ibidem*.

está o de achar que “a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, *sem a mobilização das massas pela base*, seria possível chegar ao socialismo”²²⁸. Além disso, “confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social”²²⁹, com o passar do tempo teriam deixado de acreditar em uma “transição parlamentar ao socialismo”²³⁰ para o abandono não do parlamento, mas do socialismo.

Se a base da crítica do PT à socialdemocracia considera a sua falta de perspectiva em superar o capitalismo, a sua crítica ao chamado socialismo real tem por base a ausência de democracia nestes países “ao mesmo tempo, *nosso compromisso estratégico com a democracia – a identidade democrática do PT* – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real”²³¹. O partido pondera o uso do termo “socialismo real”, que é utilizado pela grande mídia conservadora e pelos detratores do socialismo como forma de mostrar a inevitável incompatibilidade entre progresso e liberdade em projetos históricos que desafiem a dominação capitalista. Ademais, considera a heterogeneidade das distintas experiências de transição socialista, seus limites e potencialidades, e se coloca a favor dos autênticos processos revolucionários. Entretanto, o faz com independência política e direito de crítica, dessa forma:

Foi assim que, desde a sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. A sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose Partido/Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista²³².

A crítica do partido se mantém em limites estritamente políticos e o conteúdo mais determinante do socialismo é a democracia, não abordando elementos clássicos da discussão socialista como as relações de produção, forças produtivas, formas de propriedade. A ênfase na centralidade da democracia só demonstra a coerência do partido, já que “o que legitima

²²⁸ *Ibidem.*

²²⁹ *Ibidem.*

²³⁰ *Ibidem.*

²³¹ *Ibidem.*

²³² *Ibidem.*

os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista *é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares*²³³.

Assegurado o sentido democrático e anticapitalista de sua política, o texto segue “optamos pela *construção progressiva da nossa utopia concreta*, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos”²³⁴. Mais uma vez, a democracia é que legitima e condiciona o socialismo, a construção da utopia concreta socialista deve ser realizada progressivamente, ou seja, gradativamente e ampliando a democracia. O caminho contrário seria cair em um “ideologismo abstrato” e cupulista da esquerda tradicional; um aprofundamento teórico não seria importante, já que não teria “correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais”²³⁵.

Entretanto, o partido não deixa de reconhecer a necessidade de “maior explicitação da nossa alternativa histórica”²³⁶. O fracasso das experiências socialistas convoca os petistas a um “renovado esforço crítico especulativo, capaz de lançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista”²³⁷.

Diante das críticas à socialdemocracia e ao socialismo real, a resolução se questiona: “mas qual socialismo? Qual sociedade, por qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará?” além de “como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo?”²³⁸. Segundo os formuladores, as possíveis respostas para essas perguntas nascem dialeticamente das lutas contra dominação ou das convicções estratégicas obtidas por intermédio dessas lutas. Para melhor responder à questão, retomase a citação de uma formulação já expressa no 5º Encontro de 1987:

O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; *os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado*²³⁹.

Contudo, a retomada do trecho do 5º Encontro aparece aqui de forma alterada, se observarmos o trecho original veremos que a alteração não parece ser por acaso, antes sinaliza mais um elemento de inflexão, senão vejamos:

²³³ *Ibidem*, p. 433, grifo próprio.

²³⁴ *Ibidem*, p.432.

²³⁵ *Ibidem*, p. 433.

²³⁶ *Ibidem*.

²³⁷ *Ibidem*.

²³⁸ *Ibidem*.

²³⁹ *Ibidem*, p. 434, grifo próprio.

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se *em classe hegemônica e dominante* no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço²⁴⁰.

O primeiro elemento a notar é a substituição da frase original “os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e *dominante no poder de Estado*” por “os trabalhadores precisam transformar-se em *classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado*”. Dessa forma, retira-se a expressão “dominante no poder de Estado” e sua conseqüente implicação de acabar com “o domínio político exercido pela burguesia”, que remete a compreensão histórica de que nenhuma classe teria transformado a sociedade sem colocar o Estado sob seu serviço. Esta última parte é também retirada da nova redação do 7º Encontro que agora busca a *hegemonia* “na sociedade civil e no poder de Estado”.

A nova compreensão indica que ganha centralidade na estratégia a disputa de hegemonia no interior da sociedade civil como condição prévia para a conquista da hegemonia política. Para este fim não seria mais necessário a superação do Estado burguês e a instauração de um Estado socialista em que os trabalhadores seriam a classe dominante. Sendo assim, aquela tensão expressa entre uma perspectiva de ruptura revolucionária e de processualidade se desloca em favor da última.

O texto combate a visão de que o socialismo seria uma realidade inevitável das leis econômicas do capitalismo, este seria um projeto humano, fruto de uma luta consciente e só poderia ser considerado emancipatório se se expressasse como ideal e necessidade dos trabalhadores, “daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo”²⁴¹. Longe de uma visão teleológica que afirma a inevitabilidade – necessariamente autoritária – do socialismo, a nova sociedade deverá “fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns”²⁴². Para isso, em vez de um Estado ou Ditadura proletária, “buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual”²⁴³.

Do ponto de vista econômico, a tese do socialismo petista aponta que não haverá socialismo se não existir democracia econômica, esta se organizará a partir da propriedade

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 312, grifo próprio.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 434.

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ *Ibidem*.

social dos meios de produção, que de forma alguma deve ser confundida com a propriedade estatal. As distintas formas de propriedade – individual, estatal, cooperativa – serão geridas pela própria sociedade e democraticamente. Objetivando, também, escapar tanto à “lógica perversa do mercado capitalista”²⁴⁴ quanto ao “intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas”²⁴⁵.

As metas produtivas devem corresponder à *vontade social* e não aos interesses do Estado. A resolução nos oferece elementos adicionais sobre o conteúdo do socialismo petista, nota-se a intenção de um caminho alternativo à socialdemocracia que não naturalize o capitalismo – apesar que a crítica ao mercado capitalista se relacionaria mais à sua “lógica perversa, este não poderia ser inicialmente abolido, mas poderia ser aplainado desde que dirigido pelo Estado ou pelo recente “sujeito democrático coletivo”²⁴⁶ – mas, também, ao autoritarismo do socialismo real que impõe à sociedade suas próprias metas produtivas. A definição das metas pela sociedade deveria ocorrer mediante uma “vontade social” para equilibrar e mesmo superar aquela relação díspar entre Estado e sociedade civil que teria ocorrido na URSS, bem como historicamente no Brasil. Relação díspar já tratada pelo pensamento social e marxista brasileiro em suas elaborações sobre a via prussiana (Coutinho), populismo (Weffort) e autocracia burguesa (Fernandes). Ao mesmo tempo que busca criticar os dois modelos de transformação social já referidos, o texto não deixa de expressar as influências do liberalismo e do contratualismo em suas resoluções.

No plano político, os formuladores afirmam que:

Lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos²⁴⁷.

As conquistas democráticas dos trabalhadores deve ser mantida e ampliada no socialismo, além da liberdade “para todos os cidadãos” e seu silenciamento sobre as classes, a conjugação de democracia direta e os instrumentos da democracia representativa, todos

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 435.

²⁴⁵ *Ibidem*.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 434.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 435.

estes elementos combinados supostamente estariam livres da coação do capital, se aproximando daquele ciclo virtuoso da formulação de Coutinho em que se é necessário elevar a nível superior às conquistas e institutos democráticos da democracia representativa combinando-os com a democracia direta, que expressará os interesses coletivos ou dos sujeitos coletivos.

Percebe-se que na formulação petista não parece haver qualquer importância a relação entre determinadas relações de produção de um período histórico e suas correspondentes expressões políticas e o prosseguimento destas últimas em uma formação social nova. Assim denota-se que a democracia ou o seu adensamento é o próprio conteúdo do socialismo petista, corroborando a própria resolução que já afirmava que a democracia era ao mesmo tempo “meio e fim” em relação ao socialismo. Dessa maneira, velhos caminhos que a classe trabalhadora já atravessou em sua história eram repostos de formas renovadas pelo partido que buscava negá-los.

No tópico “Construção partidária”, sob os impactos da eleição de 1989 e o crescimento cada vez maior do partido na institucionalidade, bem como ter se tornado o principal partido de oposição no país, coloca-se a necessidade de reflexão sobre o próprio instrumento partidário. De um lado, frente às alterações na acomodação de grupos e classes sociais na estrutura socioeconômica e alterações no capitalismo internacional e mudanças nos países socialistas, é exigido um “profundo reexame da teoria e da prática que até então vinham presidindo a luta histórica por uma humanidade livre, justa e fraterna”²⁴⁸ com a intenção de uma maior definição da concepção de socialismo e caminhos para a transformação socialista no Brasil. De outro lado, são apontadas contradições sobre o funcionamento da vida partidária, entre elas o crescimento do partido teria causado um descompasso entre esse crescimento e sua estrutura orgânica, havendo lacunas em seu plano institucional e no plano dos movimentos sociais. O funcionamento da democracia interna é alvo de críticas pelo fato de o partido estar se afastando das suas origens e se fechando para os trabalhadores, uma tendência à elitização e à burocratização, além de desvios eleitorais.

A concepção de partido deve ser reexaminada sem abandonar o acúmulo obtido em 10 anos de atividade. Se os caminhos para o socialismo não obedecem a modelos, a forma partidária também não obedece a fórmulas “que tiveram origem e desenvolvimento em outros lugares e momentos histórico”²⁴⁹. A necessidade de firmar uma maior definição de seu socialismo, que deve ser radicalmente democrático, exige a correspondência em sua

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 436.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 437.

forma organizativa, “num processo que abarca a ação institucional, mas que não se restringe e nem se subordina a ela”.²⁵⁰ O crescimento na institucionalidade faz com que seja redobrado o reforço da autonomia dos movimentos sociais. Uma das grandes questões, além de solucionar o crescimento e sua absorção na estrutura orgânica interna, é de como operar a luta institucional e a luta de massas sem fazer com que a primeira subordine a última.

Sem maiores detalhes de como solucionar a articulação entre a luta institucional e a dos movimentos sociais, as resoluções expressam a necessidade já referida no 6º encontro de 1989, de organizar os setores mais pauperizados e despolitizados da sociedade, avessos a níveis de organização mais complexas e sistemáticas. Seriam os milhões de “descamisados” os responsáveis por eleger Collor.

É uma imensa massa da população, constituída das camadas de menor ou praticamente nenhum rendimento permanente; inteiramente analfabeta ou extremamente pouco alfabetizada; de poucos e mínimos recursos de sobrevivência; massa de indivíduos sobrecarregados pela luta cotidiana pela vida, avessos a quaisquer formas mais sistemáticas de organização, propensos a acreditarem nos milagres dos salvadores providenciais, sensíveis aos carismas pessoais, submissos e subservientes a qualquer forma ostensiva de autoritarismo, do PM armado à Rede Globo, passando pelas elites demagógicas e populistas. Para relacionar-se com esses contingentes, o PT terá que utilizar formas e métodos diferentes dos que tem usado tradicionalmente para relacionar-se com os setores mais avançados dos trabalhadores urbanos e rurais e com as classes médias intelectualizadas e politizadas. Será necessário combinar as formas massivas de comunicação com as visitas domiciliares e com maneiras especiais de abordagem individual e apresentação de propostas políticas. Os núcleos e Diretórios, assim como os meios de comunicação externa do Partido, terão que desenvolver toda a sua criatividade e espírito de iniciativa para encontrar esses caminhos e superar esse desafio, que, hoje, é estratégico para a construção do PT e para a luta política²⁵¹.

Ao lado dessas parcelas da sociedade, a relação do PT com a sociedade civil é importante, pois esta, a partir de importantes instituições como OAB, ABI, igrejas, conselhos profissionais, as entidades populares e sindicais, tem ganhado crescente influência na disputa de hegemonia e na luta pelo poder político. A intensa disputa neste espaço estaria criando condições para a ampliação da democracia e sua consolidação.

Por sua vez, a disputa de hegemonia no interior da sociedade civil ocorreria não só “colocando a sociedade civil em contraposição ao Estado, mas também as organizações econômicas e sociais dos trabalhadores em concorrência com as entidades predominantemente burguesas”²⁵². O PT deveria deixar claras suas diferenças com essas

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 440.

²⁵² *Ibidem*, p. 441-442.

entidades e fazer o combate ideológico para retirar setores da população da influência burguesa, “libertando-os da mistificação entorpecedora das classes dominantes”²⁵³.

Na parte do texto “Relação com a institucionalidade”, retoma-se a difícil relação entre a dimensão institucional e dos movimentos sociais, que por vezes torna-se conflituosa. Apesar do impulso inicial e da importância dos movimentos sociais, ao longo de dez anos o partido teria eleito vereadores, prefeitos e deputados. O desenvolvimento dessas duas frentes teria produzido uma “dialética desafiadora”:

Muitos militantes reclamam do excessivo peso de nossa frente institucional; receia-se que o Partido acabe se limitando ao comportamento típico de um partido da ordem e perca seu horizonte de transformação. Ganha corpo uma mentalidade de que só passa a ter poder no Partido quem tem mandato eletivo institucional; muitas vezes, nossos companheiros que estão na frente institucional desenvolvem comportamentos demasiadamente independentes em relação ao Partido; de outro lado, companheiros praticam uma política preconceituosa em relação aos parlamentares e prefeitos; o Partido não elabora política para esse setor e desenvolve, em relação a seus parlamentares e prefeitos, uma relação utilitarista, medindo seu caráter de pertencer ao Partido apenas pelo volume de suas contribuições financeiras. A relação com nossos companheiros prefeitos e vereadores é, muitas vezes, tensionada pela dificuldade de se precisar o papel do Partido e do administrador, a relação entre as instâncias, a difícil explicitação entre respeito à autonomia e independência absoluta²⁵⁴.

A resolução aponta que foram envidados esforços no sentido da definição do papel do mandato parlamentar, o mesmo seria equivalente a função que cumpre um militante sindicalista ou dos movimentos populares, não havendo uma hierarquia entre eles. O papel da luta institucional é assim descrito:

Dentro da política de acúmulo de forças, o objetivo de nossa relação com a institucionalidade é a ocupação de espaços para a demonstração de que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública, colocando o aparelho de Estado, com todas as suas limitações e características, a serviço dos setores oprimidos da sociedade; é também a busca de estimular a organização democrática e participativa da sociedade, com prioridade dos setores mais explorados; é ainda a constituição de uma tribuna ampliada para a denúncia e a proposição de novas formas de se organizar uma sociedade. Nossos mandatos são instrumentos, também, de crescimento da credibilidade social que nosso partido necessita na busca da hegemonização dos mais amplos setores da sociedade, na perspectiva do desenvolvimento de nosso projeto socialista²⁵⁵.

A ocupação de espaços institucionais obedeceria a lógica da acumulação de forças, sendo uma parte no todo estratégico de um movimento em pinça que abarca o institucional e o extra institucional, ponto de apoio da classe trabalhadora para novas conquistas,

²⁵³ *Ibidem*, p. 442.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 449.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 450.

ampliação da democracia e disputa de hegemonia. Neste sentido, o Estado de classe, ainda que com “suas limitações”, poderia ser colocado a serviço dos interesses dos trabalhadores. A marca das administrações petistas deveria ser a de “a democratização do Estado, a efetiva participação popular, com a respectiva criação de canais os mais amplos, o direcionamento claro das prioridades para os setores oprimidos”²⁵⁶.

A natureza de classe do Estado é relativizada, seja considerando que seus “limites” é o seu conteúdo burguês, mas que em um governo democrático-popular pode-se no seu interior acumular forças e ampliar a democracia, seja que a própria compreensão do Estado como de conteúdo burguês não fosse exatamente um consenso no partido. A nosso ver, se a primeira compreensão já traz um conjunto de concessões que podem levar a naturalização da gestão do Estado e das relações capitalistas a ele correspondentes, a segunda já é a própria naturalização dessa entidade, sendo duas compreensões que se alimentam da perspectiva da noção de um Estado ampliado ou de ampliação do Estado, que cada vez mais se aproximam e colaboram para a moderação estratégica do PT.

Apesar do esforço de definição da relação com a institucionalidade e as potencialidades para a disputa de hegemonia, “registra-se em muitos setores do Partido uma procedente preocupação com um certo grau de acomodação, de adaptação “exagerada” aos trâmites, usos e costumes da vida institucional. Registra-se uma certa perda do ardor revolucionário das primeiras obras”²⁵⁷. As resoluções apontam a necessidade de estabelecer uma estratégia para as prefeituras, baseada na perspectiva de serem pontos de apoio para a luta por hegemonia.

Neste sentido, miram para um conjunto de debilidades das administrações, mesmo sendo governo em mais de 30 cidades, os resultados seriam tímidos e haveria linhas políticas aplicadas às prefeituras que seriam distintas das do partido. Também, critica-se a timidez nas reformas administrativas e da democratização das prefeituras, alerta que “muito pouco foi feito até agora, o que semeia a ilusão de que podemos governar com a *velha máquina*, que também impede a participação popular”²⁵⁸.

O debate passaria por um maior aprimoramento das relações entre partido e prefeituras, a maior interação entre partido e administração para debater tanto a inexperiência administrativa quanto a falta de um “plano de governo” teoricamente sustentado. Essa maior interação deveria solucionar as visões e as críticas fragmentadas, que de um lado vê o partido

²⁵⁶ *Ibidem*.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 451.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 467.

como *abstrato* e a administração como *concreto*, trata-se de dotar o partido de capacidade de direção das administrações petistas, que a política elaborada tenha continuidade entre os petistas nas administrações sob o risco de que “um eventual fracasso do PT nas administrações pode comprometer por anos e anos a realização de nosso projeto histórico e o fortalecimento de nossa luta”²⁵⁹.

O documento volta a se referir às debilidades das experiências administrativas ao admitir o “administrativismo” em detrimento da contraposição à administração burguesa, “tentamos governar para toda a população e perdemos de vista nossa base social e política”²⁶⁰. A consequência seria a diminuição da capacidade de gerir o poder e a despolitização do seu lugar de oposição ao sistema capitalista, “trata-se de negar, mesmo nos limites do Estado de classe, que a burguesia tenha a prioridade desse Estado e exclusividade da dominação”²⁶¹.

A falta de uma política clara para os movimentos sociais e a constituição de espaços democráticos vieram a agravar o isolamento político das administrações, soma-se a isso o refluxo dos movimentos populares que tornaram mais tímidas as tentativas de iniciativas de participação popular das prefeituras.

A solução deveria combinar a descentralização do poder, reforma administrativa e participação popular. Porém, a dificuldade da participação popular dos movimentos sociais será um limite. Já abordado inicialmente, a dificuldade de renovação de quadros desses movimentos que são absorvidos pelas administrações e até mesmo na organização interna do partido, apesar da resolução apontar que “a luta pelas reivindicações populares não podem cessar quando ganhamos um governo municipal”²⁶². A sequência do trecho indica a forma como essa reivindicação deve ser feita, “ainda que se deva dar de forma diferente, pois há espaço para o diálogo e a negociação”²⁶³, o que provocou grande impacto na militância ao enfrentar os dilemas de lutar contra os governos que eles elegeram ou se encaminhar para os tempos e ritmos institucionais dos canais de participação, em que predomina a negociação sobre o conflito.

Dessa forma, o crescimento da pinça institucional acabava por modelar ou domesticar a ação dos movimentos, muitas vezes destituindo-os do seu elemento mais

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 468.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 469.

²⁶¹ *Ibidem*.

²⁶² *Ibidem*, p. 472.

²⁶³ *Ibidem*.

dinâmico, o conflito. Não raras as vezes, a relação entre as duas partes acabou por se tornar meramente formal.

Enfim, apesar da perspectiva de se implementar uma linha política-administrativa que visasse “inverter as prioridades” para as parcelas majoritárias exploradas da sociedade, a busca de solução continuou eivada de contradições e sem respostas para o conjunto de elementos que levantou, e mesmo suscitando problemas adicionais na já difícil relação entre os planos da luta institucional e da luta social.

3.2 1º Congresso Nacional (1991)

Realizado em 1991, o I Congresso do PT aconteceu ainda sob os impactos do desmonte na URSS e do Leste europeu, enquanto na conjuntura nacional vivia-se a crise econômica e a ofensiva neoliberal e sua expressão no governo Collor de Mello. Nele é aprofundado e reafirmado os elementos de uma estratégia processual, a democracia é tida como meio e fim e o próprio socialismo é entendido como radicalização da democracia. A noção de “ditadura do proletariado” será rejeitada oficialmente nas resoluções.

No tópico “Socialismo”, a resolução aponta para a necessidade de compartilhar com os trabalhadores e as forças democráticas e socialistas a atualização do projeto histórico do PT, “fruto de 11 anos de luta pela democracia e pela igualdade social”²⁶⁴, e considera como seus interlocutores “naturais”, indivíduos, instituições religiosas e sociais, organizações partidárias ou não, todos os atores que “almejam o fim da miséria e a eliminação das brutais injustiças sociais presentes na vida brasileira”²⁶⁵. Diante da crise que o país atravessava, seria o momento de apresentar junto as forças democráticas e socialistas “um novo rumo, um projeto para reconstruir o Brasil”, inexistiria uma “política salarial, industrial e de desenvolvimento que leve em conta as necessidades e aspirações da maioria”²⁶⁶.

Buscava-se retomar a mobilização dos movimentos populares, recuperando o espírito da Campanha Lula de 1989, mobilizações que se inspiravam na ideia de que “o Brasil tem futuro”, quebrando o cerco da direita e se contrapondo ao governo Collor que teria prometido levar o país ao Primeiro Mundo. Porém, só teria aumentado o abismo social do país. É sob este quadro que se avalia ser um momento histórico de impulsionar a construção de “um

²⁶⁴ Almeida *et al.*, 1998, p. 481.

²⁶⁵ *Ibidem.*

²⁶⁶ *Ibidem.*

renovado projeto de socialismo democrático”²⁶⁷ congruente com as tradições de origem do partido.

Deve-se aproveitar a experiência e as críticas sobre as administrações democrático-populares como estímulo para correção de rumos, que “permitam nossos governantes combinar o atendimento das aspirações populares com a luta dos trabalhadores pela construção do socialismo”²⁶⁸. O movimento sindical combativo, conformado pela CUT, deveria superar o corporativismo “lutando para que os trabalhadores se reconheçam também como cidadãos, que participam e interferem ativamente em todos os temas nacionais”²⁶⁹.

O texto introdutório aponta o que será apresentado no decorrer das resoluções. Sua consideração sobre o socialismo petista, que nega o socialismo real e a socialdemocracia, além da estratégia para alcançá-lo com base na disputa de hegemonia. Além disso, linhas gerais de um “projeto para o Brasil” e “a reestruturação necessária para adequar o PT a esta nova era e às novas tarefas”²⁷⁰.

O diálogo com as demais forças políticas deve favorecer “a construção de um programa e um bloco histórico, necessário para promover um *desenvolvimento alternativo no País*”²⁷¹. Para isso é necessário o debate dos grandes problemas nacionais, da articulação entre a luta social e institucional, além do que os formuladores consideram como um desafio “profundamente socialista”, que “consiste em incorporar plenamente à vida política os milhões de marginalizados existentes no Brasil”²⁷². Trata-se de “remobilizar as energias” do PT sendo “o caminho para derrotar o Governo Collor, avançar nas lutas sociais e vencer as eleições de 1992, abrindo campo para, em 1994, assumir o governo do Brasil”²⁷³.

Com base no texto introdutório, podemos perceber um reforço da democracia, tal como já assinalado no 7º Encontro, de 1990, do combate à miséria e às desigualdades sociais, frutos do capitalismo brasileiro. Em seu lugar propõe-se um plano para reconstruir o Brasil, um projeto para o Brasil, ou a promoção de um “desenvolvimento alternativo” no país. Essas novas tarefas do PT se aproximam de forma perigosa às velhas teses do nacional-desenvolvimentismo, e mesmo as do PCB, ainda que em novas bases, e que afirmava negar na década de 1980.

²⁶⁷ *Ibidem.*

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 482.

²⁶⁹ *Ibidem.*

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 483.

²⁷¹ *Ibidem*, grifo próprio.

²⁷² *Ibidem.*

²⁷³ *Ibidem.*

Sobre a nova situação internacional, as resoluções afirmam o aprofundamento das diferenças econômicas e sociais entre o Norte e o Sul globais e chama a atenção para os impactos da inovação tecnológica que ameaça subtrair conquistas trabalhistas dos último 50 anos. Porém, o que mais chama a atenção é a apreciação do desmonte do bloco socialista:

17. O colapso dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e dos demais países que compunham o bloco do chamado campo socialista não se constitui apenas no crepúsculo do stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista. Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917.

18. Se os ideais que moveram os movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso Partido, temos que reconhecer que estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado. Se aquelas revoluções – bem como as mobilizações anticapitalistas e de libertação nacional que nelas se referenciaram – tiveram sucesso em expropriar o capital em vários países do globo, proporcionando, direta ou indiretamente, avanços políticos e sociais, por outro lado não conseguiram dar respostas a questões como a liberdade individual, a democratização nas relações Estado-indivíduo, desenvolvimento com preservação da natureza, hoje não se constituindo mais em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo²⁷⁴.

O texto afirma que o colapso do Leste europeu e da URSS tem um significado mais profundo do que a queda do stalinismo e sua burocracia, trata-se do esgotamento do ciclo de revoluções iniciadas em 1917 por meio da Revolução Russa. Para o PT, trata-se também do esgotamento dos modelos de sociedade geradas por essas revoluções, apesar da expropriação do capital em vários países, não teria resolvido contradições em relação à democracia, à liberdade e à preservação da natureza. É neste sentido que a perspectiva revolucionária inaugurada pela Revolução de Outubro não é mais caminho ou ponto de partida para o PT, passando a ser apenas “fonte de inspiração”.

As resoluções apontam para os impactos da Terceira Revolução Industrial renunciando a economia do século XXI, um novo sistema de produção cada vez mais concentrador de capital, se caracterizando por intenso processo de mudanças tecnológicas, tendo na microeletrônica, na robótica e na biotecnologia seus principais vetores. O “novo padrão de desenvolvimento tecnológico” teria grandes impactos: desarticulando o trabalho operário da indústria, promovendo o desemprego, alterando a atuação política e sindical, além de promover a intensificação da exploração da força de trabalho e centralização da economia mundial nos blocos norte-americano, europeu e japonês.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 483-484.

O mundo teria saído da bipolaridade entre Leste e Oeste, com o fim da “Guerra Fria”, para uma unipolaridade hegemônica pelos EUA. Os conflitos internacionais passam a se dar entre Norte-Sul, sem o contraponto do bloco socialista, sendo assim, o “grande muro do final do século é entre os países centrais e os países pobres, onde pequenas elites opulentas vivem em meio à miséria de milhões – com enorme dificuldade de participação na chamada ‘nova ordem internacional’”²⁷⁵.

As resoluções expõem que o distanciamento tecnológico e econômico entre países centrais e do Terceiro Mundo é resultado “de mais de uma década de estagnação”²⁷⁶ nestes últimos. A América Latina teria sofrido as consequências das medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), gerando recessão e hiperinflação. O neoliberalismo seria a forma de ajuste do capitalismo no continente, o que implica a desregulamentação da expansão capitalista anterior, referenciada no nacional-desenvolvimentismo e na substituição de importações. O “projeto neoliberal está destruindo a estrutura produtiva nacional, sem assegurar a reorganização da economia”²⁷⁷.

É frente a esse cenário e ao fato de haver “o impasse histórico do capitalismo na região e a incapacidade do neoliberalismo e das elites locais em formularem *soluções*” que seria uma exigência para a esquerda a apresentação de um “projeto emergencial de desenvolvimento”. Tal projeto deveria compatibilizar “as necessidades da modernização com o atendimento das enormes demandas populares”²⁷⁸, e dessa forma, a estratégia que já havia elegido a democracia como contraponto ao capitalismo, agora soma-se no seu caminho a contraposição ao neoliberalismo a partir de um “projeto emergencial de desenvolvimento”.

Pretende-se a construção de uma estratégia continental entre várias organizações de diferentes países. Os “de baixo” não poderiam se expressar apenas pelo protesto econômico, inspirando-se nos sucessos eleitorais de “Lula, no Brasil; [de] Cárdenas, no México; de Aristide, no Haiti; e da Frente de Esquerda, na Colômbia”²⁷⁹. Deveriam construir uma articulação entre diversos setores e movimentos organizados da população “que se conjugue a uma estratégia política global e a um projeto alternativo de desenvolvimento, sem o que há o risco de uma fragmentação social ainda maior”²⁸⁰.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 485.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 488.

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 489.

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ *Ibidem*.

As tendências apresentadas estariam ameaçando a própria sobrevivência da humanidade. Seria urgente um “plano alternativo de desenvolvimento – inspirado nos ideais socialistas, democráticos e libertários – que promova uma redistribuição da capacidade de produção da riqueza mundial, que assegure uma radical democratização das estruturas de decisão”²⁸¹ e que “esteja assentado num modelo de desenvolvimento que contemple um planejamento ambiental, democrático, participativo e solidário com as gerações futuras”²⁸².

O partido se compromete com a construção de uma “nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica”²⁸³, e para isso é fundamental a *democratização do poder*, não sendo possível uma nova ordem democrática sem a participação dos países pobres do Sul e a distribuição do poder econômico, político, militar e tecnológico dos países ricos.

Os formuladores acreditam que os eixos de lutas da formulação democrático-popular construída nos 5º e 6º Encontros Nacionais, com base nas tarefas anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária, que conformariam o programa da classe trabalhadora e “da maioria da nação brasileira”, também diria respeito aos problemas de todos os países da América Latina (com exceção de Cuba), que é basicamente, “a dominação imperialista e necessidade da conquista de uma *efetiva soberania nacional*”²⁸⁴. O documento assevera que “somente na luta pela realização destas tarefas que nosso continente poderá conquistar uma inserção internacional diferente da atual”²⁸⁵ que solucionará a “questão da dívida externa” e reverterá “o fluxo de capitais do Norte para o Sul”²⁸⁶.

O novo socialismo do partido, baseado em um novo internacionalismo, novos sujeitos, valores e agentes políticos deveria “estreitar o diálogo com os partidos de esquerda, socialistas e democráticos, especialmente com aqueles programaticamente mais próximos da nossa concepção de socialismo”²⁸⁷.

Na sequência do documento, o partido apresentará seu balanço sobre o socialismo real, além do caminho pretendido para o socialismo e a centralidade da disputa de hegemonia. Referente ao colapso do socialismo real, o documento indica que as transformações sociais e políticas no Leste europeu e na URSS, ou seja, no campo socialista estaria “pondo abaixo tudo o que se costumou designar como socialismo”²⁸⁸. Essas

²⁸¹ *Ibidem.*

²⁸² *Ibidem.*

²⁸³ *Ibidem.*

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 490.

²⁸⁵ *Ibidem.*

²⁸⁶ *Ibidem.*

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 492.

²⁸⁸ *Ibidem.*

transformações são consideradas como “verdadeiras revoluções democráticas, que estão demolindo – de dentro para fora – um mundo organizado fundamentalmente em torno da URSS”²⁸⁹ com profundos impactos sobre o paradigma socialista até então dominante. Estes regimes socialistas teriam privado “povos inteiros da participação política e da democracia [...] o PT saudou as transformações ocorridas [...] por significarem o renascimento do movimento operário, da sociedade civil e do debate cultural”²⁹⁰.

Os formuladores ponderam o crescimento das forças de direita e as ilusões com o capitalismo na população desses países, mas consideram o processo como em curso, sem vaticínios absolutos. Já os países africanos, que tentaram um desenvolvimento não capitalista, são impactados, pois agora perderam sua sustentação baseada no apoio econômico e militar do bloco socialista. Ainda, observa que China e Vietnã, apesar das reformas econômicas, mantêm seu sistema político fechado.

Cuba, por sua vez, é considerado o único regime de orientação socialista nas Américas após a derrota eleitoral da Frente Sandinista na Nicarágua. Os sentimentos anti-imperialistas, de soberania nacional e pelo socialismo é mantido entre as massas cubanas. Porém sob o cerco do imperialismo e diante do agravamento dos problemas econômicos, poderiam ocorrer “outros desdobramentos” caso não fossem inseridas reformas democráticas e, caso não abrisse seu regime para a democracia, os acontecimentos sobre a URSS e os países do Leste poderiam ocorrer no território cubano.

Avaliando “o que desabou no leste europeu”, os formuladores apontam que foi o “modelo político, econômico e social” referenciado tanto em sua prática quanto na teoria na “Revolução Russa de 1917 e com o modelo soviético de construção do socialismo”.²⁹¹ Considera que um conjunto de elementos – entre eles a pressão militar das potências, a destruição do país e o fracasso das revoluções na Itália, Alemanha e Hungria – teriam eliminado as conquistas de 1917 como a democracia política, abrindo um processo de maior poder ao Partido e ao Estado em um processo de burocratização que teria se autonomizado de qualquer controle.

Ainda que não se pudesse desconsiderar os fatores objetivos, o resultado teria sido uma contrarrevolução que destituiu os trabalhadores do poder, concentrando-o na burocracia

²⁸⁹ *Ibidem.*

²⁹⁰ *Ibidem.*

²⁹¹ *Ibidem*, p. 493.

“transformada na nova camada dominante na sociedade soviética”²⁹². Assim é sintetizado o modelo soviético:

Aí predominam concepções como a da edificação integral do socialismo em um só País, fundado na estatização dos meios de produção, sob controle burocrático; um Estado burocrático radicalmente separado da sociedade civil e com um caráter contrário aos interesses dos trabalhadores; o partido único imposto por lei; a substituição da democracia socialista por um regime de opressão burocrática; a vulgarização – em verdade a negação – do marxismo e sua transformação em ideologia de Estado; uma idéia de transição ao socialismo desumanizada, despolitizada e tecnocratizada, como simples batalha pela produção. Esse modelo e a pressão material, política e ideológica que ele exercia pesaram decisivamente no curso dos processos revolucionários posteriores, como as Revoluções Chinesa, Iugoslava, Vietnamita ou mesmo, ainda que em menor grau, a Cubana²⁹³.

Tais experiências teriam influenciado gerações de militantes da esquerda. Seus pressupostos transformaram-se em dogmas inquestionáveis, mesmo com o decorrer da experiência histórica, e esses dogmas ainda aparecem identificados com o movimento socialista e com a “própria noção de socialismo”. Diferentemente, o PT apresentaria uma nova visão:

O PT sempre questionou tais dogmas. Nunca aceitou transformá-los em sua doutrina oficial. A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo, para o Brasil, os sistemas políticos organizados sobre a base do regime de partido único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do predomínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como *a ditadura do proletariado*²⁹⁴.

De acordo com as resoluções, todos os elementos elencados acerca da conformação do modelo soviético poderiam ser expressos pela noção de ditadura do proletariado, sem apontar qualquer ressalva ao conceito. Desse modo, busca-se delimitar sua oposição ao modelo soviético “por sua essência antidemocrática”, em favor de um socialismo essencialmente democrático. Considera-se que haveria uma contradição no partido “entre nossa vocação democrática originária e a complacência em relação aos regimes burocráticos”²⁹⁵, que teriam impedido que o partido se posicionasse criticamente e de forma antecipada às mudanças que estavam acontecendo nos países socialistas.

Essa complacência significava que a defesa que se fazia do socialismo real era baseada nas conquistas econômicas e sociais junto à população, apesar da ausência de

²⁹² *Ibidem*, p. 494, grifo próprio.

²⁹³ *Ibidem*.

²⁹⁴ *Ibidem*.

²⁹⁵ *Ibidem*.

democracia. Embora não seja considerada uma contradição predominante no partido, as razões dessa complacência apontariam para alguns fatores como: a disputa ideológica entre capitalismo e socialismo na Guerra Fria; a “nostalgia” por um partido de vanguarda no Brasil; o estatismo como sinônimo de socialismo; democratização social a partir do Estado; teorias desenvolvimentistas e cientificistas. Dessa forma, “acabamos nos posicionando como se o socialismo pudesse se realizar sem uma progressão histórica dos povos no sentido da democracia e da liberdade”,²⁹⁶ assim mais uma vez reafirma-se a precedência da democracia sobre o socialismo.

Neste sentido, a resolução prossegue “quando lutamos contra a Ditadura Militar e a Nova República, não entendíamos a democracia como uma formalidade que pudesse ser separada do social”²⁹⁷. A democracia não seria nada menos do que “a forma concreta através da qual a sociedade pode discutir e escolher abertamente, pelas *maiorias*, os meios e as formas de progresso material, da produção, da repartição e da circulação dos bens materiais e culturais por ela produzidos”²⁹⁸. Por não levarem em consideração a democracia é que os partidos comunistas teriam levado as economias de seus países ao fracasso. Apesar do progresso material do bloco socialista, a sua forma burocrática, logo não democrática, de gerir a produção e circulação de bens, teria acabado por se diferenciar muito pouco das instituições capitalistas, negando a “cidadania plena e liberdade” nessas sociedades. Além disso:

Um dos dogmas que desabou no Leste Europeu foi a verdadeira ficção histórica de que seria possível a um bloco de países construir uma sociedade socialista, isolando-se, para isto, do mercado mundial. A expropriação da burguesia e do grande capital internacional abriu uma fissura no mercado mundial. A URSS e os países do Leste Europeu tenderam a ser excluídos da divisão internacional do trabalho que prevaleceu no sistema capitalista internacional. Essa situação só pode ser suportável durante um certo período. Mas o seu desenvolvimento acabou exigindo e pressionando a favor da reintegração desses países no mercado mundial, sem o que essas economias socializadas não conseguiriam – como acabaram não conseguindo – superar as contradições entre o livre desenvolvimento da produção, a necessidade de intercâmbio tecnológico, científico e as bases atrasadas desses países²⁹⁹.

O PT aponta os dilemas da tentativa de transição socialista, restrita à determinada quantidade de países e suas contradições em relação ao mercado mundial. Aparentemente, apesar de parecer que o PT está repondo a discussão entre internacionalismo e socialismo

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 495.

²⁹⁷ *Ibidem*.

²⁹⁸ *Ibidem*, grifos próprios.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 495-496.

em um só país, na verdade, ele está retomando suas teses já expostas nos encontros da década de 1980 e no 7º Encontro, sobre a impossibilidade de abolir o mercado de forma imediata, além da crítica ao processo violento de expropriação da propriedade privada. Qualquer tentativa de abolição do mercado seria antidemocrática, lembremos que para o partido o mercado permanece no socialismo e pode, anteriormente, já ser orientado socialmente pelo Estado com um governo democrático-popular. Se é fato, que o bloco socialista não conseguiu acompanhar o desenvolvimento tecnológico dos países centrais, por estarem isolados do mercado mundial, não se avalia o fato dos países abertos ao mercado mundial também não terem alcançado esse desenvolvimento tecnológico.

Apesar de parte da população do bloco socialista apoiar o “restabelecimento de mecanismos de mercado”³⁰⁰, e isso significar a volta do capitalismo e uma possível “terceiro-mundização dos países do Leste”³⁰¹, o PT continuava a saudar aquele processo justificando que “se trata de um renascimento histórico de vários povos contrarregimes que pretenderam (em nome do socialismo e da liberdade) apagar a vida social, decidir pelo povo e controlar o seu destino”³⁰².

Após tecer seu diagnóstico crítico acerca do socialismo real, as resoluções passam a expor o tópico “Nosso caminho para o socialismo”. Nesta parte do documento, afirma-se que foi a própria vivência histórica do partido sob o capitalismo brasileiro que propiciou sua convicção socialista, “testemunha da violência estrutural do capitalismo brasileiro, de sua lógica perversa e excludente, o PT já nasceu pregando a sua superação histórica e a construção, em nosso País, de uma sociedade verdadeiramente democrática e libertária”³⁰³.

Reafirma-se a democracia como alternativa que supera o capitalismo, acrescentando que “toda uma década de intenso convívio com a tragédia social brasileira fortaleceu nossas convicções radicalmente democráticas e anticapitalistas”³⁰⁴. As convicções democráticas e anticapitalistas foram gestadas pelo convívio “prático” com o capitalismo brasileiro, não o dos “paraísos verbais”, mas o capitalismo “realmente existente”. Com isso, nota-se uma concepção iminente prática e baseada na experiência concreta e imediata, logo o que determina a convicção anticapitalista é a convicção democrática, já que a democracia só se realiza superando o capitalismo. O capitalismo brasileiro condenaria as massas à sub-humanidade, à exclusão e à margem da cidadania, sendo o Brasil um dos países mais

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 496.

³⁰¹ *Ibidem*.

³⁰² *Ibidem*.

³⁰³ *Ibidem*.

³⁰⁴ *Ibidem*.

desiguais do mundo, “a indignação é a maior das virtudes cívicas – e a revolta é a atitude ética por excelência”³⁰⁵.

Apesar do fracasso do socialismo real, este não deve ocultar “os crimes do capitalismo brasileiro” e não exime as elites brasileiras pela situação social do país. Os formuladores estão convencidos de que a tarefa que coloca para o momento é “a de impulsionar um renovado projeto de socialismo democrático”³⁰⁶. Os movimentos revolucionários do século XX, em vez de modelos, seriam fonte de inspiração para a superação do capitalismo e o estabelecimento de uma nova sociedade “onde a força de trabalho não seja uma mercadoria; onde a opressão política ceda lugar a instituições sob controle de toda a sociedade, dentre as quais *um governo dos indivíduos livremente associados*”³⁰⁷. Apesar da importante consideração sobre a necessidade de superar a força de trabalho como mercadoria, acaba por transmutar de forma politicista a clássica formulação marxista a respeito da livre associação dos produtores livremente associados por um “governo” de indivíduos livremente associados.

O “novo” não nasceria do nada, mas a própria trajetória do partido e de suas lutas ofereciam os subsídios para o socialismo democrático. A “reconstituição da utopia socialista” passa por um “novo modo de fazer e viver a política, uma nova práxis partidária e social, que incorpore, de fato, os valores libertários e socialistas. Não basta negar o modelo de socialismo real como tentativa de realização estatal da utopia”³⁰⁸.

É necessário extirpar as práticas autoritárias, inclusive dentro do partido, sem qualquer complacência. O PT, ou o petismo real, sofreria ainda de práticas antidemocráticas, aparelhistas e sectárias. A democracia deve ser uma prática cotidiana no partido e nas relações que estabelecem com as administrações e os movimentos sociais, alimentando-se de experiências ainda que de caráter micro e particular que já prefiguram uma nova sociedade.

De mesmo modo, um partido que possui caráter democrático e de massas não pode se restringir aos círculos de dirigentes e de intelectuais, ao mesmo tempo deve primar pelo pluralismo de um “partido laico”, livre de uma “doutrina oficial”. A discussão sobre o socialismo do partido não é acadêmica ou abstrata, pois se contrapõe aos interesses concretos da burguesia e da política do Governo Collor, que combate qualquer alternativa ao

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 497.

³⁰⁶ *Ibidem*.

³⁰⁷ *Ibidem*, grifo próprio.

³⁰⁸ *Ibidem*.

capitalismo. Neste sentido, não seria suficiente apenas a difusão de ideais socialistas, mas no plano imediato, apresentar um “projeto alternativo para o Brasil” sem ele “o imaginário da nação continuará aprisionada pelas elites”³⁰⁹ e o país continuaria a ser dominado por uma minoria concentradora da renda e de terras, situação incompatível com uma sociedade democrática.

O socialismo democrático do PT afirma que “a construção do socialismo no Brasil deverá ser obra dos próprios trabalhadores brasileiros, sem modelos preconcebidos, nas condições de necessidade e de possibilidade que irão modificando sua ação concreta”³¹⁰, coerente com os marcos estabelecidos do “socialismo petista” do 7º Encontro e com a fala de Lula, em 1981: “o socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares”³¹¹.

Segundo a resolução, “para o PT, *socialismo é sinônimo de radicalização da democracia*”³¹², posição substancialmente contrário a todas as experiências do socialismo real, pois “democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim”³¹³. Essa concepção teria como consequência a negação de qualquer forma de ditadura, “inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores”³¹⁴.

O PT pretende um socialismo humanista e democrático, não uma sociedade perfeita acabada sem divergências e conflitos, uma vez que os seres humanos são reais e teriam seus desejos e paixões, diferentemente de um “ilusório ser humano perfeito”. Os conflitos devem ser “vividos democraticamente” em uma sociedade plural, e este é mais um motivo para a luta anticapitalista, já que o capitalismo aliena os indivíduos e mantém a pluralidade restrita em um quadro de desigualdades sociais. Assim sendo, o documento preconiza que:

É por isso que encaramos a democracia política, econômica e social como base constitutiva da nova sociedade. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc.; onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 498.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 499.

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² *Ibidem*, grifo próprio.

³¹³ *Ibidem*.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 499-500, grifo próprio.

ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder³¹⁵.

Mais uma vez, assinala-se a democracia como conteúdo do socialismo petista, inclusive agora com um Estado de Direito que permitirá o gozo de amplas liberdades para a população, sendo alternativa tanto ao caráter autocrático ou prussiano do Estado brasileiro, quanto à clássica ditadura do proletariado. A democratização e a socialização da política não se restringem apenas ao Estado, pretende-se construir no socialismo uma “esfera pública” não restrita aos caminhos estatais e institucionais, mas que se apoie nas iniciativas surgidas da sociedade.

A população organizada poderá se apropriar de funções até então tidas como estatais, exercendo assim “com plenitude uma nova cidadania”. O socialismo para o PT também significa a socialização dos meios de governar. A democracia socialista pretende mesmo abolir a “distinção entre governantes e governados”, além das “desigualdades de classe e do Estado enquanto aparelho de dominação”³¹⁶.

No plano econômico e buscando superar a experiência do socialismo real:

O PT entende que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros; diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e várias formas de controle social (sindical, popular, estatal), compreendendo que a eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo, do qual, no momento, só podemos vislumbrar as formas mais gerais. Até porque os contornos precisos de uma sociedade socialista não podem ser definidos hoje (a não ser como projetos de laboratório, desprovidos de vida), exatamente porque eles serão produtos da própria luta social, política, econômica e cultural. Por isso mesmo, entendemos ser essencial fortalecer o controle da sociedade civil sobre o Estado também no terreno econômico, impulsionando a socialização e a democratização do Estado e o desenvolvimento das esferas públicas no âmbito da própria sociedade civil³¹⁷.

O Partido dos Trabalhadores reafirma os aspectos elaborados no 7º Encontro, como a manutenção da propriedade privada e a diversificação das formas de propriedade. Como não é possível definir com precisão os contornos da nova sociedade, considera-se essencial o controle da sociedade civil sobre o Estado, bem como o desenvolvimento de esferas públicas no interior da sociedade civil. Por sua vez, o socialismo petista nega tanto a

³¹⁵ *Ibidem*, p. 500.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 501.

³¹⁷ *Ibidem*.

ideologia do livre mercado, responsável por concentrar renda e pela marginalização social, quanto igualmente à ideologia estatista, que bloqueia o desenvolvimento tecnológico e o mercado, negando o poder de escolha de bens de consumo e serviços da população, além de manter o domínio político da burocracia.

Ainda para o partido, “só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas”³¹⁸, negando, assim, “a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais”³¹⁹. O Estado exerceria uma ação reguladora com base nas suas próprias empresas estatais, bem como no controle do sistema financeiro, definindo política de crédito, de tributos, além de agir com base em uma legislação antimonopolista protetora dos consumidores, dos assalariados e dos pequenos proprietários. É com base nessa concepção que:

O PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado, como espaço social da troca, por decreto. O mercado, sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente, é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que, historicamente, possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção³²⁰.

Após as considerações sobre as bases do socialismo petista, as resoluções abordam o papel central à disputa de hegemonia como caminho para o socialismo, e de uma estratégia global do PT. Os componentes básicos dessa estratégia seriam “o lugar central da luta de massas no combate à exploração capitalista e ao autoritarismo das elites”³²¹, ampliação da rede de organizações populares, a combinação de várias formas de luta, a constituição de um bloco político e as alianças que levem “a construção de uma alternativa democrática e popular”³²².

Retomando as formulações do 5º Encontro, de 1987, afirma-se que para o caminho em direção à consecução das mudanças democrático-populares e do socialismo, é necessário que a classe trabalhadora desenvolva uma política de acúmulo de forças “de longa duração”, o que significaria “disputar a hegemonia”. Essa disputa de hegemonia seria elemento fundamental para uma estratégia de transformação revolucionária no Brasil, compreendendo que o poder se constrói junto ao cotidiano de lutas. Porém, este poder popular enfrentaria a

³¹⁸ *Ibidem*, p. 501-502.

³¹⁹ *Ibidem*.

³²⁰ *Ibidem*, p. 502, grifos próprios.

³²¹ *Ibidem*, p. 503.

³²² *Ibidem*.

resistência e a limitação das instituições da sociedade capitalista, mas em determinadas situações particulares poderia “ganhar um novo caráter, expandindo-se e generalizando-se”³²³. Essa possibilidade só poderia se realizar se executado um trabalho anterior de construção de hegemonia.

Para o partido, a conquista do poder político se não pode ser reduzido à “ocupação do palácio governamental” e nem passa por um “assalto ao Estado”, o documento acrescenta que “tampouco acreditamos que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos”³²⁴. Longe de apenas ocupar o Estado ou tomá-lo por uma via insurrecional, e mesmo acreditar em um crescimento linear da hegemonia, aponta-se que

Só um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, baseadas num programa democrático e popular centrado no combate ao latifúndio, ao monopólio e ao imperialismo, pode levar a cabo a profunda revolução que este país necessita, se quiser superar o modelo excludente que o caracteriza desde a origem. Na visão do PT, a revolução social necessária para superar o capitalismo tem que ser obra de milhões e milhões de brasileiros, que, na luta por reformas profundas e estruturais em nossa sociedade, enfrentam-se com o status quo vigente, acumulando forças para as necessárias transformações revolucionárias, radicalmente democráticas e socialistas³²⁵.

Retoma-se as tarefas democráticas populares em seus eixos anti-imperialista, antilatifundiária e antimonopolista como aquelas que produzirão os choques com a ordem levando a uma revolução. A forma de dominação burguesa no Brasil inclui seu controle sobre o Estado e o complexo econômico, além disso, conta com a persuasão sofisticada dos grandes meios de comunicação, com destaque para a Rede Globo. A estratégia de dominação burguesa também se baseia no uso recorrente de golpes militares, na desconsideração da democracia e na da legalidade. Essa forma de dominação só poderia ser enfrentada por uma estratégia de hegemonia, que não poderia padecer de “nenhum tipo de ilusão no espírito democrático de nossas elites”³²⁶. O socialismo que se pretende construir “supõe a construção democrática de uma maioria disposta a construí-lo na sociedade”³²⁷, e diante de possíveis tentativas golpistas em relação a um governo democrático-popular, assevera-se que a sua garantia de sustentação passa pela “auto-organização dos trabalhadores, a consolidação da

³²³ *Ibidem*.

³²⁴ *Ibidem*, p. 504.

³²⁵ *Ibidem*.

³²⁶ *Ibidem*, p. 505.

³²⁷ *Ibidem*.

sociedade civil, a democratização das instituições e dos meios de comunicação”³²⁸, derrotando, assim, possíveis tentativas de golpes.

Se a disputa de hegemonia é concebida por um acúmulo de forças, baseada nas tarefas democráticas e populares, neste momento, apresenta-se um novo elemento que marca a transformação ou a metamorfose do sentido da disputa de hegemonia. Vejamos:

Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais³²⁹.

Dessa maneira, a concepção que permaneceu, até 1989, de uma disputa dentro da ordem por meio da luta institucional, e fora da ordem, mediante movimento sindical e movimentos populares, agora ganha um aspecto mais moderado com a inclusão da disputa pelo Governo Federal, em 1994.

Antes as reformas que produziriam “choques” contra a ordem, cada vez mais perderiam força e ganhariam outros aspectos com a disputa de hegemonia, agora passando prioritariamente para o interior do Estado. Impõe-se a necessidade na disputa de hegemonia de levar ao movimento sindical e popular propostas que subsidiem uma mobilização que não fique restrito à pauta corporativa, “estrangulada” pelo desemprego e recessão. Mais do que isso, e marcando uma concepção que transforma o trabalhador em cidadão, além do sindicato lutar para que milhões de trabalhadores sejam incluídos no mercado de trabalho.

O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, *mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão*, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos da cidadania. Deve dirigir sua atuação para os marginalizados e excluídos da sociedade capitalista, exercendo uma ampla ação de solidariedade social junto a esses setores. Igualmente, é seu papel exigir do Estado uma atuação na área de serviços públicos, principalmente da educação, formação profissional, seguro-desemprego, levando a sociedade a lutar por reformas que viabilizem a incorporação dessas dezenas de milhões de brasileiros ao mercado de trabalho e nos serviços públicos. 125. A necessidade de integrarmos o movimento sindical em nossa estratégia democrática e popular coloca ao PT o enorme desafio de atualizar e desenvolver a linha sindical do Partido³³⁰.

A transformação de classe em cidadãos é coerente com a perspectiva de uma estratégia baseada na disputa de hegemonia, que busca derrotar Collor e o neoliberalismo e

³²⁸ *Ibidem*.

³²⁹ *Ibidem*.

³³⁰ *Ibidem*, p. 506, grifo próprio.

que tem o sentido de “alargar as fronteiras da participação, da democracia, da cidadania e da afirmação da sociedade sobre o Estado”³³¹. Também é neste sentido que se coloca a necessidade de construção de um poderoso movimento social por reformas que possam viabilizar um “caminho alternativo de desenvolvimento”. Dessa forma, esse conjunto de elementos determinam que “nosso centro tático é a luta pela hegemonia política, que a curto prazo se concentra na disputa pelo governo em 1994”³³².

Ao se referir ao “Brasil que queremos transformar”³³³, as resoluções indicam que a estagnação dos anos 1980 permanecem nos anos 90. O país não teve crescimento econômico, as elites não teriam conseguido efetivar um modelo econômico alternativo ao implantado pela Ditadura Militar e Collor teria fracassado em sua promessa de superar a estagnação. Baseando-se no Programa de Ação de Governo (PAG) da candidatura Lula, de 1989, o projeto alternativo do PT também contemplaria as políticas públicas das administrações petistas somada à plataforma combativa de seus sindicatos e da ação de suas bancadas parlamentares, projeto esse “centrado na *ampliação do mercado interno, na democratização da renda*, da terra e da comunicação, na retomada do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas democráticas”³³⁴.

Atribuindo ao Estado a função de instrumento repartidor da riqueza produzida, baseado em uma visão centrada na distribuição, em que se distribui primeiro para poder crescer, as resoluções apontam para um “projeto democrático-popular de desenvolvimento”³³⁵, que além de contraponto a Collor, pretende dar nova coloração ao significado de “modernizar”. Tais concepções são expressas na importante síntese a seguir:

O Brasil é um País de 150 milhões de habitantes, dos quais pequena parte possui acesso ao tão enaltecido mercado. Esses milhões de “expulsos do mercado”, seja pela concentração de renda ou pela estreiteza relativa de nosso parque produtivo, constituem uma base excepcional, a partir da qual se pode desenvolver um ciclo de desenvolvimento econômico no País. Diferentes países, em diferentes épocas históricas, recorreram a esse expediente para superar fases de crise estrutural semelhantes à nossa. Uma opção desse tipo implica uma política econômica radicalmente distinta daquelas que têm norteado a ação governamental neste país. Trata-se de distribuir renda para crescer, e crescer distribuindo renda; trata-se de fazer do Estado um instrumento de repartição cada vez mais igualitária do produto social; trata-se de uma reforma patrimonial da sociedade, em que o imposto sobre as grandes fortunas, a reforma fiscal e a reforma agrária, aliados a gastos sociais com educação, saúde, saneamento, abastecimento alimentar e com uma política salarial e de previdência adequados, reorientem o desenvolvimento econômico-social; trata-se de subordinar o combate à inflação a uma política de crescimento

³³¹ *Ibidem*, p. 511.

³³² *Ibidem*, p. 512.

³³³ *Ibidem*.

³³⁴ *Ibidem*, p. 513, grifo próprio.

³³⁵ *Ibidem*, p. 514.

com distribuição de renda; trata-se, enfim, de compatibilizar a modernização tecnológica com o atendimento das demandas populares básicas.

160. Para o PT, muito diferentemente do projeto neoliberal, modernizar a sociedade significa mudanças nas relações de trabalho, a melhoria das condições de vida da população, a participação política crescente do povo nas decisões de governo. *Modernizar o País é distribuir renda e alargar o espaço de cidadania para as grandes massas populares. Um projeto democrático e popular de desenvolvimento, como o nosso, confere ao Estado democrático o papel de atuar direta e indiretamente no processo de produção e distribuição de renda e de riqueza.* Nossa proposta é recuperar o papel de planejamento econômico, estratégico e democrático do Estado, criando novos mecanismos de regulamentação e orientação social do mercado³³⁶.

A ação do PT deve sempre passar pelo fortalecimento da sociedade civil. A criação de canais de controle social e a participação popular no interior da institucionalidade permitiria a “apropriação do Estado pelo povo organizado, através da democratização radical de suas instituições”³³⁷. Neste sentido, as bancadas deveriam se qualificar não apenas para a democratização do Estado, mas do próprio parlamento.

A respeito das eleições de 1994, observa-se que o movimento por reformas estruturais se chocará com os interesses das elites brasileiras, e a implementação do projeto alternativo de desenvolvimento, contrário ao modelo excludente do capitalismo brasileiro por um governo democrático-popular, ampliará e elevará conflitos políticos na sociedade e no Estado. Nesta situação, o governo democrático terá como seu referente de sustentação política o movimento social organizado, a luta pelo governo democrático-popular não passa apenas pelas eleições, mas por um “amplo movimento de massa em defesa de um plano alternativo de caráter democrático e popular, articulado em torno de reformas na sociedade e no Estado”³³⁸, como uma saída imediata e global.

O poder político é considerado como um momento da luta pelo socialismo, mas não garantiria em si mesmo a sua construção. A conquista do poder, apesar de significar a vontade da maioria, não é “sinônimo de hegemonia política com base no projeto global, e muito menos ideológica e cultural. Sua consolidação virá com o exercício democrático do poder”³³⁹.

A partir de uma compreensão da realidade nacional, o PT pretende construir canais e espaços para o exercício da democracia garantindo os interesses populares e que estes espaços criem “condições para a eliminação da dominação política da burguesia monopolista e a construção do socialismo”. Essa democracia articulará formas diretas e indiretas de

³³⁶ *Ibidem*, p. 513-514.

³³⁷ *Ibidem*, p. 514.

³³⁸ *Ibidem*, p. 516.

³³⁹ *Ibidem*, p. 516.

representação e a transição econômica nesta democracia partiria da “socialização dos grandes meios de produção, de uma reforma antilatifundiária sob o controle dos trabalhadores e de um planejamento econômico democrático”. A resolução alerta que “o mercado ainda sobreviverá por longo período, porém não mais como força hegemônica na regulação da economia e a serviço da exploração”³⁴⁰.

A conformação da noção de hegemonia nas resoluções partidárias expressa uma compreensão de que a conquista do poder político seria insuficiente para a construção do socialismo, a revolução não poderia ficar restrita à conquista do Estado, mas à construção do poder proletário ou popular, seria necessária a conquista da hegemonia sobre a sociedade. Porém, à medida a conquista eleitoral do Governo Federal e a possibilidade de converter os aparelhos estatais em favor dos trabalhadores tornam-se centrais à disputa de hegemonia, depreende-se que a construção do socialismo pode prescindir da abolição do Estado burguês e sua substituição por um Estado de novo tipo (Iasi, 2006).

Neste sentido a própria ideia de revolução ou de ruptura podem não significar a substituição de um Estado burguês por um socialista como um de seus elementos. A tese da Articulação ao 7º Encontro de 1990 nos parece ir nessa direção.

Antes de tudo, entendemos a ruptura revolucionária não apenas como um momento, mas como um processo. Isto significa dizer que episódios como as greves do ABC em 1978/1980, o nascimento do PT, a construção da CUT, a vitória eleitoral de 1988 e a campanha presidencial de 1989 e muitos outros, nos quais a correlação de forças foi alterada em favor dos trabalhadores, são por nós considerados, neste sentido, como rupturas revolucionárias.³⁴¹

Em que pese o simplismo do excerto, suas ideias aparecerão nas resoluções partidárias de forma mais sofisticada, entretanto nos revela de forma nítida o conteúdo da processualidade na estratégia e de que forma foi ressignificando a noção de revolução ou de ruptura. Existindo não apenas uma ruptura, mas várias rupturas, não se distingue “momento” de “processo”, não há um corte revolucionário em que a uma nova sociedade passa a emergir através de um novo Estado e de novas relações de produção, já que desde greves até disputas eleitorais podem ser consideradas rupturas revolucionárias. É essa compreensão que busca contrapor a “tomada do poder”, tratando-a como um golpe de vanguarda. A revolução seria a culminância de várias rupturas revolucionárias por meio de um longo processo. É neste sentido que devemos analisar o 8º Encontro Nacional em torno das formulações sobre a Revolução Democrática.

³⁴⁰ *Ibidem*, p. 516.

³⁴¹ Tese da Articulação ao 7º Encontro Nacional do PT em 1990, p. 10 *apud* Iasi, 2006, p. 490.

3.3 8º Encontro Nacional (1993)

O 8º Encontro Nacional do PT, de 1993, se realizou pós-impeachment de Collor e sob o governo Itamar Franco. Foi marcado por intensas divergências em relação aos caminhos adotados nas resoluções de encontros anteriores, inclusive que levaram à divisão na corrente majoritária Articulação Unidade na Luta, tendo como resultado o surgimento da corrente Articulação de Esquerda, aliada a outras correntes de esquerda, como a Democracia Socialista, que venceram a disputa interna do encontro. A ideia dessas correntes era retomar o projeto democrático-popular para a perspectiva socialista.

O encontro se dá em meio a um contexto marcado por intensas divergências. O centro dessas divergências se encontra no fato de setores do partido atribuírem as derrotas eleitorais do partido à sua restrita aliança apenas aos setores médios, essa questão já havia sido observada em encontros anteriores. Porém, esse limite nas alianças condicionaria um programa político ainda muito radical, inviabilizando o crescimento eleitoral e a conquista de uma maioria para a vitória na eleição presidencial. Pretendiam moderar o programa do partido e estabelecer alianças com o centro no caso PSDB, PMDB e PDT. Existiriam setores progressistas no interior desses partidos, nota-se como a análise das classes se desloca para as siglas partidárias. Entretanto as divergências entre os setores que desejavam a ampliação das alianças e uma moderação programática com aqueles que pretendiam manter o programa democrático e popular vinculado ao socialismo chegou à corrente majoritária Articulação. Provocando uma cisão em seu interior por meio do manifesto “A Hora da Verdade” (Pomar, 1999), de onde surgiria a tendência Articulação de Esquerda. O que permitiu a construção de uma chapa com setores da esquerda do partido que sairia vitoriosa no encontro. O resultado seria a manutenção da proposta da Revolução Democrática, afirmando novamente a necessidade de um governo democrático e popular que pudesse iniciar a implementação de reformas estruturais objetivando uma ruptura “mediante a construção de um novo modelo econômico, político e social” sem deixar de considerar a conquista do Governo Federal como “elemento-chave da disputa de hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira”³⁴².

Segundo o documento “Por um Governo Democrático-Popular”, a superação da crise econômica, política e social brasileira só poderia ser superada pela vitória do campo democrático-popular. O quadro social é assim descrito:

Cem milhões de brasileiros vivem na pobreza: 60 milhões em condições de miséria e nada menos do que 32 milhões em total indigência. De cada mil brasileiros que

³⁴² 8º Encontro Nacional [1993]. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 547.

nascerem, 90 morrem antes dos cinco anos; dos 910 sobreviventes, apenas 90 chegam a completar o segundo grau. O drama do País deriva das políticas implementadas por uma elite indiferente à miséria e à fome das maiorias nacionais. Presentemente, essas políticas materializam-se no atual modelo econômico, que, além de estar esgotado, é concentrador de renda. Após uma década de instabilidade, decorrente do agravamento dessa crise, o fracasso do projeto neoliberal deixou, mais uma vez, evidente a incapacidade das elites de gerarem um modelo alternativo³⁴³.

As resoluções consideram que a mais de uma década os setores populares ampliaram sua força política e têm disputado a hegemonia com as classes dominantes de forma inédita na história do país, passando pela fundação do PT e da CUT, na campanha das Diretas, eleição de 1989 e impeachment de Collor. Sendo assim, “trata-se, agora, na disputa eleitoral, de impor uma derrota às elites, abrindo para o País uma alternativa de governo democrática e popular”³⁴⁴.

Somente uma *revolução democrática* poderia superar o modelo excludente da sociedade brasileira e as reformas estruturais teriam o papel de “quebrar” ou de “limitar” o poder dos grandes grupos econômicos. Porém, a luta por reformas estruturais não deve ser confundida com o “reformismo nacional-populista”, que pretendia conciliar as classes sociais e seu antagonismo de interesses, ou mesmo a estratégia pecebista que ora buscava a conciliação com a burguesia, ora caía em um vanguardismo, a fim de realizar as mudanças “sem o povo”. Pactuar reformas com as elites ou capitular as pressões dos meios de comunicação de massas não eram uma “opção” para o PT.

*O PT luta para conquistar o governo central como elemento-chave da disputa de hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira. Não confundimos o governo com o poder, que é muito mais amplo e enraíza-se no conjunto das relações econômicas e sociais. Nem, tampouco, confundimos o programa do Governo Lula com a realização global do projeto estratégico alternativo do PT, que supõe uma alteração mais radical das relações políticas e sociais. Mas a conquista do governo deve estar a serviço dessa perspectiva, mediante a construção de um novo modelo econômico, político e social. É com esse propósito que o PT disputará as eleições de 1994*³⁴⁵.

O caminho adotado pelo PT expressaria a sua negação tanto da via do socialismo real quanto da socialdemocracia. A primeira opção estaria restrita a uma atuação por fora das instituições, no máximo seriam usadas como espaço de denúncia e/ou propaganda; já a segunda, seria uma adequação à lógica capitalista e a institucionalidade vigente. Como superação das duas vertentes propõe-se que:

³⁴³ *Ibidem*.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 547.

³⁴⁵ *Ibidem*, grifo próprio.

O PT reafirma, assim, que *a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo, a partir de uma base popular e de uma maioria eleitoral, são um objetivo estratégico*, entendido como expressão atual de um governo com hegemonia dos trabalhadores, voltado para atender às necessidades concretas do povo e na perspectiva do socialismo³⁴⁶.

O objetivo estratégico se transmuta do socialismo para o governo democrático e popular, tendo como via uma *maioria eleitoral*, processo que expressará um governo com hegemonia de trabalhadores. A mudança de objetivo estratégico é uma mudança importante, por mais que já se insinuasse gradativamente em relação aos encontros passados, com ênfase cada vez mais forte à democracia, a formalização da indicação para um governo democrático e popular em vez do socialismo, traria mais solidez às mudanças na estratégia. Segundo Figueiredo³⁴⁷, “o governo passava a ser o objetivo estratégico, e as demandas do povo, o pressuposto”. O socialismo que já foi objetivo estratégico e meta, passou para inspiração e agora, finalmente, é tida como uma “perspectiva”.

A campanha Lula para 1994 devia ultrapassar o caráter meramente eleitoral, antes constitui-se como ponto de partida e “expressão de um movimento democrático e popular que reúna amplos setores da população pelas reformas estruturais”³⁴⁸, reformas de caráter antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias, que assim como nas eleições de 1989, deviam “ser capazes de ganhar o imaginário da sociedade para a ideia das reformas estruturais”³⁴⁹. Ao constatar que “o povo brasileiro está cansado da falta de alternativas” e de promessas não cumpridas, aqueles que lutam por transformações sociais deveriam:

[...] ganhar o coração de cada brasileiro para as *idéias da democratização da propriedade, da renda, da terra, da comunicação e do poder*. Um projeto alternativo, estratégico, de longa duração, que rompa o círculo de ferro das alternativas de curto prazo, dos planos de estabilização que provocam mais instabilidade e miséria, das políticas econômicas que não enfrentam o apartheid social, da lógica cínica que afirma ser necessário primeiro fazer o País crescer, para depois distribuir as riquezas produzidas. Uma plataforma programática que *unifique as grandes maiorias nacionais, um instrumento de afirmação da superioridade social e moral dos valores da democracia radical, do humanismo, da solidariedade, da ética, do socialismo*. Idéias que, em 1989, sensibilizaram milhões através do slogan Sem Medo de Ser Feliz³⁵⁰.

O projeto democrático-popular a partir da democratização econômica e política pretendia se contrapor ao modelo das elites, unificando maiorias nacionais que não gozariam

³⁴⁶ *Ibidem*, grifo próprio.

³⁴⁷ FIGUEIREDO, Isabel. A Estratégia Democrática e Popular do Partido dos Trabalhadores (PT) e a Questão da Incompletude do Capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro: PPGESS/UF RJ, 2018, p. 142.

³⁴⁸ 8º Encontro Nacional [1993]. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 548.

³⁴⁹ *Ibidem*.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 550-551, grifos próprios.

do poder político e econômico das minorias sociais, que são as que detiam o poder econômico e político no país. O projeto também passaria por uma política distributiva que seria o motor do crescimento econômico, invertendo o discurso dominante de crescer para depois distribuir. Ao lado do humanismo e da ética, restou ao socialismo ocupar o lugar dos valores.

Apesar de objetivar o crescimento econômico e a distribuição de renda, por meio de reformas, o projeto “não poderia ser confundido com o populismo, com o etapismo e nem com o reformismo”³⁵¹, pois o objetivo do projeto democrático-popular não era de conciliação de classes ou de um “governo de união nacional”, mas sim o de infligir uma derrota à burguesia afirmando que “ou a burguesia sofre uma derrota e se submete a um programa de redistribuição de renda, ampliação do mercado interno e de eliminação da miséria” ou “impõe uma derrota aos setores populares e realiza seu programa de apartheid social”³⁵².

As resoluções asseveram que o Programa de Governo tem o papel de implementar as reformas estruturais, e estas se destinariam à maioria da população brasileira, “os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios empresários”³⁵³. Se na década de 1980 houve polêmicas em relação ao caráter de classe dos pequenos proprietários, agora, nos 1990, temos a inclusão de uma burguesia média, obviamente não como uma das “classes trabalhadoras”, mas como componente de uma “maioria” nacional, expressando o enfraquecimento da análise das classes e mesmo o classismo do partido.

As tarefas democrático-populares pretendem quebrar o poder dos monopólios sobre a economia brasileira e desenvolver uma *consciência antimonopolista*. Também seria necessário explicitar as contradições entre discurso e prática dos neoliberais, estes ao mesmo tempo que pregam as privatizações e redução do Estado, se beneficiam de uma série de isenções fiscais e subsídios estatais.

O mercado realmente existente, que organiza a dinâmica da economia internacional, é aquele em que menos de 700 corporações controlam o mercado mundial e em que as 200 maiores corporações detêm 30% do PIB mundial. O mercado real na economia brasileira é aquele em que poucas empresas determinam os preços em cada ramo de produção, especulam com recursos sonegados ao Estado e manipulam o imaginário popular através dos meios de comunicação de massa e da publicidade. Algumas centenas de grandes bancos, indústrias, atacadistas e agroindústrias nacionais e estrangeiras respondem – ao lado de algumas empresas estatais – por 70% da economia do País, e controlam diretamente o mercado interno e as exportações.

É esse setor que deve oferecer as maiores resistências ao nosso programa de reformas estruturais. Para enfrentá-las e vencê-las, visando a consolidação do seu

³⁵¹ Figueiredo, 2018, p. 142.

³⁵² Almeida et al., 1998, p. 548.

³⁵³ *Ibidem*, p. 551.

programa, o governo democrático-popular atuará no plano institucional, mobilizando seus aliados e dirigindo-se também aos demais segmentos democráticos, científicos e culturais da sociedade. No plano popular e sindical, desenvolverá uma ampla campanha de informação e conclamará os movimentos sociais a ampliarem sua organização nas empresas, demais locais de trabalho e moradia, constituindo uma consciência antimonopolista e em defesa do programa de reformas estruturais³⁵⁴.

Para obter o crescimento econômico e a distribuição de renda, que supere o apartheid social, o governo democrático e popular deve retomar a capacidade de planificação e de atuação econômica e social do Estado, objetivando o novo modelo econômico:

[...] um vigoroso mercado de 150 milhões de brasileiros, multiplicando por cinco sua dimensão atual, no esquema da exclusão. Para tanto, o Estado será chamado a exercer importante papel na regulação econômica, seja normatizando os investimentos produtivos, seja intervindo diretamente em determinadas áreas estratégicas.

A distribuição de renda terá que ser acompanhada pela expansão da produção de bens de consumo de massa³⁵⁵.

A superação do modelo passará pela reforma agrária, estímulo aos pequenos proprietários e aos informais. O combate à fome se baseará em um programa de segurança alimentar, que estará associado à universalização da educação básica, de forma a promover a cidadania dos excluídos. Uma reforma tributária teria o papel de desconcentrar a renda, impedir a sonegação fiscal e apoiar investimentos produtivos e políticas ligadas ao social.

Além disso, faz-se necessário o combate à especulação financeira sobre a dívida interna, orientando os recursos “para o investimento para o sistema produtivo e eliminem o caráter parasitário para o mercado de capitais no País”³⁵⁶. Com isso, o estímulo aos pequenos proprietários industriais e rurais seria fundamental para “o desenvolvimento com distribuição de renda, riqueza e poder”³⁵⁷ e o modelo englobaria mecanismos de mercado e intervenção estatal sobre monopólios e oligopólios que dominam a economia, em especial seu setor financeiro que “esteriliza o dinamismo produtivo do País”³⁵⁸. Em síntese:

O Estado será, além disso, instrumento para a realização de uma profunda e indispensável redistribuição de renda, que não poderá ser feita unicamente através do crescimento, mas exigirá uma política de elevação dos salários, de combate ao desemprego, inclusive através da redução da jornada de trabalho, o fim da ciranda financeira e dos lucros obtidos com a formação de capitais fictícios, e de medidas tributárias fortemente progressivas. Essas funções do Estado – entre as quais se inclui a planificação e a capacidade de proteger os interesses nacionais estratégicos – não foram, *nem serão supridas pelo capital privado*, particularmente nas

³⁵⁴ *Ibidem*, p. 552.

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 554.

³⁵⁶ *Ibidem*, p. 553.

³⁵⁷ *Ibidem*.

³⁵⁸ *Ibidem*.

condições atuais de aguda concorrência internacional. É nos marcos de uma ação estatal comprometida com as reformas, com a defesa dos interesses nacionais e o combate à monopolização, que a contribuição de milhões de pequenos produtores, comerciantes e prestadores de serviços poderá encontrar ambiente para prosperar. O governo democrático e popular, legitimado nas urnas e com respaldo a ser construído junto aos movimentos sociais organizados, atuará de forma permanente e intensiva para *democratizar e desprivatizar o Estado*. Associadas a essa política, serão adotadas medidas que objetivem o fim da ciranda financeira e dos lucros obtidos com a formação de capitais fictícios.

Só dessa maneira poderemos reorientá-lo para um novo modelo, que priorizará os investimentos produtivos, a geração de renda e a melhoria radical da qualidade de vida da maioria da sociedade³⁵⁹.

A intervenção do Estado sobre os setores estratégicos da economia, bem como a regulação do mercado e direcionamento do investimento produtivo, pretende elevar as condições de vida da população brasileira, proporcionando à maioria social o planejamento democrático do seu desenvolvimento. As reformas estruturais, que na formulação democrático-popular anteriormente teriam um papel de choque contra o Estado, agora passam diretamente “por dentro” do Estado, por vezes tratadas inclusive como “metas nacionais”.

O ataque ao controle dos monopólios sobre a economia brasileira, além da dimensão política-administrativa da ação estatal, só pode ser viabilizado pela construção de um *mercado interno de bens de consumo de massas*. Este, torna-se peça central na estratégia democrático-popular, apesar de já aparecer nas resoluções anteriores. O documento presente aponta que haveria a necessidade de “compatibilizar, num mesmo movimento, o atendimento ao mercado interno, expandido, com a inserção competitiva do Brasil na economia mundial”³⁶⁰ trataria de atender demandas básicas para “dezenas de milhões de brasileiros, que se encontram, hoje, à margem do consumo, da produção e, por consequência, da própria cidadania”³⁶¹.

O desenvolvimento de um forte mercado interno de massas, além de permitir a competitividade do Brasil, promoveria sua “inserção soberana no mercado mundial”, entrando em conflito com os monopólios nacionais e internacionais³⁶².

O governo democrático e popular manterá amplas relações políticas e econômicas com outros países, permitindo, inclusive, a presença do capital estrangeiro no Brasil, mas é evidente que um governo hegemônico por um partido socialista, e empenhado em realizar reformas antimonopolistas, antilatifundiárias e antiimperialistas, abalará os pilares da nova ordem, especialmente as pretensões norte-americanas sobre o continente, explorando o nosso potencial humano,

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 554, grifos próprios.

³⁶⁰ *Ibidem*.

³⁶¹ *Ibidem*.

³⁶² Figueiredo, 2018, p. 142.

tecnológico e natural. Desenvolvendo um mercado interno de massas, que integre milhões à produção e ao consumo; explorando o peso regional (com destaque para a reorientação do Mercosul) e global de nossa economia, e as contradições interimperialistas, o governo democrático e popular enfrentará as resistências internacionais e viabilizará uma inserção soberana no mercado mundial³⁶³.

De acordo com Figueiredo (2018):

A tese do mercado interno de consumo de massas passava a lugar de pressuposto, asseverando como a realização das mercadorias no mercado interno representaria uma *tarefa* estrutural. Governo, democratização política, ocupação do espaço institucional como expressão da hegemonia e a construção de um amplo mercado interno de consumo de massas eram, ademais, partes de um mesmo processo, o de um projeto democrático e popular que se oporia às — “elites” brasileiras³⁶⁴.

Ainda que de forma reiterada as resoluções do partido afirmem sua crítica ao nacional-desenvolvimentismo, ou à estratégia democrático-nacional do PCB de conciliação de classes e desenvolvimento capitalista, suas posições repõem cada vez mais os elementos do passado que pretendia negar em uma nova estratégia, assim como posições clássicas do pensamento social brasileiro. A exclusão da burguesia monopolista em suas alianças é o que se apresenta ainda como diferencial, porém, até mesmo essa posição passará por transformações nas resoluções dos anos posteriores.

3.4 9º Encontro Nacional (1994)

Se as expectativas em relação à disputa presidencial de 1994 já apareciam com força nos encontros anteriores, inclusive ganhando prioridade estratégica, no 9º Encontro Nacional todas as atenções se voltam à disputa eleitoral do corrente ano, sendo a prioridade da estratégia do partido. Entre as resoluções mais importantes que foram aprovadas, estão “A conjuntura e a campanha” e “Bases do programa de governo – 1994; Lula Presidente – uma Revolução Democrática no Brasil”.

Segundo a resolução “A conjuntura e a campanha”³⁶⁵, o país viveria, a mais de uma década, uma situação de instável equilíbrio. Os trabalhadores teriam obtido importantes avanços desde meados dos anos 70, as organizações populares puderam se desenvolver, tendo o PT e a CUT como suas maiores expressões, e protagonizaram lutas pelo Fim da Ditadura, Diretas Já! e Impeachment de Collor. Desde o fim do “milagre econômico” e do modelo econômico que o sustentava, e apesar das classes dominantes continuarem a dominar

³⁶³ Almeida *et al.*, 1998, p. 559.

³⁶⁴ Figueiredo, 2018, p. 143.

³⁶⁵ 9º Encontro Nacional [1994]. *In*: Almeida, 1998, p. 577.

os meios de produção e de comunicação, assim como o Estado e suas instituições de representação, as elites continuariam sem “um Projeto Nacional para apresentar à sociedade”³⁶⁶, o que explicaria a crescente simpatia da população pelo PT.

Os formuladores, a respeito das eleições de 1994, observam que “a vitória de Lula e seu governo de reformas democráticas e populares significarão uma derrota profunda do projeto neoliberal e do secular domínio das classes dominantes sobre a política brasileira”³⁶⁷. O neoliberalismo já teria sofrido um “duro golpe” com o impeachment de Collor, neste sentido “só a candidatura Lula reúne condições para superar a crise e retomar o desenvolvimento, com distribuição de renda e poder”³⁶⁸, *é como alternativa ao neoliberalismo e não prioritariamente ao capitalismo*, que a estratégia vai ganhando seus contornos mais sólidos.

Assim como em outros encontros as resoluções indicam a dificuldade da burguesia em articular consenso sobre seu candidato a presidente, “as dificuldades em unificar os setores conservadores em torno de uma única candidatura são um sinal de que as elites, apesar de uma derrota iminente ainda não conseguiram superar suas divergências internas”³⁶⁹. Apesar da candidatura Fernando Henrique Cardoso, o FHC, contar com amplo apoio de empresários e dos meios de comunicação, Paulo Maluf era um dos cotados até sua desistência. Orestes Quércia do PMDB também se colocava como uma das possibilidades das classes dominantes. Apesar da necessidade de derrotar Lula, as classes dominantes não conseguiam se unificar.

Como linhas gerais de sua estratégia, as eleições de 1994 são apresentadas como “momento ímpar” na história do país e estaria colocada ao alcance das forças democráticas a conquista da Presidência da República e a implementação das reformas estruturais. A luta pelas reformas “será vital para a vitória e para o êxito do Governo Lula”³⁷⁰, sendo necessário que “milhões de brasileiros ergam as bandeiras da reforma agrária, da distribuição de renda, da retomada do crescimento econômico em novos padrões, da erradicação da miséria, da revolução educacional e da recuperação dos serviços públicos”³⁷¹. Dessa maneira, a luta pelas reformas tem tanto função prévia como posterior à conquista eleitoral.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 577.

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 578.

³⁶⁸ *Ibidem*.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 580.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 586.

³⁷¹ *Ibidem*.

O PT, além de objetivar a unificação nacional dos partidos do campo democrático-popular, Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e setores do Partido Verde (PV), buscou “ampliar pragmaticamente” o conjunto dessas alianças com setores do Partido da Social -Democracia Brasileira (PSDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), insatisfeitos com as alianças estabelecidas por suas cúpulas. Ademais, o pragmatismo não poderia chegar ao “patamar da desfiguração” e nem cair no oportunismo político. O país estaria marcado pela corrupção, os escândalos do Governo Collor, entre outros casos prejudicaram a imagem do Congresso Nacional e do Poder Judiciário, o que acabaria por beneficiar o PT que “emergiu como *partido de mãos limpas* e Lula como candidato de imagem fortemente associada à honestidade”³⁷².

Sob o risco da vitória do PT, as classes dominantes acenaram para o discurso da falta de governabilidade em um futuro governo democrático-popular. A “direita fascista” sinalizaria a invocação das Forças Armadas e a violação das regras democráticas, porém esta não possuiria mais um “projeto nacional”. Os formuladores acreditam que no projeto nacional do partido está a possibilidade do diálogo, já que este defende a soberania nacional, as necessidades de amplos setores populares e a elevação dos salários e da qualidade de vida, incluso a dos militares. Deste modo, a ameaça golpista não intimidaria.

A questão da ausência de condições de governabilidade é anunciada pelos adversários sob duas perspectivas, o da “fuga generalizada de capitais” e da sustentação no Congresso Nacional. Quanto à fuga de capitais:

[...] nossa campanha deve mostrar aos empresários que a retomada do crescimento e a construção de um poderoso mercado consumidor de alimentos e de bens populares – potencialmente duas vezes maior que o atual – representarão atrativos mais compensadores do que a taxa de juro dos bancos suíços. Deve mostrar que a duplicação da escala produtiva compensará, em muito, a queda relativa na taxa de lucros, que a recuperação salarial necessariamente induzirá³⁷³.

Reafirmando a construção de um mercado interno, pretende-se fortalecer o investimento produtivo em detrimento da especulação com juros. O outro aspecto da governabilidade, referente a sua sustentação política, esta seria ancorada na organização popular para “sustentar as reformas propostas, participando ativamente na definição das prioridades, na elaboração das leis e na fiscalização diária de todas as estruturas de

³⁷² *Ibidem*, p. 593, grifo próprio.

³⁷³ *Ibidem*, p. 594.

governo”³⁷⁴, as reformas estruturais elevariam a democracia a outro nível. Além disso, o próprio resultado eleitoral, manifestando o anseio popular por mudanças, seria baliza de sustentação do governo Lula.

As acusações dos adversários sobre o possível caráter violento do PT são prontamente rebatidas pelos formuladores, com argumentos democráticos e ressaltando a natureza pacífica da estratégia do partido:

Já a associação com violência é mais problemática. Ela exige não apenas uma linha de intervenção em que fique bem clara *nossa índole essencialmente democrática*, mas, principalmente, a necessidade de dar pronta resposta às insinuações, que ocorrerão durante toda a disputa. Também tentarão nos chamar de radicais. Devemos assumir a radicalidade de nossa luta contra as atuais condições de vida e por reformas profundas, mas devemos repelir a indevida associação, que a direita tenta fazer, entre combatividade ou radicalidade com violência e baderna³⁷⁵.

Em seu Programa de Governo, intitulado “1994 Lula Presidente – Uma Revolução Democrática”³⁷⁶, as resoluções estabelecem como eixo a democratização política e econômica, a afirmação da cidadania, a democracia e a participação popular, que correspondem a dimensão política. Na dimensão econômica temos um forte apelo à nação, ou soberania nacional, e a necessidade da construção de um poderoso mercado interno de consumo de massas. Bem como um programa calcado no combate à miséria e às desigualdades sociais por meio da distribuição de renda e da inserção internacional soberana do Brasil. As dimensões política e econômica, na perspectiva de democratização, se articulam mutuamente.

O programa é de um governo que se empenhará na radicalização da democracia política através a expansão da democracia econômica e social do país. Esta meta - em realidade um processo - será atingida por meio da universalização da cidadania, do respeito aos direitos humanos, da constituição de um espaço público em que se criem direitos, garantidos a igualdade e respeito às diferenças de idéias, religiões, etnias, gênero, idade, orientação sexual e opções de vida³⁷⁷.

A radicalização da democracia propiciaria uma democratização econômica e social, concomitante à universalização da cidadania, processo que conforma o conteúdo da Revolução Democrática. A democratização pretende alterar as bases do poder político das classes dominantes e fortalecer politicamente as forças democrático-populares, criando as condições para implementar seu programa alternativo ao neoliberalismo. Dessa forma:

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 595, grifo próprio.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 599.

³⁷⁶ 1994 Lula Presidente - Uma Revolução Democrática. <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-basesdoprogramadegov.pdf>

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 5.

O programa democrático e popular consubstancia um projeto nacional elaborado como resposta dos trabalhadores e do povo à crise do país, num contexto em que as classes dominantes têm revelado seu absoluto descompromisso e seu reiterado desprezo para com os interesses da Nação. Esse projeto antilatifundiário, antimonopolista, anti-imperialista e democrático-radical, materializa um compromisso de nosso governo em responder de modo conseqüente às demandas nacionais e às exigências populares.

Já na campanha, denunciaremos a exclusão social criada pelo capitalismo nacional e internacional e agravada pelas políticas neoliberais, constituindo um movimento pelas reformas estruturais e criando as bases sociais e políticas de aplicação de nosso programa. O programa democrático e popular articula-se com objetivos estratégicos socialistas do Partido dos Trabalhadores.

Representará uma verdadeira revolução democrática no país, no sentido de aprofundar a democracia política, as liberdades individuais e coletivas, democratizar a posse da terra e as riquezas, ampliar a participação popular, combater a exclusão social, a segregação e as discriminações e universalizar a cidadania; buscará alterar as bases sociais das relações de poder através da democratização da propriedade, da riqueza e do poder.

O eixo de nosso governo será a participação popular.

A socialização da política do poder exigirá reformas institucionais, mecanismos de controle social, democracia direta e a democratização dos meios de comunicação. Desta forma, o bloco social interessado nas reformas democráticas e populares ampliará sua força e estabelecerá sua hegemonia na sociedade brasileira³⁷⁸.

O programa democrático e popular expressa um *projeto nacional*. As exigências populares agora se articulam com as “demandas nacionais” mediante tarefas antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias. A socialização da política, tão importante quanto à dos meios de produção, propiciará as condições para a hegemonia do bloco democrático-popular na sociedade brasileira.

Segundo o documento, a “unidade da Nação e a construção do Estado Nacional não foram acompanhadas de um processo de universalização da cidadania”³⁷⁹, esse fato inclui os demais países da América Latina. O Brasil também seria um país “cuja história não registra revoluções nacionais”³⁸⁰, todas as suas transformações teriam se dado pelo alto ou por meio de pactos entre as elites, desde a Independência de 1822, passando pela Abolição ao início da República, sendo mudanças formais e rearranjos entre os grupos dominantes. Quando por duas vezes se colocou a possibilidade de reformas sociais, em 1930 e 1964, as elites lançaram mão de intervenções autoritárias, utilizando-se do termo de “Revolução”.

A exclusão da maioria seria expressão de um Estado autoritário que alijou os setores populares da participação política, este mesmo Estado deve ser desprivatizado para que atenda as demandas da maioria.

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 16.

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 9.

³⁸⁰ *Ibidem*.

Um programa de caráter transformador deve “retirar o Brasil da crise e iniciar um novo ciclo de crescimento econômico sustentado e de qualidade distinta dos anteriores baseado na distribuição de riqueza, renda e poder”³⁸¹. O processo de industrialização, construído entre 1930 e 1980, estaria baseado na apropriação do excedente agrícola, financiamentos externos e arrocho salarial. Sendo assim, “a nação perde sua própria imagem de futuro, sem que esses mesmos processos a tivessem levado ajustar completamente suas contas com o passado”³⁸², isso significa que apesar da industrialização, esta se estabeleceu por meio de forte exploração do trabalho, conservando bolsões de miséria, desigualdades regionais e dependência. Operando com um restrito mercado interno, privilegiando bens de luxo e contando com o domínio dos oligopólios.

A estagnação desse ciclo industrial, marcado por mudanças na ordem internacional, indica seu esgotamento, produzindo uma “aparente ausência de projeto”³⁸³. As elites brasileiras não poderiam encaminhar a superação do modelo esgotado, basicamente porque se aproveitam da situação para lucrar “parasitando o Estado e a sociedade”. De outra forma, também “porque não conseguem articular um bloco de forças sociais e políticas capaz de apontar as características básicas de um novo modelo”³⁸⁴, insistindo no neoliberalismo que não tem papel estruturante para a economia brasileira, que além de não ser um projeto nacional, exclui a maioria ao condicionar a base produtiva ao padrão de consumo dos países do Primeiro Mundo, beneficiando uma pequena elite brasileira. É diante deste quadro que:

[...] colocamos a necessidade de um programa de transformação da economia e da sociedade, que ao mesmo tempo reconstrua a Nação. Este programa de governo não se confunde com a descrição de uma sociedade ideal, nem é obra de invenção.
[...]

A campanha, a vitória, a posse e o exercício do governo só têm sentido para nós como parte de um processo social mais amplo, em que a sociedade brasileira como um todo altere relações de poder antigas e cristalizadas, abrindo caminho para que os trabalhadores e as grandes maiorias nacionais assumam a direção da Nação.

Hoje estão em grande parte reunidas as condições sociais para que um novo projeto de organização econômica, social e política do país possa se materializar e oferecer uma saída distinta para o Brasil.

Desde fins dos anos 70 - quando se evidenciaram os limites internos e externos do modelo econômico dos militares contribuindo para a crise da forma ditatorial de dominação -, o Brasil assiste à formação de um novo bloco histórico de forças sociais e políticas³⁸⁵.

³⁸¹ *Ibidem*, p. 12.

³⁸² *Ibidem*.

³⁸³ *Ibidem*.

³⁸⁴ *Ibidem*.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 13.

Com o objetivo de reconstruir a Nação, que fosse dirigida pelos trabalhadores, foi sendo conformado um bloco histórico de forças sociais desde os fins dos anos 70, que apesar de inicialmente não configurarem um programa plenamente coerente, impediram que a crise dos anos 1970/1980 se resolvesse pelo pacto de elites. Com a entrada de “novos personagens”, com destaque para os trabalhadores, a democracia teria ganhado novos conteúdos, não sendo restrito apenas à vigência do Estado de Direito, mas como espaço de elaboração de novos direitos. O Brasil teria imenso potencial de recuperação, não apenas pelas suas riquezas naturais e seu dinamismo econômico, mas na compreensão que o potencial do Brasil:

[...] é fundamentalmente o resultado de uma vontade continuamente afirmada nestes quinze últimos anos - em meio a vitórias e frustrações - de levar adiante um processo de democratização radical da sociedade brasileira, o que passa essencialmente por transferir as responsabilidades das elites falidas que governaram secularmente este país para um bloco de forças hegemônicas pelos trabalhadores das cidades e dos campos, reunindo intelectuais, profissionais e técnicos, pequenos e médios empresários³⁸⁶.

O esgotamento dos projetos burgueses – nacional desenvolvimentismo e neoliberalismo – não significa um caminho automático para o programa democrático-popular, já que este ainda não é um programa acabado, este passaria pela construção de uma alternativa política que captasse o anseio de milhões, “transformando a apatia ou o inconformismo em vontade política”³⁸⁷. Sendo assim:

Trata-se de mudar o voto-protesto em um voto em favor de um programa de transformações radicais da sociedade, que inverta as prioridades até hoje fixadas pelas classes dominantes, e abra um período de reforma em que estejam contemplados claramente os interesses das maiorias até agora postergados³⁸⁸.

Porém, “ele não deve semear a ilusão de transformações rápidas, mas deve indicar que um período de mudanças se iniciou”³⁸⁹. As tarefas democrático-populares, que antes possuíam um caráter de choque e de ruptura, se acomodam em uma nova dinâmica moderada que tem no desenvolvimento econômico com distribuição de renda sua centralidade, além da promoção da cidadania. É o Estado o grande protagonista dessas transformações, adquirindo o papel de promotor da igualdade de oportunidades e distribuição de riquezas,

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 14.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 15.

³⁸⁸ *Ibidem*.

³⁸⁹ *Ibidem*.

bem como o papel de ampliação da democracia, devendo articular em si e com a sociedade transformações que elevem a democracia formal em substantiva.

Nesta perspectiva, reafirmamos a função essencial do Estado de assegurar a igualdade de oportunidade e de tratamento e uma justa distribuição da terra, do poder político e da riqueza nacional. Cabe ao Estado não apenas declarações solenes da igualdade perante a lei, mas também a promoção da igualdade de direitos. Impõe-se a criação de condições que tornem iguais as possibilidades dos indivíduos e que transformem a democracia formal em democracia substantiva, a igualdade formal em igualdade autêntica³⁹⁰.

Outro tópico fundamental do programa de governo é a questão fundamental da criação do *mercado interno de massas*, que seria o sustentáculo material do conjunto de realizações que se pretende. De acordo com as resoluções:

Novo ciclo longo da vida nacional precisa iniciar-se, e o seu adiamento aumenta o risco de desarticulação de parte substantiva de uma estrutura econômica que levamos cinquenta anos para construir. *Não faltam condições estruturais para que o Brasil volte a ingressar numa trajetória sustentada de crescimento acelerado.* Somos um país continental, dispomos de abundantes recursos minerais, extenso território agricultável, energia farta, sistemas de transportes e de telecomunicações perfeitamente capazes de aperfeiçoamento em tempo hábil. Montamos um parque industrial complexo e diversificado. Temos uma força de trabalho deficiente e criativa, capaz de adequar-se com rapidez aos requisitos do progresso técnico internacional. Dispomos de sistemas empresariais públicos e privados que, embora até agora comprometidos com o processo de concentração de renda, foram historicamente vocacionados para o crescimento e a modernização produtivos. *Por fim, e não menos importante, temos um mercado interno de significativas dimensões, que proporciona economias de escala e fontes de dinamismo para um intenso e prolongado ciclo de investimentos*³⁹¹.

O Brasil possuiria amplas condições para viabilizar um crescimento sustentado e acelerado. Além das riquezas naturais, sua força de trabalho e seu parque industrial construído ao longo de 50 anos, seriam fatores essenciais somado a um mercado interno com potencial de 150 milhões de pessoas. Os quase 15 anos de crise econômica teriam levado “a Nação a esquecer seu potencial”³⁹². O projeto pretende “recolocar a economia na trilha do crescimento econômico de longo prazo”³⁹³ que seria possibilitado “*pela via de um modelo de desenvolvimento baseado no mercado interno de massas*”³⁹⁴, sendo um novo ciclo econômico superador do ciclo de modernização conservadora incapaz de “estender os frutos do crescimento à maioria da população”³⁹⁵.

³⁹⁰ *Ibidem*, p. 29.

³⁹¹ *Ibidem*, p. 174, grifos próprios.

³⁹² *Ibidem*.

³⁹³ *Ibidem*.

³⁹⁴ *Ibidem*.

³⁹⁵ *Ibidem*.

Apesar da diferença do Brasil, em termos tecnológicos, em relação aos países centrais, as “nossas desvantagens” poderiam cumprir um papel positivo. O nível de consumo dos países desenvolvidos, relativo aos produtos tradicionais, já teria chegado a uma relativa saciedade, o que os forçaria a desenvolver novos produtos como os eletrônicos. Os países desenvolvidos com seus parques industriais de ponta seriam mais homogêneos, e dessa forma mudanças em sua estrutura produtiva seriam quase sempre menores.

No caso do Brasil, as mudanças na estrutura produtiva brasileira produziriam efeitos mais radicais. Devido ao fato de a força de trabalho estar distribuída em distintos níveis de produtividade, a ação de deslocamento dos “trabalhadores dos setores atrasados para os setores modernos”³⁹⁶ faria com que houvesse uma “grande elevação da produtividade”³⁹⁷. A economia brasileira, apesar de ter dificuldades na geração de tecnologia, possuía facilidade em incorporá-la. Mesmo que os setores mais modernos da economia brasileira possuam relativo atraso em relação às economias dominantes, os formuladores acreditam que o segmento produtivo obteria “um grande salto tecnológico assim que puder voltar a crescer de forma sustentada”³⁹⁸. As desvantagens conteriam elementos dinâmicos que, dirigidos por uma “estratégia correta”, poderiam promover o aumento de produtividade e de desenvolvimento.

A perspectiva do desenvolvimento pelo mercado interno de massas, conformando um novo ciclo de desenvolvimento, terá como elemento diferencial o fato que “sua dinâmica será dada por um circuito virtuoso de crescimento entre produtividade, salários, consumo e investimentos”³⁹⁹, conquanto sua permanência no decorrer do tempo dependerá de sua capacidade de “gerar progressiva desconcentração da renda nacional”⁴⁰⁰.

Para a promoção de um desenvolvimento baseado no mercado interno, é necessário um Estado reformado e desprivatizado, à serviço da soberania nacional, bem como aberto à participação popular; “um novo perfil distributivo da renda nacional”⁴⁰¹, por intermédio da elevação do poder aquisitivo salarial; nova estrutura financeira que coíba manobras especulativas; “a redefinição do papel social das grandes empresas nacionais e estrangeiras”⁴⁰² objetivando-se que sua *lógica de acumulação se subordine à maioria da população*, e à ampliação do mercado interno de consumo de massas.

³⁹⁶ *Ibidem*, p. 175.

³⁹⁷ *Ibidem*.

³⁹⁸ *Ibidem*.

³⁹⁹ *Ibidem*.

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

⁴⁰² *Ibidem*, p. 176.

Porém, “o desenvolvimento pelo mercado interno de massas não é um processo que se estabeleça de forma eficiente na ausência de forte determinação política”⁴⁰³, e neste sentido o novo ciclo de desenvolvimento que se pretende estabelecer “ocorrerá sob vigilância e pressão das forças democráticas e progressistas do país”⁴⁰⁴. Estes setores propõem um “novo imaginário” à sociedade “redefinindo profundamente os valores dominantes, contribuindo para criar condições para a implantação do desenvolvimento pelo mercado interno de massas; e impulsionarão a realização de profundas reformas estruturais”⁴⁰⁵. Esta alternativa só poderia ser resultado da ação ativa “das grandes maiorias” junto e lideradas pela “formação de um novo bloco histórico que formule um projeto nacional e assume a direção da Nação”⁴⁰⁶.

Se a democracia substituísse o socialismo como contraponto ao capitalismo em resoluções anteriores, a afirmação da necessidade de um mercado interno coloca em xeque o próprio caráter “socialista” da estratégia democrático-popular, a estratégia acaba por se colocar como alternativa ao neoliberalismo e não propriamente ao capitalismo.

Este novo tipo de condução do desenvolvimento não pressupõe a eliminação dos mecanismos de mercado, através dos quais continuarão se realizando todas as transações: compra e venda de mercadorias, admissão e demissão de trabalhadores, aplicações financeiras e concessão de crédito⁴⁰⁷.

A constante afirmação da Nação parece coroar a consolidação da inflexão moderada da estratégia democrático-popular e a alternativa proposta não se realiza em contraponto ou ruptura com as relações sociais capitalistas, antes se dá por meio e em meio a elas.

As eleições de 1994 não confirmaram o otimismo petista. FHC foi vitorioso no 1º turno com 55,22% dos votos, contra 39,97% de Lula. A partir de então os próximos encontros expressarão de forma sólida as transformações na estratégia democrático-popular, em vez de reformas estruturais, passa-se a *reformas sociais*, somado a isso, a defesa da democracia e da nação.

3.5 10º Encontro Nacional (1995)

O 10º Encontro Nacional foi realizado sob o impacto dos seis primeiros meses do governo FHC, que era avaliado como de perfil neoliberal, com medidas privatizantes que

⁴⁰³ *Ibidem*.

⁴⁰⁴ *Ibidem*.

⁴⁰⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 177.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 179.

buscam a estabilização monetária e a quebra dos monopólios do petróleo e telecomunicações, além do arrocho salarial, da desregulamentação e da precarização das relações de trabalho. O governo também teria reagido violentamente à greve dos petroleiros.

Os primeiros seis meses do Governo FHC não deixam dúvidas sobre seu perfil neoliberal e conservador. Sua principal motivação econômica é pôr fim, em bases conservadoras, *ao modelo nacional-desenvolvimentista instaurado a partir dos anos 30. Desenha-se um novo padrão, tardio, de acumulação de capital, de inspiração neoliberal*⁴⁰⁸.

Neste cenário em que se aprofunda o neoliberalismo é que o PT conquistou sua maior bancada parlamentar: 50 deputados, 5 senadores e, finalmente, 2 governos estaduais. A chapa Socialismo e Democracia, composta por dois grupos de esquerda (Democracia Socialista e Articulação de Esquerda), saíra vitoriosa no 10º Encontro, com 46,2% dos votos. Porém, na disputa pela presidência do partido, José Dirceu, da Articulação Unidade na Luta, sairia vencedor com 54% dos votos contra 46% de Hamilton Pereira. O apoio recebido, pela Articulação, da tendência moderada Democracia Radical e dos independentes, conformaria uma nova maioria, que, levando José Dirceu à presidência, teria o papel de alterar a estratégia para o período que se iniciava. O crescimento institucional do partido ocorria ao mesmo tempo que sua organização interna se burocratizava:

Os encontros municipais transformaram-se em um jogo de multidões em que, não raramente, se impunham o poder econômico e o controle de máquinas institucionais, crescia o poder de fato de uma base parlamentar ou institucional que substituína na prática a base partidária, crescia o poder de figuras individuais medido quase que exclusivamente pelo número de votos conseguidos nas disputas eleitorais, criava-se um abismo entre as direções e as bases e mesmo estas direções iam sendo substituídas por espaços paralelos em que os rumos eram definidos para depois serem referendados pelo partido⁴⁰⁹.

A derrota nas eleições presidenciais teria sido um “duro golpe” para o PT, as esquerdas e as forças populares, e o balanço sobre as eleições buscou analisar tanto fatores estruturais como conjunturais. Quanto ao aspecto conjuntural, teria havido falhas por parte da Direção Nacional do partido, principalmente da Coordenação de Campanha, na condução do processo eleitoral, porém destaca-se que não se pode computar exclusivamente a derrota aos erros do PT.

Em relação aos fatores estruturais, ressalta-se a desigualdade do embate eleitoral, o uso da máquina estatal para aplicar seu plano anti-inflação, apoios de grupos econômicos e

⁴⁰⁸ 10º Encontro Nacional. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 615, grifos próprios.

⁴⁰⁹ Iasi, 2006, p. 506.

dos meios de comunicação. A resolução aponta que “é importante destacar que a vitória de FHC se deveu à acertada estratégia de unidade das classes dominantes, capaz de constituir, no Brasil, o mais impressionante bloco de forças políticas e sociais da história republicana”⁴¹⁰. Consorte a esta aliança das classes dominantes, FHC teria sido eleito porque “Lula era candidato”, já que o programa das reformas estruturais teria conquistado milhões de pessoas “ameaçando privilégios seculares”, sendo decisivo para a aliança ente a direita e o centro.

Ainda que o Plano de Governo, que buscava ser uma “alternativa ao neoliberalismo e ao nacional-desenvolvimentismo”⁴¹¹, houvesse logrado avanços, não teve condições de ser difundido para a massa da população, ocasionando a perda da “batalha no campo das ideias”. Ademais, admite-se que houve uma subestimação da eficácia e do peso do plano anti-inflação, mesmo que a direção partidária nada pudesse fazer em contrário.

As resoluções observam, com o intuito de extrair lições de 1994, a necessidade de reflexão no partido acerca de sua imagem na sociedade, as repercussões dos seus embates internos, suas ambiguidades ideológicas e políticas. Quanto a estes dois últimos elementos, vale rememorar uma necessidade já apresentada em encontros anteriores, a de “realizar um ajuste de contas mais severo com as duas heranças socialistas deste século: o comunismo e a socialdemocracia”⁴¹². As resoluções encerram o balanço das eleições não sem antes apontar “o caráter amador de nosso trabalho de direção e a necessidade de qualificá-lo”⁴¹³. Diante do contexto de ofensiva neoliberal, o partido propugna que:

Para derrotar o projeto neoliberal, no entanto, será preciso mais do que resistir ou articular a luta contra as reformas constitucionais do governo. O PT terá que dar um salto de qualidade: *reelaborar sua estratégia de poder, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular*, articulando forças sociais amplas em torno de um projeto para a sociedade brasileira, alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco⁴¹⁴.

A reelaboração do programa democrático e popular passaria pela sua superação de barreiras que impedem a relação com os setores excluídos pela pobreza, e também com os pequenos e médios proprietários. Caberia desenvolver propostas de reformas democrático-populares que pudessem galvanizar os interesses populares com vistas à alteração da correlação de forças na institucionalidade. A oposição ao programa do Governo FHC deveria

⁴¹⁰ Almeida *et al.*, 1998, p. 629.

⁴¹¹ *Ibidem.*

⁴¹² *Ibidem.*

⁴¹³ *Ibidem.*

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 617, grifo próprio.

ser global, já que não se restringe a um ponto ou outro, sendo necessário “mostrar à sociedade brasileira que as políticas propostas por FHC não podem constituir um projeto de desenvolvimento que atenda às grandes maiorias nacionais. Elas carecem de uma dimensão nacional e social”⁴¹⁵.

As propostas de FHC, não visariam a “integração nacional, a incorporação de todos os brasileiros à cidadania, mas apenas a acumulação de capital e a integração de uma minoria de consumidores ao Primeiro Mundo”⁴¹⁶. Ou seja, sob a ótica da dualidade minoria/maioria, não se incorporaria as maiorias nacionais ao plano dos direitos e cidadania e nem ao emprego e ao consumo, tendo em vista que a proposta de um mercado interno de massas estava ausente.

A oposição ao neoliberalismo do governo deveria passar pela articulação de uma agenda alternativa organizada a partir de três eixos: “uma nova política econômica com reformas sociais”, “a defesa da Nação” e “a defesa da democracia”.

23- O PT deve denunciar a falácia da atual política de estabilização, seu impacto recessivo e desindustrializante, o endividamento externo do País, o esmagamento das empresas e famílias endividadadas por uma taxa de juros inaceitável, a ausência de políticas industrial, agrícola, de ciência e tecnologia e a crescente exclusão social.

24- Do ponto de vista imediato, o PT deve exigir uma reorientação geral da política econômica, que impeça a recessão, defenda o salário e o emprego, reduza os juros e articule a estabilidade econômica à retomada do crescimento em novas bases.

Neste sentido, propomos:

a) o engajamento efetivo do Partido em defesa de uma justa política salarial, fortalecendo as iniciativas da CUT e do movimento sindical contra a desindexação salarial, sobretudo quando a inflação é superior a 3,5%, como em julho de 95, o desemprego cresce de modo alarmante e direitos sindicais elementares são violados;

b) o fortalecimento da articulação com a CUT, CMP e outras entidades civis, para impulsionar uma ampla campanha popular em defesa do emprego e contra as atuais taxas de juros e pela retomada do desenvolvimento com distribuição de renda, riqueza e poder;

c) o desenvolvimento e a apresentação, para a sociedade, de uma política econômica em novas bases.

25- Só será possível bloquear a implementação das reformas neoliberais, bem como abrir espaços para o debate das reformas de caráter democrático-popular, que interessam às maiorias nacionais, através de uma grande mobilização de resistência de todos os setores que estão sendo atingidos pelas políticas do governo. Para realizar esse objetivo, a greve geral dos trabalhadores, em conjunto com um protesto nacional, é uma ferramenta de luta importante.

26- Uma política salarial negociada deve assegurar a gradual e permanente elevação dos rendimentos do trabalho, em especial do salário mínimo, como elemento de indução de um modelo de desenvolvimento de bens de consumo de massas⁴¹⁷.

⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 618.

⁴¹⁶ *Ibidem*.

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 619.

As propostas elaboradas buscam escapar a uma lógica de “negatividade” ou mero denunciismo frente à crise do país, a agenda alternativa pretende sempre apontar dentro da denúncia as reformas concretas para o que é criticado. As reformas não deveriam ser vistas pela população como defesa do Estado e da Constituição – já que representam o status quo das elites –, mas como “afirmação política e ofensiva de um projeto de nação”⁴¹⁸, também se aponta para uma reforma tributária e no sistema financeiro, somada a uma política de emprego e renda nacional.

A defesa da nação ou de um “projeto de nação” implica “uma nova política econômica e uma *aliança social mais ampla*, orientada para um projeto de desenvolvimento baseado no investimento produtivo e valorização do trabalho”⁴¹⁹. A resolução não cita a que setor da sociedade essa “aliança social mais ampla” deve se estender, mas um desenvolvimento calcado do investimento produtivo nos dá pistas de algo que será ainda explicitado nos próximos encontros. Em relação à defesa da democracia, sua necessidade é evidenciada pela base do governo FHC contar com a sustentação de antigos apoiadores da Ditadura Militar, da repressão da Justiça do Trabalho às greves e também na importância de democratizar os meios de comunicação sob o oligopólio das classes dominantes que se impõem mediante sua hegemonia conservadora.

Por fim, já se preparando para as eleições de 1996, as resoluções apontam que “governar é preciso”⁴²⁰, não se poderia subestimar as experiências de governo nas prefeituras, pois estas teriam demonstrado o “potencial do Modo Petista de Governar”. Esse acúmulo deveria ganhar mais visibilidade nos fóruns e nos encontros entre petistas, pois os Governos estaduais e as prefeituras estariam ampliando a participação democrática. O orçamento participativo, que abre espaço para que a população possa tomar decisões sobre o orçamento, se generaliza nas prefeituras e nos estados comandados pelo partido. Dessa forma, os governos têm aberto a administração pública à participação popular e aumentado o controle social sobre o Estado, além de modernizar e racionalizar as empresas estatais sem adotar medidas neoliberais “ao contrário, demonstra que pode existir *uma esfera pública, nem privada nem estatal*, capaz de voltar-se prioritariamente às necessidades da população”⁴²¹.

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 620.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p. 623.

⁴²⁰ *Ibidem*, p. 629.

⁴²¹ *Ibidem*, p. 630.

A respeito da última afirmação Figueiredo (2018) questiona se: “a consigna do público não estatal é, entretanto, como sabido, notoriamente neoliberal. Seria apenas uma contradição?”⁴²².

Ao repensar o governo da cidade e dos estados, e ao retomar a idéia do planejamento e do controle social, o PT está negando tanto as formas tradicionais do populismo e do clientelismo quanto as do neoliberalismo. Com isso, credencia-se para contrapor uma alternativa ao modelo neoliberal, no social e no estatal, no público e no privado; ao distribuir renda e abrir acessos à educação e à cultura para os excluídos e marginalizados, cria uma nova base social para nosso projeto político⁴²³.

A estratégia que buscava uma alternativa entre o socialismo soviético e a socialdemocracia, agora com o modo petista de governar e legislar, pretende ser alternativa à cooptação seletiva do populismo via liderança carismática, que além de não ser “para todos”, representa o atraso da política no país. Sendo, também, uma alternativa ao neoliberalismo, garantindo serviços públicos (em vez de privatização) à toda população e distribuição de renda, com vistas a promover a inclusão cidadã e econômica ao mesmo tempo, o que permitiria uma base social nova, até então não atendida nem pelo populismo, muito menos pelo neoliberalismo.

3.6 11° Encontro Nacional (1997)

O 11° Encontro Nacional de 1997, ocorreu em um contexto pós-aprovação da emenda de reeleição, significando a reafirmação da “força de compromisso histórico conservador que levou FHC à Presidência”⁴²⁴ e configurando “a mais ampla coalizão das classes dominantes de nossa história republicana”⁴²⁵. Objetivava a retomada do projeto neoliberal, o impedimento da eleição de Lula e a promoção do programa democrático-popular.

O neoliberalismo e sua implantação teria sido um fenômeno tardio no Brasil, devido à resistência do sindicalismo nos anos 1980, a CPI que derrubou Collor teria tido forte impacto também, o que dificultou a consecução dessa política. A política neoliberal promoveria “uma estratégia de inserção subordinada do País à economia internacional e desarticulação do Estado Nacional”⁴²⁶. Entre os efeitos dessa política, baseada na abertura

⁴²² Figueiredo, 2018, p. 152.

⁴²³ 11° Encontro Nacional [1997]. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 630.

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 652.

⁴²⁵ *Ibidem*.

⁴²⁶ *Ibidem*.

comercial, está a suscetibilidade da economia nacional frente aos ataques especulativos do capital financeiro internacional, e o aumento da dívida interna e externa. De outro lado, a exclusão social aumenta, pois a abertura comercial estaria produzindo a “desarticulação de parte da estrutura produtiva, desemprego e precarização das condições de trabalho”⁴²⁷.

O referido Encontro Nacional, ao diagnosticar que o modelo neoliberal é “incapaz de viabilizar o crescimento sustentável e enfrentar a pobreza”⁴²⁸, decidiu articular uma candidatura à presidência da República e uma plataforma que fosse “alternativa de desenvolvimento sustentável com justiça social”⁴²⁹. Neste sentido, considerou-se que a luta popular seria o principal instrumento de contraposição ao neoliberalismo e de sustentação do governo democrático e popular. Sendo assim, as resoluções apontam para a necessidade de “democratização radical da Sociedade e do Estado”⁴³⁰ que implica que:

8- Somente uma revolução democrática será capaz de pôr fim à exclusão, às desigualdades sociais e ao autoritarismo que marcam nossa história, oferecendo uma alternativa concreta e progressista ao nacional-desenvolvimentismo, superado historicamente, e ao conservadorismo neoliberal.

9- A revolução democrática exige uma nova economia, capaz de assegurar a superação do apartheid social no Brasil e desencadear um processo de inclusão social, que elimine o dualismo resultante da concentração de riqueza nas mãos de poucos.

10- Uma tal revolução implica uma poderosa mobilização social, capaz de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, multiplicando os mecanismos de controle social do Estado pela sociedade⁴³¹.

As transformações sociais passam por uma “revolução democrática”, alternativa ao neoliberalismo e ao nacional-desenvolvimentismo. A revolução democrática não deveria ser confundida com a velha etapa democrático-burguesa. Em uma nova economia, o “dualismo”, que também não deve ser confundido como consequência da convivência de um atraso semifeudal com uma economia moderna capitalista, mas antes fruto da concentração de renda, deve ser superado através da “inclusão social”.

A revolução democrática pretende aumentar o controle da “sociedade” sobre o Estado para viabilizar essas transformações, e somado a isso, para que possa viabilizar mudanças, o Estado também deve ser transformado e trataria de construir um Estado de Direito:

12- *A primeira questão democrática é a construção do próprio estado de direito no País, com uma reforma profunda do Poder Judiciário e do Poder Legislativo,*

⁴²⁷ *Ibidem.*

⁴²⁸ *Ibidem.*

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 653.

⁴³⁰ *Ibidem.*

⁴³¹ *Ibidem.*

além de enfrentar com coragem o fim dos monopólios dos meios de comunicação e a defesa dos direitos do consumidor.

13- A implantação do estado de direito deve estar acompanhada de mudanças ainda mais profundas, que assegurem mecanismos de participação direta da população nas decisões, como plebiscitos e referendos, e a constituição de novas esferas públicas não estatais, que permitam os mais diversificados mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado.⁴³²

Coerente com a estratégia de ampliação da democracia, e com sua visão sobre o Estado como indutor da economia e promotor/garantidor de direitos – diferentemente de “velhas” concepções que consideram o Estado como comitê de negócios da burguesia ou expressão política das relações de produção específicas de determinado período histórico –, este deve ser transformado a partir de reformas e de um conjunto de mecanismos que permitam a participação popular no seu interior, inserindo um suposto conteúdo “social” no Estado a partir de demandas sociais de classes historicamente excluídas das decisões políticas. Além da conformação de esferas públicas não estatais que aumentam o controle social sobre o Estado, espera-se um novo tipo de Estado.

A viabilização de um projeto nacional obviamente não poderia contornar a “questão nacional” e a “soberania nacional”, o Brasil deveria articular alianças com outros países buscando alterar a correlação de forças entre países em nível internacional, objetivando uma nova ordem mundial democrática e deslocando a dominação no mundo exercido “por uma só potência”, no caso os Estados Unidos.

15- *Para enfrentar a questão nacional, é necessária uma reforma do Estado e construir uma presença soberana do Brasil no mundo de hoje. Isso supõe uma política externa que estabeleça novas alianças internacionais e contribua para alterar as relações de força no mundo e para construir uma nova ordem mundial, justa e democrática.* Por essa razão, rejeitamos o projeto da ALCA [Área de Livre Comércio das Américas], apresentado pelos EUA, e lutamos pela redefinição e reestruturação do Mercosul, visando ampla integração e parcerias.

16- *Nossa presença soberana no mundo exige um projeto nacional de desenvolvimento e disposição de contribuir ativamente para construir um mundo diferente do atual, dominado por uma só potência e pelas organizações internacionais controladas de fato pelos EUA.* O Brasil pode ser um pólo importante de questionamento do projeto neoliberal e articulador de alianças estratégicas com países como África do Sul, China, Índia e outras nações, que recolorem na pauta a democratização radical dos organismos internacionais e a mudança nas relações econômicas, inaceitáveis, entre países pobres do Sul e o poder econômico e político crescente dos países ricos do Norte, em especial os EUA⁴³³.

⁴³² *Ibidem*, p. 654

⁴³³ *Ibidem*, grifos próprios.

O projeto nacional de desenvolvimento que se combina com articulações internacionais e entre países emergentes e pobres do Sul busca viabilizar uma “nova economia sustentável e solidária, para acabar com a exclusão social”⁴³⁴. Por sua vez, o neoliberalismo expressaria valores individualistas e consumistas, explicitando uma “crise de civilização promovida pelo capitalismo”⁴³⁵, e o desenvolvimento sustentável e solidário, que envolveria uma nova relação entre ética, economia e política, faria parte da construção de uma “perspectiva histórica anti-capitalista”⁴³⁶. Vejamos alguns elementos basilares da proposta:

18- A tarefa fundamental da economia é a inclusão de milhões de brasileiros, hoje à margem da produção e do consumo. Queremos um modelo de desenvolvimento orientado para a produção de bens de consumo de massa e serviços públicos essenciais, que priorize as condições básicas da subsistência e cidadania.

[...] Não nos confundimos com o populismo irresponsável, que não define como se financia o crescimento, nem como são distribuídos os sacrifícios.

20- Temos também como horizonte a disputa do novo paradigma tecnológico e construção de *uma economia competitiva, em novas bases e decisivamente orientada para a conformação de um amplo mercado de consumo de massas*.

21- Este modelo exige um Estado forte e de ações estratégicas, com capacidade efetiva de arrecadação tributária, financiamento, indução ao investimento, fiscalização e regulação econômica, e que articule distribuição da renda e riqueza com crescimento sustentado. Esta nova economia terá que diversificar as formas de propriedade, valorizar a produção familiar, as experiências de autogestão e o cooperativismo. A reforma agrária e a pequena produção familiar no campo são dimensões estratégicas deste novo caminho para o desenvolvimento⁴³⁷.

O novo modelo econômico, baseado na solidariedade, convive harmonicamente com a construção de uma economia competitiva. Priorizando o básico para a subsistência e a cidadania, não se confunde com a irresponsabilidade e a dubiedade do populismo que oculta os reais beneficiários do crescimento econômico. Com isso, nota-se o tom de responsabilidade e de transparência do PT como gestor do Estado e da política econômica, ao contrário da “manipulação populista”.

Ao Estado cabe o papel de indutor do desenvolvimento, em busca da promoção da distribuição de renda, tendo na construção do mercado interno de consumo de massas o carro chefe das transformações sociais. A “globalização do capital financeiro” inviabilizaria “qualquer estratégia de desenvolvimento nacional”⁴³⁸, e é por meio do mercado interno de massas que se poderia gerar empregos e valorizar salários, somado ao estímulo às pequenas

⁴³⁴ *Ibidem*.

⁴³⁵ *Ibidem*.

⁴³⁶ *Ibidem*.

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 654-655.

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 655.

empresas importantes na geração de mais postos de trabalho. A fim de viabilizar o projeto nacional de desenvolvimento:

55- O PT tem de consolidar a articulação da Frente das Oposições e dar continuidade à construção de proposta programática e candidatura única, que expressem alternativa ao neoliberalismo e orientem a política de alianças.

56- A despeito da atual correlação de forças, que começa a mudar, vamos disputar as eleições para vencer. Seja como for, devemos fazer das eleições uma batalha cultural, que reverta a hegemonia conservadora, acumulando forças em proveito de um novo projeto nacional de desenvolvimento e crie condições de governabilidade para uma coalizão democrático-popular⁴³⁹.

Sendo o principal partido de oposição no país, o PT apresentou candidatura própria à disputa presidencial, que deveria ser apresentada à Frente das Oposições composta por PC do B, PSB e PDT. Em relação à tática eleitoral, deveria prever “alianças mais amplas que o campo democrático-popular”⁴⁴⁰, não apenas no âmbito nacional, mas incluso o estadual, a evitar o sectarismo e a desfiguração do programa ou o oportunismo eleitoreiro. A necessidade de incorporar “a questão da soberania nacional” e a ampliação de alianças, passou pela disputa do centro político e de personalidades, disputa por setores do PMDB, e mesmo do PSDB que se oponham ao governo FHC.

O caminho das transformações tem na vitória presidencial das eleições de 1998 seu pressuposto. A essa altura, a referência ao socialismo quase que desaparecera das resoluções, porém, é reapresentado sob a forma de *valores* e na sua relação com a democracia. As resoluções afirmam que os problemas que as experiências socialistas do século XX tentaram combater não foram resolvidos. O desemprego, a exclusão social e a precarização do trabalho não seriam fruto de recessões, “como ocorria no passado”⁴⁴¹, mas de uma “forma perversa de crescimento”⁴⁴² que se concentrou renda a partir do modelo implementado pelo Golpe de 1964, no neoliberalismo destruía as perspectivas de um projeto nacional e aprofundava e acelerava a concentração da riqueza. O socialismo do século XX teria fracassado em promover *um crescimento econômico com distribuição de renda*. De acordo com as resoluções:

80- Um novo projeto socialista contemporâneo deve dar conta dos grandes problemas onde o socialismo do século XX acabou fracassando: promover o crescimento acelerado da economia, que os países periféricos exigem, realizando um processo sustentado de distribuição de riqueza. É fundamental mudar radicalmente a organização dos processos de trabalho em todas as esferas da

⁴³⁹ *Ibidem*, p. 659.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 661.

⁴⁴¹ *Ibidem*, p. 662.

⁴⁴² *Ibidem*.

atividade econômica, fazendo com que as atividades produtivas sejam cada vez mais momentos criativos de autoconstrução individual e coletiva.

81- Mas o socialismo exige, sobretudo, a socialização da política. Por esta razão, há uma ligação umbilical entre socialismo e democracia. A democracia é uma conquista dos trabalhadores e não um presente das classes dominantes. A estratégia de construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, acompanhado da perspectiva de uma revolução democrática e de uma nova economia sustentável e solidária recolocam os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo, responsável pela desconstituição nacional e social do País⁴⁴³.

O socialismo é rerepresentado em forma de princípios e valores em contraposição ao neoliberalismo, pressupondo uma revolução democrática acompanhada de uma economia sustentável e solidária, no bojo de um projeto nacional de desenvolvimento. Socialismo e democracia são tratados de forma sinonimizada, para alcançar o primeiro necessita-se previamente da socialização da política. Ou seja, a democracia, ao se realizar, já configuraria o próprio socialismo.

O socialismo exigiria a socialização da política para alcançar a democracia, mas o resultado, ou seja, a própria democracia, já tratava de ser o socialismo. O raciocínio era tautológico: a democracia era necessária para alcançar o socialismo, mas o socialismo seria a própria efetivação da democracia. Este que fora, outrora, um objetivo estratégico, depois um conjunto de “valores e princípios”, e, finalmente, um projeto nacional em contraposição ao neoliberalismo. O socialismo seria, enfim, a revolução burguesa não realizada ou, em síntese: a emancipação política não cumprida ou “em atraso”⁴⁴⁴.

A cisão entre economia e política, e a ênfase na última, é o que permite o raciocínio tautológico da resolução a respeito da relação entre socialismo e democracia, que desconsidera a especificidade das relações de produção e suas expressões políticas. Além disso, rerepresenta o socialismo, no caso sinônimo de realização da democracia, não como antagonista ao capitalismo, mas o realizador de supostas promessas não cumpridas pela revolução burguesa.

Em 1998, foi realizado o Encontro Nacional Extraordinário, orientado especificamente pela disputa eleitoral. Conforme orientação do 11º Encontro, era necessário estabelecer alianças mais amplas que “o campo democrático-popular”, tendo como critério a oposição ao Governo FHC e ao neoliberalismo. Objetivava consolidar a unificação do campo democrático-popular (PT, PC do B, PSB, PDT) em uma candidatura única. Sendo assim, Lula se consolidou como candidato à presidência pelo PT e o PDT indicou Leonel Brizola como seu vice. É válido enfatizar que as alianças não excluía a disputa por parte

⁴⁴³ *Ibidem*, p. 663.

⁴⁴⁴ Figueiredo, 2018, p. 156.

do PMDB e do PSDB. Se em 1994, a candidatura FHC “foi a solução que as elites empresariais e políticas encontraram para retomar o projeto neoliberal”⁴⁴⁵, em 1998, o país, sob os efeitos recessivos do neoliberalismo, encontrava-se em uma situação social pior. Assim, o fim das medidas neoliberais só poderia vir do resultado eleitoral daquele ano. As diretrizes para o Programa de Governo buscam esclarecer seu sentido:

O Programa não se confunde com o programa socialista do PT ou com os dos outros partidos da Frente. Suas reivindicações se inserem em uma transformação de longo prazo e refletem o Brasil e o mundo que queremos, ainda que esses objetivos não sejam alcançados no prazo de um governo. As reformas que o Programa propõe, ainda que situadas no marco de uma sociedade capitalista, *se chocam com o capitalismo realmente existente no Brasil*. A implementação de um programa radical de reformas – por seus efeitos econômicos, mas sobretudo por sua capacidade política de agregar forças sociais – contribuirá para a refundação de uma perspectiva socialista no País.

Nosso Programa faz parte de uma estratégia de transformação global do País. Por isso não se pode escamotear dificuldades políticas, econômicas, jurídicas, culturais que irá enfrentar. Deve ser ainda peça de mobilização social e política. Defendemos um programa de ruptura com o neoliberalismo. Somos a candidatura que vai substituir a atual política econômica por outra que compatibilize estabilidade com crescimento sustentado, assentada em três eixos: distribuição de renda e riqueza, defesa da soberania nacional e democratização radical da política e da sociedade brasileiras, numa perspectiva socialista⁴⁴⁶.

O capitalismo *realmente existente* é a sua versão neoliberal, e é com ele que as reformas entrarão em choque e não com os mecanismos em si do capitalismo, produzindo uma ruptura não com ele, mas com o neoliberalismo. Trata-se de um programa de crescimento econômico baseado nos eixos social, nacional e democrático, que dizem respeito, respectivamente, a: distribuição de renda, soberania nacional e democratização da política.

As reformas não buscam uma ruptura tendo o socialismo como objetivo estratégico, antes apenas uma desbotada “perspectiva” socialista. Porém, ainda haverá espaço nas resoluções para “dotar o Estado de capacidade para a promoção de políticas públicas”⁴⁴⁷ nas áreas sociais e de infraestrutura “sozinho ou *em parceria com a iniciativa privada*”⁴⁴⁸. A temática da Reforma do Estado incorpora um dos eixos das medidas neoliberais de FHC, e as reformas sociais se transformam em políticas públicas que podem contar com a iniciativa privada como parceira.

⁴⁴⁵ Encontro Nacional Extraordinário [1998]. *In*: Almeida *et al.*, 1998, p.669.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 675.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, p. 680.

⁴⁴⁸ *Ibidem*, grifo próprio.

Ao final da disputa presidencial, Lula saiu derrotado pela terceira vez e FHC vitorioso, novamente em 1º turno. Fernando Henrique Cardoso com 53,06% dos votos enquanto Lula com 31,71%.

3.7 12º Encontro Nacional (2001)

O 12º Encontro Nacional ocorreu em 2001 às vésperas da eleição de 2002. As resoluções do evento reafirmaram os três eixos: social, democrático e nacional, já delineados nos encontros anteriores. O modelo de desenvolvimento a ser dirigido pelo governo democrático e popular “estará sustentado num novo contrato social, fundado num compromisso estratégico com os Direitos Humanos, na defesa de uma revolução democrática no país”⁴⁴⁹. A proposta alternativa significaria uma “ruptura” com “nossa herança de dependência externa, de exclusão social, de autoritarismo e de clientelismo e, simultaneamente, com o neoliberalismo mais recente”⁴⁵⁰, o que envolveria uma disputa por hegemonia em torno de valores democráticos que se contrapunham às práticas do clientelismo, da privatização e da mercantilização.

O referido Encontro representará a culminância da moderação na estratégia democrático-popular do PT. Após constantes reafirmações da “ampliação das alianças” e da necessidade de um novo modelo econômico baseado no crescimento econômico com distribuição de renda, no investimento produtivo, na valorização salarial e na defesa da nação. Finalmente reencontramos a classe social, que, até então, renegada pelo partido, não era denominada diretamente nos encontros passados, no caso, a burguesia.

*Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que dêem suporte ao Estado-nação brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover a inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social e serão penalizados. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo*⁴⁵¹.

Se a formulação democrático-popular rejeitava a ideia de uma aliança com a burguesia, ou de pactos sociais que sempre excluíram os trabalhadores econômica e

⁴⁴⁹ 12º Encontro Nacional, p. 38. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-resolucoes-xii-encontro.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

⁴⁵⁰ *Ibidem*.

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 39, grifos próprios.

politicamente, agora, de forma elegante, propõe um “novo contrato social” com “amplas forças” que darão suporte ao “Estado-Nação”. E esta ampla aliança é composta não apenas por pequenos e microempresários, como no passado, mas por “empresários produtivos de qualquer porte”. Já os “rentistas” e os “especuladores” não se beneficiarão do novo contrato social, antes penalizados e alvos das políticas distributivistas. É com o mercado interno de consumo de massas que se desestruturará a lógica “puramente” financeira e especulativa, garantindo “previsibilidade e estímulo ao capital produtivo”.

Os trabalhadores e os demais que ainda serão incluídos na política de crescimento são considerados a principal base de sustentação do novo contrato social, já que se beneficiariam das melhorias em suas condições de vida. Pequenos empresários e setores médios também seriam contemplados pelo crescimento econômico, por meio da ampliação de oportunidades e redução da violência social.

A perspectiva da inclusão social, é um dos objetivos básicos da proposta de governo e diz respeito a “uma multidão não organizada *que não chega a ser cidadã e que quase não é produtora e consumidora*”⁴⁵². Os chamados “excluídos” ainda teriam que cumprir uma etapa de se inserirem em relações assalariadas, produzindo riqueza para outrem e consumindo mercadorias, dessa forma percorrendo os degraus econômicos da escada que leva ao paraíso da cidadania. A propositura afirma que a inclusão produzirá condições para a auto-organização dessa camada social, convertendo-a em “uma relevante força política cidadã”⁴⁵³. Todos estes elementos, de acordo com os formuladores, levariam “a construção de um país mais homogêneo do ponto de vista social”⁴⁵⁴ que traria benefícios para a “grande maioria”.

Se, de um ponto de vista econômico, o novo modelo de desenvolvimento pretende dar “previsibilidade ao capital produtivo”, de um ponto de vista político, ocorre o mesmo em relação ao Estado. As transformações sociais ocorrerão sem nenhuma ruptura institucional, mas no interior do “Estado de direito”.

A construção do novo modelo de desenvolvimento se dará nos marcos do Estado de direito. Nossas propostas de mudanças profundas nos rumos do país serão transparentes e previsíveis, marcadas pela disposição permanente ao diálogo,

⁴⁵² *Ibidem*, grifos próprios.

⁴⁵³ *Ibidem*.

⁴⁵⁴ *Ibidem*.

respeitando sempre os princípios de nosso projeto: desenvolvimento autônomo, justiça social, participação democrática⁴⁵⁵.

Os três eixos (social, democrático e nacional) do programa, pretendem entre outros objetivos, sob a ótica do social, promover a inclusão social, garantindo trabalho, renda, direitos de proteção, subordinando a dinâmica econômica para prioridades macrossociais; do democrático, a democratização do Estado e viabilização da participação política popular; e do nacional, proporcionar a soberania nacional econômica e política.

Neste sentido, de acordo com as resoluções, “avançar em direção a esses objetivos implicará um persistente esforço de crescimento econômico”⁴⁵⁶, já que é a “aceleração do crescimento econômico acompanhada de distribuição de renda e riqueza”⁴⁵⁷ que “permitirá integrar expressivos contingentes da população brasileira ao mercado”⁴⁵⁸. A realização das medidas do tripé programático só pode se realizar se houver crescimento econômico, e é este o centro real do novo modelo de desenvolvimento, proporcionar ações que criem condições para o crescimento da economia. Esta última, já não é denominada como “capitalista”, mas tratada como “interesse nacional”.

As tarefas de caráter antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias desapareceram das resoluções, e sob cores pálidas uma imprecisa inserção soberana na ordem internacional substituiu as tarefas antimonopolistas e anti-imperialistas, e uma reforma agrária restrita ao crédito e à comercialização aparece no lugar da tarefa antilatifundiária.

Apesar das críticas aos setores especulativos do capital, ainda houve tempo para o partido fazer acenos para este setor. Em 2002, durante o processo eleitoral, Lula lança a “Carta ao povo brasileiro”, no intuito de acalmar os mercados financeiros. Afirma que o novo modelo econômico estaria embasado em uma ampla negociação nacional que “que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade”, a premissa dessa transição “será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país”⁴⁵⁹. Em relação ao mercado financeiro a carta diferencia a “pura especulação” das preocupações “legítimas” do setor.

As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. *À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é*

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 38.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p. 27.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 30.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 30-31.

⁴⁵⁹ Carta ao povo brasileiro, 2002, p. 3. <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaopovobrasileiro.pdf>. Acesso: 20/09/2023.

*uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.*⁴⁶⁰

A carta enfatiza a necessidade do crescimento econômico, bem como o crescimento das exportações e uma política de substituição de importações. Compromete-se com o equilíbrio fiscal e o superávit primário. Por fim, reafirma a necessidade de desenvolvimento do mercado e do crescimento econômico.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações. [...] Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.⁴⁶¹

O PT finalmente realiza seu objetivo de conquista do Governo Federal, vencendo as eleições de 2002 que dará início a 4 mandatos de governos petistas na Presidência da República.

⁴⁶⁰ *Ibidem*, grifo próprio.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 5.

CAPÍTULO 4 – DO SOCIALISMO AO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MERCADO INTERNO DE MASSAS

Neste capítulo pretendemos compreender as alterações e as metamorfoses que passou a estratégia democrático-popular ao longo de duas décadas. Da afirmação inicial do socialismo como objetivo estratégico e da recusa a uma aliança de classes com a burguesia nos anos 1980, passa a se confundir com a democracia no início dos anos 1990, ocorrendo um processo de sinonimização entre socialismo e democracia sob a denominação de “Socialismo Democrático”, a democracia, sendo considerada como meio e fim do socialismo, passa a ser seu conteúdo conformando uma estratégia de democratização. Durante a década de 1990, as referências ao socialismo diminuem gradativamente em razão da crescente afirmação da soberania nacional culminando em um novo projeto nacional de desenvolvimento ancorado em um mercado interno de consumo de massas, que fundamentará a aliança entre empresários e trabalhadores.

Nos anos 1980, um dos aspectos centrais da nova formulação estratégica, em seu momento inicial de conformação, foi a negação da estratégia etapista do PCB, baseada em uma aliança entre proletariado e burguesia para a realização de uma etapa capitalista necessária e prévia a uma revolução socialista no Brasil. A nova estratégia afirma a independência de classe dos trabalhadores, rejeitando o protagonismo e a aliança estratégica em relação à burguesia. No lugar de uma etapa capitalista ou democrático-burguesa, é identificado que a burguesia brasileira, devido ao seu caráter dependente, possui uma incapacidade estrutural para realizar tarefas democráticas. Estas deveriam ser levadas a cabo pelo proletariado, agora sob a denominação de tarefas democrático-populares com caráter antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário, objetivando o socialismo e não uma etapa capitalista.

Essa é a configuração inicial da estratégia democrático-popular que foi formalizada no 5º Encontro Nacional de 1987. As tarefas democrático-populares, ainda que não contivessem propriamente um conteúdo socialista, entrariam em choque com a ordem burguesa produzindo uma ruptura revolucionária que levaria ao socialismo. Porém, a ruptura revolucionária não adviria de uma insurreição, como no caso da Revolução de Outubro na Rússia, mas antes por meio de um “governo” capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, constituído por forças sociais em choque com a ordem burguesa e o capitalismo.

Dessa forma, “um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária”⁴⁶², aponta-se que para a realização dessas tarefas seriam necessárias a “adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista”⁴⁶³.

4.1 Ruptura e processualidade

Nota-se um elemento que nos parece central para a compreensão das metamorfoses da estratégia democrático-popular, que é na sua configuração inicial um tensionamento interno entre uma concepção rupturista e outra processual de revolução. Por mais que se afirme a necessidade de uma ruptura revolucionária, e que para “extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista” é necessário “em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia”⁴⁶⁴, existiria uma mediação prévia que é a eleição de um governo democrático e popular para viabilizar a ruptura.

O desejado desenlace revolucionário deve ser antecedido por uma vitória eleitoral prévia na institucionalidade burguesa. Tal visão está amparada em um diagnóstico que supõe a ausência de condições da luta pelo poder político e pelo socialismo, e que em uma compreensão sobre a consciência de classe dos trabalhadores, estes ainda não possuiriam a consciência da necessidade da conquista do poder político ou da construção do socialismo⁴⁶⁵. Na ausência dessas condições, caberia o fortalecimento da organização da classe e suas lutas, ampliando o espaço democrático, bem como a “ocupação de cargos institucionais nas eleições”.

Acreditamos que apesar da afirmação da necessidade de ruptura e do objetivo estratégico socialista, aparentemente, colocar em evidência o elemento rupturista, a via para sua realização, no caso a conquista de um governo democrático e popular, nos parece inserir importantes contradições na estratégia e contrapesos, ganhando mais força seu elemento processual, ainda que a relação conflituosa persista.

Essa relação conflituosa no interior da estratégia e que a emoldura, possui determinações históricas prévias, que envolvem balanços e reflexões históricas sobre

⁴⁶² Almeida *et al.*, 1998, p. 322.

⁴⁶³ *Ibidem.*

⁴⁶⁴ *Ibidem.*

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p. 251 e 313.

estratégias políticas. Neste sentido, o que a tensão interna na estratégia democrático-popular expressa é, devido a forma particular de apropriação por parte de seus formuladores e das correntes do partido, um conflito entre modelos estratégicos de revolução formulados anteriormente.

A perspectiva rupturista vinculada a determinadas formulações de Marx e Engels, principalmente em torno de seus conceitos de “Revolução permanente” e “Ditadura do proletariado”, contidos em seu “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848 e na “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”, de 1850. Já o outro modelo, próximo a uma perspectiva processualista, se vincularia a determinada apreensão das formulações de Gramsci em torno da hegemonia.

As duas formulações acabam por se desdobrar, em uma leitura gramsciana, na diferenciação entre guerra de movimento e guerra de posição, a primeira é ligada à estratégia da “revolução permanente” ou ao modelo bolchevique de revolução na Rússia, de 1917, de assalto revolucionário do poder, que se desenvolveu em países absolutistas, liberais elitistas numa fase concorrencial do capitalismo, ou formações sociais em que convivem relações feudais com baixo desenvolvimento capitalista e autocracia política. Por outro lado, a guerra de posição se vincula à fórmula da hegemonia, que seria adequada aos países de capitalismo desenvolvido. As duas modalidades de revolução são enquadradas dessa maneira por Coutinho:

[...] há na tradição marxista duas concepções principais de revolução (ou de transformação socialista):

- a) Uma, que eu chamaria de revolução explosiva, vê a revolução como algo concentrado num curto lapso de tempo, assumindo em geral uma forma insurrecional; ela me parece presente na obra de Marx e Engels entre 1848 e 1850, bem como na tradição bolchevique e, particularmente, em Lenin e Trotski;
- b) E um outro conceito, que chamaria de conceito da revolução processual, no qual a revolução é vista como uma série de eventos que ocorrem numa fase histórica mais ou menos prolongada; esse conceito, que me parece já estar presente na obra do último Engels (do último Engels, do autor do “Prefácio” de 1895 à reedição de *As lutas de classes na França* de Marx), sistematizado por Gramsci, particularmente no conceito de “guerra de posição” como algo contraposto a “guerra de movimento”, que teria sido esta última, a estratégia predominante na revolução bolchevique de 1917⁴⁶⁶.

A partir das considerações iniciais de Coutinho, pretendemos analisar algumas formulações de Marx, Engels e Gramsci, a fim de melhor delimitar os aspectos das formulações estratégicas.

⁴⁶⁶ Coutinho, 1986, p. 132.

No Manifesto Comunista, publicado em 1848, Marx assinala que após estabelecida a grande indústria e o mercado mundial, a burguesia teria finalmente conquistado “a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno”⁴⁶⁷. Neste sentido, o “executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”⁴⁶⁸. Com isso, estabelece que generalizada as relações capitalistas de produção, o Estado moderno também seria decorrente dessas mesmas relações representando a dominação de classe burguesa. Para Marx e Engels, o “poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”⁴⁶⁹, essa compreensão sobre o Estado indica a coerção burguesa sobre o proletariado e será um importante elemento para a teoria revolucionária socialista. Frente à dominação burguesa e em meio a luta de classes, aponta-se que:

Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia⁴⁷⁰.

Aqui, é evidente a compreensão da luta de classes como uma guerra entre classes, e que apesar de aparecer de uma forma dissimulada ou oculta, tem seu momento de explosão em uma revolução aberta e violenta contra a burguesia. Ademais do caráter violento da revolução, a formulação no Manifesto acrescenta que o proletariado deve se organizar como classe para se erigir como classe dominante, que não terá outra função se não a de abolir as relações de produção que estruturam as classes sociais. Assim, se abolirá como classe e como dominação de classe, iniciando assim uma nova sociedade.

Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, *se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe.*

Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos⁴⁷¹.

Em “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”, de 1850, Marx e Engels buscam as melhores orientações políticas ao proletariado naquele momento específico, e defendiam que o proletariado já deveria se preparar, no caso de vitória da burguesia

⁴⁶⁷ Marx; Engels. O manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 42.

⁴⁶⁸ *Ibidem*.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p. 59.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 50.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 59, grifo próprio.

democrática sobre seus inimigos, para se contrapor à sua antiga aliada (a burguesia), fazendo uso de uma revolução violenta, que inclui o uso de meios militares. Sendo necessário fazer uso de “uma organização independente do proletariado, legal e secreta” e “da criação de comitês e de milícias operárias armadas, e da utilização da tática da desestabilização”⁴⁷².

A Europa havia passado por uma onda de revoluções em 1848 e 1849. Na Alemanha, o movimento liderado pela burguesia liberal contou com a coalizão da pequena burguesia industrial, de caráter democrata, dos camponeses e do proletariado contra as parcelas feudais absolutistas. Ao se deparar com a força e a radicalidade do movimento, a burguesia liberal acabou por conciliar com os senhores feudais, contrariamente ao movimento inicial.

A noção de “revolução permanente” de Marx e Engels é associada a um período histórico particular em que ainda não haveria, segundo Coutinho, uma socialização da política, não existindo os grandes partidos políticos e sindicatos operários, parlamentos eleitos pelo sufrágio universal, um Estado ainda restrito e repressivo. O texto de Marx alerta que:

Já em 1848, vos dissemos, irmãos, que os liberais burgueses alemães logo chegariam ao poder e empregariam imediatamente contra os operários esse poder recém-conquistado. Já vistes como se realizou isto. Com efeito, imediatamente depois do movimento de março de 1848, foram os burgueses que ficaram com o poder, utilizando-o sem delongas para forçar os operários, seus aliados na luta, a voltar à sua condição anterior de oprimidos⁴⁷³.

Estes movimentos ocorriam em regiões que ainda não haviam completado o ciclo da revolução burguesa, principalmente regiões onde só posteriormente realizaria, na década de 1870, sua unificação nacional, como a Alemanha e Itália. Ainda sob os impactos da Revolução Francesa, de 1789, a ordem feudal aceitava uma aliança com a burguesia comercial buscando protelar um pouco mais seu domínio.

Sinteticamente, tratava-se de um momento histórico em que as relações de produção feudais conviviam com as relações de produção capitalistas que começavam a se desenvolver; a estrutura social organizava-se em classes híbridas, os estamentos feudais juntamente a classes propriamente derivadas do capitalismo; a superestrutura política expressava a crise da antiga ordem em seu conflito com a nova ordem em desenvolvimento. Porém esta ainda permanecia cumprindo a função de realizar os interesses feudais, a própria

⁴⁷² Tumolo, 2014, p. 24.

⁴⁷³ Marx; Engels. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. v. 1, p. 84.

fragmentação territorial em detrimento de uma unidade nacional, e logo de um Estado nacional, seria um desses elementos.

Em relação as condições observadas, verifica-se claramente que é um tipo de sociedade em transição entre a ordem feudal em decomposição e a expansão de modernas relações sociais do modo de produção capitalista, o que colocaria a perspectiva da revolução burguesa em seu horizonte.

Marx e Engels, como dirigentes da Liga dos Comunistas, buscaram equacionar o impasse vivido pelo proletariado neste momento, qual seja a sua ação quando ainda luta contra os inimigos de seus inimigos, no caso a ordem feudal. Mas, após a “traição” da burguesia liberal, que se alia aos estamentos feudais, a questão que se coloca é se o proletariado deveria se aliar ao partido da pequena burguesia.

Para Marx, a pequena burguesia democrática ocuparia, em uma próxima revolução, o mesmo papel de traição dos burgueses liberais em 1848.

Longe de desejar a transformação revolucionária de toda a sociedade em benefício dos proletários revolucionários, a pequena-burguesia democrata tende a uma mudança da ordem social que possa tornar a sua vida, na sociedade atual, mais cômoda e confortável. Por isso, reclama em primeiro lugar uma redução dos gastos do Estado por meio de uma limitação da burocracia e do deslocamento das principais cargas tributárias para os ombros dos grandes proprietários de terras e burgueses. Exige, ademais, que se ponha fim à pressão do grande capital sobre o pequeno, pedindo a criação de instituições de crédito do Estado e leis contra a usura, com o que ela e os camponeses teriam a possibilidade de obter, em condições favoráveis, créditos do Estado, em lugar de serem obrigados a pedi-los aos capitalistas; ela pede, igualmente, o estabelecimento de relações burguesas de propriedade no campo, mediante a total abolição do feudalismo. Para levar a cabo tudo isso, precisa de um regime democrático, seja constitucional ou republicano, que dê maioria a ela e a seus aliados, os camponeses, e autonomia democrática local, que ponha nas suas mãos o controle direto da propriedade comunal e uma série de funções desempenhadas hoje em dia por burocratas⁴⁷⁴.

A pequena burguesia procura resistir à sua própria opressão, constituindo-se como uma classe intermediária que enfrenta pressões sociais tanto do proletariado quanto da burguesia. No entanto, não busca sua emancipação por meio da abolição das relações capitalistas de produção, mas sim através de um conjunto de medidas destinadas a aliviar as pressões e condições enfrentadas pelos pequenos capitalistas diante dos grandes capitalistas e do proletariado.

Os democratas pequeno-burgueses acham também que é preciso opor-se ao domínio e ao rápido crescimento do capital, em parte limitando o direito de herança, em parte pondo nas mãos do Estado o maior número possível de empresas. No que toca aos operários, é indubitável que devem continuar sendo

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 85.

operários assalariados; os pequeno-burgueses democratas apenas desejam que eles tenham salários mais altos e uma existência mais garantida e esperam alcançar isso facilitando, por um lado, trabalho aos operários, através do Estado, e, por outro, com medidas de beneficência. Numa palavra, confiam em corromper os operários com esmolas mais ou menos veladas e debilitar sua força revolucionária por meio da melhoria temporária de sua situação. Nem todas as frações da democracia pequeno-burguesa defendem todas as reivindicações que acabamos de citar. Tão somente uns poucos democratas pequeno-burgueses consideram seu objetivo o conjunto dessas reivindicações. Quanto mais avançam alguns indivíduos ou frações da democracia pequeno-burguesa, tanto maior é o número dessas reivindicações que apresentam como suas, e os poucos que vêm no acima exposto o seu próprio programa supõem, certamente, que ele representa o máximo que se pode exigir da revolução. Mas essas reivindicações não podem satisfazer de nenhum modo ao partido do proletariado⁴⁷⁵.

Apesar de, no primeiro momento, parecer que os autores não concordariam com uma aliança com os democratas pequeno-burgueses, já que da mesma maneira que a grande burguesia liberal, a pequena burguesia também trairia o proletariado em uma nova revolução, diagnostica-se que a partir do desenvolvimento da revolução, o proletariado ainda não reuniria condições de estabelecer uma nova ordem social. Neste caso a democracia pequeno-burguesa teria, por um tempo, influência predominante.

Então, o fundamental seria evitar que o partido proletário caísse sob a direção e a influência completa dos democratas pequeno burgueses. Para isso, deveria se constituir da forma “mais organizada, mais unânime e mais independente, se não quer ser de novo explorado pela burguesia e marchar a reboque desta, como em 1848”⁴⁷⁶. A tarefa geral dos trabalhadores seria marchar junto com a pequena burguesia “na luta pela derrubada daquela fração cuja derrota é desejada pelo partido operário; marchar contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno-burguesa queira consolidar o poder em proveito próprio”⁴⁷⁷.

A aliança com a pequena burguesia é estrategicamente formulada em três momentos: primeiro, quando a pequena burguesia democrática, juntamente com a sociedade, se encontra oprimida pela aliança entre a burguesia liberal e os estratos feudais; em seguida, durante a luta em que esse setor revolucionário buscará união com o proletariado e todas as camadas oprimidas pelos setores feudais; e, por fim, após essa luta, quando esse setor deseja consolidar seu poder em benefício próprio. A tarefa geral dos trabalhadores é marchar junto com a pequena burguesia “na luta pela derrubada daquela fração cuja derrota é desejada pelo partido operário; marchar contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno-burguesa queira consolidar o poder em proveito próprio”⁴⁷⁸.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p. 86.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p. 84.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 85

⁴⁷⁸ *Ibidem*.

Diante do prognóstico de que o setor revolucionário da pequena burguesia pretenderia encerrar rapidamente o movimento insurrecional para consolidar e efetivar seu poder de forma pacífica e gradual, o proletariado deveria tornar a revolução *permanente*. A principal exigência para que esta estratégia se desenvolvesse era o partido operário, diante de uma aliança com a pequena burguesia, manter sua autonomia de classe e de organização, rejeitando a proposta de formar um grande partido de oposição, com todas as forças oprimidas pelo regime, em que apesar de predominar frases socialdemocratas, oculta-se os interesses particulares, em nome da paz, as reivindicações proletárias seriam proteladas.

Por isso, em vez de novamente ser caudatário de outra classe, Marx afirma a necessidade de “uma organização independente do partido operário, ao mesmo tempo legal e secreta”⁴⁷⁹, que deveria constituir sociedades operárias em que os operários pudessem discutir suas reivindicações longe da influência burguesa. A massa da pequena burguesia manteria uma postura de expectativa e de irresolução diante de uma revolução, mantendo-se irresoluta pelo tempo necessário e aguardando até que a vitória fosse assegurada pelo proletariado. Para, em seguida, usá-la em benefício próprio e convidarem o proletariado que retomem o trabalho e a tranquilidade. Mantida a autonomia do partido proletário, esta permitirá, em um segundo momento, sua diferenciação em relação à fração burguesa. O que propiciaria um impasse em um terceiro momento por meio da instauração de uma dualidade de poderes através de conselhos e comitês operários.

Os operários deveriam arrancar garantias tão logo os democratas burgueses tomem o poder, ao mesmo tempo em que se estabelecem os novos governos oficiais. Ao seu lado devem ser constituídos governos operários revolucionários, objetivando a perda de apoio dos operários aos novos governos democrático-burgueses, e a desconfiança deveria ser despertada não mais contra o partido reacionário da aristocracia, que foi derrotado, mas contra “os antigos aliados, contra o partido que queira explorar a vitória comum no seu exclusivo benefício”⁴⁸⁰. Dessa forma, considerando que a pequena burguesia atacaria o proletariado para consolidar seu poder, estes deveriam se organizar de forma armada e centralizada.

2. Mas, para opor-se enérgica e ameaçadoramente a esse partido, cuja traição aos operários começará desde os primeiros momentos da vitória, estes devem estar *armados e organizados*. Dever-se-á armar, imediatamente, todo o proletariado, com fuzis, carabinas, canhões e munições; é preciso opor-se ao ressurgimento da velha milícia burguesa, dirigida contra os operários. Onde não se possa adotar essas medidas, os operários devem procurar organizar-se independentemente,

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 87.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, p. 88-89.

como guarda proletária, com chefes e um estado-maior eleitos por eles próprios, e pôr-se às ordens, não do governo, mas dos conselhos municipais revolucionários criados pelos próprios operários. Onde os operários trabalharem em empresas do Estado, deverão promover seu armamento e organização em corpos especiais com comandos eleitos por eles mesmos, ou como unidades que participem da guarda proletária. *Sob nenhum pretexto entregarão suas armas e munições*; toda tentativa de desarmamento será rejeitada, caso necessário, pela força das armas. Destruição da influência dos democratas burgueses sobre os operários; formação imediata de uma organização independente e armada da classe operária; criação de condições que, na medida do possível, sejam as mais duras e comprometedoras para a dominação temporária e inevitável da democracia burguesa: tais são os pontos principais que o proletariado e, portanto, a Liga deve ter em mente *durante a próxima insurreição* e depois dela.

3. Logo que os novos governos se tenham consolidado um pouco iniciarão suas lutas contra os operários. A fim de estarem em condições de oporem-se energicamente aos democratas pequeno-burgueses, é preciso, sobretudo, que os operários estejam organizados de modo independente e centralizados através dos seus clubes⁴⁸¹.

Marx também propõe a participação do proletariado nas eleições, devendo exigir a eleição de uma assembleia nacional representativa, onde o proletariado deveria, ao lado das candidaturas burguesas, lançar candidatos operários por toda parte, mesmo “*que não exista esperança alguma de triunfo, os operários devem apresentar candidatos próprios para conservar a independência*” e “*fazer uma avaliação de forças e demonstrar abertamente a todo mundo sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido*”⁴⁸². Ainda que mantida a radicalidade do programa do partido operário:

Enquanto os pequeno-burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido, no máximo, os reclamos supramencionados, os nossos interesses e as nossas tarefas *consistem em tornar a revolução permanente* até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em *todos os países predominantes do mundo*, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de abolir-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova. Não resta a menor dúvida de que, com o desenvolvimento da revolução, a democracia pequeno-burguesa obterá, na Alemanha, por algum tempo, uma influência predominante⁴⁸³.

A proposta da revolução permanente considera que pelas circunstâncias históricas, ainda não haveria condições para o proletariado tomar o poder. Portanto, inicialmente, o proletariado estaria coligado com a pequena burguesia democrática contra as forças do feudalismo, lutando contra os inimigos de seu inimigo e radicalizando as propostas dos

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 89, grifos próprios.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 89-90, grifos próprios.

⁴⁸³ *Ibidem*, p. 86-87.

democratas burgueses. A perspectiva é que a revolução não se encerre nos limites democrático-burgueses, por isso a necessidade de seu caráter se tornar “permanente”, devendo o proletariado se organizar de forma autônoma, operacionalizando um conjunto de táticas e estratégias que possam propiciar futuramente uma revolução proletária.

Se “nos primeiros instantes do movimento não poderão propor medidas diretamente comunistas”⁴⁸⁴, os trabalhadores poderiam se engajar em um sumário de ações que forcem os democratas a “comprometerem-se a concentrar nas mãos do Estado o mais possível de forças produtivas, de meios de transporte, de fábricas, de ferrovias, etc.”. Marx conclui que:

Embora os operários alemães não possam alcançar o Poder nem ver realizados os seus interesses de classe, sem terem passado, integralmente por um prolongado período de desenvolvimento revolucionário, podem pelo menos ter a certeza de que, desta vez, o primeiro ato do drama revolucionário que se avizinha coincidirá com o triunfo direto da tua própria classe na França, o qual contribuirá para o acelerar consideravelmente.

Mas a máxima contribuição para a vitória final será feita pelos próprios operários alemães, tomando consciência dos seus interesses de classe, ocupando o quanto antes uma posição independente de partido e impedindo que as frases hipócritas dos democratas pequeno-burgueses os afastem por um instante sequer da tarefa de organizar com toda independência o partido do proletariado. Seu grito de guerra há de ser: a revolução permanente⁴⁸⁵.

De acordo com Iasi (2006), o texto de Marx foi produzido em uma situação histórica muito delimitada e concreta, em torno de uma tática para essa situação, porém acabou sendo apropriado como modelo universal. Dois motivos são destacados:

Primeiro, que o desenrolar das ações propostas se reproduziria, anos mais tarde, quase exatamente nos acontecimentos da Revolução Russa de 1917, com direito ao duplo poder dos conselhos e tudo o mais. Segundo, pelo fato de que, a partir da experiência soviética, ele foi utilizado como base explicativa de um fenômeno mais geral: a necessidade de um momento de alianças com setores da burguesia no curso de uma revolução em países nos quais o desenvolvimento das forças produtivas materiais de tipo capitalistas ainda não havia gerado todas as condições para uma revolução proletária⁴⁸⁶.

Baseada em certa interpretação do desenvolvimento das forças produtivas, em que ainda se articulam relações feudais e capitalistas, a Terceira Internacional estabelecerá e universalizará uma teoria etapista da revolução e do desenvolvimento capitalista, até mesmo em países sem passado feudal como o Brasil. O proletariado deveria se aliar a burguesia local contra as forças feudais e semifeudais para desbloquear as forças produtivas capitalistas viabilizando o desenvolvimento capitalista e por conseguinte as condições para o socialismo.

⁴⁸⁴ *Ibidem*, p. 91.

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 92.

⁴⁸⁶ Iasi, 2006, p. 436.

Por sua vez, Antônio Gramsci elaborará uma análise da formulação de Marx e Engels. Inicialmente, o marxista italiano contextualiza características do momento histórico, do que ele denominará como “fórmula jacobino-revolucionária da *revolução permanente*”. Com isso, considera que:

A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, a sociedade ainda estava, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos: maior atraso no campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou numa só (Paris para a França); aparelho estatal pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal; determinado sistema das forças militares e do armamento nacional; maior autonomia das economias nacionais no quadro das relações econômicas do mercado mundial etc.⁴⁸⁷.

O autor, ao analisar as experiências pretéritas do movimento socialista, aponta as mudanças históricas que se operaram no desenvolvimento capitalista, extraíndo daí o aporte teórico que embasará suas formulações políticas.

No período posterior a 1870, em virtude da expansão colonial europeia, todos esses elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e maciças, e a fórmula jacobino-revolucionária da “revolução permanente” é elaborada e superada na ciência política pela fórmula da “hegemonia civil”. Verifica-se na arte política aquilo que ocorre na arte militar: a guerra de movimento transforma-se cada vez mais em guerra de posição, podendo-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara minuciosa e tecnicamente no tempo de paz. Na estrutura de massa das democracias modernas, tanto as organizações estatais como o complexo de associações na vida civil constituem para a arte política o mesmo que as “trincheiras” e as fortificações permanentes da frente na guerra de posição: elas fazem com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra etc.⁴⁸⁸.

Machado (1989), em consonância com a análise de Gramsci, afirma que:

A época histórica vivida por Marx e Engels era bem diferente deste momento de virada do século [XX], quando ocorre uma grande modificação no sistema capitalista, com a *passagem da sua fase concorrencial para o desenvolvimento dos monopólios e do imperialismo*. Portanto, a nível político e social, era de se esperar que mudanças importantes ocorressem, correspondentes ao que se verificava com a economia, com a grande expansão das forças produtivas, interferindo na própria dinâmica da acumulação⁴⁸⁹.

Ao explicitar as mudanças econômicas e as suas consequências sobre a estratégia revolucionária, Gramsci está atualizando a análise da realidade e as possíveis intervenções

⁴⁸⁷ Gramsci. *Maquiavel: a política e o Estado moderno*. Editora Civilização Brasileira, 1980, p. 91-92.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, 1980, p. 92, grifos próprios.

⁴⁸⁹ Lucília Machado. *Politécnica, escola unitária e trabalho*. Cortez Editora/Editora Autores Associados, 1989, p. 239, grifos próprios.

práticas sobre ela, que implicam em uma *mudança na formulação estratégica*. Não haveria um equívoco “em si” na formulação estratégica anterior, apenas sua ultrapassagem histórica, devendo agora se colocar em novos termos. Ao destacar a desatualização da fórmula da revolução permanente, Gramsci pretende colocar em evidência as perspectivas da fórmula da hegemonia. Se a partir de 1870 se constitui o momento de expansão econômica europeia que marcará a transição da fase concorrencial para a forma monopolista e imperialista do capital, é neste período que também ocorre a derrota do proletariado na Comuna de Paris. Por isso, o autor destaca que:

Efetivamente, só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotam-se historicamente todos os germes nascidos em 1789. Não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os grupos novíssimos, que acreditam já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789. Assim ela demonstra vitalidade tanto em relação ao velho como em relação ao novíssimo. Além do mais, em virtude dos acontecimentos de 1870-1871, perde eficácia o conjunto de princípios de estratégia e tática política nascidos praticamente em 1789 e desenvolvidos ideologicamente em torno de 1848 (aqueles que se sintetizam na fórmula da “revolução permanente”)⁴⁹⁰.

A derrota da velha e da novíssima classe inaugura uma nova conjuntura, porém, a novíssima classe ainda estaria presa aqueles pressupostos estratégicos já superados. A sociedade civil teria se complexificado a tal ponto que agora inviabilizaria “irrupções”, que até então organizavam e condicionavam a força e o uso da guerra de movimento. Dessa forma:

No que se refere aos Estados mais avançados, onde a “sociedade civil” transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna. Da mesma forma que ocorria na guerra, quando um nutrido fogo de artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário, mas, na realidade, só o atingira na superfície externa, e no momento do ataque os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda eficiente, assim ocorre na política durante as grandes crises econômicas; nem as tropas atacantes, em virtude da crise, organizam-se rapidamente no tempo e no espaço, nem muito menos adquirem um espírito agressivo; reciprocamente, os atacados não se desmoralizam, nem abandonam as defesas, mesmo entre ruínas, nem perdem a confiança na sua força e no seu futuro⁴⁹¹.

E com relação às novas condições propiciadas pela complexificação do Estado em países de desenvolvimento capitalista avançado:

⁴⁹⁰ Gramsci, 1980, p. 47-48.

⁴⁹¹ *Ibidem*, p. 73.

A técnica política moderna mudou completamente depois de 1848, depois da expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de amplas burocracias estatais e “privadas” (político-privadas, partidárias e sindicais) e das transformações que se verificaram na política num sentido mais largo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da delinquência, mas do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para tutelar o domínio político e econômico das classes dirigentes. Neste sentido inteiros partidos “políticos” e outras organizações econômicas ou de outro gênero devem ser considerados organismos de polícia política, e de caráter investigativo e preventivo⁴⁹².

Além disso, são mobilizadas categorias que indicam determinadas formas de Estado à determinadas formações sociais:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional.

Ora se as formações sociais orientais seriam marcadas por um baixo desenvolvimento capitalista e forte presença do Estado e da coerção sobre a diminuta sociedade civil, o Ocidente é concebido por um certo equilíbrio entre Estado e sociedade civil, coerção e consentimento, sendo diferentes as duas modalidades de formação social. A estratégia também deveria obedecer a mesma lógica, devendo ser estabelecida a partir de cada realidade particular. Neste caso, a perspectiva da revolução permanente ou da guerra de movimento seria inadequada para as formações sociais ocidentais.

As elaborações em torno da noção de hegemonia são resultantes de disputas e de diferentes interpretações, e não nos cabe e nem nos parece possível uma definição exata dessa noção, já que a própria teorização de Gramsci é fragmentária e não unívoca, devido às condições de produção teórica realizadas na prisão. Porém, acreditamos ser possível esquadrihar seus mais importantes elementos constitutivos.

De acordo com Perry Anderson (1986), o uso do termo “hegemonia” já era bastante comum nas discussões do partido socialdemocrata russo desde o final do século XIX. As formulações de Plekhanov entre 1883-84, assim como no programa do Grupo Libertação do Trabalho de 1884, expressariam o conteúdo que o termo viria a adquirir. Considerava-se que a burguesia russa ainda era muito débil para travar o combate ao czarismo, a tarefa de uma revolução democrático-burguesa, deveria ser levada a cabo pela classe operária russa, que

⁴⁹² *Ibidem*, p. 65.

sustentaria a burguesia durante a revolução. Esta última emergiria como classe dirigente ao final do processo. Neste sentido, devido ao seu papel proeminente no contexto histórico russo, o proletariado poderia estabelecer uma hegemonia sobre as demais classes sociais contra o absolutismo. Diante da fraqueza das demais classes sociais, este teria um papel de direção na revolução democrático-burguesa, embora ao fim do processo não ficasse com o poder de Estado.

Para Anderson, a ideia de hegemonia do proletariado na revolução burguesa era uma herança comum, compartilhada tanto por mencheviques quanto bolcheviques no II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), e seu uso se estenderia até a Revolução de 1917. Apesar de ser uma das noções mais usadas e familiares no contexto do movimento operário russo, a expressão caiu em desuso após a Revolução de Outubro, produzida para teorizar a ação do proletariado em um contexto de revolução burguesa, mas após a revolução socialista na Rússia, teria se tornado inoperante. Trotsky aponta a perspectiva da hegemonia e da ditadura do proletariado como contrapostas uma à outra:

A ideia popularizada e oficialmente aceita da hegemonia do proletariado na revolução democrática... não significava de maneira alguma que o proletariado utilizaria a insurreição camponesa para colocar na ordem do dia, se apoiando sobre ela, suas próprias tarefas históricas, quer dizer a passagem direta a uma sociedade socialista. A hegemonia do proletariado na revolução democrática se distinguia claramente da ditadura do proletariado e se opunha a ela nas polêmicas. O partido bolchevique foi educado nessas ideias desde 1905⁴⁹³.

A passagem de Trotsky ganha ares premonitórios à medida que essa oposição nas polêmicas da época, entre hegemonia e ditadura do proletariado, emergiria em outros contextos e períodos, inclusive no interior da estratégia democrático-popular. A partir do 4º Congresso da Terceira Internacional, o termo hegemonia também passou a denominar *a dominação burguesa sobre o proletariado*, que se efetivava à medida que a burguesia consegue enquadrar este último em uma condição corporativa, levando-o a uma cisão entre política e economia. Desta maneira, “a burguesia sempre procura separar a política da economia porque entende muito bem que se ela tem sucesso em enquadrar o proletariado em uma referência corporativa, nenhum sério perigo ameaçará sua hegemonia”⁴⁹⁴.

Anderson afirma que “a transmissão para Gramsci da noção de hegemonia do cenário russo para o cenário italiano do movimento socialista foi feita por estes documentos seguidos

⁴⁹³ Trotsky, *History of the Russian Revolution*. Vol. 1. Londres 1965, págs. 296-297 *apud* Anderson, 1986, p. 19.

⁴⁹⁴ *Manifeste, Thèses et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste 1919-1923*. Paris 1969, p. 171 *apud* Anderson, 1986, p. 19.

do Comintern”⁴⁹⁵. Este teria, inclusive, participado do 4º Congresso e tinha conhecimento das resoluções do Comintern, sendo assim, o tratamento que Gramsci dá para a noção de hegemonia descenderia diretamente das discussões no interior da Terceira Internacional.

Inicialmente, nos Cadernos do Cárcere, a hegemonia é ainda pensada como aliança de classe do proletariado com demais grupos explorados, principalmente o campesinato, para se contrapor ao capital. O proletariado, para alcançar a hegemonia, deveria fazer concessões aos demais grupos⁴⁹⁶ para estabelecer compromisso, sem que com isso deixe de exercer seu papel dirigente sobre as outras classes. Gramsci também teria destacado a “ascendência cultural” do proletariado sobre as demais classes aliadas, compreendendo que as ideologias se convertem em “partidos” e entram em luta, até que uma delas ou certa combinação prevaleça, passando a se impor e se disseminar por toda a sociedade.

“Ela determina assim não somente a unicidade dos fins econômicos e políticos”, mas “também a unidade intelectual e moral, colocando todas as questões sobre as quais se intensifica a luta não no plano corporativo, mas num plano universal, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”⁴⁹⁷. Para Gramsci, a união entre estes grupos vai além das formulações bolcheviques de uma mecânica de atrelamento da classe operária e do campesinato, ganhando uma proeminente ênfase cultural. É pensada uma fusão orgânica entre os grupos constituindo um novo bloco histórico, e nesta formulação ganha peso a “irradiação cultural e moral da hegemonia na utilização que Gramsci faz dessa noção”⁴⁹⁸.

Ainda, o filósofo teria estendido e deslocado a noção de hegemonia “a partir de sua aplicação original, das perspectivas da classe operária em uma revolução burguesa contra uma ordem feudal, para os mecanismos de dominação da burguesia sobre a classe operária em uma sociedade capitalista estabilizada”⁴⁹⁹. Tal noção, usada no contexto russo em que se buscava um compromisso ou consenso entre proletariado, camponeses e pequena burguesia,

⁴⁹⁵ Anderson, 1986, p. 19.

⁴⁹⁶ Gramsci. Quaderni del Carcere, Turim 1995, I, p. 20 *apud* Anderson, 1986, p. 20. “A existência da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos outros grupos sobre os quais a hegemonia deve se exercer, e que um certo compromisso de equilíbrio deve ser estabelecido. Quer dizer, que o grupo dirigente deve fazer sacrifícios de natureza econômico-corporativa. Mas, não há dúvida alguma, que, apesar da hegemonia ser ético-política, ela deve ser também econômica e necessariamente estar baseada na função decisiva exercida pelo grupo dirigente nos setores decisivos da atividade econômica”. Obs: para as demais citações dos Quaderni del Carcere será utilizada a abreviação QC, seguido do tomo correspondente e da página.

⁴⁹⁷ QC III, p. 1591 *apud* Anderson, 1986, p. 20.

⁴⁹⁸ Anderson, 1986, p. 21.

⁴⁹⁹ *Ibidem*.

tendo o primeiro como a força dirigente, é nos Cadernos do Cárcere empregada para analisar as estruturas do poder burguês no Ocidente.

Tomando a obra de Maquiavel como fundamento de sua teorização, ele usará a natureza dúplice do Centauro maquiaveliano para indicar a duplicidade de toda ação política: se o ser mitológico é metade animal e metade humano, a ação política também teria uma dupla perspectiva, que se coloca em seus “níveis fundamentais” e eram: “os níveis da força e do consentimento, da dominação e da hegemonia, da violência e da civilização”⁵⁰⁰.

Força	Consentimento
Dominação	Hegemonia
Violência	Civilização ⁵⁰¹

Como já assinalamos anteriormente, o termo hegemonia não tem um sentido unívoco e pode ter seu significado alterado à medida que Gramsci avança em suas formulações. Acima, a “dominação” aparece como oposição à “hegemonia”, mas que também aparece em outros momentos da elaboração como oposição à “direção”:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de duas formas, como “dominação” e como direção moral e intelectual. Um grupo social é dominante sobre os grupos inimigos, os quais tende a liquidar ou a submeter pela força das armas e dirige os grupos que lhe são próximos ou aliados⁵⁰².

A diferenciação clássica do contexto russo entre ditadura e hegemonia ganha nova formulação, pois a passagem se refere à dominação burguesa no Ocidente e não à liderança do proletariado no Oriente. Gramsci, ressignifica a noção de hegemonia deslocando-a do contexto russo para análise da dominação capitalista, ainda que em um contexto de revolução burguesa, no caso do *Risorgimento* na Itália. O termo direção é substituído em outro trecho por hegemonia, passando a ter uma significação equivalente:

Croce não insiste senão sobre este momento da atividade histórico política que na política se chama “hegemonia”, o momento do consentimento, da direção cultural, para distingui-lo do momento da força, do constrangimento, da intervenção legislativa ou policial do Estado⁵⁰³.

A hegemonia aparece claramente indicando a afirmação do momento do consenso e de “direção cultural” (a função de direção está contida na hegemonia) em contraposição ao momento da força. Porém, resta saber “o lugar” em que as duas funções são exercidas, a de

⁵⁰⁰ QC III, p. 1576 *apud* Anderson, 1986, p. 22.

⁵⁰¹ Anderson, 1986, p. 22.

⁵⁰² QC III, p. 1576 *apud* Anderson, 1986, p. 22.

⁵⁰³ Antonio Gramsci. *Lettere del Carcere*. Turim 1965, p. 616 *apud* Anderson, 1986, p. 22.

dominação e de direção/hegemonia. A resposta inicial, de Gramsci, segundo Anderson, indica que “a hegemonia (direção) pertence a sociedade civil e a coerção (dominação) ao Estado”⁵⁰⁴. Com isso, afirma:

Podemos estabelecer dois grandes níveis nas superestruturas – o que devemos chamar de nível da sociedade civil, quer dizer o conjunto dos organismos comumente chamados “privados”, e o outro da “sociedade política” ou do Estado. Estes dois níveis correspondem, de um lado, à função de hegemonia que os grupos dominantes exercem sobre a sociedade e, de outro, àquela de “dominação direta” ou de comando que se exprime no Estado e no governo “jurídico”⁵⁰⁵.

Em uma carta, Gramsci acrescenta que “a sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo que assegura a conformidade das massas populares ao tipo de produção ou de economia em um momento determinado)” se contrapõe à “sociedade civil (onde a hegemonia do grupo social sobre o conjunto da sociedade nacional é exercida através das organizações ditas privadas, tais como Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.)”⁵⁰⁶. Para Anderson, a citação das escolas e Igreja como aparelhos de hegemonia no interior “das associações privadas da sociedade civil”⁵⁰⁷ indicariam claramente o uso do conceito de hegemonia para sociedades capitalistas ocidentais. Dessa forma, o arranjo das posições se colocaria da seguinte maneira:

Hegemonia	Dominação
Consentimento	Coerção
Sociedade Civil	Estado ⁵⁰⁸

As relações entre Estado e sociedade civil passam por transformações nos textos de Gramsci, assim como a noção de “hegemonia”. Se inicialmente o termo hegemonia representa o lugar do consentimento em contraposição à coerção, ou sociedade civil em relação ao Estado, em outros momentos essa configuração se altera, como na análise do parlamento no contexto francês, “o exercício normal da hegemonia no terreno agora clássico do regime parlamentar é caracterizado por uma combinação da força e do consentimento que forma equilíbrios variáveis, nos quais jamais a força predomina muito sobre o consentimento”⁵⁰⁹. Essa mudança, a respeito da aplicação da noção de hegemonia, para os países capitalistas mais desenvolvidos da Europa Ocidental e suas estruturas de poder burguês, ganham maior densidade. Hegemonia, agora, se refere diretamente ao fato histórico

⁵⁰⁴ Anderson, 1986, p. 23.

⁵⁰⁵ QC III, p. 1518-1519 *apud* Anderson, 1986, p. 23.

⁵⁰⁶ Antonio Gramsci. *Lettere del Carcere*. Turim 1965, p. 481 *apud* Anderson, 1986, p. 23

⁵⁰⁷ Anderson, 1986, p. 23.

⁵⁰⁸ *Ibidem*.

⁵⁰⁹ QC III, p. 1638 *apud* Anderson, 1986, p. 24.

da democracia parlamentar, que se expressa no Ocidente. A transformação da função da hegemonia, até então restrita ao consentimento, incorpora, no caso da democracia parlamentar, a função dupla de consenso e coerção simultaneamente, o que acaba por deslocar sua topografia anterior, que se limitava apenas à sociedade civil.

Ao considerar como órgãos de hegemonia política o executivo, judiciário e legislativo do Estado liberal, Gramsci indica que a hegemonia está resolutamente contida no interior do Estado. Dessa maneira, opera tanto no Estado como na sociedade civil:

Estado	Sociedade Civil
Hegemonia política	Hegemonia civil ⁵¹⁰

Enquanto a primeira formulação indica uma contraposição entre hegemonia e Estado (sociedade política), na segunda o Estado se converte em um aparelho de hegemonia. Já em um terceiro momento, a distinção sociedade civil e sociedade política desaparece, e consenso e coerção passam a ser extensão do Estado: o Estado (no sentido integral) é ditadura + consenso. Como já afirmamos anteriormente, as condições de produção dos Cadernos do Cárcere se dão em meio a sua prisão sob o regime fascista italiano. Além deste estar acometido de doença, o que resultou em uma elaboração fragmentária, de escrita muitas vezes cifrada, dado à vigilância sobre o autor, neste sentido termos como Estado, sociedade civil, sociedade política, dominação e hegemonia acabam por sofrer um “permanente deslocamento”⁵¹¹. A dificuldade em delimitar os limites do Estado também se expressam, segundo Anderson, da seguinte forma:

[...] há uma oscilação entre pelo menos três ‘posições’ do Estado no Ocidente [...]. Ele está em uma ‘relação equilibrada’ com a sociedade civil, é apenas uma ‘trincheira avançada’ da sociedade civil, ele é a ‘estrutura sólida’ que abole a autonomia da sociedade civil. Estas oscilações, além disso, referem-se à relação entre os estes conceitos. Os próprios conceitos, porém, sofrem as mesmas mudanças súbitas na sua delimitação e na sua posição. Assim, em todas as citações anteriores, a oposição é entre ‘Estado’ e ‘sociedade civil’. [...], entretanto, Gramsci fala do próprio Estado como incluindo a sociedade civil, definido-o assim: ‘a noção geral de Estado inclui elementos que precisam ser relacionados à noção de sociedade civil (no sentido que se pode dizer que o Estado = sociedade política + sociedade civil, em outras palavras hegemonia coberta com a armadura da coerção)’⁵¹².

Para Anderson, as variações da noção de hegemonia, que deslocada do contexto russo para as estruturas do poder burguês no ocidente, passam por pelo menos três versões e

⁵¹⁰ Anderson, 1986, p. 24.

⁵¹¹ *Ibidem*.

⁵¹² *Ibidem*, p. 14-15.

indicariam que “Gramsci tinha consciência da fraqueza de suas soluções”⁵¹³. Mas, que fraqueza, ou dito de outra forma, quais seriam os limites das formulações de Gramsci para o autor? Para melhor compreender esses possíveis limites, voltemos ao texto gramsciano, em particular sua distinção entre Ocidente e Leste/Oriente:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional⁵¹⁴.

Nesta formulação, uma das mais importantes para o desenvolvimento de sua teoria, no Oriente o “Estado é tudo”, ou seja, é predominante sobre a sociedade civil, enquanto no Ocidente o Estado não é mais que uma “trincheira da sociedade civil”. Esta última poderia resistir aos maiores abalos econômicos, já que ao invés de “primordial e gelatinosa”, era sólida e bem estruturada.

Nesse sentido, a guerra de movimento implica que o uso da força por meio de uma insurreição seria apropriada ao Leste/Oriente, e ao Ocidente seria adequada a “guerra de posição”. Essa distinção é um dos desdobramentos da análise de que o Estado é o lugar da coerção burguesa sobre os grupos explorados, da dominação armada. E de que a sociedade civil, é o espaço da hegemonia, da consensualidade e da direção cultural (intelectual e moral). O que acaba conformando pares de oposição como coerção e persuasão, força e consentimento, sociedade política e sociedade civil, configurando a seguinte relação:

Leste/Oriente	Ocidente
Estado	Sociedade Civil
/	/
Sociedade Civil	Estado
Coerção	Consentimento
Dominação	Hegemonia
Movimento	Posição ⁵¹⁵

Sendo assim, a predominância da sociedade civil no Ocidente equivale ao predomínio da hegemonia sobre a coerção, e essa seria a forma fundamental do poder burguês em países avançados do capitalismo. Isso desde que se considere a localização da hegemonia na sociedade civil e que esta predomine sobre o Estado. Dessa forma, “é a ascendência cultural da classe dominante que assegura no essencial a estabilidade da ordem

⁵¹³ *Ibidem*, p. 25.

⁵¹⁴ Gramsci, 1980, p. 75.

⁵¹⁵ Anderson, 1986, p. 26.

capitalista”, já que “para Gramsci, hegemonia significa aqui subordinação ideológica da classe trabalhadora à burguesia, o que permite a esta exercer a sua dominação pelo consentimento”⁵¹⁶.

A formulação de Gramsci busca estabelecer a distinção fundamental entre a Rússia Czarista e a Europa Ocidental. Apesar de aproximada à análise de Lênin, em que o bolchevique considera que os czares russos dominam pelo uso da força, enquanto as burguesias francesa e inglesa dominam por meio de concessões e da mistificação. Os teóricos bolcheviques não teriam produzido uma análise densa sobre o abismo entre Oriente e Ocidente, marcadamente, a presença de uma democracia parlamentar ainda que incompleta, no Ocidente e sua ausência no Oriente, como o fez Gramsci.

Apesar de vários socialistas terem percebido que a situação local na Europa Central e Ocidental em que se encontravam era distinta daquela que prevaleceu na Rússia, nenhum teria conseguido produzir uma análise sólida sobre a real diferença que caracterizasse as condições históricas da classe operária europeia. Ademais, devido a stalinização da Internacional Comunista e a conversão do leninismo como doutrina oficial, a União Soviética e a revolução que lhe deu origem se transformaram em modelo e paradigma universal, inquestionável e imperativo no que concerne a prática e teoria para os revolucionários europeus. Dessa forma impedimento um desenvolvimento teórico que pudesse compreender as diferenças entre as distintas formações sociais.

O problema da distinção entre Rússia e Ocidente desaparece nesse contexto. Gramsci, teria sido o “único entre os comunistas” a persistir na esteira das derrotas dos anos 1930, na análise de que a “experiência russa não poderia ser simplesmente repetida no Ocidente e que deveria se entender por quê”⁵¹⁷. Porém, apesar da originalidade e perspicácia na elaboração de Gramsci, Anderson considera que ele não obteve sucesso na formulação de sua distinção entre Oriente e Ocidente:

A própria imagem de uma oposição entre Leste e o Oeste, como uma bússola, se revelou no final das contas como sendo um engodo. Pois uma posição meramente geográfica supõe, por definição, que se possa comparar sem problemas os dois elementos considerados. Entretanto, aplicada a duas formações sociais, ela implica algo que não pode jamais ser considerado assegurado – que se possa compará-las *historicamente*. Em outras palavras, os termos Leste e Oeste pressupõem que as formações sociais de cada lado existem na *mesma temporalidade* e podem por isso ser opostas uma à outra, como variações de uma mesma categoria. É essa suposição implícita que se encontra nos textos centrais dos *Cadernos do Cárcere*. Toda a sua *oposição* entre a Rússia e a Europa ocidental gira ao redor da diferença da relação entre o Estado e a sociedade civil nas duas zonas: sua premissa não

⁵¹⁶ *Ibidem*, p. 26.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. 49.

estudada é que o Estado é o mesmo *tipo de entidade* em ambas. Mas esta suposição “natural” era justamente o que precisava ser questionado⁵¹⁸.

Segundo Anderson, não haveria uma “unidade inicial” que possibilitasse uma distinção simples entre Oriente e Ocidente, como Gramsci almejava produzir. O czarismo de Nicolau II seria “uma variante especificamente ‘oriental’ de um Estado feudal”⁵¹⁹, e seus correspondentes ocidentais como a monarquia absolutista francesa, inglesa, espanhola ou sueca, já teriam sido extintas a alguns séculos. Ainda de acordo com o autor, a ausência de uma especificação que apontasse que se tratava de uma temporalidade histórica distinta entre os dois elementos, acabou por produzir um paralogismo.

Sendo assim, seria necessária uma investigação prévia do movimento desigual de desenvolvimento do feudalismo europeu para uma adequada definição do Estado czarista, posteriormente destruído pela Revolução Russa. Apenas esta investigação “poderia fornecer o conceito teórico do Absolutismo, o que permitiria aos militantes socialistas compreender o enorme abismo entre a autocracia russa e os Estados capitalistas com os quais eles estavam confrontados no Ocidente”, acrescentando que “(e cujo conceito teórico deveria ser construído separadamente)”⁵²⁰.

O insucesso na produção de uma teoria adequada sobre tipos de Estado e estruturas de poder no Ocidente e na Rússia não poderia ser atribuído unicamente a Gramsci. Por outro lado, Lênin, por mais que considerasse, inclusive em polêmica com os mencheviques, que o czarismo russo era a forma do Absolutismo russo e o Estado como um Estado feudal, não conseguiu formular de forma sistemática a oposição entre o Estado autocrático no Oriente e as democracias parlamentares dos Estados do Ocidente.

Gramsci, dedicava-se intensamente na compreensão do novo tipo de Estado surgido no Ocidente, como objeto da investigação marxista, porém ele “nunca percebeu que o absolutismo na Rússia ao qual ele se opôs, era um Estado feudal – um edifício político de uma ordem completamente diferente”⁵²¹. Assim, “no espaço das fronteiras entre os dois pensamentos, o socialismo revolucionário deixou escapar a junção teórica vital para o seu futuro na Europa”⁵²².

A ausência de uma diferenciação histórica sobre os respectivos modos de produção em que se erige distintos Estados tem implicações na sua teorização sobre o poder burguês

⁵¹⁸ *Ibidem*, grifos próprios.

⁵¹⁹ *Ibidem*.

⁵²⁰ *Ibidem*, p. 50.

⁵²¹ *Ibidem*.

⁵²² *Ibidem*.

no Ocidente, fazendo com que, apesar das variações e deslocamentos de seus conceitos, e de entender o caráter duplo deste poder, sua análise tendencialmente retroceda de forma geral a oposição ente “hegemonia” (consentimento) no Ocidente e “ditadura” (coerção) no Oriente, democracia parlamentar x czarismo. Se na Rússia “não havia liberdade política legal, nem tampouco a liberdade religiosa”⁵²³, na situação de um Estado que não deixa margem de autonomia para a sociedade civil, na França:

[...] o regime parlamentar realizava uma hegemonia permanente da classe urbana sobre a população no seu conjunto por meio de um domínio pelo consentimento organizado de forma permanente, no qual a organização do consentimento é atribuída às iniciativas privadas e é assim de caráter ético ou moral, já que de uma forma ou de outra, “voluntariamente” concedido⁵²⁴.

Para Anderson, a “fraqueza” da oposição acima consistia não em uma superestimação do poder do Estado czarista na Rússia, que apesar de extenso, não seria tão absoluto a ponto de comandar “tudo”. A fragilidade se encontraria na subestimação da “especificidade e estabilidade da máquina repressiva do exército e da polícia e sua relação funcional com a máquina representativa eleitoral e parlamentar, no seio do Estado ocidental”⁵²⁵. Essa relação funcional entre coerção e sistema representativo não teria ganho uma elaboração mais adequada em Gramsci, mas é esta dupla articulação que demonstraria a superioridade do Estado Ocidental para Anderson.

A força do Estado não residiria prioritariamente no grau de sua “extensão”, mas na sua eficácia. O moderno Estado capitalista seria superior ao Estado czarista por dois motivos: a) as formações sociais ocidentais possuem um nível superior de desenvolvimento industrial e tecnológico que se expressaria no aparelho repressivo estatal; b) as massas populares em geral na crença de que elas governam o Estado, o aceitam, dando-lhe legitimidade popular, o que confere um ambiente mais seguro para a repressão, já que realizada em nome do bem comum. O aumento da disciplina e da lealdade das polícias e das tropas é um de seus reflexos, já que agora se subordinam não a uma “autocracia irresponsável”, mas a uma assembleia eleita.

A formulação de Gramsci baseada na igualdade entre guerra de posição e hegemonia, e o uso desta última implicava que a dominação burguesa no Ocidente, incidiria fundamentalmente no consentimento das massas. Dessa forma, sua estratégia revolucionária “torna-se uma longa guerra de trincheiras, imóvel, entre dois campos fixos, no qual um

⁵²³ Antonio Gramsci. QC III, p. 1666 *apud* Anderson, 1986, p. 51.

⁵²⁴ *Ibidem*.

⁵²⁵ Anderson, 1986, p. 51.

procura minar o outro cultural e politicamente. O cerco é recíproco, escreveu Gramsci, difícil, demandando excepcionais qualidades de paciência e de criatividade”⁵²⁶.

Para Anderson, não haveria dúvidas que qualquer proposta aventureira é suprimida nessa formulação em que “sua esmagadora ênfase na conquista ideológica das massas como um objetivo central, a ser conseguido unicamente pela busca de uma frente única no seio da classe operária”⁵²⁷. A ênfase na conversão ideológica das massas no âmbito da sociedade civil acaba por obscurecer a questão do Estado, ou de sua conquista revolucionária: “mas o que acontece com a fase da insurreição mesma – o assalto e a destruição da máquina estatal – que para Marx e Lenin era inseparável da revolução proletária?”⁵²⁸. Segundo Anderson, Gramsci jamais teria abandonado os fundamentos do marxismo clássico que afirma a necessidade da tomada do poder de Estado mediante violência, entretanto, “sua fórmula estratégica para o Ocidente falha em integrá-los”⁵²⁹, em não integrar guerra de posição e guerra de movimento. A simples oposição entre guerra de posição e guerra de movimento “em qualquer estratégia marxista, ao final, torna-se uma oposição entre reformismo e aventureirismo”⁵³⁰.

Diante da falha em integrar momentos distintos de uma estratégia revolucionária, por que Gramsci não teria considerado a guerra de posição como o momento preparatório para a guerra de movimento na luta final contra o inimigo de classe? Ou seja, a guerra de posição como momento em que o partido revolucionário busca conquistar as massas ideologicamente, pelo consenso e para o socialismo, previamente ao momento em que se voltará politicamente contra o Estado burguês, em que correspondendo à guerra de movimento, exerceria sobre ele a coerção e conseqüentemente seu aniquilamento.

Anderson argumenta que um quadro estratégico assim “estaria incontestavelmente em conformidade com os princípios do materialismo histórico”, assegurando que neste quadro a hegemonia “deveria, então, ser realmente exercida no seio da sociedade civil, na formação de um bloco de classe dos explorados, enquanto a ‘ditadura’ seria imposta aos exploradores, na destruição pela força do aparelho estatal que assegurava a sua dominação”⁵³¹.

⁵²⁶ *Ibidem*, p. 65.

⁵²⁷ *Ibidem*.

⁵²⁸ *Ibidem*.

⁵²⁹ *Ibidem*.

⁵³⁰ *Ibidem*.

⁵³¹ *Ibidem*.

A resposta que Anderson articula para a pergunta é que, para Gramsci, sendo o Estado uma simples “trincheira exterior”, e por outro lado, a sociedade civil era o “poderoso sistema de fortalezas e casamatas”, que se encontra atrás dele, esta seria o “último obstáculo para o movimento socialista”⁵³². A proeminência da conquista da hegemonia no seio sociedade civil, por meio do consenso em uma longa e paciente guerra de trincheiras, pela guerra de posição, sem articulá-la com o momento da guerra de movimento, ou da insurreição, seria uma das principais debilidades de Gramsci. O historiado inglês alerta que:

Formular a estratégia proletária no capitalismo metropolitano essencialmente como uma guerra de movimento é esquecer a unidade e a eficiência do Estado burguês e lançar a classe operária contra ele em uma série de aventuras fatais. Formular a estratégia proletária como essencialmente uma guerra de posição é esquecer o caráter necessariamente repentino e vulcânico das situações revolucionárias, que pela natureza destas formações sociais não podem jamais ser estáveis por longos períodos e, portanto, impõem a maior rapidez e a maior mobilidade do ataque se não se quer perder a oportunidade de conquistar o poder. A insurreição, como sempre enfatizaram Marx e Engels, depende da arte da audácia⁵³³.

A absolutização de qualquer uma das modalidades, guerra de movimento ou de posição, levaria à derrota do proletariado por diversos motivos; seja no caso da primeira, na subestimação da unidade e eficácia estatal, levando à aventuras que lancem um ataque frontal a qualquer tempo sem medir as reais condições propícias para uma insurreição; seja no caso da segunda, a desconsideração de crises e instabilidades proporcionadas pelo próprio caráter contraditório do modo de produção capitalista, que podem produzir uma situação revolucionária repentina, mas que no quadro de uma estratégia paciente e de longo prazo, pode produzir um infeliz encontro entre a fortuna e a ausência de *virtú*.

No caso de Gramsci, as inadequações da fórmula da “guerra de posição” tinham uma clara relação com as ambiguidades da sua análise do poder de classe da burguesia. Gramsci, como vimos, igualava a “guerra de posição” à “hegemonia civil”. Assim, exatamente como a sua utilização da hegemonia tendia a implicar que a estrutura do poder capitalista no Ocidente repousava essencialmente sobre a cultura e o consentimento, a ideia de uma guerra de posição tendia a implicar que o trabalho revolucionário de um partido marxista era essencialmente o da conversão ideológica da classe operária – daí sua identificação com a frente única, cujo objetivo era ganhar a maioria do proletariado ocidental para a Terceira Internacional. Nos dois casos, o papel da coerção – repressão da parte do Estado burguês e da insurreição da parte da classe operária – tendem a desaparecer. A fraqueza da estratégia de Gramsci é simétrica à de sua sociologia⁵³⁴.

⁵³² *Ibidem*, p. 66.

⁵³³ *Ibidem*, p. 71.

⁵³⁴ *Ibidem*, p. 71-72.

A análise nos permitiu constatar que as elaborações de Marx e de Engels em torno da revolução permanente estão vinculadas a um contexto em que os autores consideram que ainda não é possível uma revolução socialista, por meio desse entendimento estabelecem uma tática até que se coloque as condições para a revolução socialista, neste sentido, a aliança com a pequena burguesia tinha caráter tático. A ação do proletariado deveria estar calcada na independência de classe, que significava um conjunto de medidas a serem executadas de forma que os trabalhadores não se dissolvessem na democracia pequeno-burguesa e em seus interesses. Entre elas o armamento do proletariado, uma organização política independente legal e secreta e o lançamento de candidaturas. Diferentemente da apreciação crítica que essa elaboração recebeu no debate dos formuladores democrático-populares, percebe-se que a formulação de Marx e Engels, não é próxima de uma fórmula jacobina ou conspirativa, a ideia de uma organização legal e de participação nas eleições vão em direção contrária aquela percepção. Assim como, as reivindicações em torno de estatização da infraestrutura nacional ou a lei da jornada de dez horas. Marx afirma que “de tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores”⁵³⁵. São ações que se aproximam do debate do que viria ser conhecidas como “reformas”, entretanto para Marx elas não prescindem da destruição do Estado burguês, ao contrário do que se verificou na estratégia petista em relação às reformas. É possível perceber elementos de processualidade e de ruptura na formulação de Marx, mas são momentos que se distinguem qualitativamente.

Por outro lado, independente de determinadas conclusões de Anderson sobre a perspectiva de Gramsci referente a uma estratégia da hegemonia, baseada em uma guerra de posições, acreditamos que a diferenciação entre estratégias para países ocidentais e orientais tem repercussões no debate socialista internacional que se desdobram para além da década de 1930, e que se reapresentam de variadas formas em outros contextos no tempo e no espaço, notadamente no Brasil, na estratégia democrático-popular. A apreensão crítica e os apontamentos de Anderson revelam diversas similitudes à forma como as ideias de Gramsci foram apropriadas pelo debate estratégico no Brasil. Entre essas similitudes está a ênfase no consenso, seja em relação à classe trabalhadora e setores médios, como em relação ao próprio Estado burguês. A seguir analisaremos os contornos que a formulação adquiriu no Brasil no contexto da discussão estratégica para o socialismo.

⁵³⁵ Marx; Engels, 2015, p. 48.

4.2 Ruptura e processualidade no Brasil

A revista *Crítica Marxista*, em 1986, organizou uma mesa de debates entre Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, João Machado e Theotônio dos Santos⁵³⁶. Nessa discussão, podemos verificar uma amostra de como a discussão em torno de uma nova estratégia, ou de uma estratégia socialista para o Brasil, aparece um cruzamento entre formulações com base na revolução permanente, e sua expressão no bolchevismo, como na fórmula da hegemonia baseada nas ideias de Gramsci.

Nesse debate, é possível visualizar o tensionamento ruptura-processualidade da estratégia democrático-popular. Nem sempre as fronteiras são sólidas entre as duas referências, ora se combinando, ora se complementando como o próprio Anderson advoga, mas também com diferenças irreduzíveis.

O ponto de partida estabelecido por *Crítica Marxista* para os debatedores é candente neste período: “o desenvolvimento do capitalismo industrial eliminou a discussão sobre a existência de uma etapa democrático-burguesa – as transformações revolucionárias exigidas pela sociedade têm um caráter diretamente socialista”⁵³⁷. Posto isso, “aí terminam, entretanto os pontos de acordo”. Neste sentido:

Variam a compreensão do que se entende por revolução (momento concentrado de destruição do aparelho de dominação burguês ou sucessivas conquistas de posições no interior da sociedade capitalista); o peso dado à luta pela democracia ou por tarefas democráticas, como a ruptura com o imperialismo ou a reforma agrária; a relação a ser estabelecida com a burguesia liberal e a política de alianças do setor popular (a formação de um bloco operário e popular ou de um bloco democrático e popular); a concepção de organização partidária; a forma como é entendida a relação entre democracia e socialismo⁵³⁸.

A análise sobre o caráter das formações sociais é um procedimento clássico na formulação de qualquer estratégia socialista, não é possível alterar uma realidade sem conhecê-la. Porém, mesmo havendo certo acordo sobre o desenvolvimento capitalista em determinada formação social, a sua derivação em táticas e em uma estratégia não é automática nem homogênea, a relação entre meios e fins pode ter diversas formulações, muitas vezes antagônicas e irreduzíveis, ou até a supressão da relação entre meios e fins. A própria forma de apreensão de conceitos e de categorias pode produzir formulações radicalmente distintas, como a própria noção de revolução, com um sentido de ruptura ou de

⁵³⁶ Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira. *In*: *Crítica Marxista*. A estratégia Revolucionária na atualidade. São Paulo, Jourês, 1986.

⁵³⁷ *Crítica Marxista*, 1986, p. 5.

⁵³⁸ *Ibidem*.

processualidade, que se desemboca nos meios para atingi-la, se por meio de um partido de quadros ou de massas, quais tarefas devem ser levadas a cabo, quais possíveis alianças entre classes podem ser feitas e para qual direção aponta, entre outras questões.

O debate que examinaremos expressará um conjunto de posições que de distintas formas compõem a estratégia democrático-popular, ainda que nessa estratégia prevalecerá a perspectiva da hegemonia e da processualidade. Os elementos rupturistas também se articulam e as duas perspectivas interagem de forma conflituosa, por vezes, buscam uma complementaridade, mas que nunca se realizou efetivamente.

Já mencionamos anteriormente, o quadro estabelecido por Coutinho sobre o conceito de revolução no pensamento marxista. Sem a pretensão de dar conta de todos os matizes que perpassam o marxismo, Coutinho havia indicado duas concepções, uma primeira baseada na revolução explosiva, a revolução vista como concentrada num curto período de tempo, adquirindo uma forma insurrecional, sendo própria das formulações de 1848-50 de Marx e Engels, além da tradição bolchevique em Lenin e Trotski. A segunda, seria a concepção de uma revolução processual, concebida como uma série de evento em uma perspectiva histórica mais ou menos prolongada, que teria sido sistematizada por Gramsci através do conceito de guerra de posição como contraposto a guerra de movimento.

Esta última teria sido a forma final da revolução bolchevique na Rússia, esta transformação na noção de revolução teria como base a complexificação das sociedades, em que tanto a sociedade europeia de 1848-50, quanto à sociedade russa em que os bolcheviques atuavam, ainda eram sociedades “pouco articuladas” política e economicamente. Enquanto a revolução processual respondia a complexidade das sociedades, que segundo Gramsci se ocidentalizaram deixando de ser orientais, em que há um equilíbrio entre Estado e sociedade civil, ao contrário do Oriente, onde o Estado é “tudo”.

Para Coutinho, devido ao peso da Terceira Internacional, que em determinado período se tornou a corrente dominante do marxismo, inclusive no Brasil, tanto em sua versão trotskista quanto estalinista, contribuiu para que o conceito da revolução como “explosiva”, “que era o conceito dos bolcheviques”, tendesse “a se tornar dominante no pensamento marxista universal e [...] no pensamento marxista brasileiro”⁵³⁹. Não parece casual ao autor que “este tipo de revolução tenha ocorrido exatamente em países ditos periféricos, onde efetivamente existem sociedades orientais”⁵⁴⁰ e que por outro lado não

⁵³⁹ Coutinho, 1986, p. 132.

⁵⁴⁰ *Ibidem*.

tenham ocorrido em países de desenvolvimento capitalista mais avançado, de estrutura mais complexa ou mais “ocidental”.

Após delimitar em termos gerais as modalidades de revolução para tratar da revolução relativa ao caso do Brasil, dever-se-ia responder à pergunta se o Brasil é “ocidental” ou “oriental”:

Penso que o Brasil está há já alguns anos num acentuado processo de “ocidentalização”; ou seja, a sociedade civil tem se tornado cada vez mais complexa em nosso País e, embora ainda haja muito a fazer nesse sentido, penso que a concepção que nós, marxistas brasileiros, devemos ter do processo da revolução no Brasil, ou da transformação socialista no Brasil, está muito mais próxima da concepção *processual* da revolução, da ideia de uma “guerra de posição” como estratégia dominante no processo revolucionário, do que a velha concepção da revolução explosiva, insurrecional, concentrada num curto lapso de tempo. Do ponto de vista político insistiria nisto: a revolução brasileira é uma revolução que já tem de se caracterizar por esse aspecto processual.

Por outro lado, do ponto de vista econômico-social, devemos superar também uma velha concepção de origem terceiro-internacionalista, muito presente no PCB e nos seus filhotes, segundo a qual o capitalismo no Brasil só poderia se desenvolver com a eliminação do latifúndio e do imperialismo. Isso, na prática, não ocorreu. O capitalismo se desenvolveu intensamente no Brasil, e não foi necessário por isso nem uma revolução democrática-burguesa, jacobina, do tipo tradicional, nem uma revolução de libertação nacional. Então, se retomarmos aquela questão – que me parece um pouco anacrônica – de saber *em que etapa* da revolução brasileira nos encontramos, diria que certamente não estamos mais numa etapa democrático-burguesa de libertação nacional, no sentido em que o estava a China dos anos 20, ou em que o estão ainda hoje vários países periféricos ou do Terceiro Mundo. Temos que superar definitivamente essa concepção⁵⁴¹.

Coutinho deixa claro sua opção pela revolução processual, baseada em uma guerra de posição, como a estratégia adequada para o Brasil. Sua análise é baseada na ideia de que o Brasil passa já há algum tempo por um acentuado processo de ocidentalização, que tem como consequência uma sociedade civil mais complexa, condição para a guerra de posição ou luta pela hegemonia.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil teria se dado sem a eliminação do latifúndio e do imperialismo, seu diagnóstico inviabiliza toda a formulação pecebista anterior. Porém, se o diagnóstico é de que a revolução no Brasil “não é mais uma revolução antifeudal ou antilatifundiária e anti-imperialista, ela seria o quê? Seria uma revolução socialista? Responderia que sim, mas é preciso qualificar melhor essa afirmação”⁵⁴². Para o autor existiriam duas tarefas básicas colocadas para as forças de esquerda. Primeiramente, estar-se-ia em um processo que torna necessário a consolidação e fortalecimento da sociedade civil “a fim de que o Brasil se torne definitivamente uma sociedade de tipo

⁵⁴¹ *Ibidem*, p. 133, grifos próprios.

⁵⁴² *Ibidem*.

‘ocidental’, ou seja, democrática”⁵⁴³. Trata-se de criar partidos representativos, organizar a população, fortalecer sindicatos e os aparelhos privados de hegemonia em geral. Ao mesmo tempo, seria necessário um período ou “etapa”, de acordo e/ou aliança com os liberais ou setores modernos liberais.

A segunda tarefa implica construir um polo alternativo ao dos liberais, um bloco das esquerdas que objetivem transformações profundas “que mudem a correlação de forças no sentido da progressiva conquista do aparelho de Estado pelo conjunto das forças ligadas ao mundo do trabalho”⁵⁴⁴. O referido bloco deveria lutar desde já por reformas importantes “que introduzam elementos de socialismo na sociedade brasileira, elementos que permitam modificar progressivamente a correlação de forças e conduzir a uma superação gradual do capitalismo entre nós”⁵⁴⁵.

A posição de Coutinho⁵⁴⁶ com base na concepção processual de revolução, como vimos nas duas tarefas elencadas por ele para aquele período, é pelo autor denominada como *reformismo revolucionário*, sendo reformista na tática, mas revolucionária na estratégia. Revolucionária porque não pretende melhorar o capitalismo, mas superá-lo por uma sociedade socialista. Quanto a pergunta sobre “qual socialismo?”, Coutinho acredita que se deva deixar claro qual tipo de socialismo. Bem como, seria até uma condição para o bloco histórico popular agregar e avançar em um sentido socialista, porque “para conquistarmos a hegemonia na sociedade” é necessária sua definição. Inicialmente, aponta o socialismo que não se quer, que é o socialismo soviético ou socialismo real, devido à ausência de democracia nele.

Ao mesmo tempo, o socialismo que se quer não pode ser uma “simples socialdemocracia” que atenda a classe operária de forma corporativa, ainda que uma série de direitos conquistado na Europa seriam importantes aqui como “elementos de socialismo”. Almeja-se um socialismo com base na democracia política, no pluralismo, na autonomia da sociedade civil frente ao Estado, em que de forma progressiva possa absorver os coercitivos e burocráticos mecanismos do Estado, sendo substituídos por “aparelhos consensuais”⁵⁴⁷.

Quanto a economia, esta deve ser mista, em que os grandes meios de produção são socializados, mas não a pequena propriedade, como a rural ou as pequenas e médias empresas que continuariam sob a propriedade privada. A pluralidade de partidos também é

⁵⁴³ *Ibidem.*

⁵⁴⁴ *Ibidem.*

⁵⁴⁵ *Ibidem.*

⁵⁴⁶ *Ibidem*, p. 134.

⁵⁴⁷ *Ibidem.*

entendida como fundamental, não restrita apenas aos da esquerda, mas os de oposição ao governo socialista. Os partidos de esquerda podem perder o consenso conquistado para partidos de centro ou direita, estes se conquistarem o consenso democraticamente devem assumir o governo. A alternância de poder é um princípio fundamental em sua proposta socialista, sem a qual não se pode falar em “democracia como valor universal”⁵⁴⁸.

Ainda sobre a questão do partido ou de partidos de esquerda devem se reger sob a pluralidade, contudo é central que não sejam militarizados e golpistas “construídos em função da ideia de uma revolução explosiva e violenta, e que tenham uma estrutura interna adequada a essa visão anacrônica”⁵⁴⁹. Ao contrário, teriam de ser “partidos democráticos, de massa, pois essa é a única forma de contribuir para a construção da hegemonia numa sociedade complexa e ‘ocidental’ como a brasileira hoje”⁵⁵⁰. Em síntese, Coutinho é radicalmente contrário a um partido de vanguarda, no sentido bolchevique, a forma almejada de partido seria o democrático e de massas, sem a “pretensão de ser vanguarda” no sentido “de possuir a verdade sobre a história e, de fora para dentro, introduzi-la na classe operária, nas forças populares”⁵⁵¹.

As posições de Coutinho estão em franca oposição a qualquer perspectiva insurrecional ou coercitiva da tradição da revolução soviética e mesmo das posições clássicas de Marx e Engels. O diagnóstico de que o Brasil é uma formação social em processo de ocidentalização, mas que em outras passagens já é uma sociedade ocidental, significa que a formulação estratégia adequada ao contexto brasileiro está toda baseada na consensualidade. Uma longa luta de trincheiras em que o polo gravitacional deve se ancorar no fortalecimento da sociedade civil em relação ao Estado.

Não existe uma tomada revolucionária do poder ou quebra do Estado burguês, mas sim uma progressiva absorção dos elementos coercivos pela sociedade civil e sua conformação em aparelhos consensuais. Trata-se de conformar a democracia, ampliá-la. Dessa forma o invólucro democrático ao Estado não poderia ser quebrado por uma insurreição, vista como um *putsch*. Progressiva ou gradual também é a superação do capitalismo por um socialismo de economia mista que respeita a média e pequena propriedade privada. Em larga medida, essas posições se tornarão predominantes na estratégia democrático-popular, principalmente no início dos anos 1990, mas vários

⁵⁴⁸ *Ibidem*.

⁵⁴⁹ *Ibidem*, p. 135.

⁵⁵⁰ *Ibidem*.

⁵⁵¹ *Ibidem*.

elementos, como a ideia de um socialismo que combine mercado e formas distintas de propriedade já estão bastante presentes já nas formulações dos anos 1980, ainda que intrincadas e em conflito com outras posições.

João Machado expressará as posições da corrente petista Democracia Socialista, de caráter trotskista. O dirigente petista, apesar de concordar com o balanço de Coutinho sobre a estratégia democrático-nacional e o desenvolvimento capitalista brasileiro, observa que se deve ter cuidado com os riscos que podem advir de uma constatação, “um tanto óbvia de que a revolução brasileira terá obrigatoriamente um caráter predominantemente socialista”, que acaba por “subestimar o fato de que muitos aspectos fundamentais das chamadas questões democráticas, como a questão agrária, como a subordinação ao imperialismo, não foram resolvidos”⁵⁵².

Para Machado, a formulação mais consistente e que abarca o quadro de complexidade da revolução brasileira, levando em consideração o caráter contraditório desse processo, é a formulação “de revolução permanente” que seria:

[...] uma revolução que já tem desde o início um conteúdo proletário predominante [...] que vai se apoiar num bloco de forças onde a componente mais importante, que deve ser hegemônica para que a revolução tenha sucesso, é o proletariado, entendido num sentido amplo [...], mas que tem de enfrentar diversas tarefas não especificamente socialistas, como a luta contra o imperialismo, a luta por uma reforma agrária radical, e mesmo no que diz respeito à democracia, que continua restrita⁵⁵³.

Mesmo se posicionando pelo caráter socialista da revolução brasileira, Machado o considera como “predominante”, e aponta a importância de tarefas não diretamente socialistas como a da questão agrária e do imperialismo, que possibilitaria a conformação de um bloco de forças sociais hegemônico pelo proletariado. Desse modo o dirigente trotskista compartilha da visão que considera necessária a realização de tarefas democráticas e nacionais conduzidas pelo proletariado e seus aliados. Essa formulação está muito próxima a do 5º Encontro Nacional do PT, que se realizará no ano seguinte ao debate aqui analisado, no que toca principalmente as tarefas anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias com hegemonia do proletariado.

Porém, as maiores divergências entre Coutinho e Machado se darão em relação à ideia de revolução explosiva vs. revolução processual, que se desdobra na ação a ser empreendida em relação ao Estado. No excerto o autor põe em relevo:

⁵⁵² Machado, 1986, p. 136.

⁵⁵³ *Ibidem*.

O que eu acho é que colocar o problema dessa forma – revolução explosiva versus revolução processual – não é bom. Acho que qualquer revolução que seja propriamente uma revolução, isto é, uma mudança radical das bases sociais, econômicas, políticas do país, tem de ter um momento explosivo. Isto é decisivo, e deve ser enfatizado. Por mais que possamos reforçar a importância de um período de acumulação prévia, ou coisa que o valha, esse momento explosivo não deve ser afastado, a não ser que admitamos a ideia de que as classes dominantes no Brasil ou em outro país vão se conformar com a perspectiva de entregar pouco a pouco o poder, o que não me parece de maneira nenhuma uma perspectiva realista⁵⁵⁴.

Um momento explosivo seria obrigatório na disputa do poder político, “a vitória da revolução vai significar a destruição de determinado tipo de Estado e a construção de um outro tipo de poder político”⁵⁵⁵. Entretanto, Machado não nega o componente processual ou de guerra de posição que seu interlocutor advoga, ele considera que o “enfrentamento” deve antes ser “preparado”, pressupondo uma acumulação de forças que se expressa na conformação do bloco de forças sociais dos dominados e explorados, desenvolvimento da consciência e de um projeto revolucionário, que dê condições para o enfrentamento e para a disputa de poder.

O autor destaca que a disputa de poder não ocorre a qualquer momento ela “pressupõe uma situação específica que podemos chamar de crise revolucionária” em que “a dominação ‘normal’ fica abalada”⁵⁵⁶. A passagem é interessante porque demonstra que as correntes de esquerda do PT não excluem a necessidade de uma acumulação de forças (e nem de lutas por reformas), como muitas vezes aparece nas resoluções partidárias expressando a posição da corrente majoritária. Obviamente, a caricatura e o reducionismo são elementos da disputa política interna.

Machado acrescenta que apesar de considerar importante o aspecto da guerra de posição ou da revolução processual prévio ao momento do enfrentamento, deve-se ter claro que a revolução é hegemonizada fundamentalmente pelo proletariado, afirmando-se uma “perspectiva de *independência de classe*”⁵⁵⁷. O bloco de forças sociais composto pela classe operária e pelo proletariado em sentido amplo (assalariados em geral), e que até pode disputar setores médios proprietários, seria denominado como “operário-popular”.

Assim, o decisivo em termos de acúmulo de forças, de preparação para o enfrentamento com o Estado burguês, com as classes dominantes, é o fortalecimento do campo operário-popular. É claro que, além disso, pode haver alguma conquista de espaço no interior do Estado burguês, por exemplo a conquista de uma prefeitura, de um governo estadual, mas isto é secundário, e acho

⁵⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁵⁶ *Ibidem*, p. 137.

⁵⁵⁷ *Ibidem*.

que deve ser visto fundamentalmente como conquista de pontos de apoio para aluta geral e não como o início de um processo de mudanças que se faria pouco a pouco⁵⁵⁸.

A conquista de espaços institucionais tem papel tático e secundário, apenas como pontos de apoio, posição que encontramos nas resoluções partidárias, mas que rapidamente ganharão outro patamar com o crescimento eleitoral do PT e a conquista de prefeituras como a de São Paulo, uma das mais importantes cidades da América Latina, e com as possibilidades de conquista do Governo Federal já em 1989.

Em relação à temática do partido, Machado concorda com Coutinho quanto a existência de vários partidos no desenvolvimento de um projeto socialista e para as transformações revolucionárias no Brasil. Mas ao menos um, ou até dois deveria ter um papel dirigente e argumenta que o partido não pode ser de tipo golpista, como “uma conspiração bem-sucedida”. O enfrentamento com o Estado burguês deve ser realizado pelas massas, e para isso é necessário um partido de massas, além disso deve ser democrático e socialista. Contudo, o partido democrático de massas e socialista não é exatamente o mesmo de Coutinho, devendo ter um forte grau de centralização para que dirija um processo de lutas que tenha seu desenlace no enfrentamento ao Estado burguês.

Vejamos:

Por outro lado, o partido de que precisamos tem de ser também – e nisto recuperamos a problemática clássica do leninismo – capaz de dirigir um enfrentamento com o Estado burguês no Brasil; mas haverá algum tipo de enfrentamento, e para isto precisaremos de um partido com um grau de centralização razoável, com um grau de militância também razoável, para poder cumprir justamente este papel de dirigir um processo de luta pelo poder, de enfrentamento com o Estado burguês, e ter sucesso. Não é verossímil um enfrentamento mais ou menos descentralizado, mais ou menos espontâneo: isto não pode dar certo diante do grau de centralização que a burguesia tem, diante da intervenção que o imperialismo pode fazer, e assim por diante⁵⁵⁹.

Quanto à relação entre socialismo e democracia, Machado se limita a: “acho que entre nós aqui temos todos os acordos com uma formulação que diz que o socialismo é uma socialização real dos meios de produção e com uma democracia real, com formas de poder popular, massas organizadas”⁵⁶⁰. Em relação aos partidos, Machado concorda com Coutinho sobre a pluralidade, mas para ele quanto maior a possibilidade de unificar, melhor, podendo

⁵⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 138.

⁵⁶⁰ *Ibidem*.

existir partidos de oposição desde que respeitem a *legalidade socialista*, que não conspiram abertamente e de forma armada contra ela.

Francisco Weffort, o secretário-geral do PT à época, possui posições mais próximas às de Coutinho. Ele considera “que o conceito, ou a metáfora de Gramsci sobre o ocidente e o oriente é útil tanto para o grande debate sobre a transformação social quanto para se estudar a dinâmica atual da sociedade brasileira”⁵⁶¹. Segundo Weffort, o Brasil até os anos 1950, quando mudou seu perfil econômico para o sentido do capitalismo industrial, poderia ser considerado em larga medida “um país oriental”⁵⁶², onde seu eixo econômico se encontrava na agricultura de exportação e as ideias de revolução como “um grande acontecimento (ou um conjunto de grandes acontecimentos) à volta do poder de Estado”⁵⁶³ era ainda verossímil.

Porém, Weffort considera que este tipo de revolução, na qual ele insere desde a Revolução Inglesa de Cromwell, no século XVII, e a Francesa de Robespierre no século XVIII, passando pela Rússia, em que se encontram os narodniks, bolcheviques e mencheviques, até mesmo a Revolução chinesa, cubana e nicaraguense, sejam elas revoluções liberais ou socialistas, mas que entendidas como um acontecimento ao redor do Estado “são fenômenos de alguns casos de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana industrial”⁵⁶⁴.

Entendendo que essas revoluções ocorreram em processos de transição do feudalismo para o capitalismo, Weffort considera conveniente resgatar a noção de sociedade ocidental, estabelecendo que o Brasil dos anos 1980 já era muito diferente dos anos 50, pois seria um país policêntrico, indicando, com isso, que aqui não haveria uma “Paris”, “Petrogrado” ou “Havana” em que as forças revolucionárias se dirigiriam. Também não existiria um “Palácio de Inverno” a ser tomado. Sendo assim, o que seria uma sociedade ocidental para o autor?

Convém declarar que não há nenhuma tentativa de maquilar, embelezar a sociedade brasileira com o conceito de sociedade ocidental. Antes pelo contrário, o que está em questão é o seguinte: as formas de dominação dentro desta sociedade não são articuladas apenas no Estado (não apenas através da coerção, nem apenas através do direito) mas também da ideologia, da educação, da religião, de todas as formas de vida social e cultural que se imagine. É esta a grande questão: hoje o capitalismo, nacional ou internacional, autônomo ou periférico – não é este o ponto central –, é uma coisa que se comunica, em escala universal, dentro desta sociedade. E isto significa que o mais miserável dos peões finalmente acaba sendo afetado por ele. Acaba sendo, até certo ponto, seduzido por ele.

⁵⁶¹ Weffort, 1986, p. 142.

⁵⁶² *Ibidem*.

⁵⁶³ *Ibidem*, p. 143.

⁵⁶⁴ *Ibidem*.

Isso não significa, a meu ver, que o conceito de revolução tenha perdido o sentido. Significa, porém, que o conceito de revolução muda. É importante dizer que a ideia de uma revolução processual não é a perda do sentido da ideia de revolução. É, pelo contrário, a atualização do sentido da revolução⁵⁶⁵.

A passagem de Weffort demonstra que seu entendimento sobre “a sociedade ocidental” se vincula a uma compreensão que considera que nas formações ocidentais a dominação não é exercida apenas através do Estado, o poder não estaria concentrado no Estado, mas antes disseminado na sociedade civil em diversos aparelhos privados de hegemonia e nas diversas formas de sociabilidade e práticas culturais. O Estado não é considerado o lócus privilegiado da dominação burguesa, antes está disseminado por toda a sociedade, e é com base neste pressuposto que o conceito de revolução deve ser atualizado em relação àquele “à volta do poder de Estado” ou de assalto revolucionário ao poder de Estado.

Alguém vai dizer que há rupturas. Sim, é evidente, *as rupturas estão ocorrendo todo dia!* Quem pensa que a revolução processual é uma espécie de “água de laranja” do processo revolucionário se engana. O que ocorre no Brasil, por exemplo, é de uma notável brutalidade. Se o problema é a violência, o sangue está correndo na rua, é só querer ver. É só ver quanto se mata de liderança camponesa, ou quanto morre de criança na cidade de São Paulo. É só ver o dengue no Rio de Janeiro. A violência deixou de ser algo que pudesse ser controlado pelo Estado liberal, pelo menos em sua forma clássica, o famoso Estado Guardião. *A violência se dissemina na sociedade*, como fora antes do Estado liberal.

Numa sociedade como essa como recolocar o problema da violência no processo de transição revolucionária? A ideia de revolução como acontecimento à volta do Estado é ao fim a ideia do Estado como centralizador da violência. Podia-se pensar, então, num anti-Estado que era o partido revolucionário, que definia uma estratégia na qual ele incluía também um cálculo sobre a sua própria capacidade de violência. Quando se falava de *destruição do Estado* falava-se de um partido que deveria ser capaz de reproduzir na luta contra a classe dominante a violência que o Estado produzia contra as classes populares ou contra o povo.

Esta possibilidade não existe na sociedade americana. *Não existe no Brasil. O que existe é a possibilidade de uma grande luta social, multifacetada, diferenciada em todas as frentes. Aí a questão do socialismo e a questão da democracia não se dissociam.* No Brasil, a luta pela democracia é já, aqui e agora, uma luta pelo socialismo. Ou seja, a questão do socialismo está colocada no Brasil no sentido de que [...] o capitalismo brasileiro não resolve todos os problemas do país. A lógica do crescimento do capital traz embutida a lógica do crescimento da pobreza – eis algo típico deste capitalismo, com estas circunstâncias. O problema do socialismo está colocado não apenas do ponto de vista social, ou seja do imperativo político de atender aos grandes problemas sociais. O problema do socialismo está colocado também no sentido de que o desenvolvimento do capitalismo, nas circunstâncias em que se deu aqui, levou a um casamento entre a concentração do poder burocrático(militar) do Estado e a concentração do grande capital sob as formas de monopólio e oligopólio. Nesta sociedade temos *uma fusão entre concentração do poder e concentração do capital, de tal modo que construir a democracia no Brasil é conferir a sociedade capacidade de controle e de gestão sobre a*

⁵⁶⁵ *Ibidem.*

economia. Neste sentido, construir a democracia no Brasil, é indubitavelmente, colocar o problema da socialização da produção⁵⁶⁶.

Weffort desconsidera a necessidade de uma ruptura revolucionária, dissolvendo-a nas várias rupturas, na violência ou nas várias violências, que ocorrem cotidianamente e são disseminadas na sociedade e que não estão sob o controle do Estado. A ideia de um partido revolucionário com o objetivo de destruição não caberia na sociedade brasileira dos anos 1980, e o fato da dominação estar disseminada acaba com a ideia de uma preparação prévia para a tomada do poder de Estado, já que este não é mais o centro gravitacional do poder burguês, extingue-se o salto qualitativo que se pretende numa perspectiva de ruptura.

É neste sentido que é afirmada a processualidade ou revolução processual, que se dá através de uma luta multifacetada, “em todas as frentes”, não havendo um centro gravitacional a ser atingido. A processualidade também suprime as fronteiras entre democracia e socialismo, ao enfatizar que lutar pela democracia já é lutar pelo socialismo. A relação entre meios e fins aqui também fica obliterada, pois o socialismo não é considerado um estágio superior em relação à democracia, é antes o resultado de sua expansão. Mas dela não se separa em momento algum a partir de sua indissociabilidade, em clara consonância com as posições de Coutinho, que considera a democracia como um pressuposto-reposto que deve se reproduzir continuamente no socialismo.

Em consonância também com algumas resoluções partidárias, Weffort considera que o “capitalismo brasileiro” não resolveu os problemas do país, um tipo de desenvolvimento em que o crescimento do capital gera riqueza de um lado e pobreza do outro seria “típico deste capitalismo, destas circunstâncias”⁵⁶⁷. Como se não fosse uma realidade imanente da própria produção capitalista em nível geral, inclusive presente nos países centrais do capitalismo, mas o dirigente petista a reduz a algo típico de sua expressão particular na formação social brasileira. Outra ocorrência que, segundo o autor, repetindo seu procedimento analítico anterior, também é típica desta forma particular de capitalismo “a fusão entre a concentração do poder e a concentração do capital”⁵⁶⁸, daí a necessidade de construir a democracia, esta viabilizaria o controle e gestão da economia pela sociedade.

A democracia, expressando um verdadeiro salto quântico, colocaria a questão da socialização dos meios de produção. Na verdade, trata-se da ideia de que progressivamente com a ampliação da democracia, “a sociedade” passe democraticamente a controlar a

⁵⁶⁶ *Ibidem*, p.143-144, grifos próprios.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, p. 144.

⁵⁶⁸ *Ibidem*.

economia. Esse controle social colocaria e já expressaria a própria questão da socialização dos meios de produção.

Compreendendo o peso do estatismo no Brasil e havendo “uma tal escala de poder econômico estatizado (sob controle de grupos privados ou não) que a uma futura socialização da produção, já teria resolvido pelo menos com um obstáculo, aquele colocado pelo proprietário privado”, acrescenta que “este proprietário foi expropriado *avant la lettre* pelo processo da estatização, isto é, pelo processo de crescimento do Estado”⁵⁶⁹. Ou seja, considerando que o proprietário já tendo sido expropriado pelo Estado brasileiro, facilitaria o processo de socialização, já que em larga medida reduziria o conflito com os proprietários privados, e esta se viabilizaria no controle da sociedade sobre o Estado e por consequência sobre a economia, já que este concentra boa parte dela ou mesmo está fundido com ela. É assim que “a luta pelo socialismo e a luta pela democracia, portanto, se combinam”⁵⁷⁰ e a democratização se confunde com a socialização.

Coutinho possui diversas posições similares as de Weffort, demonstrando concordância nos termos mais gerais. Sobre a temática da ruptura ou da relação entre “o momento explosivo e o momento processual da revolução”⁵⁷¹. O autor lembra estar operando com dois modelos ou “com dois tipos-ideais” para realidades históricas distintas:

Na realidade concreta, as coisas não aparecem tão puras; por isso, estou convencido – de que a processualidade da transição absolutamente não elimina momentos de ruptura. Apenas penso que não se pode mais conceber a transformação como uma ruptura única, situada num Dia-D, mas como uma série de rupturas. Por outro lado quem fala em “guerra de posições” há de lembrar que, em tal forma de luta, ganham-se mas também se perdem posições. [...] sociedade “ocidental” é aquela sociedade onde há uma disseminação do poder pelos múltiplos aparelhos da sociedade civil, sem sua concentração exclusiva no Estado-coerção, como Weffort aludiu a pouco. E ocorre independentemente do fato de ter sido o Estado o protagonista principal das grandes transformações ocorridas em nosso passado; a “via prussiana”, um conceito de Lenin que me é particularmente caro, foi certamente a via pela qual este país se tornou capitalista, e é precisamente isso que explica, [...] essas sequelas “selvagens”, “orientais”, que subsistem no capitalismo brasileiro [...] o fato de termos sido “orientais” no passado, e de ainda haver momentos orientais em nossa vida social, não quer dizer que o elemento dominante hoje não seja o da “ocidentalização”. [...] Isso não é necessariamente ser melhor ou pior; mas penso que é condição básica para traçar uma estratégia de transição ao socialismo que corresponda ao nível de desenvolvimento social, cultural e político a que nós já chegamos⁵⁷².

⁵⁶⁹ *Ibidem*.

⁵⁷⁰ *Ibidem*.

⁵⁷¹ Coutinho, 1986, p. 145.

⁵⁷² *Ibidem*, p. 146, grifo próprio.

Em conformidade com Weffort, Coutinho desloca o significado de ruptura. Se para o secretário geral do PT as “rupturas” ocorrem todos os dias nas manifestações cotidianas de violência a que é submetido os trabalhadores, para Coutinho também não haveria uma ruptura única, coerente com sua visão de processualidade se operariam “uma série de rupturas”, em contraposição a um “dia D”, como um momento específico para um salto qualitativo que viabilize a revolução.

Sua noção de sociedade ocidental também é similar à de Weffort, se baseia na disseminação do poder pelos aparelhos da sociedade civil, não se concentrando exclusivamente no Estado. É com esse diagnóstico de uma sociedade ocidental que afirma novamente a perspectiva processual de uma revolução no Brasil, já que o país teria a ocidentalização como elemento dominante. Outra aproximação dos pontos de vista dos dois autores é a relação entre democracia e socialismo, especificamente a noção de democracia com pressuposto repostado do socialismo:

[...] minha concepção processual de transição ao socialismo requer uma progressiva introdução na sociedade do que eu chamaria de “*elementos de socialismo*”. Por exemplo: um dos traços do socialismo é o *controle público de setores básicos do aparelho econômico*. Ora, no Brasil o papel do Estado na economia é imenso. Então, o simples fato de que venha a existir no Brasil um Estado democrático, no qual haja um *controle democrático efetivo sobre esse setor da economia sob propriedade estatal*, esse fato permitiria já *incluir na vida social brasileira elementos de socialismo*. De modo mais amplo, eu diria que a democracia é um *pressuposto* da luta pelo socialismo, mas um pressuposto que é, ao mesmo tempo, sempre *reposto*. Não se pode lutar pelo socialismo sem se lutar pela democracia, e não se pode construir o socialismo sem continuar aprofundando a luta pela democracia. *A democracia se relaciona com o socialismo como um pressuposto repostado*. Ela é um ponto de partida e um ponto de chegada, mas um ponto de chegada que serve novamente como ponto de partida, e assim permanentemente. E essa reposição não é uma reprodução simples, mas uma reprodução ampliada⁵⁷³.

Em contraposição, João Machado, apesar de concordar com o diagnóstico de ocidentalização do Brasil, reitera o caráter desigual e dependente do imperialismo do capitalismo brasileiro. Sua divergência continua a ser quanto à questão da ruptura como momento específico e crucial de uma revolução, mesmo que este considere a disseminação da violência na sociedade e as possíveis ruptura em uma “revolução processual”.

De qualquer maneira, não é possível fugir de um momento onde esta ruptura vai ser de maior amplitude, onde de qualquer jeito, depois ter sido feito um processo de acúmulo de forças, de cerco do Estado ou como se queira colocar, de reforço às organizações populares, de conquista do espaço, de obrigar a burguesia, as classes dominantes, a recuos parciais e tudo o mais, de luta pela hegemonia, haverá então um enfrentamento mais decisivo, onde a questão de se este Estado burguês

⁵⁷³ *Ibidem*, p. 146.

se mantém ou não vai estar colocada. É esta a questão que eu colocaria para o Carlos Nelson e para o Weffort: que tudo caminhe da forma mais “processual” possível, tudo bem, que haja várias rupturas, se se quiser, mas tem de haver alguma de maior amplitude, onde a questão de “quem tem o poder de Estado?” tem de estar colocada. Não se trata de reduzir a questão da revolução ao “grande dia”, “ao grande acontecimento”, à “tomada do Palácio de Inverno”, se pudermos usar esta metáfora. Mas esta questão vai estar colocada de alguma maneira num determinado momento, e este momento é decisivo⁵⁷⁴.

Machado ainda apresentaria divergências com Coutinho em relação à aliança com os liberais. Para ele, o acúmulo de forças deve se dar em direção a construção da independência de classe, na perspectiva de um bloco operário-popular. Alianças podem ser feitas com os liberais, porém “são alianças pontuais, onde a questão da disputa da hegemonia está colocada a todo momento, e onde a consequência de a liderança nesta disputa ficar eventualmente com os liberais é claramente muito negativa”⁵⁷⁵. Como exemplo de sua preocupação, “tínhamos todo um processo de luta no Brasil contra a ditadura, e chegamos a enormes mobilizações de massa, mas elas foram canalizadas para a disputa no Colégio Eleitoral e o resultado foi este regime profundamente conservador da Nova República”⁵⁷⁶.

Em resposta à Machado, quanto à necessidade de ocorrência de uma ruptura, Weffort responde de forma inicial e tendencialmente que “sim”, mas somente para deslocar novamente o significado de ruptura:

[...] eu tenderia a pensar que sim, que haverá momentos em que vai haver algum tranco na sociedade, algum tranco na relação entre os grupos, os partidos e o Estado. O que me parece difícil, se não impossível, é colocar este momento numa estratégia definida. Posso imaginar alguém dizendo “pelo amor de Deus! Mas toda política pressupõe violência...”. Ao que eu responderia: exatamente porque toda política pressupõe violência é que a possibilidade da violência está em todas as atividades políticas possíveis. Se vier a ocorrer um momento – ou momentos – de violência, a situação terá que ser enfrentada quando ocorrer, nas circunstâncias em que ocorrer⁵⁷⁷.

Mesmo que se chegasse a um momento de maior radicalidade na luta de classes, não se poderia formular qualquer tipo de ação previamente, devendo-se agir apenas no momento e nas circunstâncias de ocorrência da mesma. Outra crítica refere-se à noção de bloco operário e popular:

Quando o João propõe a acumulação de forças no sentido da formação de um bloco *operário-popular*, acho respeitosamente que *ele estreita o campo possível*. E estreita o campo possível em prejuízo do próprio movimento, da própria transformação. *Se a luta pela democracia é a luta pelo socialismo* a consequência

⁵⁷⁴ Machado, 1986, p. 147.

⁵⁷⁵ *Ibidem*.

⁵⁷⁶ *Ibidem*.

⁵⁷⁷ Weffort, 1986, p. 149.

política é que este bloco não tem como ser operário e popular. Tem que ser democrático-popular, tem que ser muito mais amplo. Temos que reconhecer o lugar da classe média, dos pequenos proprietários, bem como de amplos setores da população que não têm, sejamos claros, posição social de classe que possamos definir [...] estamos longe do eixo clássico da relação de produção em que o eixo da atividade política global de um grupo se definiria em função dos seus interesses no processo de produção. Na medida em que incluímos mais gente, mais as pessoas entram, em função da posição que ocupam no eixo de dominação, no sistema de dominação social e no sistema de dominação política. Ao passar do conceito de bloco operário popular para o conceito de bloco democrático-popular, incluímos tanto aquele tipo de luta que diz respeito ao campo das relações de produção, quanto aquele tipo de luta que diz respeito ao campo das relações de dominação, que são muito mais amplas e mais complexas eixo [...] *temos que manter um critério de independência de classe e isso é difícil*. Por exemplo, *manteríamos facilmente a independência de classe se não tivéssemos ainda uma preocupação política*. Simplesmente porque estaríamos sempre iguais a nós mesmos na nossa identidade (corporativa) de classe. O problema é que a identidade de classe na política só se resolve num quadro de relações políticas, isto é, só se resolve na luta política. Não vamos resolver a questão da identidade de classe fazendo uma tautologia. Quer dizer, se nós somos um bloco operário-popular, o problema da identidade de classe está resolvido. Por quê? Porque nós estamos com nós mesmos! O meu problema é manter a identidade de classe –bem como a identidade da luta socialista e a perspectiva da transformação da sociedade –no processo de uma luta na qual se incluem elementos heterogêneos, diferentes. Numa luta, portanto onde nossa *identidade de classe não está antecipadamente garantida, onde tem que ser conquistada a cada dia*⁵⁷⁸.

A denominação operário-popular seria demasiadamente estreita para Weffort, sendo melhor e mais ampla a denominação “democrático-popular”, que não separa a luta pela democracia, como um momento tático prévio a um momento revolucionário socialista como desenlace e objetivo estratégico final. É necessário incorporar parcelas da população que não estão sob o jugo da exploração, mas também sob o jugo da dominação, estas seriam mais amplas e complexas.

A manutenção da independência de classe “é difícil”, segundo Weffort, à medida que se incorpora parcelas sob o eixo da dominação junto aos setores sob o eixo da exploração, a formulação democrático-popular seria mais desafiadora que a formulação do bloco operário-popular em que “estaríamos sempre iguais a nós mesmos na nossa identidade (corporativa) de classe”. Weffort estabelece uma obliteração entre identidade de classe e independência de classe, a identidade de classe entendida por ele pela luta corporativa em torno do interesse dos assalariados, na verdade é configurada pelo próprio capital que estrutura as classes a partir de determinadas relações de produção. Por outro lado, o significado de independência de classe se relaciona ao processo de formação de determinados setores da classe trabalhadora, que em conflito com o capital e seu Estado podem formular seu próprio projeto societário independente e contrário aos interesses burgueses.

⁵⁷⁸ *Ibidem* p. 150, grifos próprios.

De acordo com Motta (2018, p. 95), “um sindicato como espaço de ‘congregação de iguais’ pode ter ou não ter independência de classe”. A confusão de Weffort entre identidade e independência de classe e a dificuldade de mantê-las diz respeito à “preocupação política”, que significa a questão das alianças de classe, ao estabelecer alianças com setores heterogêneos, identidade e independência não estariam previamente garantidas, devendo ser conquistadas a cada dia. O grande desafio seria essa conquista no dia a dia do apoio das camadas médias e de setores externos ao proletariado que não vivem a exploração direta. A questão que não fica tão clara é o que o proletariado deveria abrir mão para estabelecer o consentimento em relação a estes setores sociais e quais seriam as implicações daí derivadas na luta pelo socialismo. Entretanto é possível depreender que a questão da socialização integral dos meios de produção seja o elemento a ser descartado, já que se deve preservar a pequena propriedade, o processo de socialização passa a ser substituído ou confundido com a democratização.

O autor, assim como Coutinho, fará a defesa da economia mista que está diretamente ligada à questão das alianças com os pequenos proprietários. Se referindo ao processo chileno:

Uma das coisas que mais me impressionou no caso do Chile foi a greve dos caminhoneiros (que tinha dinheiro da CIA, sem a menor dúvida), mas o mais espantoso é que era uma greve de caminhoneiros [...] de pequenos proprietários de caminhões! Faz-se um movimento de transformação da sociedade que encontra, inicialmente, um enorme bloqueio de massa, na pequena burguesia e na classe média. O conceito de economia mista tem que incluir o conceito de propriedade privada, subordinada à dinâmica geral do sistema que, este sim, será socializado. Não interessa saber se um restaurante com 10 ou 20 empregados, o que interessa é a Volkswagen, é o Unibanco, são os grandes sistemas de capital concentrado, é aí que se dá o que Marx chamava a grande concentração de produção; esta é a alavanca da produção. Portanto, acho que não há que ter medo de falar em propriedade privada no socialismo⁵⁷⁹.

Apesar de não desconsiderarmos a problemática apontada em relação ao Chile, não nos interessa apontar uma solução para a questão da pequena propriedade, mas perceber sua relação com a temática das alianças, que no desenvolvimento da estratégia democrático-popular se ampliará para muito além da pequena propriedade, assim como uma permanente indefinição sobre o socialismo no PT. Sobre o socialismo, com um tom de realismo complacente e de forma temerária, Weffort afirma que:

Temos que ser claríssimos em relação à questão do pluralismo social no socialismo. Vamos deixar de imaginar que se possa ter uma sociedade complexa sem diferenças sociais significativas. É impossível. Temos que admitir isso e dizer

⁵⁷⁹ *Ibidem*, p. 152.

para as pessoas, porque é melhor que isso seja dito abertamente, que se faça legitimamente, do que se faça através das lojas de acesso privativo da burocracia, ou dos esquemas de acesso daqueles próximos do poder. Isso tem que ser jogo aberto para todo mundo poder controlar⁵⁸⁰.

De forma resignada e realista, a inevitável e significativa desigualdade social que permanecerá deve ser já anunciada e contar com “legitimidade”, ao contrário do ocultamento e da falta de transparência da burocracia soviética. Sem querermos reduzir a proposta do importante quadro dirigente petista, um socialismo com propriedade privada e com desigualdades significativas não parece ser radicalmente distinta da sociedade capitalista.

Retomando a questão das alianças para Coutinho, em resposta às críticas de Machado:

Na medida em que ainda há muito a fazer no sentido de consolidar a sociedade civil, penso que essa aliança com os liberais é conjunturalmente importante, o que não anula, a necessidade de criar um bloco das esquerdas e começar desde já a brigar pela hegemonia. Mas ao lado desse aspecto conjuntural da aliança com os liberais, penso também num determinado acordo de longo prazo, um acordo que eu chamaria de estrutural, um verdadeiro “*compromisso histórico*”, um *acordo em torno da defesa comum das regras do jogo mínimas*. Vejam bem: ao contrário da luta livre, o boxe tem determinadas regras, o ringue tem tantos metros quadrados, não se pode bater abaixo do calção, não valem os pontapés, etc. Mas nem por isso o boxe deixa de ser uma luta. Penso que há liberais interessados em que a batalha entre eles e nós se dê segundo as regras do boxe e não como uma luta livre. Então se tivermos cacife suficiente para negociar com os liberais a construção e conservação de determinadas regras do jogo político, regras de tipo liberal democrático, que permitissem ao mesmo tempo um aprofundamento no sentido de formas mais participativas, então isso será muito bom para o avanço efetivo das lutas sociais no Brasil⁵⁸¹.

O motivo de uma aliança com os liberais é que o processo de “ocidentalização ou de democratização da sociedade brasileira ainda não está plenamente concluído”⁵⁸². Partindo dessa constatação é que Coutinho, da mesma forma que os eurocomunistas, propõe um “compromisso histórico” em que fosse delimitado “as regras do jogo” democrático, e cumprido tanto pelos trabalhadores quanto pela burguesia o que permitiria uma arena legítima de luta de interesses entre classes, e neste sentido poderia propiciar o avanço da luta dos trabalhadores.

O problema que Coutinho parece desconsiderar é que enquanto os trabalhadores estão a praticar o boxe respeitando as regras da legalidade burguesa, a burguesia não deixa de praticar a luta livre. Esta questão está ligada à temática da legalidade/clandestinidade, pois enquanto a burguesia, se necessário for, quebra a sua própria legalidade, os trabalhadores envoltos pelo enquadramento democrático ficam reféns e despreparados em

⁵⁸⁰ *Ibidem*.

⁵⁸¹ Coutinho, 1986, p. 154, grifo próprio.

⁵⁸² *Ibidem*.

relação ao poder burguês, já que sequer é possível formular dentro dessa estratégia o uso de meios clandestinos e da violência pela classe trabalhadora.

Como pudemos acompanhar, o tensionamento entre ruptura e processualidade, ou da fórmula da revolução permanente e fórmula da hegemonia, se manifestam no espaço e no tempo para muito além dos seus contextos históricos matriciais, repercutindo no debate estratégico revolucionário no Brasil dos anos 1980. Havendo um certo consenso sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro, que excluiria o etapismo de tarefas antifeudais ou de uma revolução democrático burguesa (apesar de que estas não são realmente descartadas devendo ser empreendidas sob a direção dos trabalhadores), as divergências emergem sobre a caracterização do Estado.

A nosso ver, um dos elementos centrais que configuraram a estratégia democrática e popular condicionando seu movimento no desdobrar do tempo em uma direção processual e gradualista, para além da compreensão sobre o desenvolvimento capitalista, foi sua análise a respeito do Estado. A ação a ser empreendidas em relação ao Estado, rejeita a sua supressão/destruição revolucionária, por meio da coerção e da instauração de um novo poder político com conteúdo proletário. Em seu lugar uma longa guerra de posições que equilibre sociedade civil e Estado, democratizando e transformando-o gradativamente em um aparelho consensual, sem a necessidade de uma ruptura violenta ou coerção contra as classes adversárias.

Essas questões se vinculam à relação entre socialismo e democracia. A última teria um caráter não apenas tático, mas necessário para que se construa um acúmulo de forças prévio necessário a uma ruptura revolucionária para o socialismo, havendo uma indissolubilidade entre os termos sem uma hierarquização que os distinga em termos táticos e estratégicos. No desenvolvimento e metamorfoses que passou a estratégia democrático-popular no sentido da consensualidade e da indissolubilidade entre democracia e socialismo.

As ideias de Gramsci tiveram forte impacto do debate marxista brasileiro neste período, a forma de apropriação das formulações gramscianas por intelectuais dentro e fora do PT, produziu uma irredutibilidade entre guerra de movimento e guerra de posição que acabou por se tornar a tônica dos debates, se expressando também nas resoluções do PT.

Necessário recordar que apesar das críticas de Anderson a Gramsci, o mesmo não deixou de considerar que o marxista italiano jamais abandonou a necessidade da tomada revolucionária do Estado, o que estaria ausente era uma articulação adequada entre a guerra de movimento (revolução permanente) e a guerra de posição (hegemonia).

Esta afirmação do historiador inglês nos permitiria ponderar algumas de suas próprias críticas e, com isso, também contrapor a irredutibilidade da apropriação eurocomunista de Gramsci e de intelectuais/dirigentes como Coutinho e Weffort, que basicamente absolutizam a hegemonia como consenso, prescindindo do momento de coerção. O que realmente nos interessa não é estabelecer um parecer definitivo sobre Gramsci e sua noção de hegemonia, mas compreender os desdobramentos dessa forma particular e predominante no universo cultural e intelectual brasileiro de apropriação de seu arcabouço teórico e principalmente os usos em torno da noção de hegemonia e suas possíveis resultantes, – numa perspectiva em que o termo e seu uso determinou algumas práticas e concepções políticas –, não simples “escolhas” intelectuais, mas que também seu uso foi determinado pela própria realidade social e intervenção sobre ela.

4.3 Hegemonia e acúmulo de forças

O termo hegemonia ganhará relevância na estratégia democrático-popular, passando a se constituir como uma ideia-força e noção moduladora alternativa à socialdemocracia, seu caráter gradualista, pacífico e naturalizador do capitalismo; e ao socialismo soviético e à clássica noção de ditadura do proletariado, seu caráter autoritário, burocrático e violento.

O contexto histórico dos anos 1980 era marcado por uma crise desses dois paradigmas. Por um lado, o declínio da socialdemocracia, que se converteu em gestora do capitalismo e complacente com o neoliberalismo, por outro, a crise que se abatia sobre a União Soviética e o Leste europeu. Não havia mais um centro internacional, à maneira da Terceira Internacional, que se constituísse como elaborador teórico, ao mesmo tempo nas universidades se observa o declínio do marxismo como referencial teórico. Neste sentido, o PT nega os referenciais teóricos clássicos e busca um caminho estratégico original para o socialismo.

Em um país que por décadas sua esquerda predominante operou sob as formulações estalinizadas da Terceira Internacional, mas que na década de 1980, sob uma análise que já compreendia o Brasil como capitalista e vivendo um processo de democratização, as contribuições de Gramsci obtiveram boa acolhida. O autor era um intelectual que buscou discutir uma estratégia revolucionária para países capitalistas desenvolvidos, e o novo estágio vivido pelo Brasil na economia e na política estaria mais próximo daquele que foi objeto de análise no universo das formulações gramscianas.

Nos cabe agora em relação à noção de hegemonia compreender seus usos e suas variações na estratégia democrático-popular, e também sua relação com a ideia de acúmulo de forças. Cabe salientar que o uso do termo hegemonia não está vinculado à sua coerência teórica em relação aos textos de Gramsci, ou especificamente ao quanto se aproxima de uma análise científica da realidade, mas aos objetivos políticos que os formuladores imprimem ao conceito.

Mais próximo à diferenciação e à disputa política com as tendências minoritárias do PT, cumpre-se mais o papel de persuasão, próprio da política, do que uma análise teórica densa da realidade social.

Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais⁵⁸³.

A disputa por hegemonia informa e é informada pelas leituras dos formuladores a respeito de diversos aspectos da realidade social. Em seu momento inicial, até 1987, busca conformar por meio de alianças, o que na formulação gramsciana é conhecida por bloco histórico, um bloco de forças sociais com as diversas classes trabalhadoras, que incluem, além dos assalariados, segmentos médios e pequenos proprietários. Existiria também a necessidade de uma frente democrático-popular que contasse com alianças com partidos de esquerda, como PV, PC do B, PSB, se aproximando de um caráter de frente única.

O bloco de forças sociais, composto pelas “classes trabalhadoras”, deveria ser hegemonizado pelo proletariado. Esta formulação inicial é mais próxima da concepção leninista de hegemonia, usada no contexto de uma revolução democrático-burguesa, mas que no caso aqui analisado seria adaptado para uma revolução socialista, preservando basicamente a ideia do proletariado como dirigente sobre seus aliados e dominante em relação aos seus adversários.

Outra função dos usos da hegemonia se vincula, em termos gerais, à relação entre democracia e socialismo, mas que se desdobra na compreensão sobre o Estado e a sociedade civil no Brasil. Naquele momento histórico, tanto um como o outro estariam em um patamar mais desenvolvido ou complexo, bastante próximos ou já considerados como típicos de “sociedade ocidentais”. O Estado não seria mais exatamente uma autocracia burguesa

⁵⁸³ I Congresso Nacional [1991]. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 505.

impermeável às reivindicações como na formulação de Fernandes, ele teria se “ampliado” relativamente, ainda que mantendo um forte componente coercivo, também operaria com o consenso, através de concessões. A sociedade civil também teria se fortalecido e complexificado, sendo composta por vários aparelhos de hegemonia, tanto da burguesia quanto dos trabalhadores e dos setores médios. A interação entre as duas instâncias e as lutas estabelecidas no interior de cada uma e entre elas é que produziriam a ampliação ou retração da democracia.

Caberia neste quadro uma luta do PT tanto na sociedade civil quanto no Estado. Na sociedade civil conquistando posições e unificando setores em torno do projeto democrático-popular, coesionando política e ideologicamente a classe trabalhadora, enquanto no Estado, conquistando posições em seu interior que ressoassem as demandas populares. É nessa interação que se viabilizaria o objetivo de: ampliação da democracia.

Não havendo condições para a luta pelo poder e pelo socialismo, deve-se conquistar a democracia como garantia de espaço político e arena de lutas, que propiciando conquistas de direitos fortaleceriam a posição dos trabalhadores e a conformação do bloco histórico democrático-popular, até que se reunissem as condições para a luta pelo poder e pelo socialismo. A luta dos trabalhadores é operacionalizada em duas dimensões, uma extra institucional e outra institucional. De um lado o movimento sindical através da CUT e movimentos populares; de outro, a participação nas eleições e conquistas de cargos eletivos na estrutura do Estado. Visão próxima a “metáfora da pinça”, em que se visualiza as garras do caranguejo (no caso a extra institucional e a institucional).

A ideia de um governo democrático e popular busca ser uma alternativa à dominação burguesa da Nova República, mas também uma via política que expresse a mediação em relação a um quadro social em que não existe uma crise revolucionária e condições de tomada do poder imediato. Seu objetivo com a execução das tarefas antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias é “criar as condições” da luta pelo socialismo, não se constituindo em uma “nova fase do capitalismo, uma fase democrático-popular”. As resoluções de 1987 apontam que esse governo hegemônico pelos trabalhadores só poderá viabilizar-se a partir de uma “ruptura revolucionária”.

Apesar de conter um elemento rupturista, a seguinte passagem nos traz seu aspecto processual prévio:

O PT deve apresentar-se como uma opção real de governo, com um plano econômico de emergência, capaz de tirar o Brasil da crise em que está afundando e de melhorar a situação dos trabalhadores e da maioria do povo, bem como com propostas de real democratização do País, que se expressarão na luta por uma

Constituição progressista, nas lutas por autonomia e liberdade sindical, por Diretas já etc.⁵⁸⁴.

A afirmação nos indica que a futura ruptura deveria ser precedida por um momento eleitoral prévio. De acordo com Iasi:

O acúmulo no movimento de massas e na ocupação dos espaços institucionais produziria uma alteração na correlação de forças e tornaria possível colocar na ordem do dia as mudanças sociais profundas do Programa Democrático e Popular. O crescimento organizativo do partido poderia chegar a uma hegemonia no interior da classe trabalhadora e dos aliados nos setores médios para que as metas socialistas estivessem presentes na consciência destes setores. O desfecho estratégico do plano se daria quando este acúmulo de forças produzisse uma alteração tal na correlação de forças que tornaria possível iniciar as transformações democráticas e populares no sentido de uma ruptura socialista. Tudo havia sido pensado dentro de uma dimensão temporal bastante elástica, até porque uma das tensões internas era exatamente o grau ou não de crise revolucionária que permitiria, ou não, saltos qualitativos. Ocorre que o longo prazo chegou mais cedo do que se esperava. A conjuntura política e econômica dos anos de 1988 e 1989 antecipou a possibilidade do desfecho estratégico do plano, ou seja, a possibilidade de vitória da candidatura de Lula às eleições presidenciais daquele ano⁵⁸⁵.

O agravamento da crise econômica e a crise do governo Sarney foi acompanhada pelo fracasso do Plano Cruzado e pela frustração de expectativas da mobilização em torno deste plano econômico, com o despertar de grandes mobilizações grevistas. Em 1988, o PT conquistou 36 prefeituras, entre elas a de Vitória, Porto Alegre e São Paulo, a mais importante entre todas, e contando com um total de 14,9 milhões de habitantes residindo nessas cidades. Estes dois fatores nos dão uma mostra do crescimento do PT e de uma correlação de forças mais favorável.

Já em 1989, as pesquisas eleitorais iniciais colocavam Brizola e Lula nas primeiras posições respectivamente, aumentando as expectativas da militância em uma vitória de Lula nas eleições presidenciais. A formulação em torno do governo democrático e popular no 6º Encontro, em 1989, ganhou ares mais moderados do que em relação ao 5º Encontro, de 1987. Baseia-se no mesmo diagnóstico de que não há uma crise revolucionária colocada⁵⁸⁶, porém a conquista do Governo Federal significaria uma parte importante do poder e um patamar mais elevado para a disputa de hegemonia. A conquista de uma posição mais elevada no Estado colocaria a possibilidade de acelerar um processo radical de reformas econômicas,

⁵⁸⁴ 5º Encontro Nacional [1987]. Almeida *et al.*, 1998, p. 321.

⁵⁸⁵ Iasi, 2006, p. 443.

⁵⁸⁶ 6º Encontro Nacional [1989]. Almeida *et al.*, 1998, p. 397. “Embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República, inaugurando um novo período no qual, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia se dará em outro patamar”.

políticas e sociais criando as condições para a “conquista da hegemonia política” e das transformações socialistas. É neste sentido que “o governo democrático e popular e o início da transformação socialista são elos do mesmo processo”⁵⁸⁷.

O governo democrático e popular não é sinônimo de uma transição socialista, mas é o pressuposto que criará as condições para tal; é uma transição para outra transição. Embora afirme que a execução completa do programa democrático e popular só possa se realizar por meio da revolução socialista, para o PT a passagem de uma transição para a outra não pode acontecer pelo uso da força e da negação da democracia⁵⁸⁸. Esta transição também não ocorreria de forma automática, mas de acordo com a correlação de forças de cada momento.

Apesar da estratégia democrático-popular buscar ser uma alternativa à social-democracia e ao socialismo soviético, e de considerar o socialismo como objetivo estratégico, a ênfase em uma vitória eleitoral – na verdade um *pressuposto* – que permita ocupar o executivo do Estado e com reformas democráticas propiciar as condições para o socialismo, nos parecem indicar indícios de aproximação com a social-democracia, que certas proposituras que se pretendia negar continuam a ecoar na nova estratégia, ainda que não de forma exata.

Porém, pelo fato de considerar que as reformas democrático-populares entram em choque com a burguesia, e que o governo democrático-popular estará em choque ou em tensões com os capitalistas, com o objetivo de construir o socialismo e não melhorar o capitalismo, é que a formulação democrático-popular busca se diferenciar da socialdemocracia. Ou seja, a conflitualidade gerada seria seu diferencial. Considerando que haveria choque e tensões com os capitalistas, pois as classes dominantes não aceitariam a perda de seus privilégios – tentariam desestabilizar o novo governo, inclusive com chamados às Forças Armadas, lembrando a experiência chilena sob Allende –, as resoluções não apontam de que forma ocorreria o desenlace dessas tensões, assim “evitando formular, agora, respostas que só poderão nascer do contexto concreto que se abrirá com o novo governo”⁵⁸⁹.

A democracia tem papel fundamental para o PT. Ela não é entendida como uma forma de dominação burguesa (ou concessão das classes dominantes de cima), ou como

⁵⁸⁷ *Ibidem*, p. 401.

⁵⁸⁸ 6º Encontro Nacional [1989]. Almeida *et al.*, 1998, p. 402. “Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder por meio de um golpe de mão, de um putsch da vanguarda. Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação. Com este objetivo estamos preparando o Partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto”.

⁵⁸⁹ *Ibidem*, p. 399.

elemento tático para o socialismo. A democracia “é uma conquista dos trabalhadores, arrancada na luta política contra as classes dominantes”⁵⁹⁰. O propósito programático do partido é conquistar o poder “através da vontade [...] e luta da maioria”, e não pela “tomada do poder” que é entendida como um golpe de vanguarda. O PT pretende derrotar a burguesia no espaço democrático, se as reformas estruturais implicam a luta dos trabalhadores, “queremos fazê-lo de forma democrática, através da disputa com a burguesia e com seus aparelhos”. Por meio das lutas e da vontade política da maioria, é possível construir em todas as frentes “uma hegemonia política, ideológica e cultural dos trabalhadores”. Dessa forma, é que se articulam hegemonia, democracia e socialismo.

Anteriormente já havíamos assinalado que Perry Anderson observou que Gramsci jamais teria abandonado a ideia de tomada revolucionária do Estado. Neste sentido nos parece importante explicitar através de Gramsci essa afirmação. De acordo com o revolucionário italiano:

O problema do Partido Socialista é [...] o problema do poder, é o problema dos modos e das formas pelos quais seja possível organizar toda a massa dos trabalhadores italianos numa hierarquia que organicamente culmine no partido, *é o problema da construção de um aparelho estatal*, que no seu âmbito interno funcione democraticamente, isto é, que garanta a todas as tendências anticapitalistas a liberdade e a possibilidade de se tornarem partidos de governo proletário e, em relação ao exterior, que seja como uma máquina implacável que mine os organismos de poder industrial e político do capitalismo.⁵⁹¹

Para Gramsci o partido prefiguraria o Estado proletário, exercendo consenso entre os aliados e coerção sobre os inimigos, o aparelho estatal em construção necessitaria da mesma unidade e centralidade que o Estado burguês para se contrapor a ele. O partido proletário:

[...] só pode reconhecer no Estado, conjunto da classe burguesa, o seu antagonista. Não pode entrar em concorrência para a conquista do Estado, nem direta nem indiretamente, sem se suicidar, sem se desnaturar e transformar em puro setor político, fora da atividade histórica do proletariado, e se transformar num enxame de moscas de cavalaria em busca dos doces a que se agarrar, morrendo ingloriamente.⁵⁹²

Diferentemente de uma apreciação que considera que a ampliação do Estado teria diluído seu conteúdo de classe a ponto deste ser hegemônico pelos trabalhadores, as afirmações de Gramsci vão no sentido contrário. De forma conclusiva o autor afirma que “a fórmula ‘conquista do Estado’ deve ser entendida nesse sentido: criação de um novo tipo de

⁵⁹⁰ *Ibidem*, p. 402.

⁵⁹¹ Gramsci, 1976, p. 81, grifo próprio.

⁵⁹² *Ibidem*, p. 232.

Estado, gerado pela experiência associativa da classe proletária, em substituição do Estado democrático-parlamentar”⁵⁹³. Ou seja, não se trata de disputar e conquistar posições no Estado burguês, mas pelo contrário, enquanto se luta contra o capital, deve-se simultaneamente operar a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário.

Entretanto as formulações petistas indicam a possibilidade do Estado ser instrumentalizado pelos trabalhadores a seu favor. Ecoando a moderação estratégica do partido e também uma proximidade com a socialdemocracia e com o próprio nacional-desenvolvimentismo, que ganhará proeminência na década de 1990, mas que já se coloca em 1989, aponta-se que o governo democrático-popular “redistribua a renda; que lute pela erradicação da pobreza, pela eliminação das desigualdades sociais e regionais; que *redefina o papel do Estado*, hoje sob controle de interesses privados, que promova o crescimento econômico”⁵⁹⁴.

Nesse sentido, o “papel do Estado” deve ser alterado, viabilizando o crescimento econômico que é fundamental para distribuição de renda e erradicação da pobreza, o mesmo subordinaria a atividade econômica à distribuição de renda. Ao decorrer da campanha eleitoral, a temática do socialismo praticamente desapareceu. Wladimir Pomar, em seu balanço sobre as eleições de 1989, respondendo a alguns “preconceitos” contra o programa do PT, traz elementos por nós já analisados e coloca de forma incisiva outros:

Lula não pretendia estatizar a economia além do que já estava. Em alguns casos, até, seria possível privatizar empresas estatais que não se enquadravam na categoria de estratégicas para o desenvolvimento nacional. Mas isso realmente não era o cerne da questão. Para nós, o essencial mesmo era, como ainda é, a reforma democrática das estatais, colocando-as sob o controle da sociedade, tanto na definição de suas metas quanto na verificação de seu funcionamento. Tratava-se de medida consistente para proteger o patrimônio público, mesmo no caso de privatização, liquidar com os excessos e as distorções existentes e colocar as empresas estatais realmente a serviço da sociedade e não de poderosos grupos econômicos. Com isso, seria revertido todo o mecanismo de privatização das estatais, num processo que chamamos de desprivatização do Estado.

[...] *no capitalismo reformado do governo Lula o que se pretendia era democratizar o capital através de uma profunda redistribuição da renda*. O novo modelo econômico projetado no programa da Frente Brasil Popular definia mudanças no papel do Estado na economia, a reforma do sistema financeiro, novas políticas reguladoras do funcionamento do capital nacional e estrangeiro, tratamento diferenciado da dívida externa e da dívida interna e reforma agrária. Tudo em função de descentralizar o capital, criando uma nova lógica de funcionamento cujo parâmetro principal passaria a ser o benefício do conjunto dos membros da sociedade, suas maiorias. Em outras palavras, a democratização da propriedade e a socialização de seus benefícios, rumando para uma sociedade bem diferente da atual, uma sociedade socialista.

⁵⁹³ *Ibidem*, p. 357.

⁵⁹⁴ 6º Encontro Nacional [1989]. Almeida *et al.*, 1998, p. 398.

Também ao contrário do que se propalava, o governo Lula não pensava em expulsar as empresas de capital estrangeiro, ou impedir sua entrada no país⁵⁹⁵.

Apesar das resoluções apontarem que a alternativa democrática e popular não pretende ser uma fase ou uma etapa capitalista, a proposição do crescimento econômico, subordinado à distribuição de renda e sob a direção de “um novo papel do Estado”, obviamente está se referindo à economia capitalista. Neste sentido, o que Pomar chamou de “capitalismo reformado” nos parece colocar em evidência o que as resoluções buscam dissimular. Contudo, devemos lembrar que tanto para Pomar quanto para as resoluções partidárias todas essas medidas se destinam à construção do socialismo.

Acreditamos que os aspectos levantados sobre a necessidade de um êxito eleitoral para consecução de um governo popular, juntamente a certa compreensão do Estado, em que este possa ter seu papel alterado em favor de um propulsor do crescimento econômico que eleve as condições de vida dos trabalhadores, tem peso relevante na moderação estratégica do PT e de sua integração à ordem burguesa. Os elementos elencados demonstram um desenlace favorável à processualidade e não à ruptura revolucionária, já ao final da década de 1980, mas que se consolidará plenamente nos anos 1990.

4.4 Dilemas da burocratização

Na década de 1990, alguns fatores serão centrais para a moderação estratégica do PT e suas metamorfoses. A derrota eleitoral para Collor em 1989, abre uma discussão sobre os limites eleitorais alcançados, a radicalidade programática é questionada como um elemento que impede o crescimento eleitoral, da mesma maneira o arco restrito de alianças baseado apenas no campo popular, composto por setores médios, pequenos proprietários e assalariados. A desagregação do bloco soviético, tendo como referencial simbólico a “Queda do muro de Berlim”, em 1989, também colocará em xeque o consenso em torno do socialismo, que apesar de não ser descartado, é cada vez mais esvaziado de conteúdo e dessubstancializado em favor de uma maior afirmação da democracia ou da democratização, como contraposição ao capitalismo.

Entretanto, outro fator que pode ser considerado mais importante ainda, e que se desdobra em vários elementos, é o descenso do movimento popular e sindical, não exatamente por uma ausência de lutas, mas por determinados desgastes nas formas de lutas até então realizadas. Podemos destacar a dificuldade em renovar os quadros dos movimentos

⁵⁹⁵ Wladimir Pomar. Quase lá: Lula, o susto das elites. 4a edição, São Paulo: editora Página 13, 2019, p. 64.

que são absorvidos pela máquina partidária em um contexto de grande crescimento eleitoral e institucional do partido, as administrações acabam por incorporar diversos quadros em seu interior produzindo relações contraditórias em meio à militância que agora tem que se defrontar com o desafio de produzir lutas contra os governos que elegeram.

As disputas internas baseadas na confrontação de teses passam gradativamente por deformações, com práticas de cooptação. Em vez de ideias expressas pelas correntes, surgiam agrupamentos em torno de interesses eleitorais e pessoais. O peso das administrações petistas ocupa toda atenção das direções partidárias, e não se percebia que as relações com os movimentos sociais se tornavam cada vez mais formais.

A prevalência do militante profissional, com base nas liberações, produz concorrência no interior da militância, e, com isso, estão em jogo não necessariamente os melhores meios para o socialismo, mas conquistar cargos remunerados no interior do partido, que também significa as melhores condições para conquistar espaço para a disputa eleitoral e a inserção nas administrações, produzindo um ciclo vicioso, em que a reprodução e ampliação da máquina burocrática é a condição da reprodução material da militância.

O caso das administrações também impõe contradições na vida partidária. Se o próprio estatuto da *representação* já coloca certo distanciamento entre base e direção, quando ela é alçada à ocupação de cargos no Estado, produz conflitos e competição entre as direções partidárias e os candidatos eleitos, que se traduz na direção que o cargo institucional conquistado vai seguir, se será dirigido pela direção partidária ou pelo mandatário. O que acabou por produzir uma relativa autonomização entre direções partidárias e bancadas parlamentares e de prefeitos.

Em seu estudo sobre a burocratização do PT, Novaes (1993) faz uma pesquisa com os delegados do 7º Encontro de 1990 e do I Congresso de 1991, abordando diversos aspectos como o tipo de atuação dos delegados, ocupação, preferência pela negociação ou conflito. São dados que ilustram a face de um partido um pouco mais de 10 anos após sua fundação, e com uma rica e intensa experiência.

Inicialmente, é perguntado aos delegados sobre sua atividade política na época de filiação ao partido. Pode-se constatar o predomínio dos três setores clássicos que deram origem ao partido: sindicalistas, movimentos vinculados à igreja católica e militantes oriundos de grupos revolucionários.

Figura 1⁵⁹⁶

TIPO DE ATUAÇÃO	VII Encontro	1º Congresso
Movimento sindical	23,7%	17,6%
Movimento de base da Igreja	22,7%	22,0%
Tendência/Organização de esquerda	17,8%	11,7%
Movimento popular	9,5%	9,2%
Movimento estudantil	10,5%	14,7%
Outras formas de militância coletiva	-	3,5%
SUBTOTALS	84,2%	78,7%
Frequentar reuniões do PT e confirmar afinidades	13,2%	9,6%

A corrente majoritária, a Articulação, acaba por reproduzir em seu interior a composição geral do partido.

Figura 2⁵⁹⁷

	VII ENCONTRO MAI/JUN-90	1º CONGRESSO NOV/DEZ-91
Movimento sindical	28,7	20,2
Movimento de Igreja	29,3	27,6
Tendência/Organização de esquerda	11,8	8,8
Movimento estudantil	10,1	12,5
Movimento popular	7,4	9,7
Afinidade com o PT	10,6	9,4
Outras respostas ou não respondeu	2,1	11,8
Totais	100,0	100,0

Após sete anos de sua fundação, a Articulação é composta principalmente por sindicalistas e movimentos de igreja, chegando a 58% no 7º Encontro. Novaes acrescenta que “63% (56% para o 1º Congresso) dos delegados da Articulação entraram no partido até meados de 1983, quando foi lançado o manifesto inaugural da tendência”⁵⁹⁸. Isso significa “que são basicamente as mesmas pessoas que, exercitando o traquejo desenvolvido no embate dentro da ordem, têm levado o PT a sofrer alterações profundas”⁵⁹⁹. Adiante, temos a figura com a ocupação dos delegados.

FIGURA 3⁶⁰⁰

OCUPAÇÃO	VII ENCONTRO MAI/JUN-90	1º CONGRESSO NOV/DEZ-91
Cargo de confiança executivo e legislativo	11,2%	17,0%
Assessor de movimento sindical e popular	11,5%	8,3%

⁵⁹⁶ Carlos Novaes. PT: dilemas da burocratização. *Novos Estudos Cebrap*, v. 35, p. 217-37, 1993, p. 218. As figuras foram extraídas do artigo do autor.

⁵⁹⁷ *Ibidem*, p. 226.

⁵⁹⁸ *Ibidem*.

⁵⁹⁹ *Ibidem*.

⁶⁰⁰ *Ibidem*, p. 228.

Dirigente sindical afastado p/ mandato sindical	16,8%	9,2%
Parlamentares	10,9%	11,5%
Dirigente do PT pago pelo PT	7,2%	8,6%
Outras formas de militância remunerada	-	1,6%
SUBTOTAIIS	57,6%	56,2%
Outras ocupações	40,8%	40,2%
Não responderam	1,6%	3,6%
TOTAIS	100,0%	100,0%

Novaes afirma que mais da metade dos delegados advém da militância remunerada e que o número de delegados entre um evento e outro teria dobrado de “563 para 1011”⁶⁰¹, havendo uma diminuição no número de sindicalistas e assessores sindicais e de movimentos populares em relação à assessores parlamentares e ocupantes de cargos de confiança provenientes do êxito eleitoral nas eleições de 1990.

A forte presença de delegados que concorreram à cargos eletivos nos dão indícios da centralidade da disputa eleitoral no PT. Perguntados se “já foi candidato?”, responderam 59% sim e 40,9% não, no 7º Encontro (289 pessoas); 51,4% sim e 48,6% não, no I Congresso (671 pessoas)⁶⁰².

Os delegados do I Congresso foram perguntados a respeito de dois cenários, sob uma hipotética vitória presidencial em 1994, sua preferência sobre um cenário de Negociação ou Conflito. Das 629 respostas, 54,1% optaram pela negociação enquanto 45,9% pelo conflito⁶⁰³. Assim, resulta em o partido se dividir nas “preferências” em algo que é central na sua trajetória e para a sua orientação política. De acordo com Novaes:

A convivência parlamentar tem aproximado os líderes das tendências, incrementando com o realismo da "grande política" as novas escolhas políticas e facilitando o abandono do que havia de preconceito recíproco nas divergências anteriores, convergência que propicia a conformação de identidades novas. Esse processo está combinado com as redefinições teóricas que as tendências vêm apresentando, sendo o exemplo mais saliente as dificuldades enfrentadas pela Articulação para manter sua unidade⁶⁰⁴.

A figura a seguir expõe parte dessas dificuldades.

⁶⁰¹ *Ibidem*.

⁶⁰² *Ibidem*, p. 229. “Esse conjunto de dados mostra um partido densamente permeado pelas formas tradicionais de atuação política. Nesse sentido, interessante observar que inflexões dessa monta não poderiam deixar de vir acompanhadas de uma inversão de valores: contrariamente ao desprezo pela representação institucional dos primeiros tempos, as principais lideranças das tendências do PT vêm buscando alcançar o Parlamento. A limitada preferência propagandística inicial, que vinha imersa num molho de desprezo por quem se dirigia ao "parlamento burguês", foi substituída pelo interesse impessoal na soma de recursos e pelo atrativo do prestígio político interno e externo que o êxito eleitoral confere, aspectos da mencionada importância propriamente política que o PT passou a atribuir ao plano institucional. Essa inversão de valores tem afinidade com as transformações operadas na linha política do partido”.

⁶⁰³ *Ibidem*, p. 229.

⁶⁰⁴ *Ibidem*.

FIGURA 6⁶⁰⁵
CENÁRIO PREFERIDO

TENDÊNCIA*	CONFLITO	NEGOCIAÇÃO
Articulação	40,9%	59,1%
Articulação-2	21,4%	78,6%
Articulação-3	59,4%	40,6%
Leninistas	77,4%	22,6%
Reformistas	21,0%	79,0%
Trotskistas	100,0%	0,0%
Total	45,0%	55,0%

É possível visualizar a diversidade de posições que dificultam a unidade na Articulação, “mesmo os reformistas têm seus radicais [...] É notável a semelhança existente entre a distribuição dos Reformistas e da Articulação-2, assim como aquela que se pode ver, com algum matiz, entre os Leninistas e a Articulação-3”⁶⁰⁶.

As figuras seguintes buscam relacionar a ocupação e a preferência pela negociação e conflito.

FIGURA 7 OCUPAÇÃO*⁶⁰⁷

TENDÊNCIA	NPR	PAR	PRP	SIN
Articulação	36,5%	32,5%	12,0%	19,0%
Articulação-2	42,5%	34,0%	5,7%	17,9%
Articulação-3	29,4%	26,5%	17,6%	26,5%

FIGURA 10
CENÁRIO PREFERIDO

OCUPAÇÃO*	CONFLITO	NEGOCIAÇÃO
NPR	51,0%	49,0%
PAR	34,0%	66,0%
PRP	46,3%	53,7%
SIN	50,9%	49,1%
Total	45,2%	54,8%

(*) Cf. nota na figura 7.

⁶⁰⁵ *Ibidem*, p. 230. “(*) *Articulação* — reúne os delegados que indicaram exclusivamente as propostas da Articulação como as mais próxima da sua maneira de pensar; *Articulação-2* — idem, salvo a informação adicional de que uma segunda preferência eram as propostas do Projeto Para o Brasil-PPB, que reunia os reformistas do PT, tendo à frente os deputados José Genoíno e Eduardo Jorge; *Articulação-3* — idem Articulação, salvo a segunda preferência por um ou mais conjunto de propostas dos Leninistas; *Leninistas* — reúne os delegados que indicaram preferência quer pelas propostas da tendência Democracia Socialista-DS, quer pelas do Movimento por uma Tendência Marxista-MTM; *Reformistas* — são os delegados que preferiram as propostas do Projeto Para o Brasil-PPB; *Trotskistas* — reúne os delegados que preferiram as propostas da tendência O Trabalho-OT e/ou as da Convergência Socialista-CS”.

⁶⁰⁶ *Ibidem*.

⁶⁰⁷ *Ibidem*, p. 231. “(*) *NPR* — são os delegados que não desempenham militância remunerada; *PAR* — reúne os militantes remunerados que estão ligados à atividade parlamentar (parlamentar, assessor) e às prefeituras; *PRP* — são os dirigentes/funcionários do PT pagos pelo PT; *SIN* — são os dirigentes remunerados através de vínculo sindical e/ou com o movimento popular (dirigentes de entidades e assessores)”.

Segundo Novaes, os recursos e o prestígio advindos do êxito eleitoral “permitem a formação de pequenas máquinas políticas”⁶⁰⁸, que ganham estabilidade e se ampliam à medida que conquistam novos cargos eletivos. Diante do crescente sucesso eleitoral do PT, “a vida partidária mais e mais gravitará em torno dos titulares desse sucesso, ainda que setores da máquina partidária enquanto tal se mostrem retoricamente avessos a esse arranjo”⁶⁰⁹. Na figura 7 podemos visualizar que o setor mais ideológico da Articulação (Art-3) possui dirigentes concentrados em atividades remuneradas, se comparada com os outros dois setores, se localizam prioritariamente na instância sindical e popular e na máquina partidária. Por outro lado, os outros setores da corrente que se concentram na assessoria parlamentar possuem menor presença na burocracia partidária.

Se retomarmos a metáfora da pinça, percebemos um forte crescimento da pinça institucional em relação à extra institucional. O sucesso eleitoral com a conquista de cargos eletivos trouxe desdobramentos no funcionamento do partido, como a de uma *dependência estrutural* da contribuição financeira via taxação de salários dos mandatários e dos cargos de confiança. Obviamente, essa taxação é comum em diversos partidos, contudo ela se dá em meio a quase ausência de outras fontes de financiamento, no entanto, a própria contribuição da base militante é baixíssima, o que traz contradições para um partido de massas. Apesar de bem-vista e ser comemorada a eleição de parlamentares e prefeitos, existe no partido uma preocupação em relação ao crescente poder destes mandatários em relação ao partido. A alternativa de solução que se tornou proeminente foi o “controle” sobre os parlamentares, entretanto essa solução que conta com apoio da maioria dirigente do PT e de sua base militante oculta a dependência econômica dos mandatários, bem como uma questão de fundo que é “as relações da cultura revolucionária com a ordem institucional”⁶¹⁰.

É claro que a essa altura da vida partidária devemos matizar o peso da “cultura revolucionária” e observar as contradições que se operam entre a luta extra institucional e a institucional, ao que o autor corretamente aponta como um “embaraço” proveniente da “indefinição programático-estratégica do partido”⁶¹¹. Novaes atribui a solução de controle a “velha desconfiança leninista com as ‘instituições burguesas’”,⁶¹² não se atentando para os riscos de aumento do poder da burocracia partidária – esse seria o caso das correntes de

⁶⁰⁸ *Ibidem*, p. 231.

⁶⁰⁹ *Ibidem*.

⁶¹⁰ *Ibidem*, p. 232.

⁶¹¹ *Ibidem*.

⁶¹² *Ibidem*.

esquerda do PT, que apoiando o controle parlamentar junto com a Articulação acaba por fortalecer a mesma corrente que combatem na disputa interna.

Os delegados perguntados sobre a “Relação do partido com seus parlamentares” consideram a) adequada (44,9%), b) eles têm liberdade demais (51,7%) ou c) eles têm pouca liberdade (3,4%), em um total de 263 respostas⁶¹³.

Sobre a importância que os parlamentares deveriam ter na definição dos rumos partidários:

FIGURA 9⁶¹⁴

posição ocupada pelos parlamentares	Posição que os parlamentares deveriam ocupar							NR/NS	TOTAIS
	1	2	3	4	5	6			
1	0	0	0	0	6	4	0	10	
2	0	0	2	6	15	1	2	26	
3	1	1	2	7	21	7	8	47	
4	0	2	0	9	51	9	14	85	
5	0	0	1	4	27	6	36	74	
6	0	0	0	0	8	6	7	21	
NS/NR	0	0	0	1	9	2	29	41	
TOTAIS	1	3	5	27	137	35	96	304	

A figura indica que o peso dos parlamentares na definição dos rumos do partido é superior ao desejado e está em consonância com as respostas da figura 8. Os dados revelam a discrepância entre o desejo de parte dos delegados e a realidade material das receitas do partido: “os parlamentares não proporcionam menos do que 70% de tudo quanto o PT arrecada”⁶¹⁵. Conquanto, a base partidária se referencia em princípios dos primeiros anos de fundação do PT, a perspectiva de controle dos deputados se desloca em um sentido inverso:

Trata-se dos clássicos temores experimentados por uma burocracia consolidada ou em vias de consolidação, que tende a ver a mobilidade das lideranças com apelo popular como ameaça tanto às suas posições na estrutura do partido quanto à realização de suas ambições pessoais de ocupação dos espaços institucionais.⁶¹⁶

As correntes minoritárias de leninistas e trotskistas, que têm uma maior convicção teórica e política e se vinculam mais aos anseios da base partidária, acabam por apoiar os

⁶¹³ *Ibidem* (Figura 8).

⁶¹⁴ *Ibidem*, p. 232. “Os números de 1 a 6 indicam o sentido decrescente da importância atribuída ou desejada para os parlamentares. Assim, na *figura 9*, nas linhas, importância 1 significa que os parlamentares *são* os principais definidores da política do PT; nas colunas, o número 1 significa que eles *deveriam ser* os principais definidores. O número 2 indica que, para o entrevistado que optou por colocar aí os parlamentares, alguma outra instância do PT ocupa o primeiro lugar, e assim por diante. As linhas mostram como a situação é descrita pelos entrevistados, as colunas nos dizem como eles prefeririam que as coisas se passassem. As instâncias do PT propostas neste exercício foram: Os encontros de delegados, os diretórios, as executivas dos diretórios, os núcleos de base, os prefeitos e os parlamentares. Daí a seqüência ser de 1 a 6”.

⁶¹⁵ *Ibidem*, p. 233.

⁶¹⁶ *Ibidem*.

setores mais burocratizados da máquina partidária, ainda que o controle desses deputados se dê por motivos diferentes em ambos os casos. Dessa forma, a base é influenciada tanto por correntes marxistas quanto pelos setores burocratizados, em nome dos princípios “originais” do PT. Essa identidade, cada vez mais residual, é explorada retoricamente por este setor da máquina partidária, ainda que aquela identidade original tenha sido esvaziada pela própria prática dos setores burocratizados.

Seja como for, as bases ouvirão tanto de uns como de outros a defesa dos "princípios" iniciais, numa retórica que explora os resíduos de uma cultura ideológica que vem sendo dessorada pela prática dos próprios setores burocratizados, cuja distribuição das preferências está mais próxima do que qualquer outra daquela exibida pela militância remunerada via Parlamento.⁶¹⁷

As soluções administrativas de controle dos parlamentares acabam por ocultar a dependência econômica estrutural do PT em relação a eles. Assim como, oculta os efeitos e as consequências de escolhas políticas e mudanças estratégicas promovidas pelos mesmos que ora reclamam um maior controle sobre as bancadas. Se o crescimento eleitoral era desejado, seus resultados produziram efeitos indesejados em setores importantes do partido. Tomando como referência a síntese ou o resultado final, não reconhece o processo que levou à mesma.

Sobre os núcleos de base, é considerado que possuem papel secundário, admitido pelos próprios delegados, inclusive em resoluções partidárias, já que eram concebidos inicialmente para a construção da prática política cotidiana e independente de momentos eleitorais. Era o único lugar do partido em que o peso do militante não se dava de antemão via representação e pertencimento a uma corrente, ao contrário de outras instâncias. Estas em que a disputa de poder se dava diretamente, acabaram sendo privilegiadas pela militância. O diagnóstico do 6º Encontro afirma que “a fragilidade das estruturas orgânicas do PT teve início na campanha eleitoral de 1982, quando diluímos nossos Núcleos e Diretórios em comitês eleitorais de candidatos, que em sua maioria terminaram em 15 de novembro daquele ano com o fim da campanha”⁶¹⁸.

A respeito dessa passagem Novaes, considera que:

Essa explicação estampa o fato de que a decisão de participar implica os interesses centrífugos da agenda eleitoral, os quais se impõem em prejuízo de uma prática que sempre se desejou que fosse cotidiana e unitária. Ou seja, *a base do partido, dividida pelo empenho de levar o seu candidato à vitória, acaba por arrebanhar a estrutura idealizada para os núcleos de base*, que após o período eleitoral vêm se

⁶¹⁷ *Ibidem*.

⁶¹⁸ 6º Encontro Nacional [1989]. In: Almeida *et al.*, 1998, p. 351.

tornando nichos de operação das tendências ou dos candidatos vitoriosos, e não as idealizadas instâncias ecumênicas do partido como um todo. Nesse ritmo, a estrutura de núcleos poderá dar lugar a uma estrutura de comitês permanentemente mobilizáveis, tão mais eficientes quanto mais providos de recursos, cuja fonte principal seria o próprio parlamentar eleito⁶¹⁹.

Segundo Novaes, a “decisão de participar” acabou por promover uma inversão no funcionamento dos núcleos, seja em relação ao seu desejado caráter orgânico independente da agenda eleitoral, seja em relação à durabilidade no tempo que também seria uma expressão da organicidade do partido. Por outro lado, em vez dos núcleos idealizados, os comitês eleitorais se tornam permanentes, por meio de círculos e grupos de reunião, que aglutinam tanto militantes que participaram de campanhas de parlamentares como apoiadores sem vinculações mais estreitas com o PT. Esses círculos proporcionariam afinidades e laços políticos – além de empregos, vale destacar –, porém distantes de um perfil ideológico e programático, permanecem sobre o controle dos mandatos parlamentares e de sua reprodução.

4.5 Elementos da social-democracia

A decisão de participar e suas consequências sobre os núcleos e a organização partidária nos dão uma amostra das similitudes da experiência petista com a trajetória da social-democracia alemã. Em sua obra “Capitalismo e Socialdemocracia”, Adam Przeworski considera como um dos principais elementos constituintes do fenômeno social-democrata a decisão de participar dos processos eleitorais. Essa “decisão” no início do século XX, é antecedida de inúmeras polêmicas no seio do movimento socialista, entre elas “se a burguesia respeitaria sua própria ordem legal no caso de uma vitória eleitoral do socialismo”⁶²⁰.

A decisão de participar das eleições é condicionada por fatores históricos. No início do século XX, ocorre uma série de greves que são derrotadas em diversos países europeus, e simultaneamente uma forte repressão aos sindicatos.

O momento crítico nas táticas de diversos partidos socialistas ocorreu após o fracasso de greves gerais organizadas em função de questões econômicas. Enquanto greves orientadas para a extensão do voto obtiveram êxito na Bélgica e na Suécia, o uso de greves de massa voltadas para objetivos econômicos invariavelmente resultou em desastres políticos: Bélgica em 1902, Suécia em 1909, França em 1920 [...]. Todas essas greves foram derrotadas, e seguidas de dizimação de sindicatos e promulgação de legislação repressiva. As experiências

⁶¹⁹ Novaes, 1993, p. 235, grifo próprio.

⁶²⁰ Adam Przeworski. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 21.

comuns de derrota e repressão tiveram efeito decisivo no direcionamento de partidos socialistas para táticas eleitorais. A representação parlamentar era necessária para proteger o movimento da repressão – foi essa a lição aprendida pelos líderes socialistas⁶²¹.

As greves por direitos políticos obtinham maior êxito do que a luta econômica pela repartição da riqueza produzida. Inicialmente, as eleições eram concebidas como momento para agitação e para propaganda do programa socialista. A vitória eleitoral não estava colocada no horizonte para os socialistas, porém, essa percepção começa a se alterar à medida que os socialistas adquirem uma crescente votação. Os partidos socialistas, que em princípio obtinham 3% dos votos, em poucos anos conseguem ultrapassar os 30%, quase 40% no caso do partido sueco – 39,1% em 1917.

Esse crescimento gerava otimismo e boas expectativas sobre uma vitória eleitoral, uma das concepções em que se baseava esse otimismo era de que a classe operária constituía a maioria da sociedade. Então, quando a votação correspondesse à sua posição de classe, a vitória seria obtida. Contudo, a votação dada aos socialistas não ultrapassava o teto dos 30% aos 40%.

A ideia de que a classe operária era maioria da sociedade, baseada na compreensão de uma crescente “proletarização”, continham certo equívoco: “esse proletariado, porém, não era e jamais se tornou uma maioria numérica dos membros votantes de nenhuma sociedade”⁶²². Havia inúmeras diferenças internas à classe trabalhadora, além da permanência e crescimento significativo dos setores médios compostos por comerciantes, pequenos e médios proprietários, trabalhadores autônomos e camponeses, que não se tornaram proletários, nem compuseram o exército industrial de reserva. A participação eleitoral no jogo democrático impõe condições em que não é possível vencer sem mais de 50% dos votos, empurrando os partidos para as alianças com outros setores que não originalmente os seus. Essa é a regra que inviabiliza a vitória de uma minoria, “um partido representante de uma classe que possui menos membros que outras classes associadas não podem vencer batalhas eleitorais”⁶²³.

Essa situação de minoria condiciona os partidos socialistas a lidar com uma contradição: a de se manter um partido de classe homogêneo e perpetuamente derrotado nas eleições ou buscar a vitória eleitoral através de alianças com outras classes e diluir seu caráter

⁶²¹ *Ibidem*, p. 25.

⁶²² *Ibidem*, p. 37-38.

⁶²³ *Ibidem*, p. 38.

inicial de classe. Não é um problema simples, já que a segunda opção entra em choque com a própria lógica da transformação revolucionária e a centralidade do seu agente histórico.

O sistema democrático pregou uma peça perversa às intenções dos socialistas: a emancipação da classe operária não poderia ser tarefa dos próprios operários se tivesse de ser alcançada por intermédio das eleições. Restou somente a questão de ser ou não possível recrutar uma maioria favorável ao socialismo procurando apoio eleitoral fora do operariado⁶²⁴.

Diversos partidos passam então a incluir em seus programas apelos às camadas médias, em uma dualidade que ora afirma a necessidade de alianças, ora enfatiza o operariado. Seus interesses passam a ser entendidos como “análogos” aos do proletariado e são tidas como seus aliados “naturais”.

Robert Michels, em 1915, assim descreve a social-democracia:

Por motivos predominantemente eleitorais, o partido dos operários busca apoio de elementos pequeno burgueses da sociedade, e isso acarreta reações mais ou menos abrangentes sobre o próprio partido. O Partido Trabalhista torna-se o partido do “povo”. Seus apelos não mais se dirigem aos operários manuais, mas a “todos os produtores”, a “toda a população que trabalha”, sendo esses termos aplicados a todas as classes e camadas da sociedade, exceto aos ociosos que vivem da renda de investimentos⁶²⁵.

A partir da busca de alianças com os setores médios, os socialistas transformam sua política em uma estratégia de maioria nacional, que se expressa na referência ao significativo “povo”. As delimitações de classes são borradas ao incluir médios e pequenos proprietários que produzem e trabalham, ao mesmo tempo que cinde “produtores” e “especuladores” ou rentistas. Com uma concepção tão fluida é possível pela junção entre proletariado, profissionais liberais, médios e pequenos proprietários e camponeses conceber o “povo” como maioria da população, sobrando uma pequena fração de exploradores a antagonizar com o socialismo.

Em que pese uma compreensão, agora menos restrita das classes e das alianças entre elas, os social-democratas não conseguem obter os resultados esperados. Segundo Przeworski, nunca conquistaram quatro quintos de eleitores em nenhum país, em poucos casos conseguiram 50% dos eleitores, não significando a totalidade dos votos dos setores que diz representar, incluído o próprio voto do proletariado, que em vários países um terço

⁶²⁴ *Ibidem*, p. 39.

⁶²⁵ Robert Michels. *Political parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracies*. New York: Collier Books, 1962, p. 270 *apud* Przeworski, 1991, p. 40-41.

é destinado a partidos burgueses, como no Reino Unido, em 1979, os trabalhistas perderam 49% dos votos da classe operária⁶²⁶.

Se, como partido de classe, puramente operário, os social-democratas permaneciam na condição de minoria, a sua opção por um partido de massas ou da “nação inteira”, também não alterou esse status.

[...] os partidos socialdemocratas defrontam-se com um dilema de caráter puramente eleitoral. A classe molda o comportamento político dos indivíduos tão-somente se os que são operários forem organizados politicamente como tal. Se os partidos políticos não mobilizam as pessoas como operários, e sim como “as massas”, “o povo”, “consumidores”, “contribuintes” ou simplesmente “cidadãos”, os operários tornam-se menos propensos a identificar-se como membros da classe e, conseqüentemente, a votar como operários. Ao estender seu apelo às “massas”, os social-democratas enfraquecem a importância geral da classe como determinante do comportamento político dos indivíduos⁶²⁷.

A estratégia voltada para a conquista de amplo apoio eleitoral produz efeitos não apenas na relação entre o operariado e outras classes, mas no próprio interior dessa classe. A necessidade de ampliação de alianças com outras classes, com vistas ao êxito eleitoral, faz com que os partidos social-democratas se apresentem aos distintos setores sociais como articuladores e instrumentos dos seus interesses econômicos imediatos. Dessa forma, os interesses dos operários e demais grupos são organizados de uma maneira convergente, que acaba por não encontrar um grau que impulse a luta operária contra outras classes.

O apelo às massas acaba por diluir a luta pelos interesses/objetivos específicos dos operários como classe, como uma coletividade, a luta passa a se dar “somente pelos objetivos que os operários compartilham, como indivíduos, com membros de outras classes”⁶²⁸. Os interesses por uma tributação progressiva, proteção ao consumo e melhor transporte são compartilhados pelo proletariado com outros setores que possuem renda baixa, não se colocando como objetivo específico de classe, mas de consumidores, pobres e usuários de serviços.

Esse itinerário não faz com que os social-democratas voltados para o “povo” e as massas deixem de ser representantes de operários, porém, agora, os representa como indivíduos ou se constituem como “partidos de operários enquanto indivíduos”⁶²⁹, comprometendo o “princípio do conflito de classes”⁶³⁰. As conseqüências da estratégia

⁶²⁶ Przeworski, 1991, p. 42.

⁶²⁷ *Ibidem*.

⁶²⁸ *Ibidem*, p. 43.

⁶²⁹ *Ibidem*.

⁶³⁰ *Ibidem*.

eleitoral não se fazem sentir apenas no processo de dissolvimento da organização do operariado enquanto classe. Os partidos social-democratas, ao se converterem em partidos de “toda a nação”, acabam por reforçar a concepção de política como definição do bem-estar coletivo “de todos os membros da sociedade”⁶³¹.

A política passa a ser definida pela dimensão da relação indivíduo-nação e não baseada em classes sociais. Dessa forma, os operários veem a si mesmos como indivíduos e também a sociedade como uma composição de indivíduos. Passam a se compreender como pertencentes a outras coletividades distintas da classe social, baseadas na regionalidade, religiosidade e etnias, podendo ser católicos ou sulistas, ou apenas “cidadãos”.

Os partidos socialdemocratas oscilavam entre a afirmação de classe e a busca pela ampliação do apoio eleitoral, porém, sob a competição eleitoral, ao buscarem apoio ao socialismo fora do operariado, acabavam por solapar a fonte de sua força nessa classe. A social-democracia não conseguiu converter as eleições em instrumento de transformação socialista, e não poderiam ser um partido unicamente operário, mas jamais poderiam deixar de ser um partido do operariado.

A decisão de participar no processo eleitoral, gera contradições na relação entre reforma e revolução, o objetivo final socialista e as reformas ou melhorias imediatas. Considerava-se que os objetivos finais não poderiam ser alcançados imediatamente, e dessa forma eram elaboradas uma série de reformas que objetivavam melhorias imediatas. A social-democracia deveria representar os interesses da classe trabalhadora não apenas para o futuro, mas também no presente. A conquista de objetivos imediatos não era vista como um afastamento dos objetivos finais, já que se considerava de forma evolucionista que o socialismo era inevitável. Para Kautsky, “seria um erro extremo imaginar que tais reformas poderiam retardar a revolução social”⁶³², enquanto Bernstein, por outro lado, ao abandonar os objetivos finais não significava que eram irrealizáveis, mas apenas que a melhor forma de os atingir seria concentra-se nos objetivos imediatos.

Vollmar, no Congresso de Erfut, teria declarado que:

Além do objetivo geral ou final, vemos uma meta mais próxima: a realização das necessidades mais imediatas do povo. A meu ver, a promoção das demandas mais imediatas é o principal, não só porque possuem grande valor como propaganda e servem para atrair as massas, mas também porque, em minha opinião, esse

⁶³¹ *Ibidem.*

⁶³² Karl Kautsky. *The Class Struggle*. New York, W. W. Norton, 1971, p. 93 *apud* Przeworski, 1991, p. 46.

processo gradativo, essa socialização gradual, é o método altamente indicado para uma transição progressiva⁶³³.

Jaurés, líder do Partido Socialista Francês, em uma passagem já clássica, afirma:

Não creio, tampouco, que será necessariamente um salto abrupto, a travessia do abismo; talvez nos apercebamos de ter entrado na zona do Estado socialista como os navegantes dão-se conta de haverem cruzado a linha, mas que, pouco a pouco, foram conduzidos a um hemisfério pelo progresso de seu navio⁶³⁴.

Para os socialdemocratas, “as reformas imediatas constituíam ‘etapas’, no sentido de que gradualmente elas se acumulariam em direção a uma completa reestruturação da sociedade”⁶³⁵, posições muito próximas às do PT em relação à ideia de acúmulo de forças e da redefinição da noção de ruptura revolucionária, que passa a uma perspectiva gradualista.

A afirmação de Jaurés indica a possibilidade de que uma série de reformas se alargam de maneira cumulativa e irreversível, até que se transforme a ordem capitalista em uma “ordem socialista”. Segundo líder francês, “precisamente por ser um partido da revolução [...] o Partido Socialista é o mais ativamente reformista [...]”⁶³⁶. À medida que se tem mais reformas, mais próximo se estaria da revolução social, e mesmo que condições econômicas e políticas não sejam favoráveis e levem ao adiamento de reformas, cada nova reforma faz com que algo se acrescente às realizadas anteriormente. Sendo assim, “o abrandamento dos efeitos do capitalismo e a transformação desse sistema peça por peça acabaria por conduzir à completa reestruturação da sociedade”⁶³⁷.

Os socialdemocratas compreendiam que a revolução social era necessária devido a injustiça e a irracionalidade promovida pelo capitalismo, males que residiam na propriedade privada dos meios de produção. Engels destacava que a crescente racionalidade da produção capitalista, tomada como empresa individual, era concomitante à irracionalidade e à anarquia da produção na sociedade em geral⁶³⁸.

A socialização dos meios de produção era a forma pela qual se realizaria a revolução socialista. Porém, pouca atenção foi dada à maneira que se realizaria a socialização, mesmo

⁶³³ Peter Gay. *The Dilemma of Democratic Socialism*. New York, Basic Books, 1970, p. 258 *apud* Przeworski, p. 46.

⁶³⁴ Jaurés *in* Ensor, R. C. K. *Modern Socialism as Set forth by the Socialists in their Speeches, Writings, and Programmes*. New York, Charles Scribner’s Sons, 1908, p. 171 *apud* Przeworski, 1991, p. 46.

⁶³⁵ *Ibidem*, p. 46.

⁶³⁶ *Ibidem*, p. 47.

⁶³⁷ *Ibidem*.

⁶³⁸ Engels. *Socialism: Utopian and Scientific* *apud* Przeworski, 1991, p. 47. “A contradição entre a produção socializada e a apropriação capitalista”, escreveu Engels, “apresenta-se agora como um antagonismo entre a organização da produção na oficina individual e a anarquia da produção na sociedade de modo geral”.

um conjunto de lutas espontâneas e ocupação de fábricas que fizeram com que a socialização se fizesse presente nos programas dos partidos socialistas, desafiando tanto sua autoridade quanto a ordem capitalista, acabou por ficar restrito a comitês de socialização que elaboravam estudos sobre, mas nunca conseguiram sua efetivação⁶³⁹.

O autor afirma que quando “os socialdemocratas estiveram no poder na Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Noruega e Suécia, as riquezas permaneceram quase intactas, e inegavelmente não houve alterações na propriedade privada dos meios de produção”⁶⁴⁰.

Apesar de considerar que as dificuldades na estratégia de transformação da base produtiva estavam na ambiguidade da relação entre socialização e nacionalização, a primeira que seria as empresas sobre o controle dos trabalhadores não eliminaria o antagonismo entre consumidores e produtores, no caso os empregados de outras empresas. Já a segunda, tendo as empresas sob a direção do Estado, apenas substituiria a autoridade do capital privado pela burocracia do governo, repetindo o exemplo negativo do regime soviético.

Entretanto, essas ambiguidades não seriam a explicação mais importante da não resolução da questão da socialização. Os social-democratas, em nenhum país conseguiram obter votos que lhes desse uma maioria parlamentar que pudesse criar leis sem o apoio de outros partidos. Os partidos socialistas, ao tomarem posse dos governos, se constituíam ou como governos de minoria ou de composição com outros partidos. Acabavam constrangidos a escolher ser um governo de minoria que buscasse viabilizar a meta socialista e ser derrotado imediatamente, ou de composição, e se comportar como qualquer partido fazendo a gestão do capitalismo e inserindo algumas reformas que eventualmente fosse possível conquistar apoio da maioria parlamentar. A defesa da última opção, um programa minimalista, tinha como base a ideia de que as reformas eram cumulativas e irreversíveis. De acordo com Lyman:

Os gradualistas imaginavam que o socialismo poderia ser adquirido em prestações, sendo cada prestação aceita sem graves obstruções por parte dos conservadores, não maiores que as que a oposição trabalhista impunha aos Tories quando estes estavam no governo. Cada prestação, a seguir, permaneceria intocada pelos intervalos em que o governo seria dos Tories, e pronta a servir de alicerce a partir do qual o próximo governo trabalhista retomaria a construção da comunidade socialista⁶⁴¹.

⁶³⁹ *Ibidem*, p. 49. “[...] com exceção da indústria francesa de armamentos, em 1936, nenhuma empresa foi nacionalizada na Europa Ocidental por um governo socialdemocrata durante todo o período do entreguerras”.

⁶⁴⁰ *Ibidem*.

⁶⁴¹ Lyman. The British labour party: the conflict between socialista ideals and practical politics between the wars. *Journal of British Studies* 5: 140-52, 1965 *apud* Przeworski, 1991, p. 51.

O gradualismo de um socialismo a prestações também envolvia o otimismo com a democracia e a pluralidade, muito próximo a forma particular que se expressou no Brasil em relação à alternância de poder. A estratégia acabava reproduzindo a teoria das etapas, por meio de um etapismo democrático, como na formulação de Blum, a distinção de dois momentos, o de “exercício do poder” e o de “conquista do poder”: “como minoria, os socialistas apenas podiam exercê-lo, mas o fariam de modo a levá-los finalmente à sua conquista”⁶⁴².

Apesar da moderação estratégica e das ilusões no gradualismo, o sufrágio era visto como uma tática para os objetivos socialistas, porém, agora a disputa eleitoral deixa de ser um expediente restrito à propaganda socialista e passa a conceber a possibilidade de uma maioria eleitoral para a conquista do governo. As alianças se ampliavam e a conquista eleitoral de governos cada vez mais se apresentavam de forma concreta.

Contudo, essa possibilidade colocava para os social-democratas dilemas sobre o que fazer, estando às vésperas de chegar ao Estado, sendo que a compreensão sobre o Estado no marxismo era a sua superação revolucionária e não sua administração. Na ausência de possibilidades para um programa imediato de nacionalização: qual seria o programa econômico para a realização das reformas e qual o papel do Estado?

Na impossibilidade de socialização ou de nacionalização dos meios de produção de forma imediata, os socialdemocratas buscaram e realmente efetivaram reformas relativas a melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, tais como programas habitacionais, legislação sobre salário-mínimo, proteção contra o desemprego, taxaço de herança e renda. Reformas que não fossem inviáveis politicamente (apoio de maioria parlamentar) e que não fossem explosivas economicamente, essas reformas não alterariam nem o equilíbrio político de forças, nem a estrutura da economia.

Os social-democratas não possuíam uma política econômica própria até 1930, uma formulação teórica que desse conta do estágio intermediário entre o capitalismo e o socialismo, em que estes estariam ocupando o governo sob a vigência das relações capitalistas. Apesar de suspenso, o programa de nacionalizações ainda não havia sido abandonado, porém, em lugar da sua suspensão, não se encontrou outra forma de lidar com a economia capitalista, além da já clássica crítica ao capitalismo e a superioridade do socialismo, que em “termos práticos” não servia àquela situação.

⁶⁴² Joel Colton. Leon Blum and the French socialists as a government party *apud* Przeworski, 1991, p. 51.

Os socialistas nos governos agiam como qualquer partido, “com alguma parcialidade distributiva em direção aos seus eleitores, mas com todo respeito pelos consagrados princípios do orçamento equilibrado, das políticas deflacionárias anticrise, do padrão-ouro etc.”⁶⁴³. Skidelsky afirmava haver “certas ideias dominantes, ou padrões de pensamento, aceitas por todos os homens sensatos”, particularmente “ao pensamento econômico”⁶⁴⁴. Os social-democratas na condição de governo se encontravam plenamente assentes na condição de “homens sensatos”.

A alternativa de política econômica surgiria como consequência da Grande Depressão e os social-democratas descobririam nas ideias de Keynes a solução para seus impasses emergenciais, uma política econômica de gestão do capitalismo que justificasse seu papel no governo e ocupasse o “intervalo” até o socialismo. O Estado de alvo passivo dos ciclos econômicos torna-se um ente de regulação das crises com vistas à manutenção do pleno emprego.

Os empregos poderiam ser mantidos e a economia fortalecida por meio de políticas anticíclicas, como obras públicas durante depressões econômicas, produzindo déficits que poderiam ser saudados em posterior momento de expansão. A sociedade não estaria mais vulnerável às vontades do mercado e “a economia podia ser controlada e o bem-estar dos cidadãos continuamente intensificado pelo papel ativo do Estado – essa era a nova descoberta dos social-democratas”⁶⁴⁵.

O keynesianismo era uma teoria que não apenas conferia uma justificativa à participação de socialistas nos governos, era uma teoria que também “de súbito conferia um caráter universalista aos interesses dos trabalhadores”⁶⁴⁶. Se anteriormente as demandas por consumo eram vistas como “contrárias aos interesses nacionais”, já que aumentos salariais significavam o aumento da inflação, perda de lucros, redução dos investimentos e o combate a crise se resumia ao corte de salários (tendo o desemprego como consequência), agora o aumento do emprego produziria a elevação da demanda agregada, ocasionando expectativas de lucro crescente e, conseqüentemente, aumento do investimento. A elevação de salários, anteriormente tidas como contrárias ao desenvolvimento capitalista, passa a ser considerada como um estímulo. Este fato contribuirá para implicações na organização da classe.

⁶⁴³ Przeworski, 1991, p. 52

⁶⁴⁴ Robert Skidelsky. 1929-1931 Revisited. Bulletin of the Society for the Study of Labour History 21: 6-8, 1970, p.6 *apud* Przeworski, 1989, p. 51

⁶⁴⁵ Przeworski, 1991, p. 53.

⁶⁴⁶ *Ibidem*, grifo próprio.

Podia-se agora argumentar que os interesses específicos de curto prazo dos operários e de outros que consumiam a maior parte de sua renda coincidiam com os interesses de longo prazo da sociedade como um todo. A defesa corporativa dos interesses do operariado, política que os social-democratas adotaram na década de 1920, e a estratégia eleitoral dirigida ao “povo” agora encontrava justificativa ideológica em uma teoria econômica de natureza técnica.⁶⁴⁷

Se anteriormente a aliança com outras classes, como os setores médios e a pequena burguesia, contribuía para a dissolução da especificidade do proletariado e sua harmonização com os interesses de setores com rendimentos baixos, agora, sob uma forma mais sólida, seu interesse pela elevação salarial se dilui em um “interesse geral” de toda a sociedade. A adoção das ideias keynesianas levou rapidamente os social-democratas a “desenvolver uma ideologia abrangente sobre o ‘estado do bem-estar’”, e abandonando completamente a perspectiva da nacionalização, os social-democratas se atribuíram o papel de “modificar a interação das forças de mercado”⁶⁴⁸.

Uma das principais consequências da adoção das elaborações keynesianas foi a *substituição da nacionalização dos meios de produção pela nacionalização do consumo*. Keynes afirmava que “não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir”, deste modo “se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete”⁶⁴⁹.

O uso dos instrumentos keynesianos permitiria se livrar de incerteza e de problemas da nacionalização, além do que passava a ser considerada “não só impossível de ser conseguida pela via parlamentar, mas além disso desnecessária”⁶⁵⁰. Evitava-se que com a nacionalização o governo socialista tivesse que atuar como uma empresa capitalista em meio ao “caos do mercado”, ao mesmo tempo que com o “controle indireto o Estado teria condições de racionalizar a economia como um todo, orientando-a para o bem-estar geral”⁶⁵¹. No lugar da propriedade dos meios de produção, o Estado, objetivando os fins socialistas, poderia influenciar a propriedade privada em favor do “interesse geral”.

A nova proposta da social-democracia implicava um *compromisso fundamental* com aqueles que eram denominados como “exploradores”. Nos países governados pela social-democracia, o Estado se caracteriza basicamente pelo seguinte quadro: a) assume atividades

⁶⁴⁷ *Ibidem*, p. 54.

⁶⁴⁸ *Ibidem*.

⁶⁴⁹ Keynes, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. New York, Harvest Books, 1964, p. 378 *apud* Przeworski, 1991, p. 54.

⁶⁵⁰ Przeworski, 1991, p. 54.

⁶⁵¹ *Ibidem*, p. 55.

não lucrativas ou que não sejam do interesse dos capitalistas (como distribuição e produção de energia, comunicações, transportes), sem concorrer com os capitalistas, mas que sejam importantes para a economia como um todo, propiciando condições gerais para a produção capitalista; b) o governo a partir de políticas públicas de caráter anticíclicas buscam regular o setor privado; c) o Estado, por meio de políticas baseadas no bem-estar, implementa medidas que atenuem os efeitos distributivos do mercado.

A ação reguladora do Estado tem por base a compreensão de que os capitalistas privados podem ser induzidos a alocar recursos conforme o desejo dos cidadãos, e as eleições seriam uma expressão desse desejo. A alocação de recursos passa pelo mercado e pela preferência de seus tomadores de decisão, que corresponderiam ao volume de seus recursos, e também pelo Estado, em que o peso das preferências seria distribuído igualmente entre os indivíduos-cidadãos. Assim, Przeworski sintetiza a essência da social-democracia:

A essência da social-democracia contemporânea reside na convicção de que o mercado pode ser dirigido para as alocações de qualquer bem, público ou privado, que sejam preferidas pelos cidadãos, e de que pela racionalização gradual da economia o Estado pode transformar os capitalistas em funcionários privados do povo sem alterar a situação legal da propriedade privada⁶⁵².

A perspectiva do Estado como um alocador de recursos, acabou por informar nos anos 1990 a estratégia do PT e serviu como embasamento para a chegada ao Governo Federal como patamar superior da disputa de hegemonia. Alcançando-se um nível superior na institucionalidade seria possível elevar-se da luta sindical por recursos escassos, para a alocação de abundantes recursos pelo Estado, sem a necessidade da socialização ou nacionalização dos meios de produção. A propriedade dos meios de produção perde sua importância, contanto que a produção econômica possa ser orientada em favor de uma maioria, expressando o “interesse geral” da nação, em vez de interesses particulares ou de uma minoria.

O objetivo dos social-democratas de uma distribuição mais equitativa da propriedade e da renda não poderia se dar sem que fosse preciso “produzir antes de se ter algo a distribuir”⁶⁵³. Esse fato leva aos social-democratas a se preocuparem com o aumento geral da riqueza que passa pela elevação da produtividade.

É aqui que se apresenta a armadilha para os social-democratas, pois na ausência da nacionalização, para que seja possível ao Estado implementar políticas públicas que elevem

⁶⁵² *Ibidem*, p. 54.

⁶⁵³ *Ibidem*, p. 59.

as condições de vida dos trabalhadores, é necessário que o aumento da produtividade se traduza em aumento da lucratividade dos capitalistas. Como a acumulação ocorre na instância privada, o conjunto da sociedade torna-se dependente do lucro e da ação dos capitalistas. Dessa forma, a ação regulatória do Estado, sob a direção dos social-democratas e com vistas ao bem-estar social, depende do resultado geral da economia.

O objetivo de atenuar os efeitos sociais do capitalismo “depende da lucratividade do setor privado e da disposição dos capitalistas em cooperar”⁶⁵⁴. Apesar de considerar as melhorias sociais como prioritárias ou como fim, o que realmente passa a ser prioritário para os social-democratas é o crescimento econômico, pois é ele que poderá dotar o Estado de recursos e viabilizar as políticas públicas, e dessa maneira meios e fins se invertem. É essa situação que implica o “compromisso de classe”, ele é a base do consentimento, já que o crescimento econômico e o lucro passam pelas decisões dos capitalistas privados, que por sua vez condicionam a ação do Estado sob direção social-democrata.

Qualquer governo em uma sociedade capitalista é dependente do capital. A natureza das forças políticas que sobem ao poder não afeta essa dependência, pois ela é estrutural – uma característica do sistema, e não dos ocupantes de cargos governamentais, dos vencedores das eleições. Estar no “poder”, na verdade, confere pouco poder; os socialdemocratas estão sujeitos à dependência estrutural, como qualquer outro partido⁶⁵⁵.

O compromisso de classes ente social-democratas e capitalistas é “uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista”⁶⁵⁶, devido ao fato da propriedade privada se manter intacta, “passa a ser do interesse dos assalariados a apropriação dos lucros pelos capitalistas”⁶⁵⁷. A expectativa de que os lucros se revertam em geração de empregos e melhorias materiais aos trabalhadores é a base do consentimento dos socialdemocratas em relação ao capitalismo. Os socialdemocratas consentem com a apropriação capitalista esperando que os lucros sejam investidos em melhorias e em aumento da capacidade produtiva beneficiando as demais camadas sociais.

Porém, esse compromisso faz com que a socialdemocracia passe a proteger os lucros das reivindicações populares. Os lucros devem atingir determinado patamar, sem o qual empregos e salários declinam. Esse seria o motivo pelo qual os social-democratas “abrem mão da abolição da propriedade dos meios de produção em troca da cooperação dos

⁶⁵⁴ *Ibidem*, p. 60

⁶⁵⁵ *Ibidem*.

⁶⁵⁶ *Ibidem*.

⁶⁵⁷ *Ibidem*.

capitalistas na elevação da produtividade e na distribuição dos ganhos”⁶⁵⁸. Neste sentido, os socialdemocratas buscam reproduzir o capitalismo e ao mesmo tempo lutam contra seus efeitos sociais, mesmo que contra a resistência burguesa. A riqueza geral pode ser ampliada desde que se consiga a colaboração da burguesia e a “espera disciplinada dos assalariados”.

É a partir deste quadro que Przeworski conclui que “os social-democratas não conduzirão as sociedades europeias ao socialismo”⁶⁵⁹. A ideia é que a estratégia social-democrata engendra dois problemas fundamentais: o primeiro, é que o desenvolvimento de sua política não traz apenas melhorias sociais, mas implica a gestão das crises econômicas, que tem nos trabalhadores o alvo da socialização dos prejuízos dos capitalistas. O segundo problema é que o pressuposto da estratégia social-democrata tem como consequência o abandono definitivo da ruptura revolucionária⁶⁶⁰.

Przeworski afirma que caso os trabalhadores quisessem viver em uma sociedade socialista, o seu processo de transição levaria a uma crise antes que o socialismo fosse efetivado. Desse modo, considera, de forma metafórica, que para alcançar os “picos mais elevados” seria necessário “atravessar um vale” acrescentando que “e essa descida não poder ser empreendida sob condições democráticas”⁶⁶¹.

Contrariamente à estratégia social-democrata, Oscar Lange nega a possibilidade de um socialismo que se realize por meio de reformas graduais e afirma que, mesmo na hipótese de se chegar ao governo pela via eleitoral, a socialização dos meios de produção deve se dar através de uma ruptura e de forma imediata.

Um governo socialista realmente empenhado em implantar o socialismo tem de decidir empreender seu programa de socialização em um só golpe, ou então desistir dele por completo. A própria ascensão ao poder de tal governo deve provocar pânico na área financeira e colapso econômico. Assim sendo, o governo socialista precisa optar por garantir a imunidade da propriedade e da empresa privada a fim de permitir o funcionamento normal da economia capitalista, e nesse caso estará abrindo mão de seus objetivos socialistas, ou por executar resolutamente seu programa de socialização o mais rápido possível⁶⁶².

Apesar de inúmeras aproximações entre a trajetória da social-democracia europeia e a trajetória do PT, para que não se confundam as coisas da lógica com a lógica das coisas,

⁶⁵⁸ Idem, p. 61.

⁶⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁶⁰ Iasi, 2006, p. 546.

⁶⁶¹ Przeworski, 1991, p. 61.

⁶⁶² Lange, Oskar. *On the economic theory of socialism*. New York: MacGraw-Hill, 1964. P. 125 *apud* Przeworski, 1991, p. 63-64.

nos parece necessário apontar algumas diferenças entre os períodos históricos em que se localizam essas experiências.

Não é nosso objetivo a análise descritiva de semelhanças entre a social-democracia e o PT, mas considerar vários de seus elementos como possibilidades explicativas para a moderação estratégica do partido consolidada na década de 1990, que não se ancora apenas na experiência social-democrata – pois alguns pontos de chegada não se assemelham quando comparamos os pontos de partida –, mas tem nela itens relevantes.

Diferentemente da social-democracia, a decisão de participar, não é tida como uma grande questão polêmica no interior do PT, mas sim a forma de participar. O alvo da polêmica era as possíveis implicações da participação eleitoral sobre a nova estratégia que buscava o socialismo, bem como o caráter tático ou estratégico da democracia em relação à meta socialista.

Destacam-se também, diferenças em relação ao regime político, enquanto na Europa e em vários países, desde fins do século XIX, se vive sob o regime democrático-parlamentar, e a decisão de participar era condicionada pela derrota das greves e perseguição e repressão aos sindicatos. No Brasil, o PT surge em um regime ditatorial nos anos 80, e são as próprias greves operárias do ABC que abrem o caminho para a democracia, dinamizando a crise do regime ditatorial e a luta pela abertura.

A luta pela democracia incluía tanto a liberdade de organização sindical dos trabalhadores quanto a criação de partidos políticos e a participação política dos trabalhadores via eleições. Outra diferença diz respeito ao desenvolvimento industrial em países europeus, que se deu bem antes do desenvolvimento no Brasil, mesmo em relação aos países considerados como de desenvolvimento tardio, como Alemanha e Itália. O que levava a questionamentos se na formação social brasileira, pelas características de um proletariado recente e recém-saído do campo, pudesse produzir partidos socialistas similares aos europeus.

Assim como a social-democracia, o PT possuía forte base no proletariado e se caracterizava como partido de massas e socialista composto por filiados. Também desenvolveu uma política de independência de classe que lhe permitiu se diferenciar das correntes liberais, impondo dificuldades à sua integração na ordem burguesa. Além disso, apresenta tendência de separação entre partido e sindicato, que tem como consequência uma maior intensidade de pressões integradoras que se expressam na dificuldade de superação do corporativismo no movimento sindical. Por fim, tem dificuldades de inserção entre setores mais empobrecidos da classe trabalhadora carentes de uma cultura classista.

A participação eleitoral, no caso da social-democracia, além de condicionada pelas derrotadas operárias nos movimentos sindicais, era baseada na crença de que o desenvolvimento capitalista produziria uma crescente expansão do proletariado a ponto de se constituir como maioria da sociedade, e a democracia espelharia essa suposta maioria social nos governos, facilitando a luta pelo socialismo. Porém, esse crescimento ininterrupto não se confirmou, pois, setores médios, camadas assalariadas não proletárias, profissionais liberais e pequenos comerciantes ganhavam peso na estrutura de classes.

A escolha em participar dos processos eleitorais não foi linear e unívoco, apresentando várias contradições, e somente após o fim da 1ª Guerra Mundial ganhará maior consistência. Inicialmente, vista como momento de agitação e propaganda, as eleições revelaram uma crescente votação nos partidos social-democratas, mas que ficavam nos limites entre 30% e 40% dos votos, o que fez com que diante da possibilidade real de conquistas de governos os social-democratas ampliassem suas alianças aos setores médios, expandindo o apelo à classe trabalhadora para os setores médios e a pequena burguesia, supostamente seus “aliados naturais”.

No caso do Brasil, a democracia e as eleições livres ainda não eram realidade e estavam por ser conquistadas quando o PT foi fundado, a luta pela democracia e pelas eleições se dirigia à superação do regime ditatorial instaurado, em 1964. A luta por democracia se inseria tanto pela necessidade estratégica de sua conquista, mas como de sua ampliação e conversão em uma arena em que se pudesse colocar legitimamente as demandas da classe trabalhadora, assim como suas formas organizativas; a democracia era vista como indissociável da luta pelo socialismo. Tal concepção já fazia parte de um balanço político a respeito do socialismo soviético, visto como autoritário e sendo necessário uma estratégia por um socialismo democrático.

A ampliação de alianças com setores além do proletariado foi promovida pela socialdemocracia após algumas décadas de existência e frente a um teto eleitoral. Já no PT, essa aliança entre trabalhadores e setores médios se dá desde as origens do partido e as formulações do 4º e 5º Encontro Nacional já estabelecem a necessidade dessa aliança com setores médios e pequena burguesia, sendo preciso destacar que desde sua fundação, apesar de seu forte caráter classista e proletário, os setores médios já compõem o PT.

Porém, a aliança com os setores médios e pequena burguesia se relacionam não diretamente a um puro pragmatismo eleitoral, ou a um inequívoco caráter social-democrata do PT, ainda que posteriormente esse caráter eleitoral irá se apresentar, inclusive tendo a própria burguesia em seu campo de alianças. A política de alianças do PT tem como base

sua análise sobre o capitalismo brasileiro, e apesar de considerar o Brasil como capitalista, este era entendido como de caráter dependente, desigual regionalmente e incompleto. Haveria amplas camadas exteriores ao proletariado que sofreriam as agruras do imperialismo e do capital monopolista. Essas camadas são consideradas até mesmo como “exploradas” pelo capitalismo, ao mesmo tempo que essa heterogeneidade social expressava a incompletude capitalista.

Neste sentido, as demandas dos setores médios e da pequena burguesia, assim como as do proletariado, poderiam entrar em choque com o capitalismo, fortalecendo a luta pelo socialismo por intermédio de um bloco histórico democrático e popular e a partir de reformas anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias. As alianças se colocavam então como possibilidade de choque com o capitalismo e não diretamente como necessidade eleitoral. Por outro lado, a junção ao proletariado de setores externos acabava por configurar expectativas em torno de uma maioria nacional e, por conseguinte, uma possível maioria eleitoral, e as formulações em torno de um governo democrático-popular exigem uma maioria eleitoral.

É necessário reafirmar que a estratégia democrático-popular tenta integrar tanto a luta institucional quanto a luta extra institucional ou social. Logo, se não podemos atribuir uma ligação direta a um simples eleitoralismo, não é possível deixar de evidenciar que a conformação dessas alianças possui fins eleitorais, haja visto que as transformações se iniciariam a partir de um governo democrático-popular a ser eleito. Neste sentido, é importante matizar como as alianças se integram com os objetivos da estratégia.

O êxito eleitoral do PT nas eleições de 1985, 1988 e 1989 não pode explicar por si mesmo a moderação estratégica e o processo de burocratização do partido. Ainda que a cada participação eleitoral do partido – assim como na trajetória da social-democracia – pressões se fizessem presentes para que o partido moderasse seu programa político e ampliasse suas alianças, tendo na derrota eleitoral de Lula em 1989, um dos seus maiores impactos, equiparando-se ao teto eleitoral pelo qual passou a social-democracia e, que neste caso, levou algumas décadas para se realizar, porém aqui se deu de forma concentrada no espaço-tempo de uma década de existência partidária.

4.6 Mudanças no mundo do trabalho e a inflexão na CUT

Nos parece necessário destacar como fator importante para a moderação estratégica do partido as mudanças que se operaram no interior da classe trabalhadora, ou seja, na

própria base social do Partido dos Trabalhadores, através da reestruturação produtiva, impactando não apenas o proletariado, mas sua principal representação sindical: a Central Única dos Trabalhadores.

O fenômeno da reestruturação produtiva (Antunes, 1999; Tumolo, 2002) é marcado pela reorganização dos processos produtivos no contexto da crise dos anos 1970, que também expressará a crise do fordismo. A crise do fordismo é conhecida pela queda na taxa de lucro, a diminuição da produtividade e a estagnação tecnológica. Já a reformulação desse sistema produtivo no Brasil conta com a adoção de várias medidas do modelo toyotista, porém não significa uma ruptura total ou definitiva com o fordismo. O sistema toyotista é baseado na produção flexível (ou acumulação flexível) que implica trabalhadores mais flexíveis, o que significa desregulamentação dos contratos de trabalhos e falta de estabilidade no serviço, não apenas a relação de trabalho passa a ser terceirizada para empresas prestadoras, como a própria produção passa a contar com diversos trabalhadores das empresas prestadoras externas às fábricas, contribuindo para a dispersão dos trabalhadores e dificultando a organização dos trabalhadores que se articulavam em uma mesma planta industrial.

Os trabalhadores se tornam polivalentes, ao invés de especializados como no fordismo, cumprindo várias funções, desde operar máquinas e robôs a produzir relatórios e a trabalharem com sistemas informacionais, passando, assim, por um processo de desespecialização. Participam dos Círculos de Controle de Qualidade (CQC), onde os operários podem opinar ou discutir sobre a qualidade do trabalho, aparentando uma democracia no processo de produção, mas que para Antunes (1999) é uma forma de envolvimento e mecanismo de hegemonia dos capitalistas, que busca fazer com que os trabalhadores incorporem como seus os objetivos da empresa.

O sistema *just in time* é outro caracterizador da reestruturação, que busca reduzir os estoques e condicionar a produção aos limites da demanda, cortando custos com matérias primas e quantidade de trabalhadores. O uso intensivo de tecnologias como máquinas, robôs, microeletrônica e sistemas informatizados objetivando o aumento da produtividade e dos lucros, tem como consequência a elevação do desemprego, já que se pretende produzir e lucrar mais com uma menor quantidade de trabalhadores. Outra consequência é a desconcentração territorial da indústria e da transferência de fábricas, que muitas vezes acaba por extinguir todo um trabalho acumulado de organização operária.

As mudanças na base produtiva são também acompanhadas nas formas de gestão e gerenciamento, que aumentam o controle sobre a produção e os operários, combinando

formas de participação dos trabalhadores. Apesar da aparente flexibilidade nas relações entre gerentes e trabalhadores, a rigidez permanece e não se elimina o despotismo fabril, antes o sofisticado.

O descolamento entre base e sindicato é mediado pelas derrotas impostas pelo capital aos trabalhadores em seus locais de trabalho, dificultando sua organização e lutas autônomas. O sindicalismo cutista se vê na contradição em relação as novas bases produtivas e sua velha forma de organização, que correspondia a outro modelo de produção. Desse modo, gradativamente produz-se uma autonomização dos sindicatos fortalecendo a *representação*, em que os dirigentes sindicais passam a lutar “pela classe”, no momento em que esta cada vez mais perde seu poderio. O fortalecimento da representação acaba sendo uma expressão do enfraquecimento da classe em seu ambiente de trabalho. De acordo com Emílio Gennari:

Até o final de 1985, era grande o número de greves e as oposições sindicais continuavam ganhando sindicatos graças a certo grau de organização de base, ao despreparo dos velhos pelegos e dos próprios empresários. Ainda assim, *o sindicato entendido como trabalhador organizado nos locais de trabalho estava sendo substituído pela máquina sindical ou pelos diretores combativos que, no máximo, chegavam a desenvolver o trabalho de agitação nas portas das fábricas.* Coincidentemente, à progressiva diminuição do número de militantes correspondia o aumento da potência dos carros de som e da tiragem de informativos de todos os tipos. A solução dos conflitos e das situações de descontentamento no interior das empresas começava a não trilhar o caminho da ação direta assumida pelos trabalhadores da base, e, progressivamente, era cada vez mais entregue às denúncias publicadas nos boletins, aos discursos inflamados dos dirigentes e às ações impetradas junto às Delegacias Regionais do Trabalho. [...] a agitação sindical, que na fase anterior acontecia *de dentro para fora* das empresas e constituía um momento importante de aglutinação dos trabalhadores, ao ser desenvolvida somente *de fora para dentro* trocava a participação direta dos operários pelo “eu resolvo” do dirigente sindical combativo. Consciente ou inconscientemente, as diretorias acabavam impedindo que os trabalhadores se constituíssem em sujeitos ativos de seus movimentos e os levavam a esperar que outros atuassem em seu nome. O diretor combativo tornava-se um inesperado aliado do paternalismo⁶⁶³.

O afastamento de dirigentes sindicais dos locais de trabalho não pode ser analisado como uma simples decorrência direta da reestruturação produtiva, já que a própria reestruturação contou com o embate dos trabalhadores. É neste sentido que nos parece importante elencar elementos no interior do sindicalismo que expliquem seu enfraquecimento. O refluxo das lutas, se é expressão do impacto das mudanças na produção,

⁶⁶³ Emílio Gennari. Sindicato e organização de base: passos e tropeços de ontem e de hoje. São Paulo: Ed. CPV, 1999, p. 6-7, grifos próprios.

é também modelado pelas direções sindicais e pelos limites que estas encontram na materialidade, e as formas de solução dessas contradições.

As transformações dos sindicatos e as organizações operárias, bem como do próprio proletariado, devem ser analisadas pela *realização* de suas ações e os rumos tomados, não apenas pela sua *não-realização*. Esta última é a expressão da primeira, sendo necessário a análise regressiva para uma melhor compreensão do fenômeno, da forma como este se deu. Ao invés de tomá-lo pela síntese que obscurece seu processo de constituição.

O crescimento da CUT nos anos 1980, a importante conquista de numerosos sindicatos e o registro de novos, se por um lado proporcionou recursos materiais, estrutura e liberações de trabalhadores convertidos em dirigentes com tempo livre para a atividade sindical, propiciando melhores condições para organizar as lutas, além de significar o avanço de organização da classe trabalhadora, por outro lado, essas importantes conquistas realizadas apresentaram novas contradições ao alcançar um novo patamar material.

Este condiciona novas práticas e rotinas que se afastam daquelas condições anteriores que lhe impulsionaram à situação atual, afastados do local de trabalho e imbuídos pela busca de resultados positivos imediatos, que demonstrariam sua superioridade aos pelegos, os dirigentes cutistas formulavam planos de intervenção de forma externa que buscavam o apoio da classe mais pela confiança e pelos resultados “do que por ela perceber-se enquanto classe e sentir a necessidade de construir uma nova ordem social”⁶⁶⁴.

Uma vez concretizada a saída do local de trabalho para o desempenho do papel de dirigente no interior da máquina sindical, o diretor liberado dificilmente voltava a trabalhar na empresa de origem. As resistências dos empresários em aceitar a sua volta, a defasagem profissional e os desvios provocados pela rotina burocrática do sindicato estavam entre as principais causas da recusa do dirigente em assumir novamente a condição de trabalhador. Como diretor liberado ele podia dispor de bens materiais que não teria se continuasse como simples funcionário da empresa, ganhava status e autoridade em relação aos empregados do sindicato e à base da categoria, não recebia ordens de nenhum chefe, ao contrário, podia mandar. Sua linguagem não era mais a dos trabalhadores e a sua relação com eles deixava de ter como alicerce a solidariedade e o companheirismo para assumir formas de comportamento típicas de quem, ao se distanciar do cotidiano de exploração nas empresas, perdeu a identidade com a classe e agora já falava de cima para baixo. Em pouco tempo, o dirigente liberado tornava-se expressão do sindicalismo combativo e a liberação do local de trabalho, um objetivo a ser perseguido e conquistado. Afinal, os diretores de base não tinham histórias de greves e de viagens para contar, o horário de trabalho limitava o acesso a carros, telefones, ajudas de custo e sua ação no interior das empresas, além de extremamente vigiada pelas chefias, era colocada em segundo plano pela própria diretoria do sindicato por não produzir resultados imediatos.

Nestas condições, não é de estranhar que quem já estava fora do local de trabalho fizesse realmente de tudo para não ter que voltar e que a carreira sindical começasse a tornar-se uma boa saída para garantir a sobrevivência dos dirigentes.

⁶⁶⁴ *Ibidem*, p. 7.

Muitos diretores começavam a se perpetuar no cargo ou, quando isso já não era possível, acabavam sendo admitidos como funcionários do sindicato, contribuindo para um crescente processo de burocratização das máquinas sindicais que ia afastando a participação dos trabalhadores em vez de incentivá-la. Não é por acaso que apesar dos discursos inflamados a seu favor, a organização e a formação de ativistas e militantes sofriam sérias restrições. O problema é que elas sempre ajudaram a despertar consciências adormecidas, a levantar críticas e a preparar quem, potencialmente, poderia vir a tirar ... os privilégios do cargo⁶⁶⁵.

Os sindicatos passavam a ter dificuldades de preenchimento de candidatos para as chapas. Logo, os critérios de recrutamento de trabalhadores passaram a ocorrer de forma mais precária, sendo aceitos candidatos sem preparação anterior, o que não era um problema para dirigentes que se perpetuavam na estrutura sindical. Aos olhos das bases os novos diretores eram tidos como incapazes, fortalecendo nas categorias a necessidade de manutenção dos diretores mais experientes e que dessa forma contribuía para o processo de burocratização e não renovação de quadros.

Os sindicatos passam a contratar diversos profissionais como jornalistas, gráficos e desenhistas que produziam materiais e jornais para a categoria, assim como sua distribuição. Eram estabelecidos Departamentos de Saúde, aumento na contratação de advogados, e a consequência é que problemas que antes eram resolvidos coletivamente, passam a ser individualizados e agendados, e sua resolução longe da luta coletiva de classe é agora tratada cada vez mais de forma institucional. O sindicato aos olhos dos trabalhadores se torna um prestador de serviços e de assistência e não exatamente seu instrumento de luta.

A instauração de Departamentos de Relações Humanas pelas empresas e suas políticas de participação contribuíram para o envolvimento dos trabalhadores e diluição de sua organização como classe. Restaurantes unitários em que convivem operários e gerentes e cafés com o presidente da empresa buscam um maior controle da subjetividade operária, compreendendo suas demandas mais imediatas e resolvendo-as de forma pontual, antecipando e evitando possíveis conflitos. O que era a matéria-prima para a ação coletiva e conflitiva dos trabalhadores, é agora absorvida de forma antecipada pelas empresas, acarretando novas dificuldades para a organização de classe.

As demissões, a terceirização, o aumento da rotatividade e o envolvimento dos trabalhadores pelas empresas, obviamente são elementos que contribuem para a explicação sobre o refluxo da luta dos trabalhadores, porém, a reestruturação produtiva não pode ser analisada como fato inexorável e desligado da própria ação da classe e de determinadas

⁶⁶⁵ *Ibidem*, p. 8.

“escolhas” ou práticas que se desenvolveram no interior do movimento sindical. A classe não é mero receptáculo de medidas objetivas impostas pelo capitalismo.

A CUT é fundada em 1983, inicialmente possuía um perfil combativo e socialista, organizando fortes greves, e inclusive greves gerais nos anos 1980. Mas, passa por alterações em sua trajetória já no fim dos anos 1980 e início dos 1990, momento em que expressando a defensiva da classe trabalhadora, apela cada vez mais a resolução dos conflitos por meios institucionais e privilegiando a negociação em vez do conflito.

O surgimento da CUT é impulsionado por duas forças renovadoras do sindicalismo brasileiro, o “novo sindicalismo”, simbolizado principalmente pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e demais como petroleiros, bancários, etc.; e por outro lado as “oposições sindicais”, que têm na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) sua maior expressão. Tal força era mais refratária à estrutura sindical atrelada ao Estado do que o “novo sindicalismo” que emergiu do ABC paulista, ainda que este também tivesse como horizonte a ruptura com ela. A Oposição Metalúrgica de São Paulo tinha como bandeira os organismos de base e de comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical. Acrescenta-se o também o “sindicalismo rural” como terceiro setor que construiu a CUT, mas que não tinha o mesmo peso dos outros dois setores.

Para Giannotti (1993), a CUT, desde suas origens, se caracterizava pela perspectiva de ruptura com o sistema capitalista vigente “nasceu de uma base radicalizada no confronto capital x trabalho, visto e assumido como um interesse de classes opostas e irreconciliáveis” a “Cut nasceu e se desenvolveu num clima de ascensão das lutas sociais, que veio num crescendo ininterrupto de 78 até 85”⁶⁶⁶. O II Congresso Nacional da CUT, de 1986, afirmaria em seu estatuto seu “caráter socialista”, além disso, formalizaria suas tendências internas, que entre as principais se encontrava a “Articulação Sindical” e a “CUT pela Base”. A primeira, ocupava a situação tendendo a posições centristas, enquanto a segunda era oposição, com posições mais à esquerda.

Para Iram Jácome Rodrigues (1993), o III Congresso Nacional da CUT (III CONCUR), de 1988, teria sido “o último congresso de massas da Central única dos Trabalhadores e o maior de todos” e que representou “o período de sua construção interna e afirmação externa, cuja fase mais movimentista, libertária, socialista e conflitiva, enfim, heróica, encerrava-se com o III CONCUR”⁶⁶⁷. Leôncio Martins Rodrigues (1990), a respeito

⁶⁶⁶ Vito Giannotti. Collor, a CUT e a pizza. São Paulo: Página Aberta; Escrita, 1993, p. 65.

⁶⁶⁷ Iram Jacomé. Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1993, p. 112.

do III CONCURTO, assinala as divergências entre a situação e a oposição no interior da central e suas visões sobre o papel do sindicalismo:

Uma, majoritária, que pretende fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significa, inexoravelmente e qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; outra, minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista⁶⁶⁸.

O autor acrescenta que:

[...] é visível que, no interior da tendência majoritária, forças poderosas a pressionam em direção a uma linha de tipo social-democrata, tendendo a fazer da CUT uma central de sindicatos voltada para a obtenção de vantagens econômicas e de reformas sociais e políticas no interior de uma economia de mercado. Se uma orientação dessa natureza prevalecer, a CUT deverá ampliar o leque de alianças no campo político e fortalecer no campo sindical, a orientação para a negociação e o diálogo com os setores empresariais. A própria reivindicação, defendida notadamente pela Articulação, de um contrato coletivo nacional articulado, deverá reforçar a faceta propriamente sindicalista da CUT. Entretanto, o matriz social-democrata não é aceito manifestamente pela tendência majoritária, apesar de suas relações privilegiadas com sindicatos social-democratas na Europa Ocidental e das críticas ao socialismo burocrático e autoritário que existe (ou existia) no Leste Europeu⁶⁶⁹.

Passa a ser gestada uma concepção de central, próxima ao sindicalismo europeu, marcado por centrais sindicais fortemente verticalizadas que se limitam a negociar melhores condições para a venda da força de trabalho. A CUT manteve equidistância das centrais mundiais até o II CONCURTO, de 1986, momento em que passou a priorizar relações com a Confederação Internacional da Organizações Sindicais Livres (CIOSL), que era “a grande Central dos sindicatos europeus e norte-americanos. Isso se materializará em convênios, escolas de formação, viagens e uma profunda inter-relação⁶⁷⁰”. A passagem de um sindicalismo movimentista para um verticalista⁶⁷¹ é acompanhado pelo otimismo do processo de democratização do país, e a nova postura política indicava que a central deveria deixar de dizer apenas “não”, de ser “reativa-reivindicava” e buscar soluções para os problemas do país.

⁶⁶⁸ Leôncio Rodrigues. CUT. Os militantes e a ideologia. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p. 23.

⁶⁶⁹ *Ibidem*, p. 24-25.

⁶⁷⁰ Giannotti e Lopes Neto. CUT, por dentro e por fora. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 46.

⁶⁷¹ Iram Rodrigues, 1993, p. 119-120. “Iniciava-se realmente a implantação da CUT enquanto estrutura verticalizada, administrativa, enfim, como uma organização complexa e, nesse sentido, burocrática. É a construção da empresa sindical dotada de racionalidade. [...] Abria-se, agora, um novo patamar, onde a construção de um amplo aparelho administrativo, institucional, se colocava na ordem do dia. E, em consonância com o processo de democratização do país, setores ponderáveis do sindicalismo da CUT começavam a vislumbrar a possibilidade das classes trabalhadoras influírem mais decididamente na esfera política e, para isso, era necessário deixarem de dizer apenas não e também indicarem soluções para os problemas sociais, políticos e econômicos que o país atravessava”.

A revisão de seus rumos e a necessidade de inaugurar a fase da central do “sim” revelaria sua inflexão estratégica rumo à moderação, porém esta se consolidaria somente no IV CONCUT, de 1991. A questão que se colocava era se a CUT deveria se conformar como central de negociação ou de enfrentamento ao capital, “sentar ou não sentar nas reuniões do Entendimento Nacional, com Governo e patrões? Apostar no aprofundamento da ingovernabilidade, como defendia a tese da CUT Pela Base”, ou “defender toda uma política de superação da crise, através da retomada do crescimento, com uma visão que apostava na possível distribuição de renda, como era o enfoque global da tese da Articulação?”⁶⁷².

A perspectiva que se segue é a da corrente majoritária, consolidando a inflexão estratégica da central, inflexão que no mesmo período também passa o PT. A central acabou por se filiar à CIOSL. O contexto de eleição de Collor, que representa uma vitória do projeto neoliberal, a desintegração do bloco soviético e a reestruturação produtiva, causam perplexidade e fortes impactos no sindicalismo. A CUT adere à participação nas Câmaras Setoriais, dialogando *em mesas tripartites com patrões e governo, perspectivando um crescimento econômico que possa promover a distribuição de renda*⁶⁷³.

Por fim, para Antunes (1995), trata-se da afirmação de práticas social-democráticas no interior da central, pois é “uma postura cada vez menos respaldada numa política de classe. E cada vez mais numa política para o conjunto do país, o ‘país integrado do capital e do trabalho’”⁶⁷⁴. A orientação classista cede lugar ao horizonte da cidadania e as metamorfoses no mundo do trabalho acabam por se expressar tanto na CUT quanto no PT. A moderação estratégica que se opera no PT também ocorre na CUT.

⁶⁷² Giannotti e Lopes Neto, 1991, p. 66-67

⁶⁷³ Sílvio Costa. Tendências e centrais sindicais. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994. Goiânia; São Paulo: Anita Garibaldi, 1995, p. 240-241. “[...] estruturou-se na CUT uma compreensão de que a solução para a crise capitalista será encontrada no sindicalismo de negociação, na participação dentro da ordem dominante. Assim a CUT procurou dirigir suas lutas para a conquista de maior distribuição de renda e melhoria para os trabalhadores, não colocando como horizonte a superação da sociedade de classes. Manifesta-se na CUT forte influência do sindicalismo predominante nos países imperialistas, principalmente europeus, vinculados a CIOSL – central mundial que contribuiu com vultosos recursos financeiros, decisivos à criação da CUT e à consolidação, em seu interior, de uma tendência vinculada política e ideologicamente a seus princípios reformistas. Essa corrente atualmente é majoritária na Central e defende posições nitidamente social-democratas [...] A ação ofensiva e destacada da CUT encontra-se obstaculizada pela opção reformista de privilegiar as negociações tripartites e as câmaras setoriais, limitando-se a conquista de reformas no interior da ordem capitalista. Essa compreensão, majoritária na CUT, é responsável pela gradativa substituição das mobilizações e greves por entendimentos com o patronato, levando ao defensismo e à perda de sua representatividade política e ideológica, como um dos instrumentos de transformação revolucionária”.

⁶⁷⁴ Ricardo Antunes. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1995, p. 153.

4.7 Democracia, Estado e Socialismo

Nossa análise já apontou que as conquistas eleitorais e a reestruturação produtiva foram elementos que contribuíram e passaram a condicionar a moderação da estratégia democrático-popular. Porém, é necessário evitar uma associação mecânica entre a derrota dos trabalhadores nas fábricas, o êxito eleitoral e a priorização das eleições.

O sucesso eleitoral do PT, é, também, expressão das lutas realizadas e da afirmação de sua independência de classe nos anos 1980, bem como do crescimento e do fortalecimento da organização de classe. Contudo, o êxito eleitoral, como um dos resultados da organização e das lutas da classe, ao se efetivar no exercício cotidiano do poder político institucional, trouxe contradições no interior do partido e na sua relação com a própria classe, além de contradições na relação entre classe e Estado (em suas frações dirigidas pelo PT). O resultado do acúmulo de organização da classe, a depender da direção que segue, pode operar e contribuir para a sua desorganização enquanto classe e burocratizar seus instrumentos políticos. Neste sentido, o exame na estratégia petista das noções de democracia, Estado e socialismo, e a forma como se articulam, nos parecem fundamentais para compreender a moderação estratégica do PT, como condicionantes e ao mesmo tempo expressão da inflexão moderada.

Como já vimos a luta pela democracia na estratégia democrático-popular é afirmada, por um lado, como necessidade de superação do regime ditatorial imposto em 1964, buscando uma arena legítima de lutas para os interesses da classe trabalhadora, liberdade e melhores condições de organização. Por outro lado, significa uma rejeição ao autoritarismo do socialismo soviético, defendendo a pluralidade de partidos políticos e liberdades políticas.

As formulações em torno de um socialismo democrático no 7º Encontro Nacional e no 1º Congresso, no início dos anos 1990, condicionam a democracia como o antagonista do capitalismo e como o próprio conteúdo do socialismo, afirmando-se mais aspectos democráticos ou democratizantes do que o conteúdo socializante da propriedade privada dos meios de produção, que classicamente caracteriza o socialismo. A afirmação da democracia é uma clara contraposição a ideia de uma ruptura revolucionária e da conformação de um momento político transicional conhecido como “ditadura do proletariado”, e esta última é uma concepção oficialmente rejeitada no 1º Congresso do partido, em favor da disputa de hegemonia. O texto afirma que o partido sempre rejeitou os dogmas e a doutrina oficial do socialismo real, sendo contrário à ideia de:

Sistemas organizados sobre a base de partido único, dos sindicatos como engrenagem do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do domínio do Estado/partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, *tudo aquilo, enfim que ficou conhecido como ditadura do proletariado*.⁶⁷⁵

A democracia não é considerada como uma forma de dominação burguesa, pelos formuladores da estratégia democrático-popular, como pudemos observar em suas formulações individuais ou nas resoluções partidárias. Weffort (1984), ilustra cristalinamente essa compreensão:

Chamar as modernas democracias europeias atuais de burguesas só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise e, por consequência, da perspectiva política. *Seria mais correto dizer que são democracias sob hegemonia burguesa, aliás hegemonia em permanente disputa por parte dos trabalhadores*. O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua. E é assim, de fato. Não se pode falar de democracia no sentido moderno da palavra se esquecermos as lutas dos trabalhadores para que ela viesse a ser o que é⁶⁷⁶.

Ou seja, o regime democrático não possuiria um conteúdo de classe determinado, podendo ser modelado pelas classes que disputam sua hegemonia. As lutas históricas dos trabalhadores, desde o século XIX, pelo sufrágio universal e pelos direitos políticos são os fatos que justificariam a ideia da democracia como uma “invenção dos trabalhadores”, posto que foram conquistas contrárias à vontade da burguesia. Weffort analisando a reabertura democrática, afirma que mesmo sendo uma transição controlada⁶⁷⁷ pelos de cima, não se poderia negar que ela só foi possível graças a pressão da sociedade civil e partidos de oposição, por meio de uma frente democrática. A democracia moderna teria como fundamento a “existência de grandes partidos de massa e de ampla e intensa participação dos trabalhadores”⁶⁷⁸, que a partir deles a luta se daria nos termos da hegemonia. A democracia no momento da transição teria sido elevada a um valor geral – formulação bastante similar à de Coutinho –, tal como foi já foi a ideia de desenvolvimento.

Para deixar as coisas mais claras, recorro a um exemplo. A ideia de desenvolvimento econômico constituiu-se, a meu ver, como um valor geral desde os anos 50. Isso significa que embora os políticos, os partidos e os cidadãos em geral possam divergir quanto a saber quais os melhores caminhos para o desenvolvimento, eles estão, em sua grande maioria, de acordo com relação ao

⁶⁷⁵ I Congresso Nacional [1991]. Almeida *et al.*, 1998, p. 494, grifo próprio.

⁶⁷⁶ Francisco Weffort. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 38, grifos próprios.

⁶⁷⁷ *Ibidem*, p. 59, grifo próprio. “*Se é verdade que a iniciativa da transição vem de cima, também é verdade que sua continuidade e seu avanço progressivo não teriam sido possíveis sem as pressões nascidas da sociedade civil e dos partidos de oposição*, que, aos poucos, acabaram constituindo no país uma ampla e difusa, porém muito eficaz, frente democrática”.

⁶⁷⁸ *Ibidem*, p. 54.

valor do desenvolvimento como tal. E não se trata de que apenas concebiam o desenvolvimento como uma necessidade histórica, seja esta derivada das leis econômicas do capitalismo, das leis sociológicas da modernização ou do que se queira. Se fosse só isso, estaríamos diante de um consenso técnico ou científico, não diante de um consenso político. À parte o fato de ser ou não imposto por alguma lei histórica ou sociológica, o desenvolvimento é, no Brasil, concebido como um objetivo que vale em si mesmo.

Mais investimentos, mais empregos, melhores salários, maiores oportunidades de consumo – tudo isso vai muito além de qualquer preferência por este ou aquele sistema econômico. Temos o direito de preferir o socialismo ou o capitalismo como caminho para o desenvolvimento. Mas, *em qualquer hipótese, entendemos o desenvolvimento como uma condição para a conquista de uma vida mais digna.* Se os anos 50 são os anos da constituição do desenvolvimento como um valor geral, penso que os 70 e os 80 são os da constituição da democracia como valor geral. Porque a questão da democracia aparece – e não podia ser de outro modo – ligada ao problema do poder, a polêmica em torno do seu significado é uma decorrência necessária. Temos todo o direito de preferir uma democracia liberal ou socialista. Temos todo o direito de buscar assegurar a hegemonia burguesa ou lutar pela hegemonia dos trabalhadores. Mas esta luta de partidos, grupos de interesse, classes sociais em torno do sentido da democracia só podem existir quando se vai além do seu significado meramente instrumental. Na própria luta dos divergentes e dos contrários em torno do sentido da democracia, está a afirmação da democracia como um valor geral. Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana⁶⁷⁹.

A noção de democracia é elevada ao ápice da dignidade humana. O trecho nos permite visualizar determinadas ideias-força que compõem as estratégias políticas ao longo da história, como aquelas que animavam o etapismo, o desenvolvimentismo assim como a ênfase que a democracia passa a ganhar nos anos 70 e 80.

Da mesma forma que a democracia, a compreensão sobre o Estado, nas formulações estratégicas do PT, também passa progressivamente a ser compreendido como um ente destituído de conteúdo de classe, apesar de em determinados momentos, como nos anos 1980, ser classificado como burguês, a perspectiva democratizante e determinada concepção de hegemonia também o compreende como Estado Moderno e ampliado, aparando possíveis arestas classistas.

Tal sentido ganha mais força principalmente sob a forma da busca por um Estado de Direito no 1º Congresso, nos anos 1990. O Estado, entendido como ampliado, que pode ganhar outro significado e direção a depender de qual classe o hegemonize, é uma contraposição à ideia de um Estado restrito e exclusivamente coercitivo, atribuído às formulações de Marx e Lenin. O Estado ampliado seria típico de formações ocidentais ou de capitalismo desenvolvido, e mesmo de caráter periférico, mas que tenha alcançado um qualitativo patamar de desenvolvimento, cabendo uma estratégia distinta daquelas de caráter

⁶⁷⁹ *Ibidem*, p. 60-61, grifos próprios.

insurrecional, que supostamente estariam conformadas apenas as formas de Estado “restrito”, absolutistas ou autocráticos.

O Estado moderno ou ampliado, estaria aberto à participação de todas as classes sociais. Dessa maneira, sendo compreendido não como um simples aparelho coercitivo à serviço da classe dominante, seria possível, mediante disputa de hegemonia na sociedade civil e no Estado, um controle social exercido por amplas camadas da população e uma direção distinta da que a burguesia exerce. O Estado não conteria mais um inequívoco conteúdo burguês derivado das relações sociais capitalistas, pois torna-se uma arena em que seu caráter e direção é determinado pela correlação de forças entre as classes sociais, podendo pender, ora para o lado da classe trabalhadora e seu bloco de aliados, ora para a burguesia.

Se é possível a alteração de seu conteúdo e direção, ou mesmo se há indeterminação de classe em seu interior, o Estado se converte em um importante termômetro e validador da vontade geral, certificando regularmente por meio de eleições as vontades advindas do sufrágio. Dessa forma, o Estado se conforma como ente universal, que espelha a vontade da maioria nacional. Sendo agora o lócus privilegiado da política, para onde deve-se voltar prioritariamente as forças políticas da classe trabalhadora.

A relação entre democracia e Estado é indissolúvel, devendo o último assumir a forma da primeira, quando se caracteriza por Estado de direito e democrático. Ora, se a democracia é uma conquista dos trabalhadores contra a burguesia, e esta deve alargar-se e conformar o Estado democratizando-o, de fato não haveria motivos para uma ruptura revolucionária contra esta forma de regime e a classe trabalhadora não poderia se voltar contra a sua própria obra e de seus aliados da sociedade civil, havendo mais possibilidades que obstáculos. Trata-se de ampliá-la e não a extinguir, o que seria uma prática considerada golpista, típica da burguesia e de estratégias pretéritas entre socialistas e comunistas. A estratégia democrático-popular em seu desenvolvimento acaba por separar as formas jurídicas, políticas e de Estado das condições de produção sob as quais emergem, desistoricizando-as e transplantando-as mecanicamente para o socialismo.

Marx, em sua Contribuição à Crítica da Economia política, ao realizar uma revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel, aponta em suas pesquisas que “cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não poderão ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência”, em continuidade “de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela

designação de ‘sociedade civil’; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política”⁶⁸⁰.

Como sua conclusão geral, Marx indica que os homens na produção social de sua existência contraem relações necessárias, determinadas e que independem de sua vontade, são estabelecidas relações de produção que corresponderiam a determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. Este conjunto de relações de produção conformariam a estrutura econômica, uma base “sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social”,⁶⁸¹ conformando um modo de produção da vida material, que condicionará a vida política, social e intelectual em geral. Estas relações de produção também adquirem expressão jurídica com as relações de propriedade.

Mas de que forma essas relações que conformam um modo de produção poderiam explicar a emergência e representações da democracia ou do Estado democrático? De acordo com Naves:

A democracia, como forma de Estado fundada no reconhecimento da liberdade e da igualdade formal entre os indivíduos, que, na qualidade de cidadãos, conformam o Estado segundo a vontade majoritária expressa nas eleições, só é possível nas condições de uma sociedade mercantil-capitalista. De fato, para que uma forma política democrática se constituísse, era necessário que o trabalhador direto estivesse completamente separado das condições materiais da produção, de tal sorte que pudesse apresentar-se no mercado como vendedor de sua força de trabalho enquanto mercadoria⁶⁸².

Para que as relações de compra e venda da força de trabalho se realizem, é necessário que o possuidor de dinheiro encontre “a força de trabalho como mercadoria no mercado”⁶⁸³. Neste sentido, a força de trabalho só pode ser vendida pelo seu próprio possuidor, para vendê-la como mercadoria, este deve dispor da mesma “ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho”⁶⁸⁴. Só então o possuidor da força de trabalho e do dinheiro podem se encontrar no mercado estabelecendo uma “relação mútua como iguais possuidores de mercadorias”⁶⁸⁵, diferenciando-se apenas pelo fato de um ser vendedor e outro comprador, constituindo-se, portanto, como “pessoas juridicamente iguais”⁶⁸⁶.

⁶⁸⁰ Karl Marx. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 24.

⁶⁸¹ *Ibidem*.

⁶⁸² Márcio Naves. Democracia e dominação de classe burguesa. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v. 1, n.4, p. 58-66, 1997, p. 59.

⁶⁸³ Karl Marx. O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 242.

⁶⁸⁴ *Ibidem*.

⁶⁸⁵ *Ibidem*.

⁶⁸⁶ *Ibidem*.

Para que essa relação continue, o proprietário da força de trabalho a vende apenas por determinado período. Caso a vendesse definitivamente, se converteria de homem livre em um escravo, de um proprietário de mercadoria numa mercadoria. Portanto, os contratos estabelecidos para o consumo da força de trabalho são transitórios, sem que com isso o vendedor renuncie “no momento em que vende sua força de trabalho, a seus direitos de propriedade sobre ela”⁶⁸⁷. Tendo o objetivo de transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem que encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, seja como livre proprietário de sua força de trabalho, mas também como indivíduo que não possui outra mercadoria para vender, neste caso destituído ou livre da posse de meios de produção.

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados. E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-astuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral⁶⁸⁸.

São essas relações que fundamentam as determinações da igualdade e da liberdade na sociedade capitalista. Dessa forma, diferentemente de formas sociais pré-capitalistas que impunham diretamente a coerção física ao trabalho por meio de relações sociais de produção e de seus aparatos político-estatais, a dominação de classe na sociedade burguesa “não pode aparecer como uma relação direta de subordinação de um homem por outro, porque isso negaria as determinações jurídicas da liberdade, igualdade e propriedade que o processo do valor de troca exige”⁶⁸⁹.

Porém, essa relação entre iguais, na esfera da circulação, obscurece a relação de exploração capitalista e de extração de mais-valia, já que a força de trabalho é a única mercadoria que tem a característica de ser fonte de valor, no momento de seu próprio consumo, enquanto valor-de-uso cria valor novo na esfera invisível da produção.

⁶⁸⁷ *Ibidem*, p. 243.

⁶⁸⁸ *Ibidem*, p. 250-251.

⁶⁸⁹ Naves, 1997, p. 60.

É a partir das trocas mercantis entre indivíduos livres e proprietários que emergem as formas jurídicas e políticas que conformam o Estado, essa relação de troca entre equivalentes fundamenta a cisão entre Estado e a sociedade civil, a partir de uma distinção jurídica entre público e privado. De um lado, o Estado se constitui como esfera pública, onde se expressa a vontade geral, de outro, a sociedade civil se constitui como esfera privada, que expressaria os diversos interesses particulares em conflito. Devido ao seu caráter público, o Estado não poderia expressar “vontades e interesses privados (de classe)”⁶⁹⁰. De acordo com Balibar:

A ideologia jurídica burguesa se esforça (com êxito) em fazer crer que o Estado mesmo está acima das classes, e só tem a ver com os indivíduos. [...] O poder de Estado não pode ser o domínio exclusivo de uma classe, pois esta expressão é, efetivamente, um sem sentido jurídico. À idéia de domínio de uma classe se opõe, na ideologia jurídica, a representação do Estado como a esfera, a organização dos interesses públicos e do poderio público, por oposição aos interesses privados dos indivíduos, ao seu poderio privado. [...] A distinção jurídica do "público" e do "privado" é o meio pelo qual o Estado pode subordinar todos os indivíduos aos interesses da classe que ele representa, dando-lhes a plena liberdade "privada" de vender e de comprar, a plena liberdade de “negociar” ou de vender a sua força de trabalho no mercado⁶⁹¹.

O Estado passa a concentrar exclusivamente em si a esfera da política – lócus de representação dos interesses gerais. Sendo a sociedade civil o lugar dos interesses privados, o acesso ao Estado só poderia se dar por indivíduos destituídos de sua condição de classe – já que a condição de classe não pode ser reconhecida pelo Estado –, e além disso, devem ser “qualificados por uma determinação jurídica: o acesso ao Estado só é permitido aos indivíduos na condição de cidadãos”⁶⁹². O cidadão é o indivíduo destituído de sua condição de classe, de sua particularidade, convertendo-se no indivíduo “universal” que pode participar do Estado. Essa determinação é a base que fundamenta a representação jurídica do indivíduo como sujeito de direito, sendo atribuído ao indivíduo a liberdade, igualdade e propriedade.

Ao só franquear o acesso ao Estado aos indivíduos na condição de cidadãos, a ideologia jurídica permite que se constitua o vínculo que vai possibilitar a passagem da sociedade civil ao Estado, ou melhor, a ideologia jurídica vai permitir que se estabeleça o meio de expressão no Estado, sob a forma de interesse geral, dos diversos e contraditórios interesses particulares que se chocam na sociedade civil. Tudo se passa, portanto, como se o Estado, anulando as classes sociais,

⁶⁹⁰ Naves, 1993, p. 52.

⁶⁹¹ Balibar [1976]. Sur la dictature du prolétariat. Paris, Maspero, 1976, p. 54-55 *apud* Naves, 1993, p. 52.

⁶⁹² Naves, 1993, p. 52.

anulasse com isso a própria contradição, se erigindo no lugar da não-contradição, onde se realiza o bem comum⁶⁹³.

O liame que permite a passagem da sociedade civil para o Estado é a eleição, assim como outras formas de votação a partir do Estado, tendo como consequência a atomização política dos indivíduos, agora convertidos em cidadãos, que abandonam sua vontade particular e egóica a favor da vontade geral. As eleições e a participação dos cidadãos permitiriam “a emergência de um processo de circulação das vontades políticas análogo ao processo de circulação das mercadorias”, ocorrendo “na medida em que a forma de representação fundada na equivalência entre os sujeitos-cidadãos remete ao processo do valor de troca fundado na equivalência mercantil”⁶⁹⁴.

Já havíamos afirmado que a dominação de classe ou o caráter de classe do Estado não se apresenta de forma imediata e direta, como sua emergência tem como base as relações mercantis de troca, que condicionam as determinações da liberdade e igualdade, este se apresenta como poder impessoal acima das classes sociais e de seus interesses.

A dominação de classe se transforma em poder público expressando e zelando pela liberdade e igualdade dos indivíduos como proprietários. Entretanto, a liberdade e a igualdade expressas pelo Estado e pela forma política democrática são formais à medida que emergem da circulação e dizem respeito unicamente a indivíduos, obscurecendo a existência das classes sociais e a desigualdade real e a exploração que se manifesta na produção. Contudo, se o poder político fosse exercido como poder coercivo de um indivíduo sobre o outro, no caso, do capitalista sobre o operário, “isso negaria a natureza mesma da sociedade mercantil-capitalista, tornando impossível a relação entre possuidores de mercadorias”⁶⁹⁵.

O possuidor de mercadorias não pode ser subordinado a outro possuidor, porque isso negaria a sua própria condição de proprietário de mercadoria, o que tornaria “a troca mercantil uma impossibilidade prática”⁶⁹⁶. O trabalhador livre, liberto de formas coercivas de trabalho (servidão, escravidão) e de seus meios de produção, vai livremente ao mercado e em condições de igualdade estabelece contratos com outros proprietários. É por isso que “a coerção deve aparecer como proveniente de uma pessoa abstrata e geral”⁶⁹⁷ como:

[...] coerção exercida não no interesse do indivíduo de que ela provém, [...] mas no interesse de todos os participantes das relações jurídicas. O poder de um homem

⁶⁹³ *Ibidem*, p. 53.

⁶⁹⁴ *Ibidem*.

⁶⁹⁵ Naves, 1997, p. 60.

⁶⁹⁶ *Ibidem*.

⁶⁹⁷ *Ibidem*.

sobre outro homem é exercido como poder do próprio direito, isto é, como poder objetivo e imparcial⁶⁹⁸.

Finalmente, o Estado pode se apresentar como vontade geral abstrata, limitando-se a garantidor da ordem pública e das regras jurídicas.

Feita a digressão em torno da democracia e do Estado, foi possível compreender o caráter indissolúvel da forma político-estatal democrática em relação ao modo de produção capitalista. Porém, como já vimos, os formuladores da estratégia democrático-popular não consideram a forma política democrática como expressão da dominação de classe burguesa, seja pelo fato de um conjunto de direitos políticos e sociais terem sido resultados da luta operária, seja porque, no caso específico do Brasil, o desenvolvimento capitalista por décadas conviveu com formas ditatoriais de Estado.

O que podemos contra-argumentar é que a conformação da forma política democrática não é uma derivação automática das relações capitalistas, uma vez que ela se objetivou a partir de um longo e complexo período temporal de desenvolvimento capitalista, que pode ser aferida pelas revoluções burguesas que ao desenvolverem relações capitalistas enfrentavam formas políticas pré-capitalistas, muitas vezes conciliando com elas até obter êxito na conformação de um Estado nacional à sua imagem e semelhança.

Neste sentido, se não é automática a relação ente democracia e capitalismo, ela é indissolúvel, pois é somente na sociedade capitalista que se constitui suas bases sociais na troca de equivalentes, que imprimem os ideais de liberdade, igualdade e propriedade. O que não quer dizer que os capitalistas não possam extinguir a forma democrática, por determinado período, a depender do antagonismo de classes e da necessidade de melhores condições para a reprodução capitalista, no qual regimes ditatoriais, como os fascistas e nazistas são exemplos históricos.

Por outro lado, as conquistas dos direitos políticos e trabalhistas, em que pese toda sua importância, não alteram a natureza das relações de produção capitalistas e sua forma jurídica, que são as relações de propriedade. Antes, reproduzem as condições econômicas de dominação política e da exploração econômica, ainda que possam obter melhorias materiais em alguns casos significativas, como demonstra a experiência europeia da socialdemocracia, porém, muitas vezes, são temporárias, podendo ser revertidas a depender das necessidades da acumulação de capital.

⁶⁹⁸ Evgeni Pachukanis, "Obschaia teoriia prava i marksizm", In E. Pachukanis, Izbrannye proizvedeniia po obschei teorii; prava; gosudarstva, Moscou, Izdalel'stva "Nauka", 1980, p.134. *apud* Naves, 1997, p. 61.

Com isso, não se objetiva nulificar as chamadas lutas imediatas em seu sentido econômico (salários) e político (direitos), já que a combinação dessas lutas imediatas e sua mediatização em torno de projetos históricos e societários é largamente explorada por diversos marxistas. Cabe apenas assinalar que os objetivos imediatos em seus próprios termos acabam por reproduzir e administrar as consequências da ordem capitalista, podendo estar mais próximos da produção do consentimento do que da negação da ordem.

A priorização das eleições e da ocupação do Estado, na estratégia do PT, tem como consequência alguns elementos já apontados Przeworski e por Naves, como a atomização dos indivíduos e sua desorganização enquanto classe, principalmente a perda de sua independência de classe e de seu projeto societário, ao se converterem em cidadãos, contribuindo para que os trabalhadores, não se identifiquem mais como classe, mas como indivíduos, eleitores, consumidores etc.

A eleição como o liame que permite a passagem da sociedade civil ao Estado é o foco da acumulação de forças com a base na disputa de hegemonia, e esta última, em seu significado particular articulado pelo PT, é o elemento que permitiria imprimir uma nova direção ao Estado em favor de um desenvolvimento econômico que trouxesse melhorias aos trabalhadores. Dessa forma, o Estado torna-se o horizonte das transformações sociais, neste sentido a democracia e a cidadania são cada vez mais enfatizados pela direção petista.

As formulações leninistas que consideravam que as lutas imediatas, econômicas e sindicais deveriam se elevar a um patamar político, para que não se resignassem ao economicismo e pudessem em determinado momento abolir o Estado burguês, ganham outra articulação nas resoluções partidárias. Os trabalhadores da base da CUT deveriam também superar sua condição de mero trabalhador assalariado que luta por aumentos salariais, devendo elevar-se ao nível político, porém *de cidadão*⁶⁹⁹, influenciando os rumos políticos do país, por meio das eleições.

De acordo com Naves, a lógica de subordinação da esquerda brasileira à ideologia e prática política democrática faz com que a cada derrota para a burguesia, mas principalmente “a cada derrota eleitoral – há uma correspondente aceitação do ponto de vista do adversário, por meio de uma autolimitação dos objetivos e, o que é mais decisivo ainda, por meio da concordância em se lutar dentro das regras e no campo determinados pela burguesia”⁷⁰⁰.

⁶⁹⁹ I Congresso Nacional [1991]. Almeida *et al.*, 1998, p. 482.

⁷⁰⁰ Naves, 1997, p. 58.

A esquerda brasileira teria substituído “em sua concepção teórica e em seu objetivo político, o socialismo pela democracia”⁷⁰¹, essa substituição é uma das grandes marcas da moderação estratégica dos anos 1990, que apenas adquiriu proeminência, já que a democracia sempre teve importância fundamental na estratégia petista, mas é o resultado do tensionamento dos anos 1980 entre ruptura e processualidade. Por sua vez, a luta social progressivamente foi se reduzindo em torno da “democracia como forma e a distribuição de riqueza como o seu substrato material”⁷⁰².

A temática da distribuição de riqueza, ou *da renda* mais próxima às formulações petistas, será retomada em outro tópico do texto e passaremos agora a tecer algumas considerações sobre o socialismo no PT, em verdade, sobre sua dissolução e de como esse processo se aproxima da social-democracia.

No capítulo 2 dessa dissertação, já fizemos uma análise sobre a concepção de socialismo do PT nos anos 1980, particularmente aquelas derivadas do 4º e 5º Encontro Nacional, de 1986 e 1987 respectivamente. Assim como sua concepção nos anos 1990, principalmente no 7º Encontro, de 1991, e no 1º Congresso de 1991, no capítulo 3. Não obstante, já foi apontado diversas vezes a crítica do PT, em suas resoluções, ao socialismo soviético e seu autoritarismo, sua ausência de democracia.

Na raiz desse autoritarismo estaria a tentativa coercitiva por vias administrativas de abolição do mercado e também do burocrático planejamento estatal. A solução encontrada pelo PT seria a manutenção do mercado, porém, sob um controle social e democrático, ou uma “regulamentação social do mercado”, aliado a formas plurais e combinadas de propriedade, podendo ser estatais, cooperadas, privadas, individuais.

Se, inicialmente, a manutenção da pequena propriedade se associava à necessidade de alianças com os setores médios, mas de também não repetir processos pretéritos de coletivização forçada, como da União Soviética, no período stalinista; o mercado também era visto como um dinamizador da economia e fonte de inovação, assim como os pequenos negócios seriam grandes geradores de emprego e incorporadores de mão de obra.

O PT entende que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros; diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e várias formas de controle social (sindical, popular, estatal),

⁷⁰¹ *Ibidem.*

⁷⁰² Naves, 2001, p. 1.

compreendendo que a eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo, do qual, no momento, só podemos vislumbrar as formas mais gerais.

[...] Entendemos ser essencial fortalecer o controle da sociedade civil sobre o Estado também no terreno econômico, impulsionando a socialização e a democratização do Estado e o desenvolvimento das esferas públicas no âmbito da sociedade civil⁷⁰³.

A concepção de socialismo do PT admite a existência da propriedade privada dos meios de produção e do lucro. José Genoíno, um dos principais dirigentes do partido ao longo de sua história, ilustra bem essa posição:

Pode se fazer um planejamento democrático, relacionado com o mercado [...] Na minha visão de socialismo democrático tem espaço para um mercado socialista [...] Aliás, a noção de mercado socialista tem sido amplamente discutida, no plano internacional, por teóricos como Alec Nove e outros [...] Sou a favor do mercado, mas também do controle desse mercado, articulado com um planejamento democrático. Isso partindo de uma ideia de que nessa sociedade socialista há um alto grau de consenso, de legitimidade, de plena liberdade de pensamento, de imprensa, de crítica, de representação, de participação, com uma sociedade civil pujante e dotada de mecanismos institucionalizados de fiscalização e controle [...] Eu compreendo o socialismo democrático com múltiplos sujeito, o que implica necessariamente conflitos. O grande problema é não haver explicitação de conflitos, pois isto significa que os conflitos estão sendo sufocados.

[...] Eu acredito que o lucro pode ser admitido numa sociedade socialista democrática. O economista Alec Nove diz que o problema não é o lucro em si, mas sua apropriação pelos capitalistas. Ele diz também que o lucro numa esfera microeconômica pode ser uma recompensa e um critério de eficiência.⁷⁰⁴

A proposta econômica do socialismo, baseada em uma pluralidade de propriedades, deriva do pluralismo político defendido pelo partido. Não se baseia no estabelecimento da propriedade comum dos meios de produção, mas de combinar uma parte da propriedade coletiva (cooperativa, estatal, social) com a propriedade privada. Trata-se de harmonizar as distintas formas de propriedade, que só será possível a partir de um planejamento estratégico e democrático, com o fortalecimento da sociedade civil no controle do Estado e do mercado. Como não é possível a abolição imediata e mesmo no médio prazo do mercado, o fortalecimento do Estado seria necessário para que se “exerça uma ação reguladora sobre o sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários”⁷⁰⁵.

⁷⁰³ 1º Congresso Nacional [1991]. Almeida *et al.*, 1998, p. 501.

⁷⁰⁴ Genoíno e Lopes. 1991, p. 34-37.

⁷⁰⁵ 1º Congresso Nacional [1991]. Almeida *et al.*, 1998, p. 502.

Nessa concepção de socialismo, o Estado deveria impedir “a preponderância e a centralidade do capital”⁷⁰⁶, obviamente que não o abolindo, já que o Estado sob a direção das forças democrático-populares também conta com os setores proprietários, e por ele devem ser representados, o que seria democrático, já que conformam com os outros setores a maioria nacional. O capital, ao supostamente deixar de ser o centro das relações sociais, por meio de medidas estatais, se converte em apenas mais uma parte da pluralidade social.

Assim, o princípio pluralista ou mesmo o pluralismo “inevitável”, que advoga a permanência de formas mistas de propriedade, entre elas a propriedade privada, justifica que devido à essa conformação de relações de produção e de intercâmbio (o mercado), não é possível abolir o mercado por decreto. Nessas condições, a estratégia passa a se limitar ao controle do mercado, buscando melhorias para aquelas forças sociais e compartilhando com os setores burgueses do princípio da pluralidade em uma sociedade democrática.

Já vimos que as resoluções do PT falam de um governo democrático-popular, que seria uma transição *ao* socialismo, ou seja, uma transição para outra transição. Sua ideia de socialismo está marcada pela permanência do lucro, do mercado e da propriedade privada, assim como das instituições democráticas. O socialismo petista acaba vinculado mais aos limites do que às possibilidades, como é possível depreender da ênfase nas permanências do capitalismo em uma nova sociedade do que no “novo” a partir da socialização dos meios de produção. Sobre essa questão Marx tece algumas considerações:

Por fim, imaginemos uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho. [...] O produto total da associação é um produto social, e parte desse produto serve, por sua vez, como meio de produção. Ela permanece social, mas outra parte é consumida como meios de subsistência pelos membros da associação, o que faz com que tenha de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição será diferente de acordo com o tipo peculiar do próprio organismo social de produção e o correspondente grau histórico de desenvolvimento dos produtores. Apenas para traçar um paralelo com a produção de mercadoria, suponha que a cota de cada produtor nos meios de subsistência seja determinada por seu tempo de trabalho, o qual desempenharia, portanto, um duplo papel. Sua distribuição socialmente planejada regula a correta proporção das diversas funções de trabalho de acordo com as diferentes necessidades. Por outro lado, o tempo de trabalho serve simultaneamente de medida da cota individual dos produtores no trabalho comum e, desse modo, também na parte a ser individualmente consumida do produto coletivo. As relações sociais dos homens com seus trabalhos e seus produtos de trabalho permanecem aqui transparentemente simples, tanto na produção quanto na distribuição⁷⁰⁷.

⁷⁰⁶ Idem, *ibidem*.

⁷⁰⁷ Karl Marx. *O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 153.

Trata-se de uma sociedade recém-saída do capitalismo, iniciando a transição socialista. Contudo, sua divisão social do trabalho passa por uma importante transformação, cada parte compõe o produto global, “conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho”. O tempo de trabalho serve de medida para a cota individual de consumo do produtor, nesse sentido que é “segundo seu trabalho”. A referência ainda é o valor (quantidade de trabalho humano socialmente necessário), e a comparação com a sociedade das mercadorias é apenas uma analogia, o que não parece ter sido bem compreendido por diversos socialistas, dessa forma, deve haver um cuidado para diferenciar continuidades e rupturas em uma transição socialista. O critério da equivalência ainda sobrevive na nova forma social, entretanto, o trabalho e o seu produto não se constituem mais como mercadorias, sendo assim, a distribuição do produto não adquire mais a forma do mercado.

A distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção; contudo, esta última é uma característica do próprio modo de produção. O modo de produção capitalista, por exemplo baseia-se no fato de que as condições materiais de produção estão dadas aos não trabalhadores sob a forma e propriedade do capital e de propriedade fundiária, enquanto a massa é proprietária somente da condição pessoal de produção, da força de trabalho. Estando assim distribuídos os elementos da produção, daí decorre por si mesma a atual distribuição dos meios de consumo. Se as condições materiais de produção fosse propriedade coletiva dos próprios trabalhadores, então o resultado seria uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual. O socialismo vulgar (e a partir dele, por sua vez, uma parte da democracia) herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição.⁷⁰⁸

Não existiria mais o “rodeio”, ou a forma mercadoria, que oculta a relação entre os produtores e de seu produto na forma mercantil. Há uma realocação do produto social entre as partes individuais, sem necessidade da relação mercantil. O produto global não poderia ainda ser distribuído imediatamente pelo critério do comunismo (a necessidade), para que isso ocorra ainda seria necessário que as forças produtivas se desenvolvessem até a abundância e que fosse extinta a divisão hierárquica do trabalho. Sendo assim, não é a permanência de outras formas de propriedade que estaria inviabilizando a passagem do socialismo ao comunismo, pelo contrário, para que se possa afirmar que a transição socialista se iniciou a transformação dos meios de produção em propriedade comum é um pressuposto. A permanência da propriedade privada e do mercado de que fala as resoluções do PT, não

⁷⁰⁸ Marx, 2012, p. 32-33.

significaria o bloqueio do socialismo ao comunismo, mas apenas que não se teria saído da sociedade capitalista. A justificativa de formas mistas de propriedade e permanência do mercado no socialismo não se trata exatamente de imprecisões ou confusões conceituais, mas da necessidade de a estratégia apontar um lugar para os pequenos proprietários que compõem o bloco de forças sociais. Sendo assim, não é possível livrar-se do mercado porque não se aboliu a propriedade privada de uma parcela dos meios de produção.

Apesar das resoluções indicarem a possibilidade de superação das relações mercantis, que se dariam pelo “fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico”⁷⁰⁹, o último tópico (desenvolvimento tecnológico) expressa uma já antiga questão no marxismo, e ela tem base em determinadas leituras sobre o seguinte trecho de Marx:

*Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se reproduzam no próprio seio da velha sociedade*⁷¹⁰.

Desta maneira, determinadas interpretações concluíram que a centralidade para a passagem para o socialismo estaria no desenvolvimento das forças produtivas. O não esgotamento do desenvolvimento das forças produtivas teria levado a Segunda Internacional a diagnosticar a impossibilidade da revolução socialista, já determinadas formulações da Terceira Internacional teriam conduzido a estratégia das etapas e da conciliação com a burguesia, objetivando o desenvolvimento das forças produtivas.

A ideia que o PT apresenta, nas suas resoluções, sobre a necessidade de fortalecer as formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico, é um eufemismo que reveste a velha fórmula da necessidade de “desenvolver as forças produtivas”, que significa desenvolver o capitalismo. É o capitalismo que socializou a produção e continua em níveis crescentes, em que pese a apropriação da produção continuar privada, assim como o desenvolvimento tecnológico. O que é central na tese petista é a ideia de que o capitalismo no Brasil ainda não se desenvolveu suficientemente para que gere as condições para o socialismo, para a socialização dos meios de produção.

Curiosamente, é dessa forma que o PT reproduz o etapismo do PCB, mas, também, o gradualismo da socialdemocracia. O etapismo econômico também se transforma em etapismo político, dado a necessidade da conquista da democracia e da eleição de um

⁷⁰⁹ 1º Congresso Nacional [1991]. Almeida *et al.*, 1998, p. 502.

⁷¹⁰ Marx, 1977, p. 25, grifo próprio.

governo democrático-popular para iniciar as transformações socialistas, porém, este se reverte em etapismo econômico à medida que o capitalismo brasileiro é tido como incompleto ou não desenvolvido suficientemente. Dessa maneira, ainda é necessário um desenvolvimento das forças produtivas para que se efetive a superação do capitalismo, combinando-se etapismo econômico com o gradualismo social-democrata.

A principal questão não resolvida pelo PT, e central para o socialismo, é a questão da socialização dos meios de produção e os possíveis problemas daí advindos, qual seja, a expropriação violenta dos expropriadores. Se nos anos 1980 a socialização era apenas anunciada timidamente, ficando restrita aos monopólios, essa formulação jamais ganhou qualquer aprofundamento sobre que meios seriam utilizados, até o momento em que desaparece das resoluções partidárias.

Transformando-se em um pálido controle social do mercado. A socialização dos meios de produção não poderia ser realizada mediante a expropriação violenta, pois essa ação iria de encontro à democracia defendida pelo PT e à sua compreensão sobre a incompletude do capitalismo brasileiro ou seu nível ainda insuficiente de desenvolvimento, tanto o pluralismo político e econômico, e as alianças de classes correspondentes articuladas pelo PT estariam em desacordo com a ideia de ruptura e socialização integral da economia. Essa visão, é possível porque de forma concomitante à um etapismo mal superado, baseado no desenvolvimento das forças produtivas, a compreensão sobre a forma democrática do Estado, a impede de perceber que essa forma política é garantidora prioritariamente da propriedade privada dos meios de produção e por conseguinte da manutenção da exploração sobre a classe trabalhadora.

É neste quadro que se desenvolve este etapismo *sui generis* e se fortalece a ideia de um “novo papel do Estado”, bem próximo àquele descrito por Przeworski sobre a socialdemocracia europeia, ele teria como característica o planejamento e a reorientação da economia e trataria de:

[...] fazer do Estado um instrumento de repartição cada vez mais igualitária do produto social; [...] trata-se de subordinar o combate à inflação a uma política de crescimento com distribuição de renda [...] e “compatibilizar a modernização tecnológica com as demandas populares básicas. [...]

Um projeto democrático e popular de desenvolvimento, como o nosso, confere ao Estado democrático o papel de atuar direta e indiretamente no processo de produção e distribuição de renda e de riqueza. Nossa proposta é recuperar o papel de planejamento econômico, estratégico e democrático do Estado, criando novos mecanismos de regulamentação e orientação social do mercado⁷¹¹.

⁷¹¹ 1º Congresso Nacional [1991], Almeida *et al.*, p. 514.

O papel atribuído ao Estado, no 6º Encontro de 1989, parece dotá-lo do poder de subordinar a acumulação de capital aos interesses populares. A despeito das pressões do empresariado sobre Lula. As resoluções afirmavam que era necessário “deixar claro para esses setores da sociedade que no governo Lula terão que desempenhar um novo papel, subordinando-se à prioridade de redistribuição de renda”⁷¹².

Apesar da incorporação dos elementos keynesianos e social-democratas em seu projeto de desenvolvimento, a função atribuída ao Estado se coloca na perspectiva da disputa de hegemonia. As resoluções, abordando o desenvolvimento capitalista brasileiro, indicam que “a incapacidade de o capitalismo incorporar, ainda que minimamente, milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento limita a possibilidade de a burguesia exercer sua hegemonia política na sociedade, o que inclusive seria a raiz dos frequentes golpes militares”.⁷¹³

Sendo assim, ao ocupar o Estado, e este ao promover a inclusão dos milhões “expulsos do mercado”, lhes proporcionando os “frutos do desenvolvimento”, o bloco democrático-popular poderia estabelecer sua hegemonia na sociedade, por meio da dialética “de distribuir renda para crescer, e crescer distribuindo renda”⁷¹⁴. Os 150 milhões de habitantes à época, com pouquíssimo acesso ao mercado, constituiriam “uma base excepcional” a partir da qual poderia “desenvolver um ciclo de desenvolvimento econômico”⁷¹⁵.

A ideia de uma Revolução Democrática, anunciada no 8º Encontro Nacional, de 1993, e reafirmada em encontros posteriores, articula os elementos elencados tendo como objetivo a promoção de um novo modelo de desenvolvimento, alternativo ao modelo excludente e concentrador vigente até então. Baseando-se em profundas reformas, tem sua centralidade na redistribuição de renda, na ampliação do mercado interno de massas e no combate à miséria.

O advento das políticas neoliberais no Brasil, nos anos 1990, sob os governos de Collor e FHC, teriam promovido a desnacionalização da economia, fruto da abertura comercial de vários segmentos econômicos ao mercado internacional, além de um conjunto de privatizações que atingiram setores estratégicos da economia. Esse quadro acabou por enfatizar na estratégia petista o combate ao neoliberalismo (e não o capitalismo), mediante

⁷¹² 6º Encontro Nacional [1989]. Almeida *et al.*, 1998, p. 389.

⁷¹³ 5º Encontro Nacional [1987], Almeida *et al.*, 1998, p. 320.

⁷¹⁴ 1º Congresso Nacional [1991]. Almeida *et al.*, 1998, p. 513.

⁷¹⁵ *Ibidem.*

fortalecimento da intervenção do Estado. Outra consequência, já obedecendo a lógica eleitoral que se impunha, foi a crescente necessidade de ampliação de alianças políticas – que já era afirmada nos primeiros encontros dos 1990 – para além do campo democrático-popular, buscava-se reunir uma frente antineoliberal, com possibilidades de alianças com setores do PSDB e do PMDB.

Em contraposição ao neoliberalismo e à globalização, seria reafirmado cada vez mais a Nação e o seu sujeito: o povo brasileiro. Diluindo as fronteiras entre classes e a própria independência de classe. A contraposição ao neoliberalismo ganharia a forma de um projeto nacional de desenvolvimento, que tem como corolário central a construção de um mercado interno de massas.

4.8 O mercado interno de massas

A necessidade de constituição de um mercado interno como solução para a dependência da economia brasileira, suas desigualdades sociais e até mesmo como um dos pressupostos para o socialismo no Brasil, tem raízes profundas no pensamento social brasileiro, ganha atualidade e é atualizado na estratégia democrático-popular. Ainda sob a configuração estratégica anteriormente predominante na esquerda brasileira, no universo intelectual da estratégia democrática e nacional é possível perceber a importância do mercado interno.

O sistema latifundiário mantém até nossos dias, com a máxima firmeza, o controle de nossa economia agrária. E não seria exagero asseverar que em suas mãos ainda está, de certo modo, o controle de nossa economia nacional [...]. Usando exclusivamente em seu benefício esse duplo monopólio, o da propriedade e o da renda agrária, o sistema latifundiário transfere para o povo a sobrecarga do processo espoliativo resultante da pressão baixista, sobre os preços dos produtos primários, exercida pelos trustes estrangeiros. E torna-se responsável, como intermediário e como fator, *pelo retardo e insuficiente mercado interno, pelo irrisório poder aquisitivo das populações rurais e até mesmo das populações urbanas*⁷¹⁶.

O imperialismo e o latifúndio a ele associado seriam responsáveis pelo insuficiente mercado interno brasileiro e as péssimas condições de vida das massas rurais e urbanas. Sodré reafirma essa interpretação ao mesmo tempo que vislumbra a necessidade de alianças de classe entre a burguesia e o proletariado em nome de um “progresso harmonioso”⁷¹⁷, em

⁷¹⁶ Alberto Passos Guimarães. Quatro séculos de latifúndio. São Paulo: Fulgor, 1968 (Original publicado em 1963), p. 202, grifos próprios.

⁷¹⁷ Nelson Werneck Sodré. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 32, grifos próprios. “Na medida em que o proletariado brasileiro consegue tomar consciência e

que as vantagens do desenvolvimento capitalista podem ser estendidas as várias camadas da população.

Os vínculos entre o latifúndio e o imperialismo, assim, são muito fortes, e a burguesia, em sua contradição com o monopólio da terra e com o que ele representa *como estreitamento do mercado* e obstáculo à generalização das relações capitalistas, é obrigada a considerar que atrás do latifúndio está o imperialismo e que, portanto, o latifúndio, débil quando encarado isoladamente, tem poderes que a razão pode desconhecer⁷¹⁸.

Porém, a estratégia democrático-popular guarda maior aproximação – devido ao próprio fato de considerar o Brasil como país regido por um modo de produção capitalista e não pré-capitalista como na formulação democrática e nacional –, com as formulações de Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Apesar de tratar-se de dois autores com referenciais teóricos distintos, o primeiro referenciando-se no marxismo, enquanto o segundo em formulações keynesianas adaptadas ao contexto latino-americano. É possível encontrar várias similitudes em suas elaborações, bem como a expressão ou repercussão de suas ideias na estratégia petista dos anos 1990. De acordo com André Singer (2012, p. 16), “para Celso Furtado e Caio Prado Jr., as virtualidades e empecilhos que tinha a nação para romper o ciclo vicioso do atraso estavam vinculados à existência da massa de miseráveis no país”. Para Prado Jr.:

A herança colonial brasileira ainda se faz sentir, no essencial, todos ou pelo menos seus principais efeitos. Constituímos ainda, numa perspectiva ampla e geral [...], um conglomerado humano heterogêneo e inorgânico, sem estruturação econômica adequada, e em que as atividades produtivas de grande significação e expressão não se acham devidamente entrosadas com as necessidades próprias da massa da população. E como consequência desse estado de coisas [...] vai a economia brasileira incidir no círculo vicioso a que já nos referimos: os baixos padrões e nível de vida da grande massa da população brasileira não dão margem para atividades produtivas em proporções suficientes para absorverem a força de trabalho disponível, e assegurarem com isso ocupação e recursos adequados àquela população⁷¹⁹.

As baixas condições de vida da população brasileira seriam o resultado desse não entrosamento entre as atividades produtivas e as “necessidades próprias” da população, ou da desarticulação entre organização produtiva e mercado consumidor. Essa desarticulação

organizar-se e ajuda as massas camponesas a avançar, a burguesia sente a necessidade de compor a sua força com eles, para enfrentar o imperialismo e introduzir na estrutura do país as *reformas indispensáveis ao progresso harmonioso*, não esse crescimento numérico de índices que sonega a realidade cruel mas aquele que se define pelas vantagens que são extensivas às mais amplas camadas da sociedade brasileira. De qualquer forma, *completar as tarefas peculiares à revolução burguesa*, ainda não alcançadas, no Brasil, pelas próprias características de que esta se tem revestido, é indispensável”.

⁷¹⁸ Idem, p. 350, grifos próprios.

⁷¹⁹ Prado Jr., 2014, p. 156.

seria fruto de uma herança colonial em que a produção econômica é voltada para fora, além de baseada em produtos primários.

O próprio processo de industrialização, que deveria ter o papel de superar o estatuto colonial devido a sua situação de dependência em relação ao imperialismo, se manteve restrito e subordinado ao mercado externo. A produção voltada para fora manteria um “mercado consumidor restrito”⁷²⁰, restrito ao consumo das camadas burguesas e das diminutas classes médias. Nesse sentido, se o capitalismo originário europeu priorizou a produção, no Brasil deveria priorizar “essencialmente a distribuição”⁷²¹. O lucro que é a razão de ser da iniciativa privada “não é suficiente para assegurar um desenvolvimento adequado”⁷²².

A ideia de um “desenvolvimento geral e sustentado” de Prado Jr. muito se assemelha ao novo ciclo longo desenvolvimentista da estratégia petista e também de forma muito próxima das formulações petistas, o meio para conseguir empreender um modelo de desenvolvimento que beneficie as camadas empobrecidas, passa por uma coalizão de forças populares que possa dirigir o Estado, reorientando a direção da economia para um desenvolvimento interno.

A iniciativa privada não seria abolida, mas dirigida para os interesses da população brasileira, dessa maneira a “livre” iniciativa é que seria o alvo da ação estatal. Nas palavras de Prado Jr., “o poder público” promoverá “uma distribuição mais equitativa de recursos financeiros e dos proventos e dos proventos e benefícios derivados das atividades econômicas”⁷²³, isso ocorrerá na condição de um poder público “pressionado pelo novo equilíbrio de forças”⁷²⁴ que forçará os investimentos de forma a estruturar a economia em função das necessidades da população e não exclusivamente para o lucro.

Objetivar-se-á a organização das atividades produtivas de maneira que a produção para o *mercado interno, no nível do consumo final, passe em primeiro lugar* e seja prioritariamente de bens e serviços básicos e essenciais, assim como acessíveis à massa da população. E não, como presentemente ocorre, que as atividades produtivas, orientadas unicamente pelo interesse especulativo, visem sobretudo ao atendimento da demanda de mercados externos⁷²⁵.

O quadro de que “não temos produção porque não temos consumo, e não temos consumo porque não dispomos de um nível adequado de atividades produtivas”, passaria a

⁷²⁰ *Ibidem.*

⁷²¹ *Ibidem*, p. 162.

⁷²² *Ibidem.*

⁷²³ *Ibidem*, p. 166.

⁷²⁴ *Ibidem.*

⁷²⁵ *Ibidem*, p. 167, grifos próprios.

ser alterado pela “planificação e direção gerais das atividades econômicas em que se combinarão as iniciativas e empreendimentos públicos com a iniciativa privada devidamente controlada e orientada”⁷²⁶.

Essas iniciativas visariam, em primeiro lugar, a geração de emprego e uma remuneração adequada, não se trataria de uma simples elevação da renda nacional, mas, sobretudo, sua “distribuição e repartição efetiva”⁷²⁷. A ampliação do emprego e da renda, se combinaria com o aumento das atividades produtivas articulando “atividade produtiva e mercado consumidor”, dessa maneira “a própria produção criará o seu mercado”, sendo assim, o sistema econômico se desenvolveria em suas próprias bases nacionais e em função dele mesmo, rompendo ciclo vicioso e concentrador do estatuto colonial. Para André Singer:

Aspecto interessante da contradição brasileira é que a “grande massa” empobrecida abria e fechava simultaneamente as perspectivas de desenvolvimento autônomo do país. Abria, pois se tratava de mercado interno de que raros países dispunham; mas fechava, uma vez que o padrão de consumo era tão baixo que impedia a realização daquele potencial. A miséria anulava a possibilidade de surgir um setor industrial voltado para o mercado interno. Sem ter emprego, a massa miserável tornava-se uma espécie de “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente”. Seria necessário elevar as condições de existência das camadas mais pobres, [...] para iniciar um ciclo virtuoso [...]. Ao fazê-lo, o mercado interno ampliado estimularia a criação de investimentos e empregos, rompendo finalmente o círculo vicioso anterior⁷²⁸.

Sobre as formulações de Celso Furtado, Carlos Lessa afirma que:

A chave para interpretar a obra de juventude de Furtado é pensar a industrialização voltada para dentro da economia como modo de superação do atraso. A obra da maturidade é entender como a periferia do mundo não foi capaz de reproduzir os padrões de vida social, política e cultural do centro. [...] A cronicidade da má distribuição de renda e riqueza, a desigual incorporação social, sua transposição para o interior urbano e metropolitano e a recorrência autoritária, na seqüela da industrialização, levaram Furtado a buscar noutros domínios a explicação para o atraso.⁷²⁹

A respeito de uma das principais obras do autor, Borja aponta que:

Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, busca-se apresentar esta controvérsia internacional em seus pontos mais relevantes, quais sejam: os limites do comércio exterior e da especialização produtiva na divisão internacional do trabalho como *via de desenvolvimento*; o desequilíbrio do balanço de pagamentos e sua relação com a deterioração dos termos de troca; a polarização crescente da economia mundial entre centro-periferia ou desenvolvimento-subdesenvolvimento; a dependência tecnológica e a baixa absorção de trabalhadores pelos processos

⁷²⁶ *Ibidem*, p. 165.

⁷²⁷ *Ibidem*.

⁷²⁸ Singer, 2012, p. 18.

⁷²⁹ Lessa, 2005, p. 12 *apud* Figueiredo, 2018, p. 179.

produtivos adotados, gerando a persistência de um excedente de mão de obra; e a necessidade da industrialização periférica e de seu planejamento pelo Estado⁷³⁰.

Para Furtado, o avanço tecnológico é central no desenvolvimento capitalista dos países centrais, inicialmente este permitiu aumentos de produtividade que permitiram a multiplicação do excedente, acelerando os investimentos e aumentando a escala de produção. As novas unidades produtivas destruíam as formas arcaicas de produção e liberavam uma abundante oferta de mão de obra para a indústria, o que diminuía a barganha e salários dos trabalhadores, concentrando os ganhos do aumento da produtividade nas mãos dos capitalistas.

Entretanto, a oferta de mão de obra perderia sua elasticidade – a maior parte da economia pré-capitalista já havia sido absorvida pela produção –, fazendo com que a classe trabalhadora ganhasse dinamismo na economia capitalista⁷³¹. A desproporção entre o crescimento da acumulação de capital e da oferta de mão de obra, daí a escassez relativa da última, produziria lutas que elevariam os salários, dessa forma o progresso técnico ou, os incrementos da produtividade, beneficiariam os trabalhadores não se restringindo apenas as camadas burguesas.

Por outro lado, o desenvolvimento industrial no Brasil não adquiriu essa conformação, mesmo havendo uma industrialização e diversificação do parque industrial através do processo de substituição de importações, ela não teria proporcionado o *desenvolvimento* – no sentido que os ganhos de produtividade se estendessem aos trabalhadores e as camadas empobrecidas. Para Furtado, um dos principais problemas que condicionavam o subdesenvolvimento da economia brasileira estava vinculada pelo tipo de tecnologia usada no país, que se orientava no sentido de poupar mão de obra.

[...] o modelo de desenvolvimento industrial do Brasil, que se assemelhou inicialmente ao americano, veio a parecer-se mais e mais ao europeu da primeira metade do século XIX, à medida que o próprio país se industrializava e adquiria fluidez o seu mercado de trabalho. A consequência prática de tal situação foi que os salários reais nas indústrias tenderam a permanecer estacionários no decorrer de todo o desenvolvimento subsequente. Tal tendência foi reforçada pelo tipo de tecnologia que prevaleceu em toda a primeira metade do século XX, orientada no sentido de poupar mão de obra. Encontramo-nos, assim, em face de uma situação em que convergem *uma oferta totalmente elástica de mão-de-obra e uma tecnologia que poupa mão de obra*. Ora, se os salários reais se mantiveram de maneira geral estáveis, no decorrer dos últimos decênios, o mesmo tendo ocorrido

⁷³⁰ Borja, 2013, p. 37, grifo próprio *apud* Figueiredo, 2018, p. 179.

⁷³¹ Furtado, 1964, p. 65. “Passando a oferta de mão-de-obra a depender quase exclusivamente do aumento vegetativo da população, ao mesmo tempo em que se reduz o número de horas que trabalha o indivíduo, a acumulação de capital tendeu a ser, nos países capitalistas desenvolvidos, de duas a três vezes mais rápida do que o incremento da força de trabalho. Caberia esperar, portanto, uma pressão crescente para o aumento da participação dos trabalhadores na renda social”.

na agricultura conforme indicaremos mais adiante – é que os benefícios da elevação da produtividade foram absorvidos pelos lucros⁷³².

O desenvolvimento capitalista brasileiro, diferentemente do processo originário europeu, se daria já em um contexto em que já existia um sistema capitalista mundial, tendo seu lugar na divisão internacional do trabalho já demarcado como exportador de produtos primário. Mesmo que avançasse para o desenvolvimento industrial, através da substituição de importações, este era induzido por uma demanda externa. Os meios técnicos e os meios de produção, que aqui foram instalados, eram relativos a realidades econômicas distintas, países sob outro grau de desenvolvimento distinto do brasileiro. De acordo com Guido Mantega:

[...] aqui reside, na interpretação de Furtado, o problema central do subdesenvolvimento, ao adotar tecnologias poupadoras de mão-de-obra e alta densidade de capital, adequadas às sociedades com grandes massas de capital e com oferta limitada de força de trabalho, em franco antagonismo com o baixo nível de acumulação de capital e com a abundância de mão de obra dos países atrasados. Nestas condições, a industrialização via substituição de importações emprega poucos trabalhadores, paga baixos salários e não é capaz, assim, de criar seu próprio mercado consumidor⁷³³.

O uso de meios de produção poupadores de mão de obra constituiria uma deformação estrutural na economia brasileira: “essa deformação é responsável pela lenta penetração do progresso tecnológico em nossa economia e pela escassa difusão dos frutos do aumento de produtividade”⁷³⁴. Para superar essa deformação, dever-se-ia adotar técnicas que pudessem absorver mais trabalhadores, pagando salários e ampliando o mercado consumidor. Em seu balanço sobre o processo de substituição de importações e sobre os caminhos do desenvolvimento, afirma que:

Esse caminho, muito provavelmente apontará em duas direções. A primeira é a do aumento de produtividade nas indústrias e da transferência dos frutos da maior produtividade para os setores assalariados — decorrência de um mercado mais disputado —, o que poderá permitir um crescimento mais rápido do poder aquisitivo do conjunto da população, inclusive rural. Essa maior produtividade traduzida em preços relativos mais baixos abriria às indústrias, dentro da agricultura, um mercado para aqueles produtos manufatureiros que são bens de produção neste setor. Haveria, assim, estímulo para um processo de capitalização na agricultura, do qual decorreria, necessariamente, elevação de produtividade e, provavelmente, melhoria do salário real. O processo reverteria automaticamente em benefício das indústrias, pois a elevação do salário real agrícola teria um efeito grandemente amplificado sobre a procura de produtos industriais.
[...] A segunda direção é a da transformação direta da estrutura agrária. [...] que permita racionalizar o uso dos fatores, particularmente da mão-de-obra, seria

⁷³² Furtado, 1961, p. 257 *apud* Figueiredo, 2018, p. 180, grifos da autora.

⁷³³ Guido Mantega. A economia política brasileira. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984, p. 84.

⁷³⁴ Celso Furtado. Um Projeto para o Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1968, p. 15.

possível reduzir os custos do excedente agrícola e ampliá-lo, com elevação dos salários reais dentro e fora da agricultura. Esse processo poderia traduzir-se em ampliação da procura de bens de produção, de origem industrial, pelo setor agrícola, assim como em redução dos custos industriais e dos serviços em geral, [...] ampliando nas zonas urbanas o mercado de manufaturas⁷³⁵.

Para o autor, nos dois casos acima, o caminho do desenvolvimento a ser aberto “será na direção de um uso mais racional dos fatores e de uma distribuição menos desigual da renda social”, que por fim “podemos estar seguros de que o desenvolvimento somente se realizará se criarem condições para uma participação mais ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais”⁷³⁶.

Para efetivar essas mudanças, Mantega afirma que “Furtado, prescreve a fórmula cepalina que ele ajudara a forjar, ou seja, a intervenção do Estado orientador, regulador e, sobretudo, planejador da economia, representando os interesses da maioria da população”⁷³⁷. Um outro aspecto muito interessante das formulações de Furtado, que acabam por se aproximar bastante da configuração que assumiu a estratégia democrático-popular nos anos 1990 e início dos 2000 – no que diz respeito a incorporação de teses social-democratas e desenvolvimentistas – é a maneira como o autor compreende a luta de classes no contexto de uma democracia capitalista.

Para Furtado, a luta de classes no início do desenvolvimento capitalista teria um caráter antagônico apenas no estágio primitivo do capitalismo ou subdesenvolvido, já que o excesso de mão de obra encerraria os trabalhadores a um salário de subsistência e os aumentos de produtividade se concentrariam nas mãos dos capitalistas. O que levaria ao antagonismo e choques políticos e sociais, com a massa da população excluída do desenvolvimento econômico.

Entretanto, a já referida absorção da mão de obra no contexto de um rápido crescimento do capital, inverteria a correlação de forças entre as classes, a classe trabalhadora passaria a ter crescimento na participação da renda social, competindo com os capitalistas sobre os frutos do aumento de produtividade. Esse processo demonstra que no caso de um capitalismo avançado a luta de classes passa a favorecer o trabalhador, “tornando-os praticamente sócios dos incrementos do progresso e, conseqüentemente

⁷³⁵ Furtado, 2016, [1961]. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 233-234.

⁷³⁶ *Ibidem*, p. 234.

⁷³⁷ Mantega, 1984, p. 86.

diminuindo a importância da propriedade privada dos meios de produção enquanto fonte de privilégios”⁷³⁸.

A classe trabalhadora torna-se protagonista no desenvolvimento, obrigando os capitalistas a renovarem continuamente seus métodos de produção, de maneira que acelere os incrementos de produtividade e protegendo seus lucros das reivindicações dos trabalhadores⁷³⁹. Dessa forma, percebe-se uma diluição da oposição entre as classes, e a propriedade dos meios de produção não permitiria mais a burguesia a exclusiva apropriação sobre o excedente derivado dos incrementos de produtividade. Por outro lado, os trabalhadores não viveriam mais em situação de subsistência, pelo contrário, se convertem em sócios do desenvolvimento. Nessa nova conformação, a classe trabalhadora é agora impulsionadora da dinâmica capitalista à medida que é ela que propicia o salto tecnológico – anteriormente de iniciativa dos capitalistas –, devido a isso e outras transformações os capitalistas passam para a defensiva, limitando-se a reagir à pressão trabalhista, perdendo parte de seu poder político.

A interação dessas forças (capitalistas e trabalhadores) deve-se que nesse tipo de sociedade (nas modernas democracias capitalistas) o exercício do poder tende a autolimitar-se. A classe capitalista mantém uma posição de comando através de um mecanismo que leva a sociedade a autolimitar seu consumo em benefício dos grupos minoritários, o que a põe em antagonismo com as massas trabalhadoras. Por outro lado, estas, na medida em que tomam consciência de classe e reconhecem o antagonismo com os grupos capitalistas, tentam aumentar a sua participação no produto, abrindo o caminho para as modificações estruturais que decorrerão da introdução de novas técnicas. A existência de antagonismo é assim inerente ao processo de crescimento desses tipos de sociedade. A isto se devem a divisão espontânea de alguns centros de decisão e o mecanismo de autolimitação do exercício do poder. Sendo embora uma sociedade no essencial dirigida por uma classe, a democracia capitalista tem como característica fundamental essa autolimitação no exercício do poder⁷⁴⁰.

Sendo assim, o quadro descrito acima aponta que a sociedade capitalista é baseada no antagonismo entre classes, em que a classe capitalista limitaria o consumo da classe trabalhadora, objetivando a acumulação de capital. Porém, ao tomar conhecimento do antagonismo e de seus interesses, por meio de suas lutas os trabalhadores elevam sua

⁷³⁸ *Ibidem*, p. 91.

⁷³⁹ Celso Furtado. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, p. 67. “Nas modernas democracias capitalistas [...] os centros de decisão mais significativos estão nas mãos da classe capitalista, detentora dos meios de produção. Contudo, o dinamismo dessas sociedades depende, em última instância, das aspirações e da agressividade das massas trabalhadoras cuja participação nas decisões políticas é principalmente indireta. No plano econômico, a ação das massas trabalhadoras constitui o fator primário do desenvolvimento, orientando-se as classes diferentes por uma estratégia defensiva de caráter compensatório”.

⁷⁴⁰ *Ibidem*.

participação no produto econômico e determina alterações no sistema através do progresso técnico. A elevação política e econômica dos trabalhadores altera o equilíbrio no sistema, o que faz com que se caminhe para a autolimitação do poder burguês e à própria democracia capitalista. A questão sobre se o poder dos trabalhadores não diminuiria o dos capitalistas, que aparentemente saem prejudicados de tais alterações, Mantega afirma que “não”:

Na verdade, isso não ocorre porque do ponto de vista de Furtado, os próprios capitalistas acabam se beneficiando desse processo, uma vez que a economia como um todo se torna mais produtiva (ou seja, produz uma renda maior), e o incremento da renda reverte-se num poderoso mercado de consumo, a estimular o crescimento da produção. [...] o benefício seria de ambas as classes, e o desenvolvimento seria pleno porque atingiria toda a sociedade.⁷⁴¹

Assim, o conflito de classes se metamorfoseia na junção e realização de interesses comuns entre as classes. Ao elevar e proteger seus lucros, os capitalistas promovem o conflito de classes, que resultará no aumento da produtividade, e, por conseguinte, na elevação de lucros e salários. “Ou seja, ao Estado de Bem-Estar social”⁷⁴². Neste enquadro, a luta de classes que se opera em uma “moderna democracia capitalista” é positiva, contribuindo para o desenvolvimento de “toda a nação”, a luta de classes se converte em colaboração de classes.

Finalmente, está qualificado o desenvolvimento econômico ou o tipo de capitalismo objetivado por Furtado. Trata-se das Modernas Democracias Capitalistas, vale dizer, da socialdemocracia europeia que vigora nos países capitalistas mais avançados. É este o paradigma para o qual deveriam encaminhar-se os países subdesenvolvidos da América Latina. Então, não é por causa do capitalismo que padecem os países subdesenvolvidos, mas sim por falta dele, por falta dos mecanismos que se verificam nos estádios mais desenvolvidos do capitalismo. E aqui cabe questionar se nos países capitalistas desenvolvidos, atualmente em pleno estágio monopolista, efetivamente ocorre essa comunhão de interesses interclasses apontada por Furtado e Myrdal.⁷⁴³

Guido Mantega faz importantes críticas à perspectiva de Furtado, que podemos estender ao projeto nacional de desenvolvimento do PT, devido as suas fortes semelhanças. Segundo o autor, apesar dos trabalhadores dos países centrais do capitalismo, devido a seu forte grau de organização política e econômica terem conseguido elevar seus salários, inclusive incorporando parte dos aumentos de produtividade, isso não significa que o conflito capital-trabalho tenha se extinguido. A melhoria salarial não significa um equilíbrio entre salários e lucros, a “produtividade do sistema pode estar subindo de modo a permitir

⁷⁴¹ Mantega, 1984, p. 92-93.

⁷⁴² *Ibidem*, p. 93

⁷⁴³ *Ibidem*.

essa melhoria para os trabalhadores e deixar para os capitalistas uma fatia maior ainda de trabalho não pago, [...] com a progressiva concentração de renda”⁷⁴⁴.

Isso quer dizer que apesar de em termos absolutos existir uma melhora, em termos relativos pode estar havendo um aumento da exploração, mesmo que o trabalhador possa estar consumindo mais mercadorias, assim, “basta que o aumento de produtividade de seu trabalho seja maior do que o acréscimo de seu salário”⁷⁴⁵. Se o capitalista busca permanentemente maximizar seus lucros, “ele estará permanentemente se esforçando para diminuir os salários”⁷⁴⁶.

Furtado afirma que a pressão salarial dos trabalhadores leva os capitalistas ao salto de produtividade, gerando benefícios a todos. Entretanto, Mantega questiona “mas, será que os capitalistas precisam ser acuados pelos trabalhadores para aumentar a produtividade [...]? Será que os lucros acabarão sendo maiores após um processo de transformação desencadeado pela pressão dos salários?”⁷⁴⁷.

De outra forma, relacionando com a realidade brasileira, “será que a economia de um país capitalista com abundância de mão de obra e menor pressão dos salários carece de dinamismo e até tende para a estagnação?”. E a resposta é: não.

Para o economista, as inovações tecnológicas seriam a forma mais eficiente de produzir produtos baratos e de elevar a produtividade. Ao mesmo tempo, deve-se observar que a concorrência entre os próprios capitalistas impõe a necessidade de renovação tecnológica. A dinâmica do capitalismo não poderia ser analisada apenas entre as duas classes fundamentais, mas nas relações intraclasses, nas disputas entre as distintas frações do capital. O capital encontraria melhores condições de acumulação diante de uma menor pressão por salários, pois propiciam maior lucratividade, que por conseguinte “permite elevar os investimentos, aumentar a capacidade produtiva, possibilita mais recursos para inovações tecnológicas e a elevação de mais-valia relativa, que reverte em maiores lucros, e assim por diante”⁷⁴⁸.

Entretanto, Furtado não admite a possibilidade de o capitalismo funcionar plenamente sem a pressão dos trabalhadores e, menos ainda, com salários estáveis ou em queda, uma vez que isso traria *problemas de mercado consumidor*. Contudo, essa interpretação colide com a realidade, pois o capitalismo tem funcionado satisfatoriamente com a queda relativa do consumo dos assalariados

⁷⁴⁴ Mantega, 1984, p. 94.

⁷⁴⁵ *Ibidem*.

⁷⁴⁶ *Ibidem*.

⁷⁴⁷ *Ibidem*, p. 95.

⁷⁴⁸ *Ibidem*.

de baixas rendas na composição geral da demanda, conforme se verificou em inúmeras ocasiões, inclusive no Brasil. [...]

Basta acrescentar que os Esquemas de Reprodução de Marx, do Livro II de O Capital, permitem a comprovação matemática da viabilidade de acumulação com a demanda dos assalariados apenas em lento crescimento, enquanto a demanda dos capitalistas e da classe média se encarrega de impulsionar o mercado consumidor, desde que o setor de bens de produção esteja crescendo mais rapidamente do que o setor de bens de consumo⁷⁴⁹.

Mantega critica Furtado no seu raciocínio sobre “um sistema capitalista onde a concentração de renda ou a compressão do poder aquisitivo dos assalariados leva a estagnação e inviabiliza a própria acumulação”⁷⁵⁰. Importante lembrar que a crise brasileira e a estagnação da economia nas resoluções analisadas também guardam relação com essa base explicativa, e é por causa desse raciocínio que Furtado vê comunhão entre lucros e salários. Isso ocorreria caso o capitalismo estivesse voltado para o consumo dos trabalhadores, e a satisfação de suas necessidades. Porém:

Está voltado para a acumulação de capital, para a produção pela produção; e o consumo dos trabalhadores sem deixar de ser importante e necessário para a realização de parte da mais-valia, está atrelado ao objetivo central desse modo de produção.

Pode parecer irracional ou absurdo que um sistema econômico produza máquinas para produzir mais máquinas, ou que oriente toda a sua produção para ampliar sistematicamente sua produção futura, de modo a aumentar permanentemente sua massa de capital acumulado. Acontece que o sistema efetivamente possui forte dose de irracionalidade e de contradições, especialmente quando se tem em mente os interesses de toda a sociedade, que vão se ampliando à medida que ele atinge suas fases mais avançadas de desenvolvimento. O fato é que a acumulação de capital não precisa da expansão vigorosa do consumo dos assalariados de baixas rendas, e até funciona melhor com a sistemática elevação da taxa de mais-valia, o que implica menor capacidade de consumo de cada trabalhador em separado. Então, não há qualquer comunhão de interesses, no modo de produção especificamente capitalista entre o capital e o trabalho, uma vez que lucros e salários opõem-se frontalmente e são inversamente proporcionais⁷⁵¹.

Na análise das formulações de Prado Jr. e Furtado foi possível perceber que para a superação do atraso, do subdesenvolvimento ou da dependência, seria necessário um conjunto de fatores a serem efetivados, basicamente: realizar a articulação entre a produção e o mercado interno, estabelecendo bases nacionais (e no interesse nacional) para a acumulação capitalista; uso de meios de produção com tecnologia que pudessem gerar mais empregos, em vez de poupar mão de obra; Estado nacional dirigido por uma coalizão de forças populares, como entidade internalizadora do centro de decisões e, de planificação e

⁷⁴⁹ *Ibidem*, p. 96.

⁷⁵⁰ *Ibidem*, p. 101.

⁷⁵¹ *Ibidem*, p. 101-102.

orientação econômica; distribuição da renda em favor do assalariados, elevando seus padrões de vida.

Para os dois autores, o capitalismo não é o responsável pelas mazelas sociais, mas antes sua incompletude que impede que os frutos do progresso, supostamente intrínsecos ao capitalismo, chegue aos trabalhadores e as massas empobrecidas.

Acreditamos que a estratégia democrático-popular em torno de um plano nacional de desenvolvimento e de um mercado interno de massas, assume no essencial as mesmas propostas do nacional-desenvolvimentismo e da socialdemocracia, ao mesmo tempo que porta as mesmas consequências políticas – a colaboração entre as classes sociais.

A superação da estratégia democrático-nacional do PCB, é apenas parcial, não considerando mais a necessidade de uma etapa burguesa que substitua o semifeudalismo brasileiro. Em seu lugar, há um desenvolvimento capitalista com distribuição de renda que suplante as desigualdades e o capitalismo dependente, superando sua incompletude. As tarefas democráticas e nacionais antilatifundiárias e anti-imperialistas do PCB se converteram em tarefas populares na formulação democrático-popular do PT, sendo levadas a cabo pelo proletariado e demais forças populares assumiriam um outro conteúdo, agora “popular”, que se chocaria com as estruturas do capitalismo dependente, abrindo caminho para uma transição ao socialismo.

Porém, as tarefas populares se reconvertem em tarefas democráticas e nacionais nos anos 1990, sem deixarem de ser populares, já que o povo continua a ser o sujeito da nação brasileira. Anteriormente, a etapa democrático burguesa e suas tarefas que eram tomadas como uma “necessidade” pelo PCB, passa “ao lugar de ausência ou incompletude”⁷⁵². Posteriormente, traduzidas pelo PT como tarefas não realizadas pela burguesia, estas se “metamorfosar-se-iam em um processo de desenvolvimento e democratização”⁷⁵³. Essas tarefas buscariam “suprir determinadas incompletudes legadas pela ausência de revolução burguesa, assim como pelas insuficiências do capitalismo brasileiro”⁷⁵⁴, mas o que ocorre é uma absorção da burguesia ou do capital produtivo nessas tarefas, agora consideradas como eixos com conteúdo nacional, democrático e popular, selando a aliança entre classes almejada pelo PCB em boa parte de sua história. Mas que somente foi realizada pelo PT, em um verdadeiro retorno ao reprimido – já que a aliança com a burguesia era rejeitada pelo PT, e, assim, se diferenciava da estratégia pecebista.

⁷⁵² Figueiredo, 2014, p. 312.

⁷⁵³ *Ibidem.*

⁷⁵⁴ *Ibidem.*

Nos 10º e 11º Encontros nacionais, é reafirmado a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento que recuperaria a capacidade do PT em disputar a hegemonia na sociedade. Esse projeto articula três eixos: o nacional, o social e o democrático. A articulação dos eixos promoveria alterações no sentido de democratizar a sociedade, reformando seu sistema político, ampliando a cidadania e os direitos humanos – através de um Estado de Direito – além de mecanismo de controle do Estado e de abertura à participação política. A retomada do crescimento econômico permitiria geração de empregos e a distribuição de renda; enfrentaria o problema da exclusão social da maioria da população; medidas de defesa do emprego e do salário e de redução dos juros, impediriam a recessão e daria estabilidade a economia. A “defesa dos salários” se daria por uma “política salarial negociada” e “gradual e permanente”, elevando a renda dos trabalhadores, principalmente em relação ao salário mínimo, induzindo o consumo de massas.

A defesa da nação exige uma nova política econômica e uma aliança social mais ampla, orientada para um projeto nacional de desenvolvimento baseado no investimento produtivo e na valorização do trabalho⁷⁵⁵.

A articulação entre produção e consumo permitirá a formação ou o fortalecimento do almejado mercado interno de consumo de massas, que estabelecerá o seu dinamismo em bases econômicas internas e não externas. Dessa forma, a pujança econômica interna, com base no fortalecimento da demanda, é o que viabilizaria a inserção soberana internacional do Brasil. Dotado de soberania econômica e política, o Brasil se constituiria como *player* global, estabelecendo alianças com países pobres e/ou emergentes, como Rússia, China e África do Sul, e lutaria por uma ordem internacional mais justa e democrática – assim a tarefa anti-imperialista se transforma no objetivo de uma nova ordem mundial multipolar.

A socialização dos meios de produção é definitivamente abandonada nos anos 1990. Aproximando-se das formulações social-democratas que Przeworski expunha, em vez da socialização ou nacionalização dos meios de produção, teríamos a “nacionalização do consumo” através de um mercado interno de massas, mesma posição de Celso Furtado, que acredita que a maior participação dos trabalhadores na renda nacional acaba por relativizar o caráter concentrador e excludente da propriedade privada, assim como o poder político dos capitalistas.

A ideia do mercado interno, insuficiente e estrangulado, compõe em larga medida a percepção sobre o capitalismo brasileiro e se expressa na estratégia política. O mercado

⁷⁵⁵ 10º Encontro Nacional [1995]. Almeida *et al.*, 1998, p. 619.

restrito seria um obstáculo do desenvolvimento e condicionante da dependência: “o subconsumo e o mercado restrito desembocam em uma perspectiva da não incorporação das massas pelo mercado”⁷⁵⁶. Figueiredo expõe da seguinte forma a compreensão da formulação democrático-popular:

Parte-se do princípio de que não haveria expansão se não houvesse distribuição de renda e, por conseguinte, de que a vida da população se encontraria lanceada pela impossibilidade de consumir. [...] o mercado é tomado na perspectiva de realização das mercadorias, ampliando a produção a partir da criação de demanda. É como se este tratasse da oferta – e, para seu equilíbrio, da demanda – de bens e não da produção de relações de assalariamento e de necessidades de consumo. É como se um mercado de consumo nacional fosse, por si mesmo, uma forma de planificação da economia de mercado. De base circulacionista, esta percepção resulta na perspectiva do mercado interno truncado, onde grandes massas estariam excluídas da possibilidade de consumir. O remédio? Ampliação da produção, do mercado de consumo e do mercado de trabalho. O desenvolvimento pela *via* do mercado, segundo afirma-se, baratearia os preços dos produtos e, por sua vez, o valor da própria força de trabalho. O capitalismo se veria, pela demanda, enfim desobstruído⁷⁵⁷.

Se a exclusão das classes trabalhadoras e das massas da política era dada pelos acordos pelo alto, a exclusão econômica se dava pela baixa distribuição de renda e pelo insuficiente desenvolvimento do mercado interno.

O povo, portanto, estaria excluído das duas dimensões fundamentais da suposta igualdade *formal* capitalista. O problema, aqui, está em que perceber o enquadramento do democrático-burguês em déficit. Sem a igualdade *formal* para se desenvolver o capitalismo manteria, permanentemente, um funcionamento —ao avessol. Não realizados, revolução burguesa e desenvolvimento para todos, a ampliação da política a partir da democratização e o alargamento do mercado interno de consumo de massas – que reverteria o próprio caráter *desigual* da economia brasileira – se veriam pendentes. Completudes do capitalismo, que, elas próprias, não guardariam expectativas em relação à burguesia: seriam tarefas a serem realizadas por trabalhadores na *estratégia democrática e popular*.⁷⁵⁸

Porém, como já vimos, a estratégia petista passa a guardar grandes expectativas em relação à burguesia – nacional e produtiva, claro. Rejeitado o socialismo, o PT aposta como a socialdemocracia européia, em um governo dirigido por socialistas democráticos, que teria a vantagem de ser democrático, ao contrário dos soviéticos, e de orientar, através de um planejamento democrático, o mercado – imbuído de suas virtualidades e criatividade, ao contrário do planejamento burocrático socialista –, e o capital produtivo em benefício dos trabalhadores, mas não apenas destes, mas da nação como um todo. Dessa forma, se combinariam aspectos “positivos” do socialismo e do capitalismo, de um lado o

⁷⁵⁶ Figueiredo, 2018, p. 312.

⁷⁵⁷ *Ibidem*, p. 312-313.

⁷⁵⁸ *Ibidem*, p. 313, grifos próprios.

planejamento econômico que imporá uma racionalidade ao capitalismo alocando recursos e regulando socialmente o mercado, de outro lado, a manutenção do mercado e seu caráter criativo e dinâmico que impediria a estagnação econômica registrada na economia soviética.

A ideia de um “novo contrato social” na sociedade brasileira entre capital produtivo e a classe trabalhadora, que o PT anuncia no 12º Encontro de 2001, formaliza o verdadeiro conteúdo dos encontros anteriores, que é a aliança entre capital e trabalho. Entretanto, o verdadeiro contrato social já existe socialmente, não necessita de um Estado dirigido por uma correlação de forças populares, ele se realiza na esfera da circulação entre compradores e vendedores de força de trabalho, já plenamente dotados de liberdade e igualdade, ainda que não apareça assim para os formuladores democrático-populares.

A ideia de um novo contrato social, baseado na aliança entre capital e trabalho, tem como objetivo um novo modelo econômico que possa permitir a repartição dos frutos do desenvolvimento, para trabalhadores e as amplas camadas empobrecidas, além de um Estado de Direito que possa generalizar a cidadania no país. Contudo, essa proposta carrega algumas contradições e consequências. Entre as principais podemos a diluição da organização e da identificação dos trabalhadores enquanto classe. Se inicialmente, a aliança com os setores médios já dificultava a socialização dos meios de produção, a aliança com o capital produtivo a extingue de vez.

Como na experiência socialdemocrata, os trabalhadores se convertem em eleitores, cidadãos, contribuintes e consumidores, condições comuns às demais classes, que acaba por dissolver as fronteiras entre classes. Assim como, a aliança entre capital-trabalho promove a dissolução do antagonismo entre classes, à medida que a classe trabalhadora se converte em sócia do desenvolvimento, e assim como “todos”, deseja o crescimento econômico que garantirá uma melhor distribuição da riqueza. O conflito de classes se transforma em colaboração e os interesses de classe antes antagônicos, devido a função que cada classe ocupa na produção, são agora complementares, “unindo esforços” por um objetivo comum.

Entretanto, da mesma forma que na experiência europeia, a justificativa da participação em um governo se ancorava no objetivo de trazer melhorias aos trabalhadores, estes objetivos só podem ser alcançados com o crescimento econômico. Dessa forma, o objetivo de implantar reformas que melhorem as condições de vida dos trabalhadores são rapidamente deslocadas para o objetivo de promover o crescimento econômico. O que implica uma prioridade para a iniciativa dos capitalistas, pois deles dependem os investimentos e a expansão que coloquem o ciclo econômico em movimento. Neste sentido, todos os esforços do Estado se dirigem a promover as melhores condições possíveis para o

crescimento econômico. Um elemento que fica oculto e o principal é que o crescimento econômico ocorre à medida que se realiza um aumento da exploração sobre a classe trabalhadora, a necessidade de extrair um volume maior de mais-valia dos trabalhadores. Mas, como é possível perceber, a essa altura, a noção de exploração não comparece mais na estratégia petista.

Reféns do crescimento econômico, os trabalhadores ficam em compasso de espera, aguardando as benesses que só poderão se apropriar após o crescimento do capital, e pior, como “sócios” do desenvolvimento, apoiam a necessidade do crescimento em que sua própria exploração é peça-chave. Assim como a social-democracia europeia, o bloco democrático-popular tenta combater as consequências do capitalismo fortalecendo suas causas, em um ciclo vicioso, que se apresenta como virtuoso. Perfeitamente coerente com a visão de que as condições de pauperidade e baixos salários existentes no Brasil, não se devem ao capitalismo, mas à sua insuficiência.

Por fim, em relação à condução do governo por um bloco democrático-popular, é necessário apontar que não apenas benefícios seriam possíveis no novo modelo econômico, o Estado também teria que lidar com as crises econômicas, que geralmente impõem duras condições aos trabalhadores. Dessa forma comumente são usados expedientes de contenção e repressão sobre os trabalhadores.

A aliança dos trabalhadores com os “empresários de qualquer porte”, inscrita no 12º Encontro, finalmente autorizava a aliança dos trabalhadores com a burguesia, que se oficializará nas eleições de 2002, entre Lula e o empresário industrial, José de Alencar (Partido Liberal). A coligação sairá vencedora do pleito eleitoral no segundo turno, Lula obteve 61,27% dos votos, contra 38,73% de José Serra (PSDB), dando início a 14 anos de governos petistas no executivo federal. Até o 12º Encontro, o setor do capital, vinculado à especulação financeira, estava excluído do projeto de desenvolvimento petista. Entretanto, durante a campanha, as críticas a esse setor são relativizadas.

4.9 A hegemonia da pequena burguesia

Diferentemente da social-democracia, o PT não conseguiu obter as melhorias que a experiência europeia conquistou. Em vez de uma maior tributação, houve isenção fiscal, no lugar de mais direitos, o governo inaugura a reforma da previdência, retirando direitos dos trabalhadores, os próprios juros que beneficiavam a especulação, anteriormente alvos da formulação petista, se mantiveram em patamares elevados. Não é nossa intenção fazer um

balanço dos governos petistas, mas apenas mostrar a distância entre o prometido “novo modelo de desenvolvimento [que] subordinará a dinâmica econômica aos objetivos e as prioridades macrossociais” e a realidade que se apresentou.

As metamorfoses que se operaram na estratégia do PT, até a eleição de Lula, guardam correspondência com as mudanças no mundo do trabalho, mas também com as mudanças no partido e no seu próprio caráter de classe. De acordo com Iasi:

Sua composição social, o caráter de seu programa inicialmente afirmado e sua relação orgânica com o movimento vivo da classe trabalhadora não garante ao PT, de forma imutável, seu caráter de classe. Primeiro, pelo fato de que os diferentes estratos das classes em luta sofrem mudanças; segundo, porque não apenas a composição de classe pode se alterar durante a vida de um partido, como também o horizonte geral de suas afirmações.

As mudanças gerais observadas nas resoluções partidárias, no sentido de uma clara inflexão moderada, correspondem a uma reorientação profunda na forma de organização do partido (substituição do processo de democracia pelas formas de democracia representativa, fechamento dos espaços democráticos de dissenso, burocratização e relativização do poder das instâncias partidárias substituídas por espaços de poder paralelo etc.) e em sua ação política, processo que se acelerou com a conquista da Presidência em 2002, mas que pode ser identificado em germinação muito tempo antes. A questão central, portanto, é: houve uma alteração do caráter de classe do partido, ou, mais precisamente, seus membros, dirigentes e quadros mudaram de classe social e as formulações e horizontes estratégicos já refletem interesses de outra classe que não os trabalhadores?⁷⁵⁹

Da mesma maneira que a configuração inicial do PT expressava determinado “momento da constituição da classe trabalhadora” a “inflexão moderada, ainda que inicialmente respaldada por esta mesma classe, agora em um momento de defensiva, já revela um trânsito em direção ao projeto de outra classe social”⁷⁶⁰.

Francisco de Oliveira acredita que após a trajetória de duas décadas uma “nova classe social” teria emergido. A eclosão dos movimentos sindicais que deram origem ao PT entrara em franca regressão; a reestruturação produtiva teria abalado a força social e a força política, “dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe”⁷⁶¹.

O resultado dessas transformações é que “as capas mais altas do antigo proletariado”⁷⁶² teria se transformado em “analistas simbólicos”, no caso, em administradores de fundos de pensão, além de fazerem parte de conselhos como o do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), enquanto representante dos trabalhadores, da mesma maneira no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os

⁷⁵⁹ Iasi, 2006, p. 551.

⁷⁶⁰ *Ibidem*, p. 552.

⁷⁶¹ Francisco de Oliveira. *Crítica à razão dualista/O ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 145.

⁷⁶² *Ibidem*, p. 146.

representantes tornam-se operadores da rentabilidade destes fundos, logo seus interesses “passam a se confundir com aqueles que podem determinar ou não esta rentabilidade, ou seja, diretamente os interesses do capital”⁷⁶³.

O mecanismo que permite o acesso a estes postos são as estruturas sindicais, principalmente suas centrais. Este quadro, de acordo com Oliveira, explicaria as “recentes” convergências entre PT e PSDB, “o aparente paradoxo de que o governo Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o”⁷⁶⁴.

[...] não se trata de equívoco nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do “mapa da mina”.

A nova classe não se conforma pela apropriação de lucros do setor privado, “mas de controlar o lugar onde se forma parte destes lucros”⁷⁶⁵, no caso, os fundos públicos. Iasi acredita que Oliveira, ao considerar o setor dirigente do PT, como uma nova classe social, atribui uma importância e dimensão que este não possui. A ocupação de cargos em fundos de pensão e de técnicos e economistas no mercado financeiro não garantem uma localização na divisão social do trabalho, que permita considerar estes setores como uma nova classe. O que não quer dizer que setores dirigentes do PT não tenham passado por uma mudança de classe social, que, no entanto, não diz respeito à transformação em burgueses ou em uma “nova classe social”, mas uma já antiga: a pequena burguesia.

Trata-se de um projeto que acredita estar acima de tudo isto, pairando na neutralidade edificante da “nação”. Trata-se de um pequeno setor social espremido entre o capital e o trabalho e que teme a colisão das classes, exatamente por estar no meio dela. Trata-se de um setor social que gostaria de diluir o antagonismo de classes para finalmente resolver sua incapacidade crônica em superar sua heterogeneidade (que uma vez projetada defensivamente para fora da sociedade a vê como “pluralista”) e falta de absoluta coerência, o que a obriga sempre a oscilar entre a defesa da ordem do capital ou, quando em perigo, radicalizar-se nos braços do povo. Trata-se de nossa boa e velha pequena burguesia⁷⁶⁶.

Marx, em seu “O18 Brumário de Luís Bonaparte”, descreve como a expressão política pequeno-burguesa é a fonte originária da “socialdemocracia”, denominação que seria retomada pela Segunda Internacional em fins do século XIX e início do XX. Vejamos:

⁷⁶³ Iasi, 2006, p. 552.

⁷⁶⁴ Oliveira, p. 147.

⁷⁶⁵ *Ibidem*, p. 149.

⁷⁶⁶ Iasi, 2006, p. 555.

Contra a burguesia coligada fora formada uma coalizão de pequenos burgueses e operários, o chamado partido socialdemocrata. A pequena burguesia percebeu que tinha sido mal recompensada depois das jornadas de junho de 1848, que seus interesses materiais corriam perigo e que as garantias democráticas que deviam assegurar a efetivação desses interesses estavam sendo questionadas pela contra-revolução. Em vista disto aliara-se aos operários [...]. Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim surgia a socialdemocracia. [...] O caráter peculiar da socialdemocracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com os dois extremos, o capital e o trabalho assalariado, mas a de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia⁷⁶⁷.

Marx acrescenta que não se pode considerar que a pequena burguesia pretende “impor um interesse de classe egoísta”, pelo contrário, não sendo uma classe propriamente dita uma de suas principais características é acreditar que: “as condições *especiais* para sua emancipação são as condições *gerais* sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes”⁷⁶⁸. Marx afirma que a pequena burguesia não pode ser tomada como o conjunto dos lojistas (*shopkeepers*) já que significativas parcelas deles estão distantes “como o céu da terra” dos comerciantes. Dessa forma, indicando que uma classe social não pode ser definida apenas pela sua posição na produção em uma determinada divisão social do trabalho. Para ele, o que tornaria certas pessoas “representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida”, e dessa maneira seriam “impelidos teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia”⁷⁶⁹. Este fato expressa, “em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam”⁷⁷⁰.

[...] o democrata, por representar a pequena burguesia, ou seja, uma *classe de transição*, na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, *imagina estar acima dos antagonismos de classes em geral*. Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada, mas eles, *com todo o resto da nação, constituem o povo*. O que eles representam é o direito do povo; o que interessa a eles é o interesse do povo. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e as posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiadamente

⁷⁶⁷ Marx. O18 Brumário de Luís Bonaparte. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, [s/d]. v. 1., p. 226-227.

⁷⁶⁸ *Ibidem*, p. 227

⁷⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁷⁰ *Ibidem*.

crítica. Têm apenas que dar o sinal e o povo, com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os opressores⁷⁷¹.

A descrição da pequena burguesia, elaborada por Marx, possui grande aproximação com o conjunto de transformações por que passou a estratégia democrático-popular. A quebra do aspecto revolucionário das reivindicações proletárias, transformando-as em democráticas, dando-lhes uma “feição democrática”, e, simultaneamente, apresentando as reivindicações democráticas da pequena burguesia como “socialistas”, nos parecem apreender o complexo processo que levou a inflexão moderada da estratégia petista.

Para uma melhor compreensão da emergência desse fenômeno, é preciso analisar como um partido inequivocamente surgido da classe trabalhadora, saindo dessa mesma classe a maioria de seus dirigentes e militantes passou a adotar as posições políticas típicas da pequena burguesia. Cabe salientar que a origem de classe de um partido não garante o seu caráter permanente de classe e nem seu objetivo societário socialista. Por um lado, um conjunto de indivíduos deixaram de pertencer a classe trabalhadora, em que pese terem se originado dessa classe, não se encontram mais nessa posição. Por outro, é possível que uma classe “sem deixar de ser trabalhadora, ser hegemonizada por uma orientação pequeno burguesa”⁷⁷². Mas, de que forma teria ocorrido a passagem de uma hegemonia proletária no partido, para uma hegemonia pequeno burguesa?

Já analisamos na trajetória do PT o momento em que o partido passa por um refluxo de suas lutas diante do capital, a partir de meados do 1980, aprofundando-se nos 1990. Ao longo desse processo, constituiu-se um setor – resultado do próprio movimento da classe que construía seu instrumento político –, que teria um peso muito mais relevante que aquele que assumia posições nos fundos de pensão, é um setor social que inclusive explica o mecanismo que permite determinados indivíduos alçarem aqueles postos, mas também outras funções e cargos de poder. Sendo assim, a “base social do influxo moderado do PT, e que torna possível a prevalência de um horizonte pequeno burguês no projeto deste partido, está na burocracia partidária e sindical formada neste processo”⁷⁷³.

Foi possível verificar, à medida que as resoluções se convertiam cada vez mais para um caráter moderado, que se acompanhava uma importante transformação no perfil de determinado setor, que apesar de se originar da classe trabalhadora, passa a se distanciar e

⁷⁷¹ *Ibidem*, p. 229, grifos próprios.

⁷⁷² Iasi, 2006, p. 558.

⁷⁷³ *Ibidem*, p. 559.

autonomizar-se desta última. A burocracia “não tem autonomia social ou econômica”⁷⁷⁴ e não é uma classe, pelo contrário, extrai das diversas classes sociais seus quadros, seu poder está baseado não na posse de uma propriedade, mas no controle de determinados postos de poder que se expressam de forma camuflada, à medida que a burocracia se apresenta como “detentora de funções especiais, dissimulando a característica de ser um grupo social privilegiado”⁷⁷⁵.

Distante do caso soviético analisado por Trotsky, em que essa camada se apropriava de extensa parte da renda nacional por ter o controle do aparelho produtivo do país, no caso do PT, se refere aos postos partidários e da máquina sindical que propiciam condições para a conquista de “espaços privilegiados no parlamento ou nas administrações da ordem institucional burguesa (o que certas pessoas insistem em chamar de “sociedade civil”)⁷⁷⁶, da mesma forma em níveis superiores da estrutura partidária e da central sindical que administram volumosos recursos financeiros.

O objetivo dessa camada burocrática não é se converter em capitalistas – ainda que ocupantes de cargos em fundos de pensão possam se tornar sócios de determinados negócios capitalistas –, até mesmo porque o pertencimento a essa classe não é uma questão de vontade. Seu objetivo é a conquista de postos de poder que possam lhes fornecer condições para a conquista de espaço no âmbito da representação política, tanto administrativo como parlamentar.

A simples participação nestes espaços, dispostos hierarquicamente em níveis crescentes de importância e poder, já permite ao ocupante se diferenciar de sua classe de origem [...], desde o nível do rendimento até o acesso e oportunidades vedadas aos membros da classe trabalhadora, sem falar da conquista de status e poder. [...] a inter-relação das máquinas partidária e sindical com os espaços institucionais preenchidos no Estado em todos os seus níveis possibilita uma invejável “garantia de emprego” aos membros desta camada e forma os degraus práticos que acabam por constituir uma verdadeira “carreira” das mais estáveis. Esta camada que se distancia da classe trabalhadora e vê seu espaço de ascensão obstaculizado pelo capital monopolizado teve que se contentar com seu caráter pequeno burguês, o que não significa que seus benefícios econômicos e privilégios políticos sejam pequenos. O processo de inflexão moderada coincide com o amadurecimento desta camada, por isso não nos estranha a correlação precisa entre a lenta transformação da consciência expressa nas formulações partidárias ir assumindo os contornos de um projeto democrático pequeno burguês, ou “popular”, se preferirem.⁷⁷⁷

⁷⁷⁴ Trotsky, 1963, p. 603 *apud* Iasi, 2006, p. 559.

⁷⁷⁵ Iasi, 2006, p. 560.

⁷⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷⁷ *Ibidem*, p. 561.

Como já havíamos analisado anteriormente, os encontros partidários se tornaram lócus de intensa disputa em torno de cargos partidários e de possibilidades de candidaturas para cargos eletivos, assim como disputa de cargos em gabinetes parlamentares. Distante se tornou os antigos debates sobre a formação social brasileira e a melhor estratégia para o socialismo. A dinâmica da camada burocrática acabou por envolver quase que completamente a chamada base militante (de onde se originou), sendo que raramente podia-se encontrar militantes nas “atividades orgânicas” do partido que não fossem liberados financeiramente ou profissionalizados. A classe trabalhadora passa a não ter mais acesso direto aquele espaço “sem um complicado trajeto institucional no qual tem que se converter e um membro da burocracia, foi convertida em ‘base social’ e atua em relação ao partido cada vez mais de maneira ‘esporádica e fluida’ e definitivamente de forma ‘indireta’”⁷⁷⁸.

A criatura se afasta do seu criador, voltando-se a ele de forma cada vez mais estranhada. Tendo como desfecho inicial do tensionamento dual da estratégia dos anos 1980, um “socialismo democrático”, no início da década de 1990, que significou a vitória de uma opção processualista, sobre uma rupturista de transformação social. Progressivamente caminhou para um projeto nacional de desenvolvimento em que o projeto político passa a pairar sobre as classes sociais, buscando eliminar antagonismos de classe e harmonizá-los no corpo da nação.

Apesar de destacarmos a diluição do conflito de classes e da própria organização da classe trabalhadora enquanto classe, em torno de um projeto nacional de desenvolvimento e um mercado interno de consumo de massas, acreditamos que não é a formulação do projeto desenvolvimentista que gerou essa diluição e conciliação. Pelo contrário, o projeto desenvolvimentista e de conciliação, a nosso ver, é expressão e a forma de resposta em relação às próprias derrotas da classe trabalhadora ao final dos anos 1980 – seja com a derrocada do bloco socialista, seja com as derrotas operadas pela reestruturação produtiva –, e também da direção que o êxito eleitoral petista tomou. Dessa maneira, os elementos que propiciaram o refluxo de lutas dos trabalhadores é que contribuíram para a desorganização da classe, e esta acaba por constituir as condições para que o projeto desenvolvimentista combinado com elementos social-democratas, que já existiam em germe na estratégia, pudesse finalmente ganhar proeminência e consolidação.

⁷⁷⁸ *Ibidem*, p. 562.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa analisou os elementos teóricos e políticos constituintes da estratégia democrático-popular do Partido dos Trabalhadores, assim como de seu desenvolvimento e suas metamorfoses do período que vai de 1980 até 2002. Também, buscou, a partir da análise bibliográfica de um conjunto de autores do pensamento marxista e do pensamento social brasileiro e da análise documental das resoluções dos encontros do PT, inventariar os elementos que nos permitisse uma maior aproximação e apreensão de nosso objeto de pesquisa e que ao mesmo tempo pudesse nos fornecer possíveis respostas a nosso problema de pesquisa, que é compreender as possíveis condicionantes que teriam levado a estratégia democrático-popular, inicialmente erigido pelo socialismo como objetivo estratégico e rejeitando alianças com a burguesia., em seu contrário, um projeto nacional de desenvolvimento capitalista em aliança com a burguesia.

Acreditamos que um dos principais componentes dessa resposta que se desdobram em várias outras é que o PT não conseguiu desenvolver uma formulação estável que pudesse definir de forma específica o caráter da revolução no Brasil. A estratégia permaneceu em uma certa indefinição se a natureza das transformações sociais estava vinculada à revolução burguesa ou à revolução socialista.

Apesar de considerar a formação social brasileira como capitalista e o objetivo estratégico ser socialista, a leitura da formação social também alegava certas incompletudes na mesma, que determinaria uma dupla exclusão: política e econômica. A política diz respeito à exclusão das massas populares das decisões políticas e de sua participação no Estado, enquanto a econômica refere-se a um desenvolvimento capitalista que proporcionou um modelo excludente e concentrador de renda.

A maneira inicial de solução desse dilema era a articulação de tarefas típicas da revolução burguesa, quais sejam, tarefas anti-imperialistas e antilatifundiárias. Na nova estratégia, estas ganhariam um conteúdo distinto, já que seriam encabeçadas pelo proletariado e setores populares, mas não pela burguesia. Essas lutas, desenvolvendo-se sob um governo democrático-popular (a ser eleito), se chocariam com o Estado, levando a uma ruptura revolucionária. Se aproximando das formulações de Florestan Fernandes, tratava-se de lutas no interior da ordem que se converteriam em lutas contra a ordem.

Entretanto, o diagnóstico de que não haveria condições para a construção do socialismo no Brasil acaba por dar prioridade às tarefas democrático-populares e à conquista de um governo democrático-popular. Dessa maneira, apesar de rejeitar o etapismo do PCB,

o PT acaba criando um novo etapismo: a conquista da democracia (democratização e eleição de um governo democrático e popular) e uma maior distribuição de renda e ampliação do consumo dos trabalhadores, como momentos prévios e necessários para o socialismo.

Assim, acaba por reproduzir a lógica da estratégia democrática e nacional do PCB. Contudo, não por uma teleologia das etapas, da sucessão de modos de produção, mas a partir de um movimento progressivo e por uma revolução processual.

A base dessa formulação está alicerçada na compreensão sobre o capitalismo brasileiro, entendido como desigual ou incompleto, o que condiciona uma visão sobre a incompletude da revolução burguesa. Essas incompletudes têm como substrato o déficit histórico político e econômico a que já nos referimos. Parte-se da ideia de que o desenvolvimento capitalista brasileiro ocorreu divorciado das virtualidades da revolução burguesa clássica.

Aqui, não se teria realizado a reforma agrária, o sufrágio não se estabilizou e nem os trabalhadores puderam ver seus salários e condições de vida elevados. Basicamente, o país não pôde se beneficiar das virtualidades que a revolução burguesa proporcionou nos países centrais do capitalismo. Apesar dos esforços teóricos do pensamento social brasileiro a respeito das condições particulares do desenvolvimento capitalista brasileiro, apontando suas diferenças em relação ao capitalismo surgido na Europa, bem como a inexistência de um suposto modo de produção feudal no Brasil. Os formuladores da estratégia democrático-popular não escaparam à teleologia que atribuíam ao PCB.

Ao conceberem determinadas características da revolução burguesa europeia como intrínsecas, necessárias e gerais, acabaram por reproduzir determinada teleologia do desenvolvimento histórico, que se no PCB apareceu pela inevitável sucessão dos modos de produção e na necessidade de uma aliança com a burguesia, que viabilizasse o capitalismo e suplantasse o feudalismo, para só então se chegar ao socialismo. Porém, é retomada como necessidade de superação do caráter dependente do capitalismo. Se aqui a forma do desenvolvimento só produziu mazelas e autoritarismo, é como se num processo de adição de realização das tarefas inconclusas estas pudessem superar a miserabilidade e os acordos pelo alto da política brasileira. O *dever ser* da lógica etapista se combina com o *vir a ser* da lógica progressiva. No primeiro haveria um salto qualitativo a cada modo de produção, enquanto no segundo trata-se de um salto qualitativo no próprio modo de produção capitalista que o eleve à sua completude.

Faz-se uma naturalização e positivação do capitalismo, este caminharia em direção a uma finalidade, a de elevar as condições materiais de vida da população, com virtualidades

que estariam apenas bloqueadas ou represadas devido à sua forma não clássica de desenvolvimento no Brasil, mas prontas para se realizarem. O *vir a ser*, finalmente se realizaria através de um governo democrático-popular, este, por intermédio da ação estatal orientadora e planejadora, viria a abrir as comportas do capitalismo, jorrando os frutos do desenvolvimento para toda a nação, e não apenas para a minoria que historicamente se beneficiou dele. Desse modo, “a perspectiva da *incompletude* do capitalismo tanto baseia-se como fortalece a busca por tornar o capitalismo verdadeiramente capitalista. O capitalismo se converte, ele próprio, em uma etapa de sua completude”⁷⁷⁹.

Rejeitada a socialização dos meios de produção e a ruptura revolucionária, as tarefas inicialmente democrático-burguesas (ou democrático-nacionais), metamorfoseadas em democrático-populares (com vistas a uma ruptura), se reconvertem em eixos de desenvolvimento nacional, social e democrático. Não para qualquer ruptura socialista, mas expressando a forma estável que finalmente a estratégia assumirá como um projeto nacional democrático-popular de desenvolvimento.

A consecução de tarefas inconclusas necessárias em um momento de ausência de condições para o socialismo, operou aquela “quebra do aspecto revolucionário” das reivindicações proletárias a que Marx se referia em relação ao surgimento da social-democracia e da aliança de pequenos burgueses e proletários no século XIX. Essa quebra, no caso do PT, é a resultante da tentativa de combinação entre tarefas da revolução burguesa e da revolução socialista, é essa combinação que permitia ao PT afirmar que lutar pela democracia era lutar pelo socialismo.

A meio caminho entre um conteúdo e outro de revolução social, acabou por produzir a formulação de um socialismo democrático, marcado pelo pluralismo econômico e político em que se manteriam, o mercado, formas plurais de propriedade, inclusive a privada, além do lucro, e de outro lado, a conservação das instituições democráticas com vistas a um patamar superior.

Passado o interregno em que é apresentado seu socialismo pequeno burguês – que já anunciava a ampliação das alianças entre as classes e a permanência de relações capitalistas –, a formulação democrático-popular pôde se encerrar nos limites da revolução burguesa e em um projeto de desenvolvimento capitalista. Finalmente, desembaraçada do enfeite das “frases revolucionárias”, a estratégia petista aparece em sua plenitude sob os signos fundamentais da democracia e do desenvolvimento econômico.

⁷⁷⁹ Figueiredo, 2018, p. 337.

A articulação entre democracia e desenvolvimento busca plasmar uma suposta vontade geral que existiria no âmbito político e econômico, como um interesse de todos, um interesse geral, impresso no Estado e expresso por ele. O mercado em que circula as vontades políticas se expressaria no Estado pelo liame do sufrágio universal, é decorrência (ainda que não necessária) da esfera da circulação de trocas de mercadoria, do mercado de compra e venda da força de trabalho, “um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem”.

Para que a massa de empobrecidos que “nem consomem e nem produzem”, e por isso “não chegam a ser cidadãos”, se tornem cidadãos, é necessário por decorrência lógica, que consumam e produzam (trabalhem). Ou seja, essas massas devem se assalariar. No capitalismo, como o trabalhador não pode se apropriar diretamente da riqueza produzida, este deve, ainda, passar por um rodeio, por um quiproquó, deve vender sua força de trabalho, se assalariar para só então poder consumir e tornar-se cidadão.

As massas populares, historicamente excluídas, ainda deveriam cumprir determinadas etapas no caminho de sua emancipação. Mas, para que isso ocorresse, era necessário um Estado planejador que pudesse estabelecer um equilíbrio entre produção, distribuição e consumo. Orientando o investimento capitalista para atividades produtivas, que possam gerar emprego e renda, têm-se um aumento do consumo, que por sua vez aumentaria a demanda agregada por mais e novos produtos, criando um ciclo virtuoso entre produção e consumo, lucros e salários, a união entre trabalhadores e capitalistas.

O ciclo virtuoso do crescimento econômico com distribuição de renda, se realiza com o investimento do capital produtivo e com a instauração do mercado interno de consumo de massas. A via de emancipação dos trabalhadores passa pelo mercado capitalista, agora “socialmente orientado”. E é sob essas condições que se poderia superar a histórica exclusão política e econômica da maioria da sociedade brasileira.

A pesquisa objetivando uma melhor apreensão do seu objeto e resposta ao problema se desdobrou e buscou integrar diversos elementos tais como: sobre: Estado, capitalismo, classes sociais e socialismo. Neste sentido, o decorrer do estudo suscitou determinadas questões e temáticas que nos parecem importantes para estudos futuros e para pesquisadores que se interessam por tais assuntos, mas que não puderam ser abordados ou aprofundados na presente pesquisa.

Em relação a um aprofundamento sobre a estratégia democrático-popular, em relação a seus influxos teóricos, nos parece importante o estudo das ideias advindas do eurocomunismo (Enrico Berlinguer, Pietro Ingrao, Palmiro Togliatti, Georges Marchais, Santiago Carrillo), principalmente na sua articulação entre democracia e socialismo, muito

próximas as formulações petistas sobre o socialismo democrático de caráter pluralista, e seu caráter progressivo. Assim como a ideia de “democracia como valor universal”, popularizada por Coutinho, mas formulada inicialmente por Enrico Berlinguer. Investigar suas especificidades históricas de constituição e desenvolvimento em solo europeu; os resultados a que essas formulações chegaram na Europa; suas possíveis influências sobre a estratégia do PT; a maneira de como sua leitura particular de Gramsci influenciou a recepção deste autor no Brasil.

Outro ponto é que a estratégia democrático-popular teve suas formulações hegemônicas pela corrente majoritária Articulação, ainda que fossem absorvidas “emendas” de formulações de correntes à esquerda. Neste sentido, nos parece importante investigar em que medida as formulações dessas correntes (Convergência Socialista, Democracia Socialista, Articulação de Esquerda, O Trabalho, Causa Operária, Força Popular Socialista, Partido Revolucionário Comunista, etc.) se aproximam ou se diferenciam da formulação hegemônica. Se é possível, em relação à década de 1980 e início da de 1990, encontrar nos documentos dessas tendências análises sobre a formação social brasileira e uma estratégia socialista que realmente se diferencie da formulação hegemônica no PT.

Além disso, tanto o PCB, quanto o PT, sofreram cisões políticas em sua trajetória e expulsaram agrupamentos do seu interior. Várias desses agrupamentos se reorganizaram sob novas organizações políticas e continuam a atuar no presente, constituindo parte da esquerda brasileira. Desse modo, nos parece importante o estudo das formulações políticas dessas organizações, destacadamente podemos citar: PSOL, PSTU, PCB, PC do B, Consulta Popular e Unidade Popular. Cabe analisar qual relação as formulações estratégicas dessas organizações guardam com a estratégia democrático-popular. Se elas teriam o sentido de superação ou de reprodução dessa estratégia.

Outra questão suscitada, que pode ser estudada de forma autônoma, mas que ofereceria aportes importantes, tanto para a compreensão da estratégia democrático-popular quanto para outras experiências políticas da classe trabalhadora em diversos países, é o significado das formas políticas na sociabilidade capitalista, fundamentalmente o Estado, bem como a forma democrática que adquire. Este se converteu no horizonte da emancipação para a esquerda em diversos países. De acordo com Lenin:

A democracia é uma das formas, uma das, uma das variantes do Estado. Por consequência, como todo Estado, ela é o exercício organizado, sistemático, da coação sobre os homens. Isso, por um lado. Mas, por outro lado, é ela o

reconhecimento formal da igualdade entre os cidadãos, do direito igual de todos em determinar a forma do Estado e administrá-lo⁷⁸⁰.

A passagem de Lenin ilustra duas formas de apresentação do Estado, que nem sempre aparecem de forma integrada. A primeira, se aproxima do Estado como “coisa”, ou como um instrumento a ser manejado diretamente pela classe dominante; já a segunda, nos aproxima da compreensão do Estado como “relação”. É esta última que nos parece merecer mais atenção na produção teórica. O Estado seria o modo que adquire a relação antagônica entre as classes sociais, porém, ele adquire ou antes expressa uma opacidade em relação às classes, na forma de interesse geral pairando sobre elas. A forma como esse fato se dá, a nosso ver, necessita de um maior aprofundamento teórico que possa desvelar as relações sociais que o condiciona.

Dessa maneira, os estudos de autores denominados derivacionistas, ou que dessa perspectiva se aproximam, Hirsch (2010), Holloway (1978), Mascaro (2013) e Demirovic (2014), podem contribuir para uma melhor apreensão desse objeto. As relações de igualdade e liberdade que se encontram na esfera da circulação, através da compra e da venda da força de trabalho entre proprietários livres, é o substrato material que faz com que se elevem formas jurídico-políticas que expressem essa mesma igualdade e liberdade. Sendo assim, um garantidor da igualdade entre iguais proprietários é que o Estado adquire a aparência do interesse geral, dessa maneira as elaborações sobre o fetichismo adensam a compreensão do Estado, em relação a uma compreensão que o vê como mera instrumentalidade.

Em outra direção, a respeito da dinâmica do desenvolvimento capitalista, a proposta de um novo modelo econômico baseado no crescimento econômico com distribuição de renda e alicerçado por um mercado interno de consumo de massas, é visto como a possibilidade de superação da dependência no Brasil. A articulação virtuosa entre atividades produtivas e consumo de massas, elevaria salários e lucros, e dessa maneira seria interesse de todos e suprimiria o antagonismo entre lucros e salários. Essa fórmula prevaleceu na estratégia democrático-popular e foi por nós exposta no pensamento de Celso Furtado. Também foi apontado um conjunto de críticas de Guido Mantega à formulação de Furtado que a nosso ver cabem ao projeto de desenvolvimento em que se converteu a estratégia democrático-popular. A partir das críticas de Mantega nos parece importante um aprofundamento teórico acerca do funcionamento do modo de produção capitalista, ao compreender o capitalismo como fundamentalmente baseado nas leis da acumulação e não

⁷⁸⁰ Vladimir Lenin, O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 119.

do consumo dos trabalhadores, essa compreensão aponta contradições em relação à proposta da ampliação de um mercado interno de consumo de massas no Brasil. Também seriam importantes estudos que pudessem medir e comparar salários e lucros nos governos petistas, de modo a verificar se realmente houve uma diminuição das desigualdades sociais, se finalmente houve um aumento na distribuição de renda. Ainda, outra questão que nos parece pertinente é tentar compreender de que maneira as formulações petistas operam a cisão entre o capital produtivo e o capital especulativo, e se há realmente consistência teórica nessa cisão, como se ambos fossem antagônicos.

Uma última questão se refere à questão das experiências de tentativas de transição socialista do século XX. As resoluções do PT concentram suas críticas ao socialismo soviético e demais experiências socialistas na ausência da democracia em seus países, contudo acreditamos ser necessárias pesquisas que apontem em outra direção, no caso o exame da natureza das relações de produção dos países que empreenderam tentativas de transição socialista. Sendo assim, investigar se a teoria do valor permaneceu vigente nesses países, se a estatização dos meios de produção promoveu a socialização deles; se o capitalismo foi realmente superado ou se manteve em seus limites. Em relação à temática são relevantes as contribuições de Betelheim (1976) Castoriadis (1979), Bernardo (2017), Mézaros (2015).

Finalmente, meios e fins sob uma sociedade de relações invertidas, trocam de lugar, projetos que buscavam a emancipação humana acabam por se converter em seu contrário. A classe trabalhadora no Brasil e no mundo viu seus projetos emancipatórios se afastarem e converterem-se no seu contrário. Assim, como os produtos produzidos pelo trabalho sob o capitalismo se distanciam e se voltam de forma estranhada submetendo os produtores. A classe trabalhadora no Brasil ao final dos anos 1970, em seu processo de luta, abria um campo de possibilidades para as transformações sociais, como a história não respeita modelos espaço-temporais pré-definidos e estanques, contraditoriamente para alguns, seu ascenso emergia no plano nacional, ao mesmo tempo em que os trabalhadores sofriam uma derrota mundial. No momento em que amadurecia sua estratégia, um conjunto de fatores complexos e contraditórios operaram para uma moderação estratégica e para o gradativo fechamento do campo aberto inicialmente. A pretensão do PT de um caminho original para o socialismo se reverteu em formulações nada originais e antigas conhecidas dos trabalhadores. Ao esconjurar o “autoritarismo” do socialismo soviético e o passado das revoluções do século XX, acabou por eliminar o futuro.

[...] revoluções proletárias, como as do século 19, criticam-se constantemente a si próprias, interrompem-se constantemente na sua própria marcha, voltam ao que parecia terminado, para começa-lo de novo, troçam profunda e cruelmente das hesitações dos lados fracos e da mesquinhez das suas primeiras tentativas, parece que apenas derrubam o seu adversário para que este tire da terra novas forças e volte a levantar-se mais gigantesco frente a elas, retrocedem constantemente perante a indeterminada enormidade dos seus próprios fins, até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso [...].⁷⁸¹

Esperamos que a presente pesquisa possa contribuir com a teoria social brasileira e o marxismo, no que diz respeito às análises da formação social brasileira e ao exame dos projetos de emancipação social, empreendidos pela classe trabalhadora. De forma alguma as derrotas de projetos emancipatórios são o ponto final da história, pois são antes o ponto de chegada de um processo anterior. Para que se estabeleça um novo ponto de partida para a emancipação humana, nos parece fundamental o exame crítico dos projetos derrotados, elaborar balanços teóricos e políticos, é necessário inventariar a herança dos mortos e sua manifestação entre os vivos.

Que a pesquisa contribua nessa direção.

⁷⁸¹ Karl Marx. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 212.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. (*et al.*) org. **Resoluções de encontros e congressos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Diretório Nacional do PT, 1998.
- ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. *In*: ANDERSON, Perry *et al.* **Crítica Marxista: a estratégia revolucionária na atualidade**. São Paulo: Editora Joruês, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. **A Estrela Partida ao Meio: ambigüidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BERLINGUER, Enrico. **Democracia, valor universal**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- BERNARDO, João. **Crise da economia soviética**. Aparecida de Goiânia: Escultura, 2017.
- BERNSTEIN, Eduard. **Os pressupostos do socialismo e as tarefas da socialdemocracia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976.
- BETTELHEIM, Charles Oscar; COSTA, Bolívar. **A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BORJA, Bruno. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- BRITO, Cassius Marcelus Tales M. B. **Estado e Poder Político no Brasil (2003-2010)**. 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3133> Acesso em: 15 nov. 2022.
- BRITO, Cassius Marcelus Tales M. B. Os governos Lula como realização da estratégia democrático-popular. *In*: IASI, Mauro Luis; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Lutas Anticapital, 2019.
- CARONE, Edgard. **O PCB: 1964-1982**. Difel: São Paulo, 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A sociedade burocrática 1: as relações de produção na Rússia**. Porto: Afrontamento, 1979.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível (Base social e projeto político – 1980-1991)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- CICONE, Reinaldo. **Da intenção ao gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem**. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1995.

- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- COSTA, Sílvio. **Tendências e centrais sindicais**. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994. Goiânia; São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como valor universal e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Salamandra, 1984.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira. *In*: ANDERSON, Perry *et al.* **Crítica Marxista: a estratégia revolucionária na atualidade**. São Paulo: Editora Joruês, 1986.
- DEMIROVIĆ, Alex. Para que fim e de que forma criticar o Estado? **Revista Direito e Práxis**, v. 5, n. 9, p. 342-365, 2014.
- FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FIGUEIREDO, Isabel. **A estratégia democrática e popular do Partido dos Trabalhadores (PT) e a questão da incompletude do capitalismo no Brasil**. 2018. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- FIGUEIREDO, Isabel. Lulismo e Populismo: realização da estratégia democrático-popular e incompletude do capitalismo. *In*: IASI, Mauro Luis; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Lutas Anticapital, 2019, p. 229-246.
- FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. **Um Projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1968
- GADOTTI, Moacir. PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GENNARI, Emílio. **Sindicato e organização de base: passos e tropeços de ontem e de hoje**, Ed. CPV, São Paulo, 1999

- GENOÍNO, José; LOPES, Mauro. **Repensando o socialismo**: entrevista a Mauro Lopes. Brasiliense, 1991.
- GIANNOTTI, Vito. **Collor, a CUT e a pizza**. São Paulo: Página Aberta; Escrita, 1993.
- GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. CUT, por dentro e por fora. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Lisboa: Seara Nova, 1976. v. 2.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. São Paulo: Fulgor, 1968. (Original publicado em 1963).
- GUIMARÃES, Juarez Rocha. **Claro enigma**: o PT e a tradição socialista. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1990.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha. A Estratégia da Pinça. **Teoria e Debate**, ed. 12, nov./1990. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/debate/estrategia-politica-do-pt-2/>
- HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- HOLLOWAY, John. **State and Capital: A Marxist Debate**. Edward Arnold, London, 1978.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- IASI, Mauro. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- IASI, Mauro. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/.../Democracia-de-Cooptacao-Mauro-Iasi>.
- IASI, Mauro. O PT e a Revolução Burguesa no Brasil, 2013. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B_s4202oxQXfNzKxN2hWb2VQSIE/edit
- IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.
- IASI, Mauro Luis; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor. **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- KAUTSKY, Karl. **O caminho do poder**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- KECK, Margaret. **PT**: A lógica da diferença. São Paulo: Ática, 1991.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LESSA, Carlos. Apresentação. *In*: MALLORQUIN, Carlos. **Celso Furtado**: um retrato intelectual. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MACHADO, João. Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira. *In*: ANDERSON, Perry *et al.* **Crítica Marxista**: a estratégia revolucionária na atualidade. São Paulo: Editora Joruês, 1986.

MACHADO, Lucília. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

MARQUES, Morena. **Em busca da revolução brasileira**: o democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora brasileira. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MARTINS, Caio. **Teorias dos novos movimentos sociais e lutas de classes**: uma leitura crítica de sua influência no Brasil. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: ESS-UFRJ, 2016

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, [s/d]. v. 1.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas**. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. v. 1,

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1**: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. Boitempo Editorial, 2015.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

- MONTENEGRO, Darlan. **O avesso do príncipe: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009.
- MOTTA, Stefano. **Crítica à “ampliação da democracia” como caminho ao socialismo**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- NAVES, Márcio. Reforma constitucional e ideologia jurídica. **Revista de Sociologia e Política**, v. 1, p. 51-55, 1993.
- NAVES, Márcio. Democracia e dominação de classe burguesa. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v. 1, n. 4, p.58-66, 1997.
- NAVES, Márcio. A “ilusão da jurisprudência”. **Lutas sociais**, n. 7, p. 67-72, 2001.
- NEVES, Victor. **Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho**. 2016. 737 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- NOVAES, Carlos. PT: dilemas da burocratização. **Novos Estudos Cebrap**, v. 35, p. 217-37, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.
- PORTELA JÚNIOR, Aristeu. **A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- SILVA, Antônio Ozaí da. **Partido de Massas e partido de quadros: A social-democracia e o PT**. São Paulo: CPV, 1996.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- POMAR, Valter. **A metamorfose**. São Paulo: Editora, p. 13, 2014.
- POMAR, Wladimir. **Quase lá: Lula, o susto das elites**. 4a edição, São Paulo: editora Página 13, 2019.
- PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RAINHO, Luis Flavio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977/1979)**. São Bernardo do Campo: Editora FG, 1983
- RODRIGUES, Iram. **Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT**. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1993.

RODRIGUES, Leôncio. CUT. **Os militantes e a ideologia**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SECCO, Lincoln. **História do PT, 1978-2010**. São Paulo: Ateliê editorial, 2011.

SILVA, Felipe Henrique Gonçalves da. "Democracia e socialismo nos debates do Partido dos Trabalhadores (1987-1991)". 2012. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

SINGER, André (Org.). **Sem medo de ser feliz**: cenas de campanha. São Paulo: Scritta, 1990.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

TUMOLO, Paulo. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação produtiva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEFFORT, Francisco C. Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira. *In*:

ANDERSON, Perry *et al.* **Crítica Marxista**: a estratégia revolucionária na atualidade. São Paulo: Editora Joruês, 1986.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.